
REVISTA ORBIS LATINA

ISSN 2237-6976



VOLUME 12, NÚMERO 3
JULHO - DEZEMBRO, 2022



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Portal de Periódicos



Associação de Livros Abertos



Sumários.org



Jadorim



DIRECTORY OF

OPEN ACCESS

JOURNALS





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976
VOLUME 12, NÚMERO 3
JULHO - DEZEMBRO, 2022



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Dr^a. Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dr. Dirceu Basso (UNILA)
Dr. Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Dr. Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Dr. Gilson Batista de Oliveira, Editor (UNILA)
Dr^a. Janine Padilha Botton (UNILA)
Dr. Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Dr. Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Dr. Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Dr. Regis Cunha Belém (UNILA)
Dr. Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>

Volume 12, Número 03, Julho – Dezembro de 2022.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano e Regional.

ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, políticas públicas, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – **Editor** Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco Ruínas, Sala 11

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830 / *E-mail*: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br



VOLUME 12, NÚMERO 3
JULHO - DEZEMBRO, 2022



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976
VOLUME 12, NÚMERO 3
JULHO - DEZEMBRO, 2022



RETORNO PRESENCIAL E NOVAS POSSIBILIDADES

Esse número da Revista Orbis Latina é publicado em um ambiente de otimismo, onde todas as instituições de ensino superior voltaram a exercer suas atividades em formato presencial.

No tocante às práticas de ensino e pesquisa, a pandemia revelou novas possibilidades: possibilidade de fazer e manter a prática do ensino remoto e de realizar pesquisas com auxílio de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs. A realidade expandiu os horizontes do uso das TICs para ambientes tradicionalmente resistentes, o que pode significar uma ampliação do ensino superior e da pesquisa.

Como fruto dessa nova realidade muitas instituições pensam em incorporar as TICs nos projetos pedagógicos de cursos de graduação e pós-graduação. O futuro se apresenta de forma promissora para os acadêmicos e a tecnologia 5G parece confirmar isso. Cabe aos especialistas traçarem estratégias e práticas pedagógicas que reflitam esse momento, com a qualidade esperada.

Nesse cenário de retorno presencial e novas possibilidades, a publicação de periódicos científicos, a pouco e pouco, vai assumindo de vez o formato digital, com acesso livre, o que possibilita maior divulgação e leitura dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

A Revista Orbis Latina, desde seu primeiro número, se insere nesse contexto com publicação de artigos, resenhas e outros trabalhos com acesso livre. E, para marcar o retorno presencial das atividades de ensino e pesquisa, o número 3 do volume 12 traz 13 novas possibilidades de leitura, sendo 12 artigos e uma resenha, frutos do trabalho de pesquisadores que desenvolveram seus trabalhos durante a pandemia e viram nas TICs uma possibilidade de ampliar suas redes de colaboração.

Aproveitem suas TICs e boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (Editor)



VOLUME 12, NÚMERO 3
JULHO - DEZEMBRO, 2022



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

CRIATIVIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR <i>Thamella Hellen Estefanuto Orsiolli e Claudio Alexandre de Souza</i>	04
AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA TRILHA JOVEM IGUAASSU SOBRE A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR <i>Marcos de Oliveira Garcias, Vitor Hugo Tavares da Silva, Petterson E. S. Gherlandi e Carla Andrea Contreras Contreras</i>	19
A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNERO: O CASO DOS ADVOGADOS E ADVOGADAS DO PARANÁ <i>Marco Aurélio Kasmin e Karine Maria Minotto</i>	31
LA CRISE FINANCIERE INTERNATIONALE ET SON IMPACT SUR L'ECONOMIE DE LA REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO <i>Florent Mulaba-Tushiye e Badibanga Kayembe</i>	43
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE INDÍGENA: NOTAS SOBRE MOVIMENTOS EM PROL DA DIGNIDADE DA MULHER INDÍGENA <i>Jocemir Falcão de Mello</i>	72
PRÁTICAS DE GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA <i>Antonio Maria da Silva Carpes e Fernando Fanin</i>	77
A PESQUISA CIENTÍFICA BRASILEIRA EM PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS <i>Raquel Fenero Tessitore, Anna Hoffmann Oliveira, Denise Campos Cardoso, Ceyça Lia Palerosi Borges e Manoela Hoffmann Oliveira</i>	95
PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR QUANTO AO USO DO MARKETING VERDE E SUAS APLICAÇÕES NO MARKETING DIGITAL <i>Natália Gabriele Mafra Cataletta e Domingos Isaias Maia Amorim</i>	109
ESTRUTURA RURAL E DESEMPENHO AGRÍCOLA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ E O ESTADO DE NORDRHEIN-WESTFALEN NA ALEMANHA <i>Eduardo de Pintor</i>	124
A INFLUÊNCIA DA CORRUPÇÃO E DO NARCOTRÁFICO NO ESTADO: UMA REVISÃO <i>Sarah de Oliveira dos Santos, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa</i>	144
UM MERCADO SEM CONTRATOS: OS PRODUTORES FAMILIARES DE LEITE DO OESTE DO PARANÁ <i>Andréia Bastian e Mirian Beatriz Schneider</i>	154
FRUTAS POTENCIAIS DA AMAZÔNIA: ANÁLISE DA PREFERÊNCIA DOS CONSUMIDORES NO MUNICÍPIO DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ <i>Fabício Khoury Rebello, Nicole Raquel Pinto Cardoso, Alfredo Kingo Oyama Homma, Marcos Antônio Souza dos Santos e Ana Paula Macedo de Jesus</i>	177
RESENHA	
RESENHA DO LIVRO “CHUTANDO A ESCADA”: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica <i>Jamila Francine de Godoy Borkowski</i>	197

CRIATIVIDADE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Thamella Hellen Estefanuto Orsiolli¹Claudio Alexandre de Souza²

RESUMO:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o uso da criatividade, por meio da técnica dos Seis Chapéus do Pensamento, na proposição de soluções para o problema da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) institucional, apontado pelos próprios colaboradores. Para isso, utilizou-se de abordagem mista e estratégia de estudo de caso, com investigação empírica. Participaram do estudo um grupo de quinze servidores públicos federais, de diversos setores de uma Universidade Federal de Ensino Superior, no estado do Paraná. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado, fechado e digital, via Google Forms, com escala Likert de 5 pontos. A análise dos dados revelou que antes da atividade 100% dos presentes tinham conhecimento do que era criatividade, 60% se consideravam profissionais ocasionalmente criativos e 53,3% acreditam frequentemente que a criatividade auxilia na QVT. Após a ação, 100% dos respondentes mantiveram o posicionamento acerca do conhecimento da criatividade, 46,6% acreditam muito frequentemente que a atividade auxiliou no despertar da criatividade e 53,3% assinalaram que muito frequentemente a criatividade poderá auxiliar na QVT. Por fim, evidenciou-se que a metodologia empregada demonstrou ser satisfatória, promissora e exequível, podendo ser incorporada nas práticas de gestão da organização, inclusive em momentos de discussões, ou mesmo reflexão crítica.

Palavras-chave: Criatividade. Qualidade de Vida no Trabalho. Seis Chapéus do Pensamento.

CREATIVITY AND QUALITY OF LIFE AT WORK: A CASE STUDY IN A FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTION

ABSTRACT:

This research aimed to analyze the use of creativity, through the Six Hats of Thinking technique, in proposing solutions to the institutional Quality of Life at Work (QWL) problem, pointed out by the employees themselves. For this, we used a mixed approach and a case study strategy, with empirical investigation. A group of fifteen federal public servants, from different sectors of a Federal University of Higher Education, in the state of Paraná, participated in the study. Data were collected through a structured, closed and digital questionnaire, via Google Forms, with a 5-point Likert scale. Data analysis revealed that, before the activity, 100% of those present were aware of what creativity was, 60% considered themselves occasionally creative professionals and 53.3% often believe that creativity helps in QWL. After the action, 100% of the respondents maintained their position on the knowledge of creativity, 46.6% very often believe that the activity helped in the awakening of creativity and 53.3% pointed out that very often creativity can help in QWL. Finally, it became evident that the methodology used proved to be satisfactory, promising and feasible, and could be incorporated into the organization's management practices, including in moments of discussion, or even critical reflection.

Keywords: Creativity. Quality of life at work. Six Thinking Hats.

¹Discente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Especialista em Gestão da Saúde pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em Terapia Intensiva pelo Instituto Inspirar. Graduada em Fisioterapia pela FAA – Faculdade Anglo Americano de Foz do Iguaçu, e-mail: thamellaorsiolli@hotmail.com.

²Pós-doutor em Gestão de Negócios pela Université du Québec à Montréal - UQAM. Doutor em Geografia - UFPR com estudos no International Center for Responsible Tourism - ICRT em Leeds Metropolitan University - LMU, na Inglaterra. Mestre em Hospitalidade - UAM. Especialista em Ecoturismo, Educação e Interpretação Ambiental - UFLA. Bacharel em Turismo e Hotelaria -UNIVALI. Professor do Mestrado Profissional em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade (PPGTGS) Coordenador e Professor do Curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu, e-mail: cas_tur@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Diante da atual conjuntura da sociedade, é possível observar o rápido desenvolvimento científico e tecnológico, demandando aos indivíduos o uso de competências para a busca de soluções nos desafios cotidianos (FERREIRA, 2015). Nessa perspectiva, o “Relatório do futuro do trabalho”, publicado pelo Fórum Econômico Mundial no final de 2020, elenca algumas habilidades que serão mais exigidas pelos profissionais no futuro, dentre elas está a criatividade. Tal habilidade é uma das que pode auxiliar a nortear a carreira, ou ainda, adaptá-la às novas necessidades.

Isto posto, a criatividade é definida por Woodman, Sayer e Griffin (1993, p. 23) como “a criação de um novo produto, serviço, ideia, procedimento ou processo valioso e útil por indivíduos trabalhando juntos em um sistema social complexo” (tradução livre). Portanto, entende-se que a criatividade abrange a criação de novos elementos, produtos, serviços, ideias, procedimentos ou processos em um complexo sistema social, o qual pode ser chamado de “ambiente organizacional” (BORNIGER *et al.*, 2015, p. 3).

Nessa perspectiva, convém esclarecer que em cada ambiente organizacional prevalece uma cultura organizacional, a qual na administração pública brasileira é bem delimitada, prevalecendo a estagnação, inércia e perda de valores (SOUZA, 2002). Ademais, possui mecanismos de controle mais rígidos, “igualando bons e ruins, competentes e incompetentes, deixando pouca ou nenhuma margem para criatividade, iniciativa ou, até mesmo, poder de barganha para reivindicações de qualquer natureza” (SOUZA, 2002, p.32).

Em trabalho realizado sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) em uma empresa privada gaúcha, investigou-se elementos comportamentais como aconselhamento pessoal, autonomia, participação, retroinformação e criatividade, que são considerados importantes para que os colaboradores tenham aumento da QVT, “por estarem relacionados ao atendimento das necessidades humanas das pessoas em situação de trabalho” (FERNANDES e GUITIERREZ, 1988, p.7). Como resultado, o estudo apontou que a criatividade é prejudicada por atividades rotineiras do cotidiano e que é limitada e pouco incentivada. Somado a isso, os teóricos da ciência comportamental acreditavam que deveria se preconizar a liberação do potencial criativo, além de outros itens como compensação ao trabalhador, segurança e condições de trabalho (FERNANDES e GUITIERREZ, 1988).

Nesse contexto, destaca-se que a criatividade organizacional agrega valor e traz resultados positivos (BRUNO-FARIA; VARGAS; MARTÍNEZ, 2013). Borniger *et. al* (2015, p. 25) aponta que “elementos imateriais como o conhecimento e a criatividade nas organizações têm ganhado destaque nas últimas décadas (...)”. Messias, Nascimento e Silva (2020, p. 16) corroboram ao citar que “os novos rumos delineados ao profissional do século XXI incluem a criatividade como fator diferencial, já sublinhada como vantagem comparativa por países que investem na atração da classe criativa (...)”. Nesse sentido, Runco (2004) defende a necessidade do uso da criatividade na sociedade atual, em virtude de suas diversas aplicabilidades, em diferentes meios, para a resolução de problemas cotidianos, “adotando assim, uma atitude proativa frente aos novos tempos” (MACHADO, *et al.*, 2021, p. 21).

Assim, neste estudo, será abordado a criatividade em seu contexto organizacional, bem como a QVT. Ainda, trata-se de um estudo de caso que compreendeu a realização de técnica específica de criatividade, desconhecida pelos participantes e, se concentrou em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Também, considerando que a criatividade é elemento parte na QVT, bem como a exigência de profissionais mais criativos, contrapondo-se a existência de rigidez estrutural das organizações públicas, esta pesquisa objetivou analisar o uso da criatividade, por meio da técnica dos Seis Chapéus do Pensamento, na proposição de soluções para o problema da QVT institucional, apontado pelos próprios servidores.

2. CRIATIVIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A globalização e o constante avanço tecnológico está provocando mudanças ao mercado de trabalho, tornando-o cada vez mais desafiador. Isto se reflete também nos profissionais, que devem estar qualificados para atender as demandas (MONTEIRO *et al.*, 2011; MOURA; SILVA; CARVALHO, 2019). Do mesmo modo, também se encontram as organizações públicas, que visam o cumprimento de normas e prestação de serviços mais eficientes, a fim de satisfazer as necessidades da sociedade (FREITAS, 2008; PALUDO, 2010). Sob essa perspectiva, a inserção de capital imaterial, como a criatividade, nos processos de trabalho, tem auxiliado no sucesso organizacional (MARTINS, E.; MARTINS, N., 2002; JOB; BHATTACHARYYA, 2007; SEIDEL; ROSEMAN; BECKER, 2008).

Segundo Lowenfeld e Brittain (1977, pg. 62), criatividade é “como um comportamento produtivo, construtivo, que se manifesta em ações ou realizações.” Para Amabile (1996, p. 1, tradução livre), a criatividade é “a produção de ideias novas e úteis em qualquer área. A fim de ser considerado criativo, um produto ou uma ideia deve ser diferente daquilo que já foi feito antes”. Do mesmo modo, trata-se de geração de ideias novas, úteis e apropriadas (STENBERG; LUBART, 1999; ZHOU; SU, 2010), para quaisquer áreas de domínio, produtos, serviços, processos ou procedimentos, seja individual ou em grupos (WOODMAN; SAWYER; GRIFFIN, 1993), independente de implementação (AMABILE *et al.*, 1996). Por conseguinte, no contexto organizacional as ideias originais são consideradas únicas. Ainda, podem ser classificadas como úteis, caso acrescentem valor e apontadas como aplicáveis, se implementadas (SHALLEY; ZHOU; OLDHAM, 2004; GEORGE, 2007; TEIXEIRA, 2019).

Assim, é cada vez mais habitual que as organizações busquem trabalhadores com potencial criativo, para desenvolver estratégias que permitam alcançar vantagem competitiva. Contudo, é relevante entender que para responder às necessidades do mercado, é preciso se reinventar para manter seu valor. Entretanto, salienta-se que somente as pessoas são capazes de usar de sua criatividade para a resolução de problemas, para tomada de decisões, para pesquisa, para desenvolvimento de novos métodos de trabalho, serviços ou produtos (WILLIAMS; YANG, 1999). Dito isso, a criatividade desempenha papel importante em qualquer organização que busque ser bem-sucedida e as pessoas são fundamentais neste processo (TEIXEIRA, 2019).

Em contrapartida, é comum a associação equivocada da criatividade a atividades unicamente artísticas, todavia, este não é o tipo de criatividade procurado pelas organizações, mas sim a criatividade do dia-a-dia (STERNBERG, 2000). Presume-se que todos os indivíduos são providos de capacidade criativa (ANTUNES, 2003; LA TORRE, 2005), entretanto, para que ela possa emergir de fato é necessário estímulo, sendo assim, é relevante existir uma envolvente favorável. Em face disto, Jnaneswar (2016) justifica que diversos fatores como motivação, dinamismo, iniciativa, dentre outros, podem potencializar um ambiente criativo. Desta forma, requer-se que as organizações proporcionem a seus colaboradores ambiente e recursos necessários para fomentar seu potencial (BOADA-GRAU, 2014). Paralelamente a isso, está a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), oportunizando a progressão da carreira, boas relações de trabalho, conciliação da vida pessoal e profissional. Desta forma, é possível obter-se uma organização produtiva, competitiva e saudável (CASTRO, 2015).

A definição de QVT pode ser considerada complexa, posto que envolve diversas associações tecnológicas, econômicas, de saúde física, mental e segurança (LACAZ, 2000). Ciborra e Lanzara (1985) consideram que a QVT:

é determinada por fatores psicológicos, como grau de criatividade, de autonomia, de flexibilidade de que os trabalhadores podem desfrutar ou, (...) fatores organizativos e políticos, como a quantidade de controle pessoal sobre o posto de trabalho ou a quantidade de poder que os trabalhadores podem exercer sobre o ambiente circundante a partir de seu posto de trabalho.

Isto posto, é possível perceber que mesmo sendo diferentes, os construtos de QVT e criatividade se mesclam no tocante às organizações e a atividade laboral. Somando-se a isso, Dejourn (1988) acredita que o trabalhador deve buscar fazer uso da inteligência, da inventividade, da criatividade e da capacidade de solucionar problemas. Corroboram a isso os estudos de De Masi (1999), em meados do século XIX e XX, sobre as principais experiências criativas de trabalho, realizadas em instituições de pesquisa e organizações.

Somando a isso, Alencar (1998) menciona que a existência de posturas mais rígidas pelas organizações e seus líderes, gera desmotivação para criar, o que vem a interferir nas atitudes pessoais e comportamentais no ambiente de trabalho, afetando a QVT dos trabalhadores (CHIAVENATO, 2008). Adicionalmente, Lourenço (2015) considera que as organizações crescem ao passo em que há expansão das habilidades e da criatividade, direcionando toda a estrutura organizacional ao sucesso e bem-estar dos usuários, cidadãos e colaboradores.

3. METODOLOGIA

Quanto a natureza desta pesquisa, é considerada aplicada, pois se concentrou em torno de adversidades que existem dentro de instituições, organizações, atores sociais ou grupos. Ademais, dedicou-se a identificação de problemas e respectivas soluções, formuladas pelos próprios servidores (THIOLLENT, 1988). No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso de investigação empírica, que permite estudar fenômenos dentro da conjuntura atual (YIN, 2005). Dessa forma, o estudo foi realizado em uma Instituição Federal

de Ensino Superior, localizada em Foz do Iguaçu, Paraná. Para tanto, aplicou-se a técnica dos Seis Chapéus do Pensamento a um grupo de quinze servidores públicos, convidados aleatoriamente, por disponibilidade. Estes, eram lotados em diversas áreas de dentro da organização, incluindo-se cargos operacionais e de gestão, constituindo-se então um grupo heterogêneo. Todavia, apesar dos participantes serem da mesma organização, alguns não se conheciam, sendo oportunizado a cada um as devidas apresentações de nome, tempo de serviço público e setor.

Na sequência, para coleta de dados, responderam a um questionário estruturado, fechado e digital, via *Google Forms*, enviado por aplicativo de mensagem a cada participante, cuja primeira pergunta indagava “você sabe o que é criatividade?”, com duas opções de resposta de sim ou não. Já na segunda e terceira questão, que indagavam respectivamente “Neste momento, o quanto você se considera um profissional criativo?” e “Neste momento, o quanto você acha que a criatividade auxilia na qualidade de vida no trabalho?”, utilizou-se escala Likert de 5 pontos, com respostas de nunca, raramente, ocasionalmente, frequentemente e muito frequentemente. A partir disso, a atividade foi desenvolvida em 3 horas e dividida em: explanação sobre a criatividade e QVT; informações sobre o método dos Seis Chapéus do Pensamento; discussão sobre as ideias elencadas; resolução de questionário pós atividade.

Este trabalho objetivou analisar o uso da criatividade, por meio da técnica dos Seis Chapéus do Pensamento, na proposição de soluções para o problema da QVT institucional, apontado pelos próprios servidores. Com isso, escolheu-se a técnica criada pelo psicólogo inglês Edward de Bono, que se dedicava a estudar os processos do pensamento. O método, considerado uma ferramenta de comunicação e raciocínio eficaz, consiste em diminuir as barreiras da criatividade, oferecendo perspectivas diferentes de pensamento, de acordo com as cores do chapéu (BONO, 2008). Para fins de melhor aplicabilidade, adaptações foram realizadas e os chapéus foram substituídos por fitas das cores branco, vermelho, amarelo, verde, azul e roxo, substituindo o preto.

Em seguida, os participantes escolheram livremente as cores que desejavam representar. Posteriormente, foram divididos em trios, de acordo com as cores. A cor azul ficou para o aplicador da técnica, posto que ditava as regras do jogo, controlava o tempo e o foco. Os participantes deveriam fazer suas contribuições, baseado em cada cor, no qual o branco deveria apresentar todos os fatos concretos sobre QVT da instituição, de maneira objetiva e imparcial. O vermelho elencaria todos os sentimentos e emoções, sejam positivos ou negativos. O amarelo mostraria todos os benefícios e/ou pontos positivos. O roxo, traria todas as críticas e pontos negativos. Por fim, o verde, que exporia toda a criatividade, as ideias e sugestões.

Cada equipe teria cinco minutos para registrar as informações no papel. Decorrido esse período, houve uma única troca das cores entre os grupos em sentido horário, de acordo com a disposição dos mesmos na sala. Como se pode ver, cada trio trocou de cor, ou seja, mudou a perspectiva de pensamento, sendo necessário registrar novas informações no papel, considerando as já apontadas pelo grupo anterior. E, após decorridos mais cinco minutos todos deveriam encerrar os registros, para iniciar a leitura e debate dos itens elencados.

Em face do exposto, quanto aos objetivos, este trabalho possui natureza descritiva, posto que seu interesse envolve a descoberta e observação de fenômenos, para posteriormente serem descritos, classificados e interpretados (RUDIO, 1985). Além disso, no tocante a abordagem do problema é considerada mista. Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 22) defendem que a pesquisa científica “(...) pode se apresentar de três formas: quantitativa, qualitativa e mista. Esta última implica combinar as duas primeiras.”

Ao final, todos os integrantes responderam a outro questionário eletrônico, enviado por aplicativo de mensagem a cada participante, cuja primeira pergunta indagava “você sabe compreendeu o que é criatividade?”, com duas opções de resposta de sim ou não. Já na segunda e terceira questão, que indagavam respectivamente “O quanto você acha que as atividades realizadas despertaram sua criatividade?” e “O quanto você acha que a criatividade poderá auxiliar na sua qualidade de vida no trabalho?”, utilizou-se também a escala Likert de 5 pontos, com respostas de nunca, raramente, ocasionalmente, frequentemente e muito frequentemente.

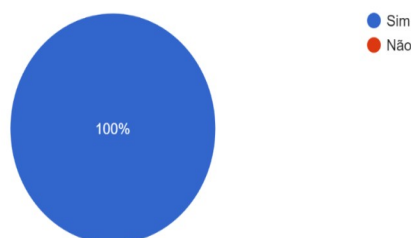
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de receberem quaisquer orientações acerca do que seria realizado em sala, os participantes responderam a um questionário. Salienta-se que o mesmo pretendeu descobrir e medir os diferentes níveis de entendimento e percepções, conforme demonstram as figuras a seguir.

Figura 1: Entendimento sobre criatividade

Você sabe o que é criatividade?

15 respostas

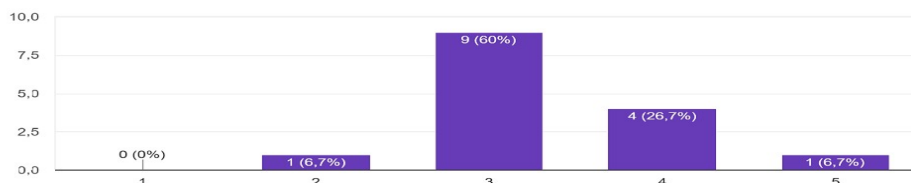


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A figura 1 representa o entendimento dos respondentes sobre o significado da criatividade, por meio de duas opções de resposta, SIM ou NÃO. Todos (100%) assinalaram positivamente, demonstrando total compreensão sobre a temática. Já com relação ao segundo e terceiro questionamento, demonstrado pelas figuras 2 e 3, empregou-se a escala Linkert de 5 pontos, oferecendo várias possibilidades de resposta.

Figura 2: Profissional criativo

Neste momento, o quanto você se considera um profissional criativo?
15 respostas



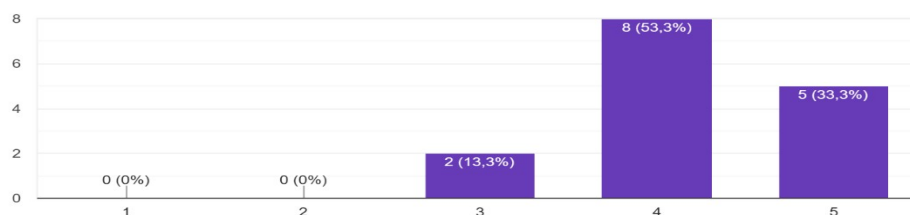
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No tocante ao segundo item, averiguou-se que 60% dos entrevistados se consideravam profissionais ocasionalmente criativos e 26,7% julgavam-se frequentemente criativos. Uma pequena parcela de 6,7% acreditava ser respectivamente profissionais raramente ou muito frequentemente criativos.

Na sequência, a figura 3 expressa, por meio de nível de frequência, o uso da criatividade pelos servidores para auxiliar na QVT, variando de nunca a muito frequente.

Figura 3: Criatividade no auxílio à QVT

Nesse momento, o quanto você acha que a criatividade auxilia na qualidade de vida no trabalho?
15 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Partindo-se da análise da figura 3, entende-se respectivamente que 53,3% dos servidores acreditam frequentemente que a criatividade auxilia na QVT, 33,3% muito frequentemente e apenas 13,3% ocasionalmente.

Após receberem as orientações para a dinâmica e os materiais, os grupos assumiram funções específicas, consoante a cor representada pela fita, em substituição ao chapéu. Em um primeiro momento, os servidores demonstraram destreza em debater sobre os itens que seriam registrados no papel, posto que a QVT é tópico recorrente na instituição. Entretanto, por alguns momentos, indagações surgiam sobre como formular a frase para transcrição.

Ainda, observou-se pequenas incertezas se o item elencado pelo grupo realmente contemplava a perspectiva representada pela cor. Este comportamento deve ser considerado natural, visto que a estratégia dos Seis Chapéus do Pensamento era algo ainda desconhecido pelos presentes.

Nessa direção, após decorridos cinco minutos, houve troca das fitas em sentido horário e os grupos deveriam mudar o ponto de vista, conforme a nova cor. A partir disso, verificou-se pequena delonga na compreensão entre a cor, a nova perspectiva e o que deveria

ser debatido e registrado. Todas as ideias apontadas no decorrer da atividade estão demonstradas no Quadro 1.

De acordo com o quadro 1, constatou-se que os fatos, representados pela cor branca, se resumiram em termos curtos e objetivos, bem como os sentimentos, representados pela cor vermelha. Ainda, percebe-se o aumento da quantidade de itens de maneira gradativa, nas cores amarelo, roxo e verde. Isto posto, remete ao pensamento de que a cor e a respectiva perspectiva a ser analisada, desperta no indivíduo maior estímulo ao raciocínio.

Sob o prisma da QVT, apenas três termos foram elencados na primeira rodada da cor vermelha. Todavia, são considerados muito relevantes, pois resumem sentimentos dos servidores para com a gestão, influenciando negativamente na QVT dos mesmos. Já na segunda rodada da mesma cor, houve apenas cinco sentimentos, sendo que destes, apenas dois são positivos. Quanto à cor roxa, houve diversos apontamentos críticos e, só na primeira rodada constatou-se que o termo “política” aparece quatro vezes, indicando desatenção dos gestores máximos em relação a QVT dos servidores da instituição.

Nessa mesma linha, ao analisar a cor amarela, os servidores expuseram benefícios relevantes, bem como na cor verde, em que se verifica diversas possibilidades para melhorar a QVT na organização e que devem ser acolhidos pela gestão. No entanto, dois itens elencados, respectivamente nas cores amarela e verde, chamaram atenção, “Aprimora a construção/criatividade de procedimentos do trabalho” e “mais momentos como esse”, o que nos leva a pensar que a criatividade em ambiente organizacional tem sim relação com a QVT.

Salienta-se que mais ideias poderiam ter sido registradas, caso houvesse tempo hábil, para que todas as cores pudessem passar ao menos uma vez entre todos os grupos. Entretanto, cada grupo pôde fazer contribuições, do ponto de vista de duas cores e/ou perspectivas diferentes. Isto, propiciou aos indivíduos o estabelecimento de novas sinapses. Nessa sequência, entendeu-se que a ferramenta dos Seis Chapéus do Pensamento possibilitou o exercício de várias habilidades concomitantemente. Assim como consta no estudo de Machado, et. al (2021, p.32), que utilizou a mesma técnica com discentes da graduação em Química, e detectou que a “comunicação oral e escrita, criatividade, capacidade de argumentação, autonomia e solução de problemas mais complexos” foram competências evidenciadas.

Ao final da atividade, houve leitura e debate das ideias anotadas, conseqüentemente e de maneira desproposita, novas ideias foram surgindo pelos participantes que não haviam recebido as outras cores, como um *brainstorming*. Ao mesmo tempo, outros defendiam e expunham motivos pelos quais haviam registrado determinada ideia. Isto posto, denota-se a participação efetiva dos servidores. Além disso, percebeu-se, reiteradas vezes, a vontade dos colaboradores de que a QVT fosse olhada com mais atenção pela gestão da instituição.

Por fim, após realizados os debates, explicação sobre o propósito da atividade e os devidos agradecimentos, solicitou-se aos presentes que respondessem a um novo questionário eletrônico no Google Forms, disponibilizado via aplicativo de mensagem. Em relação à primeira questão, “Você compreendeu o que é criatividade?”, 100% das respostas foram positivas, não havendo divergência em comparação com a primeira pergunta realizada antes da atividade. Contudo, a Figura 4 mostra a atividade como despertar da criatividade.

Quadro 1: Respostas dos grupos de acordo com os chapéus

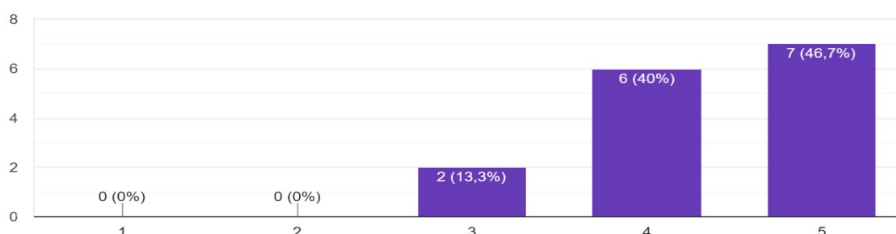
Cores/ Chapéus	Perspectiva/ponto de vista	Itens da primeira rodada	Itens da segunda rodada
Azul	Controle do tempo e foco	QVT	QVT
Branco	Fatos concretos sobre QVT na instituição	Infraestrutura; Equipamentos de TI; Ambiente físico; Localização; Acesso; Ergonomia mobiliário; Acessibilidade aos locais de trabalho.	Atendimento saúde/bem-estar; Amizade; Clima organizacional; Volume de trabalho; Distribuição de força de trabalho.
Vermelho	Sentimentos/emoções positivos ou negativos	Abandono; Indignação; Frustração.	Descaso; Pertencimento (em relação a equipe de trabalho mais próxima); Satisfação; Esperança; Cansaço (multitarefa)
Amarelo	Benefícios e/ou pontos positivos	Servidor mais feliz; Mais motivado/produtivo; Melhora o clima organizacional; Aumenta a produtividade; Diminui afastamentos/problemas de saúde (inclusive mental); sentimento de pertencimento/propósito à instituição; Aprimora a construção/criatividade de procedimentos do trabalho.	Melhora a imagem da Universidade, interna e externamente; Mais soluções criativas/inovadoras; Menos conflitos, mais soluções; menos ociosidade.
Roxo	Críticas e pontos negativos	A política de QVT não é implementada pela Gestão; Política de QVT focada apenas na saúde do servidor; Falta de política de QVT que abrange todas as unidades; falta de política de QVT focada no lazer e convivência.	Coloca o trabalho como ponto central da vida; Promove um certo vício em trabalho; Desequilíbrio em relação à vida fora do trabalho; Volume alto de atividades relacionadas a QVT podem atrapalhar o servidor; Falta de humanização; Falta de pausas; Falta de local/copa para refeição; Ausência de local para estacionamento de bicicletas.
Verde	Criatividade, as ideias e sugestões	Qualificar chefias; simplificar processos; atividades para percepção e melhoria do clima organizacional; qualificar os servidores (incentivo à capacitação), para evitar retrabalho e qualificar os processos de trabalho; incentivo à atividade física e práticas de autocuidado; espaços para as pessoas se expressarem, se comunicarem, entre si e com os gestores.	Layout mais agradável, alegre nos ambientes; Momento equipe de pausa livre (obrigatório); jogos em equipe ou individual, para estimular a sinergia; Mais momentos como esse; Melhoria dos espaços de convivência; Melhoria do acesso aos espaços; Pensar na substituição de servidores em caso de falta.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Figura 4: Atividade realizada e despertar da criatividade

O quanto você acha que as atividades realizadas despertaram sua criatividade?

15 respostas



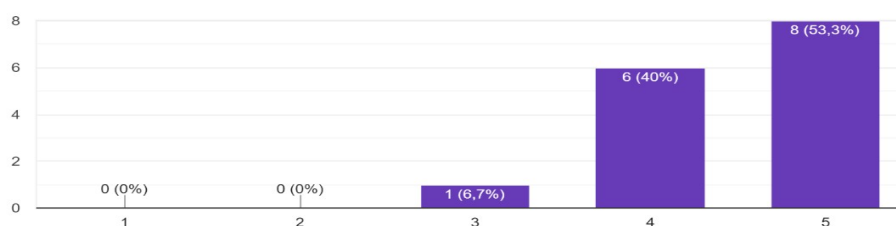
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A figura 4 revela que 46,6% acreditam muito frequentemente, que a atividade auxiliou no despertar da criatividade, seguido de 40% frequentemente e 13% ocasionalmente. Ainda, a figura 5 manifesta o uso da criatividade e auxílio na QVT.

Figura 5: Criatividade no auxílio à QVT

O quanto você acha que a criatividade poderá auxiliar na sua qualidade de vida no trabalho ?

15 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Diante da figura 5, é possível observar que 53,3% julgaram que muito frequentemente a criatividade poderá auxiliar na QVT, 40% consideraram que frequentemente a criatividade poderá auxiliar na QVT e apenas 6,7% crê que seria ocasionalmente.

Em suma, a dinâmica aplicada pôde analisar o uso da criatividade, na proposição de soluções para o problema da QVT institucional, apontado pelos próprios servidores. Estes, fizeram contribuições significativas frente ao problema apresentado, bem como atingiram melhor compreensão sobre o tema abordado. Também, os procedimentos criativos foram capazes de acionar e fortalecer sinapses cognitivas e ofereceu mais uma ferramenta para uso no ambiente laboral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade em que vivemos está em constante evolução, em diversas áreas, inclusive no tocante às atividades laborais. Com isso, novas preocupações continuarão

surgindo, cabendo a cada indivíduo utilizar de suas capacidades para a resolução dos obstáculos que o impeçam de seguir adiante. Uma dessas capacidades é a criatividade, que pode ser considerada um valioso recurso, disponível gratuitamente a cada ser humano. Entretanto, este deve ser cultivado, não só pelo próprio indivíduo, mas cabe também às organizações, em especial as públicas, promover condições para o desenvolvimento desta e de outras potencialidades aos seus colaboradores.

Este estudo abordou a criatividade em seu contexto organizacional enquanto parte da QVT. Assim, esta pesquisa objetivou analisar o uso da criatividade, por meio da técnica dos Seis Chapéus do Pensamento, na proposição de soluções para o problema da QVT institucional, apontado pelos próprios servidores. Nesse contexto, a metodologia empregada demonstrou ser satisfatória, promissora e exequível, podendo ser incorporada nas práticas de gestão da organização, inclusive em momentos de discussões ou mesmo reflexão crítica.

Em contrapartida a outras metodologias tradicionais, frequentemente utilizadas em organizações, a metodologia que Edward de Bono traz, instiga a criatividade, promove a interação e visualização do problema por outras perspectivas. Tudo isto, de maneira ordenada e pacífica, evitando-se discussões intermináveis no trabalho. Nesse sentido, também oportuniza o respeito a autonomia de cada indivíduo, da mesma forma que suas vivências e opiniões, auxiliando também na construção do conhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

Paralelamente a isso, constatou-se que houve quantitativo significativo de ideias apresentadas, dentro de um curto espaço de tempo. Também, depreende-se que os sentimentos negativos relatados pelos servidores, sobre a QVT da organização em questão, se resumem em poucas, porém fortes palavras. Seguidas ainda de diversas críticas e pontos negativos, na cor roxa. Contudo, muitas sugestões foram propostas para melhoria da QVT na instituição.

Por fim, entende-se ainda que a pesquisa desmistifica o uso da criatividade em outros ambientes, além das salas de aula e ambientes artísticos. Da mesma forma, acredita-se que outras técnicas podem ser levadas para a atmosfera laboral, a fim de se explorar a seara da criatividade na QVT. Ainda, espera-se que as informações contidas nesta pesquisa, possam contribuir e estimular novos saberes científicos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, n. 6, p. 6-11, 1995.

AMABILE, Teresa M. *et al.* Assessing the work environment for creativity. **Academy of management journal**, vol. 39, n. 5, p. 1154-1184, 1996.

ANTUNES, Celso. **A criatividade na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOADA-GRAU, Joan *et al.* Adaptación de la escala Creative Environment Perceptions al español. **Universitas Psychologica**, vol. 13, n. 4, p. 1357-1366, 2014.

BORNIGER, Camila; PINHEIRO, Cristiano Max Pereira; BRANCO, Marsal Alves Ávila. Organizações criativas: como medir o grau de criatividade nas organizações. **Temática**, São Paulo, Ano XI, n. 03, 2015.

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; VARGAS, Eduardo Raupp de; MARTÍNEZ, A. **Criatividade e inovação nas organizações: desafios para a competitividade**. São Paulo: Atlas, 2013.

CASTRO, Ingrid Andrade. Qualidade de vida no trabalho e a produtividade. *In: Anais do XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

CIBORRA, Claudio; LANZARA, Giovan Francesco. **Progettazione delle tecnologie e qualità del lavoro**. Milão: Franco Angeli Editore, 1985.

DE BONO, Edward. **Os seis chapéus do pensamento**. Rio de Janeiro, Sextante, 2008.

DE MASI, Domenico. **A emoção e a regra dos grupos criativos na Europa de 1850 a 1950**. José Olympio, 1999.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. *In: A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 1988. p. 163-163.

FERNANDES, Eda Conte; GUTIERREZ, Luiz Homero. Qualidade de vida no trabalho (QVT) - uma experiência brasileira. **Revista de Administração**, vol. 23, n. 4, p. 29-38, 1988.

FERREIRA, Cleiton Pons. **As ferramentas do pensamento como estratégia de aprendizagem para o estímulo e desenvolvimento da criatividade com alunos do ensino técnico e tecnológico**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2015.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório “O Futuro dos Empregos 2020**. [S. l.]: Fórum Econômico Mundial, 2020. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2020/in-full/chapter-2-forecasts-for-labour-market-evolution-in-2020-2025#2-3-emerging-and-declining-skills>>. Acesso em: 20 maio 2022.

FREITAS, S. R. **Teletrabalho na administração pública federal: uma análise do potencial de implantação na diretoria de marcas do INPI**. 2008. 120f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

GEORGE, Jennifer M. 9 Creativity in organizations. **Academy of Management annals**, vol. 1, n. 1, p. 439-477, 2007.

JNANESWAR, K. Relationship between work-life balance, turnover intention, and organizational support for work-life balance: A study in the IT industry in Kerala. **Prabandhan: Indian Journal of Management**, vol. 9, n. 5, p. 33-44, 2016.

JOB, P. A.; BHATTACHARYYA, Sanghamitra. **Creativity and innovation for competitive excellence in organizations**. 2007.

LA TORRE, Saturnino. **Dialogando com a criatividade**. Da identificação à criatividade Paradoxal.[Tradução de Cristina Mendes Rodrigues]. São Paulo: Editora Madras, 2005.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 5, n. 1, p. 151-161, 2000.

LOURENÇO, Fernando Miguel Gomes. **Inovação de técnicas administrativas para o melhoramento de desempenho das atividades organizacionais: um estudo feito nas Direções Provinciais do Setor Público no Cuanza Norte**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Assessoria de Administração) Instituto Politécnico do Porto, 2015. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6353/1/DM_FernandoLouren%C3%A7o_2015.pdf> Acesso: 27 maio 2022.

LOWENFELD, Viktor; BRITAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. Mestre Jou, 1977.

MACHADO, Marly Stephany Magalhães *et al.* As contribuições da estratégia dos seis chapéus do pensamento no ensino de química: um relato de uma intervenção lúdico-pedagógica. **Educação Química em Ponto de Vista**, vol. 5, n. 2, 2021.

MARTINS, Ellen; MARTINS, Nico. An organisational culture model to promote creativity and innovation. **SA Journal of Industrial Psychology**, vol. 28, n. 4, p. 58-65, 2002.

MESSIAS, Fernanda; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; SILVA, Caio Frederico. A economia criativa na arena da sustentabilidade. **Pós.Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, vol. 27, n. 50, p. e161954-e161954, 2020.

MONTEIRO, E. M. A.; DINIZ, F. J. L. S.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; CARVALHO, J. V. F. O impacto da qualidade de vida no trabalho (QVT) no faturamento das indústrias metalúrgicas do Estado do Pará. **Revista de Administração da UEPG**, vol. 2, n. 1, p. 18-33, 2011.

MOURA, A. F. G, SILVA, M. R., CARVALHO, L. C. Comprometimento Organizacional: Um estudo com servidores e não servidores do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul. **Revista Desafio Online**, vol. 7, n. 1, 2019.

PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração pública**. Elsevier, 2010.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 121 p.

RUNCO, M. A. Creativity. **Annual Review of Psychology**, vol. 55, n. 1, p.657–687, 2004.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. del P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEIDEL, Stefan; ROSEMANN, Michael; BECKER, Joerg. How does creativity impact business processes? *In: Proceedings of the 16th European Conference on Information Systems*. ECIS Standing Committee, p. 1-13, 2008.

SHALLEY, Christina E.; ZHOU, Jing; OLDFHAM, Greg R. The effects of personal and contextual characteristics on creativity: Where should we go from here? **Journal of management**, vol. 30, n. 6, p. 933-958, 2004.

SOUZA, Teresa Cristina Padilha de. **Mérito, estabilidade e desempenho: influência no comportamento do servidor público**. 2002. 127 f. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Empresas). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3759/000324042.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 maio 2022.

STERNBERG, Robert J. *et al.* **Psicologia cognitiva**. Padova, Italy: Piccin, 2000.

STERNBERG, Robert J.; LUBART, Todd I. The concept of creativity: Prospects and paradigms. **Handbook of creativity**, vol. 1, n. 3-15, 1999.

TEIXEIRA, Filipa Braia.; CURRAL, Luís.; GOMES, Catarina. Criatividade em contexto organizacional: o impacto das recompensas extrínsecas e do feedback negativo no desempenho criativo. *In: Revista Psicologia*. vol. 28(2), p. 45-62, 2014. Disponível em: <<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/643/706>>. Acesso em: 06 maio 2022.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. *In: Metodologia da pesquisa-ação*. 1988. p. 108-108.

WILLIAMS, Wendy M.; YANG, Lana T. **19 Organizational Creativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOODMAN, Richard W.; SAWYER, John E.; GRIFFIN, Ricky W. Toward a theory of organizational creativity. **Academy of management review**, vol. 18, n. 2, p. 293-321, 1993.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.



ZHOU, Jing; SU, Yanjie. A missing piece of the puzzle: The organizational context in cultural patterns of creativity. **Management and Organization Review**, v. 6, n. 3, p. 391-413, 2010.

Recebido em 13/06/2022

Aprovado em 07/07/2022



AValiação de Impacto do Programa Trilha Jovem Iguassu Sobre a Empregabilidade dos Jovens no Município de Foz do Iguaçu-PR

Marcos de Oliveira Garcias¹
Vitor Hugo Tavares da Silva²
Petterson E. S. Gherlandi³
Carla Andrea Contreras Contreras⁴

RESUMO:

O grupo etário mais afetado pela volatilidade dos ciclos econômicos e pela crescente taxa de desemprego é o das pessoas entre 15 e 29 anos de idade. Em resposta, surgem pelo mundo políticas sociais que visam aumentar a empregabilidade dos mais jovens. O presente artigo buscou realizar a avaliação de impacto de um programa de qualificação profissional com esta missão, o Trilha Jovem Iguassu – TJI. O objetivo do TJI é a capacitação de jovens em vulnerabilidade social para a atuação no setor turístico. Para isso, fez-se uso do método de pareamento por escore de propensão. Identificaram-se efeitos significativos e positivos sobre a empregabilidade, em especial das mulheres e daqueles que completam todas as etapas do treinamento. Esses resultados auxiliam os processos de tomada de decisão de *policy makers* envolvidos neste e outros programas do tipo, bem como evidenciam os retornos obtidos em projetos oriundos de fontes de recursos limitados.

Palavras-chave: Pareamento por escore de propensão; Avaliação de impacto; Empregabilidade. Jovens.

IMPACT EVALUATION OF THE *TRILHA JOVEM IGUASSU* PROJECT OVER THE EMPLOYABILITY OF YOUTH IN THE CITY OF *FOZ DO IGUAÇU, PARANA*

ABSTRACT:

The age range most affected by the volatility of the economic cycles and growing unemployment rate is the group of people with ages between 15 and 29 years old. As an answer to that question, all around the world emerge active labor market policies that search to rise the employability of the youth. This paper aims to evaluate the impact of a labor training program with that mission, the *Trilha Jovem Iguassu* project, which main goal is the qualification of vulnerable youth to work at the touristic sector. For that, was made use of the method of propensity score matching (PSM). It was identified that the project has positive and significant effects over the employability of the participants, especially for women and those who complete all the stages of training. Those results help the decision-making process of policy makers involved with this or similar projects, as well as highlight the outcomes obtained through projects with limited resources.

Keywords: Propensity score matching. Impact evaluation. Employability. Youth.

1 Doutor e Mestre em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). Professor do Departamento de Administração Pública (FCSA/DAP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: marcos.garcias@ufla.br.

2 Graduando em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). E-mail: vht.silva.2018@aluno.unila.edu.br.

3 Analista de Inovação e Negócios do Complexo Turístico de ITAIPU na Fundação Parque Tecnológico de ITAIPU. Graduado em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-americana, e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela mesma universidade. E-mail: gherlandi@gmail.com.

4 Graduanda em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). E-mail: cac.contreras.2018@aluno.unila.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, a questão do emprego juvenil vem se tornando central nas discussões a respeito do desenvolvimento econômico. Estes indivíduos, com idades entre 15 e 24 anos, segundo classificação adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), vêm enfrentando duras barreiras à entrada no mercado de trabalho. Em 1993, 51,7% da força de trabalho jovem estava empregada no mundo; em 2018, essa taxa se reduziu para 36,6% (OIT, 2019, p.11).

Como resposta a um mercado de trabalho mais dinâmico e competitivo, iniciativas de qualificação e treinamento profissional vêm sendo criadas, com o objetivo de aumentar a empregabilidade dos cidadãos – em especial, dos mais jovens. Por serem projetos financiados muitas vezes com recursos escassos, para além da implementação dessas iniciativas, surge a necessidade de realizar a avaliação de impacto a fim de mensurar o cumprimento – ou não – dos objetivos de tais projetos e apontar novos caminhos para que um problema de tamanha complexidade possa ser enfrentado de maneira adequada pela sociedade.

A maior parte da literatura existente acerca da análise de impacto de programas de treinamento vem dos Estados Unidos e da Europa. No geral, esses programas apresentam efeitos modestos em países desenvolvidos (CARD *et al.*, 2011, p.269). Por outro lado, é nos países em desenvolvimento que a literatura aponta ocorrer maiores impactos após a realização de capacitação voltada aos mais jovens (BETCHERMAN; OLIVAR; DAR, 2004, p.54).

Card *et al.* (2011), analisando o programa dominicano *Juventud y Empleo*, foi pioneiro na América Latina e Caribe ao adotar um desenho de avaliação utilizando seleção aleatória. O estudo apresentou impacto estatisticamente insignificante sobre a empregabilidade, enquanto o efeito do tratamento na renda mensal mostrou-se significativo ao nível convencional. O programa segue sendo alvo de estudos e teve sua estrutura modificada após os resultados das primeiras avaliações. Ibarrarán *et al.* (2014) reavaliaram o projeto, também por seleção aleatória, e identificaram o seu “efeito positivo em melhorar a percepção dos jovens acerca de suas condições atuais e expectativas sobre o futuro [...]”. Esses impactos são mais fortes para mulheres e indivíduos mais jovens [...]” (IBARRARÁN *et al.*, 2014, p.13) [tradução livre].

Popescu e Roman (2018) desenvolveram estudo similar na Romênia – país do Leste Europeu em processo de desenvolvimento⁵. As autoras empregaram a metodologia de pareamento por escore de propensão e obtiveram contrafactuais para estimar o impacto das políticas. Os resultados permitiram identificar fragilidades no processo de seleção de beneficiários adotado pelo governo romeno. De modo geral, os programas de qualificação do país falham em atingir os subgrupos sociodemográficos que mais se beneficiariam das intervenções (POPESCU; ROMAN, 2018, p.19-20).

5 O PIB *per capita* da Romênia em 2019, segundo o Banco Mundial, foi de US\$12.919,53. Para efeito de comparação, o PIB *per capita* médio da União Europeia – bloco do qual o país é membro desde 2007 – situou-se na faixa de US\$34.843,297

Esses resultados evidenciam a relevância de se avaliar não apenas os impactos dos programas de treinamento, mas também como se estruturam esses resultados e como se relacionam com as características socioeconômicas dos indivíduos. Garantir que as políticas cheguem ao público-alvo do treinamento é fundamental para que sejam extraídos todos os potenciais da política.

Na América Latina e Caribe, os primeiros grandes programas de capacitação remontam ao período conhecido pela estratégia desenvolvimentista de Industrialização por Substituição de Importações (1940-80, aproximadamente) – quando diversos países da região criaram seus Institutos Nacionais de Treinamento (INT). Com o abandono dessas estratégias, a partir da década de 1980, os INTs passaram a fornecer capacitação voltada às demandas dos empregadores locais de maneira descentralizada (CARD *et al.*, 2011, p.271). É dessa forma que as políticas ativas do mercado de trabalho – inclusive aquelas voltadas à capacitação dos trabalhadores – se orientam até hoje.

No Brasil, a partir da década de 1980, com o fortalecimento das doutrinas neoliberais e do processo de “enxugamento” do Estado brasileiro, muitas das políticas historicamente ofertadas pelo Estado, dentre elas parte das políticas ativas voltadas ao mercado de trabalho, passaram a ser delegadas a organizações privadas – em especial ao chamado “Terceiro Setor” (organizações sem fins lucrativos), como apontam Chahaira e Aoki (2016, p.234).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o programa de capacitação profissional Trilha Jovem Iguassu (TJI) localizado no município de Foz do Iguaçu – PR. O TJI atende jovens em condição de vulnerabilidade social e oferta a eles qualificação profissional voltada ao principal setor econômico da região, o turismo. Assim, o projeto concatena as duas tendências mencionadas anteriormente, buscando atender às demandas da juventude e das empresas locais, sendo gerido por uma organização do Terceiro Setor – o Instituto Polo Internacional Iguassu.

O Trilha surge como um projeto-piloto no ano de 2004, sendo executado primeiramente em Salvador – BA pelo Instituto de Hospitalidade de Salvador. Entre 2006 e 2010, teve edições executadas em grandes polos turísticos do Brasil, como São Paulo – SP, Natal – RN, Rio de Janeiro – RJ e Foz do Iguaçu – PR, dentre outros. Atualmente, apenas o projeto sediado em Foz do Iguaçu segue ativo. Entre 2012 e 2019, o TJI teve mais 7 edições, totalizando 11 no período 2006-2019. Ao longo dos anos, 1.525 jovens ingressaram no programa.

Desse modo, avaliar o impacto do TJI mostra-se parte fundamental de um processo que satisfaça às necessidades da comunidade. Isso porque traz aos gestores do programa evidências que podem sugerir caminhos para uma execução mais eficiente em enfrentar os desafios da juventude e fomentar o mercado local. Além disso, justifica aos organismos e agentes financiadores a aplicação dos recursos, trazendo transparência na tomada de decisões.

Com o objetivo de mensurar o impacto exercido pelo Trilha Jovem Iguassu sobre a empregabilidade de seus participantes, o presente trabalho faz uso do método econométrico quase-experimental de pareamento por escore de propensão (em inglês, *propensity score*

matching, ou apenas PSM). Os aspectos metodológicos desta pesquisa serão detalhados na seção seguinte. Posteriormente, estarão expostos os resultados estimados, sucedidos por breves considerações a respeito de seus significados. Por fim, estarão listadas as referências citadas ao longo do texto.

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de averiguar se a participação no Trilha Jovem Iguassu de fato amplia a probabilidade de obter emprego dos jovens e qual a magnitude desse suposto impacto, este trabalho faz uso do método econométrico de pareamento por escore de propensão.

Segundo Angrist e Pischke (2009, p.11-12), seja Y_i a variável de interesse a ser mensurada (no caso, a obtenção de um emprego), tem-se que:

$$Y_i = \beta_0 + \gamma D_1 + \beta_1 X_1 + u_i \quad (1)$$

De modo que D_1 é uma variável *dummy* que indica se o indivíduo participou ou não do tratamento (neste estudo, o programa Trilha Jovem), X um vetor de covariáveis, β_0 e β_1 são os parâmetros, u_i é o erro aleatório e γ o valor estimado do impacto do tratamento. Ademais, sustenta-se que:

$$E[Y_i | D_1 = 1] = \beta_0 + \gamma + E[u_i | D_1 = 1] \quad (2)$$

$$E[Y_i | D_1 = 0] = \beta_0 + E[u_i | D_1 = 0] \quad (3)$$

A partir de (2) e (3), deriva-se que o efeito médio de tratamento pode ser expresso como:

$$E[Y_i | D_1 = 1] - E[Y_i | D_1 = 0] = \gamma + E[u_i | D_1 = 1] - E[u_i | D_1 = 0] \quad (4)$$

Ou seja, a diferença das médias da variável de interesse entre os grupos de tratamento e controle é igual ao impacto do tratamento – γ – somado ao viés de seleção ($E[u_i | D_1 = 1] - E[u_i | D_1 = 0]$), que consiste na diferença das médias do erro entre tratamento e controle. O viés de seleção também pode ser representado como:

$$E[u_i | D_1 = 1] - E[u_i | D_1 = 0] = E[Y_{0i} | D_1 = 1] - E[Y_{0i} | D_1 = 0] \quad (5)$$

De modo que $E[Y_{0i} | D_1 = 1]$ representa qual seria o valor médio de Y para os indivíduos do grupo de tratamento caso não tivessem passado pelo programa (o chamado *contrafactual*) e $E[Y_{0i} | D_1 = 0]$ é a média observada no grupo de controle. Dessa maneira, caso D_1 siga uma

distribuição aleatória, uma regressão de Y em relação a D estimaria o efeito causal de interesse γ .

Este é o caso das pesquisas já mencionadas de Card *et al.* (2011) e Ibarrarán *et al.* (2014), que avaliaram um programa cujo sistema de seleção dos candidatos ao tratamento é aleatório. Entretanto, este não é o caso do Trilha Jovem, de modo que o presente trabalho faz uso do *propensity score matching*, proposto por Rosenbaum e Rubin (1983, p.41-43), para contornar este problema.

Neste método, dado o vetor de covariáveis X_i , atribui-se a cada indivíduo uma probabilidade $p(X_i)$ de que ele seja selecionado ao tratamento. Assim, o escore de propensão pode ser definido como:

$$p(X_i) = Pr (D = 1|X) = E(D|X)(6)$$

Este escore foi estimado através de um modelo de regressão *logit*, no qual a variável dependente foi a participação no Trilha Jovem e um vetor de variáveis observáveis representou o termo independente. Este modelo está detalhado na seção seguinte.

A partir dos escores, pode-se parear as observações com probabilidades mais próximas, seguindo diferentes critérios e algoritmos (*nearest neighbor*, kernel, sem reposição, dentre outros). Maiores detalhes sobre o pareamento também estão expostos na seção Resultados.

3. RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados o funcionamento do Trilha Jovem Iguassu, os modelos econométricos utilizados e os resultados obtidos.

A metodologia do TJI divide-se em duas etapas. Na primeira, os ingressantes passam por aulas presenciais que somam carga horária de 500 horas e compreendem ensino de língua inglesa, qualificação profissional, dentre outras atividades. Após concluírem esta etapa, os participantes são encaminhados à Vivência Profissional Supervisionada (VPS), onde são inseridos em atividades práticas dentro de empresas parceiras do programa. Essa etapa dura aproximadamente 3 meses. No ano de 2019, 177 jovens participaram do programa, dos quais 67% concluíram a VPS.

Para a realização desta pesquisa, a equipe que realiza o projeto disponibilizou uma amostra com informações a respeito de 126 jovens que se inscreveram para participar do TJI no ano de 2019. Desses, 66,67% foram selecionados para o programa, que conta com número limitado de vagas. A Tabela 1 apresenta a proporção desses jovens de acordo com algumas das variáveis disponíveis na base de dados.

Analisando os dados da tabela 1, chama atenção a busca de jovens do sexo feminino pelo programa de qualificação, compreendendo ampla maioria tanto entre os selecionados

quanto entre aqueles que ficaram de fora do programa. Além disso, há o predomínio de jovens abaixo dos 18 anos de idade.

Tabela 1: Estatística descritiva dos inscritos no Trilha Jovem Iguassu

	Não selecionados para o TJI	Selecionados para o TJI
Homens	26,8%	34,9%
Mulheres	73,2%	65,1%
16 anos	28,6%	8,3%
17 anos	31,0%	36,9%
18 anos	28,6%	35,7%
19 anos	7,1%	11,9%
20 ou mais	4,8%	7,1%
Desempregados	64,3%	53,6%
Empregados	35,7%	46,4%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pela organização do programa

Por outro lado, o dado que mais se destaca é o nível de desemprego. Entre os jovens que participaram do Trilha Jovem em 2019, a taxa de desemprego é 10,7 pontos percentuais (p.p) menor do que entre aqueles não selecionados para o programa. A hipótese mais sugestiva a ser levantada é a de que o programa atinge seu objetivo primordial – de estimular a entrada dos jovens egressos ao mercado de trabalho – com impacto positivo sobre empregabilidade destes.

A partir desses dados, segue-se o procedimento detalhado na seção de Metodologia, iniciando com a estimação dos escores individuais que mensuram a probabilidade de participação no tratamento. O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas no modelo de regressão *logit* utilizado para o cálculo dos escores.

Os coeficientes estimados pelo modelo *logit* estão expostos na Tabela 2. Para realização desta estimativa (e das que se seguem), fez-se uso do software estatístico Stata em sua versão 14.0. Foram consideradas apenas 122 das 126 observações disponíveis na amostra dada a existência de *missing values* em algumas variáveis.

A partir dos coeficientes estimados neste modelo, destacam-se alguns resultados. Primeiramente, é apontado como o fato de possuir exatamente 16 anos de idade influir negativamente sobre a probabilidade de o jovem ser selecionado ao Trilha. Outro fator que reduz as chances de ingresso é a carga horária desempenhada em atividades domésticas – quanto mais horas semanais despendidas neste tipo de trabalho, menores as chances de entrada no projeto.

Quadro 1: Variáveis utilizadas no modelo de regressão *logit* para o escore de propensão

Variáveis	Descrição
jovemSelecionado_n (dependente)	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado participou do Trilha em 2019 e (0) caso contrário
Sexo	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado é do sexo feminino e (0) caso contrário
Idade_16	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado possui 16 anos ou menos e (0) caso contrário
Inglês	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado tem conhecimento de inglês e (0) caso contrário
Bolsa_família	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado recebe Bolsa Família e (0) caso contrário
Escolarida_resp	Variável categórica do grupo de escolaridade do responsável
Proxy_renda	<i>Proxy</i> da renda familiar; varia de 0 a 1 e toma como base as respostas dos candidatos a respeito dos bens de consumo que possuem em seus domicílios (televisão, geladeira, micro-ondas, computador, <i>smartphone</i> , <i>tablet</i> , internet, bicicleta – peso 0,2) e veículos (motocicleta – com peso 0,3 – e carro – peso 0,5). Dessa forma, se o respondente alegasse possuir todos os itens, a ele seria atribuído um valor 1 (0,2+0,3+0,5). Ao contrário, caso possuísse apenas um item da primeira categoria, ao respondente seria atribuído um valor de <i>proxy</i> de renda de 0,025 (0,2/8)
Domest_work	Número de horas de atividades domésticas realizadas semanalmente

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2: Resultados do modelo *logit* utilizado para o escore de propensão

Variáveis	Coefficiente	Desvio-Padrão	z	P>z
Sexo	-0,680510	0,55	-1,25	0,212
Idade_16	-2,031535	0,66	-3,09	0,002
Inglês	-0,067452	0,48	-0,14	0,889
Bolsa_familia	3,399918	1,25	2,73	0,006
Escolaridade_resp	0,237255	0,10	2,27	0,023
Proxy_renda	-1,844467	0,84	-2,21	0,027
Domest_work	-0,538534	0,24	-2,21	0,027
_cons	2,843458	1,06	2,67	0,008
	LR chi2		34,29*	
	Pseudo_R2		0,2221	
	Observações		122	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pela organização do programa

Por outro lado, quanto menor a renda familiar – mensurada via *proxy* – e o nível de escolaridade do responsável legal, maiores as chances de o jovem ser selecionado. Ser beneficiário do Programa Bolsa Família também amplia as chances de seleção. Estes são resultados que podem apontar para uma eficácia do processo seletivo em identificar e priorizar os candidatos em maior situação de vulnerabilidade – ainda que este não seja o foco desta avaliação.

O passo seguinte trata de realizar o *matching* (pareamento) entre os dois grupos – jovens selecionados ou não para o projeto – com escores próximos, para, enfim, poder se obter o impacto médio do programa sobre a variável de interesse.

A fim de realizar o pareamento, fez-se novamente o uso do software Stata 14.0, através do comando *psmatch2*, desenvolvido por Leuven e Sianesi (2003). Esse comando permite a aplicação de diferentes algoritmos de pareamento, de modo que aquele com melhor significância estatística e capacidade de descrever com fidedignidade os resultados seja selecionado para realizar a avaliação. O pareamento foi realizado pelo método de *nearest neighbor*, que compara os indivíduos de Tratamento e Controle com escores mais próximos. Na Tabela 3 estão expostas as diferenças de médias pós-pareamento para as variáveis de interesse.

Tabela 3: Resultados pós-pareamento

Variável	Tratamento	Controle	Diferença	Desvio-Padrão	Teste-T
emprego	0,475609756	0,269817073	0,205792683	0,12	1,65*
empregoMasc	0,413793103	0,245689655	0,168103448	0,20	0,85
empregoFem	0,490909091	0,309090909	0,181818182	0,13	1,36#
quandoEmprego	5,46153846	4,45299145	1,00854701	1,30	0,78
CLT_30h	0,384615385	0,085470085	0,299145299	0,21	1,39#
horasSemanais	33,6666667	27,2307692	6,43589744	4,55	1,42#
empregoVPS	0,592592593	0,296296296	0,296296296	0,13	2,25*

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pela organização do programa. * estatisticamente significativa a 10%; ** estatisticamente significativa a 5%. Devido ao baixo número de observações, consideramos os resultados com # estatisticamente significativos a 20%.

A variável “emprego” é *dummy* e igual a 1 caso o jovem já tenha exercido atividade profissional e igual a 0 caso contrário; as variáveis “empregoMasc” e “empregoFem” estruturam-se da mesma forma, diferenciando os resultados para homens e mulheres, respectivamente.

As variáveis seguintes se aplicam apenas aos jovens que obtiveram inserção profissional: “quandoEmprego” mensura, de 1 a 9, em quantos meses após a conclusão do

Trilha Jovem os indivíduos conseguiram emprego; “CLT_30h” é *dummy* e igual a 1 caso o jovem tenha sido contratado em regime de carteira assinada e com carga horária superior a 30 horas semanais e igual a 0 caso contrário; e “horasSemanais” mensura a carga horária semanal.

Por fim, a variável “empregoVPS” é *dummy* e compara a empregabilidade entre os jovens que participaram do TJI e cumpriram todas as etapas do programa (incluindo a Vivência Profissional Supervisionada – VPS) e os jovens que, por algum motivo, não concluíram a última fase do programa.

Observa-se que, ao nível de significância de 10%, a participação no Trilha Jovem Iguassu – em média – aumenta a probabilidade de o jovem obter uma colocação no mercado de trabalho em 20,58 p.p. Em comparação com os dados expostos na Tabela 1, onde a taxa de emprego era 10,7 p.p superior no grupo de tratamento em comparação com o de controle, o efeito estimado é ainda mais satisfatório em atender aos objetivos do programa.

Os resultados também apontam significância estatística para a empregabilidade das mulheres ao nível de 20%, enquanto a média dos homens não é estatisticamente significativa. Entretanto, cabe notar impacto maior do tratamento sobre participantes do gênero feminino.

O resultado do recorte de gênero dialoga com os resultados obtidos em avaliações de impacto similares. Popescu e Roman (2018, p.18-19) destacam os efeitos superiores dos programas romenos de treinamento profissional sobre a empregabilidade das mulheres. Avaliando o mercado de trabalho japonês, Hara (2021, p.20) chega a conclusões similares.

Diversas hipóteses podem explicar os efeitos superiores do treinamento para as jovens. Por um lado, Priotto e Nihei (2016, p.86) observam como há maior inserção de homens no mercado de trabalho da região trinacional de Foz do Iguaçu. Assim, pode-se considerar que a capacitação oferecida pelo Trilha Jovem permite o preenchimento de vagas que estavam ociosas ou que tipicamente seriam destinadas a jovens do sexo masculino. Por outro lado, deve se considerar também que a participação em programas como o TJI também possui efeitos psicossociais e promove o desenvolvimento de habilidades não-cognitivas (ambos de difícil mensuração). Esse tipo de efeito, além de ampliar as qualificações das postulantes a uma vaga de emprego, também estimula as jovens a superar limitações autoimpostas e construir melhores expectativas acerca do futuro – resultados que Ibararán *et al.* (2014, p.18-19) e Croke, Goldstein e Holla (2017, p.15) identificam nos estudos de caso que conduziram.

Com significância estatística ao nível de 20%, observou-se que os jovens egressos do Trilha Jovem Iguassu trabalham, em média, 6,43 horas semanais a mais em comparação com os que não participaram do programa, atingindo também maior registro em Carteira de Trabalho. Esses indicadores podem apontar para uma maior satisfação aos interesses desses indivíduos, cuja oferta de trabalho é correspondida e absorvida em maior grau pelo mercado local.

Apesar de não possuir significância estatística, cabe mencionar como os dados sugerem maior demora dos egressos do programa em obter emprego (cerca de 1 mês a mais). Isso pode indicar maior competitividade no mercado de mão de obra qualificada, ou ainda

refletir um nível maior de exigência dos egressos em relação às vagas que pleiteiam. A fim de elucidar essa questão, mostra-se interessante explorar com mais detalhes, em um futuro estudo, as condições de emprego dos jovens de Foz do Iguaçu e de que forma programas como o Trilha Jovem afetam a realidade da juventude local neste aspecto.

Na comparação entre os jovens egressos do Trilha que cumpriram todas as etapas do programa e aqueles que, por algum motivo, não concluíram a Vivência Profissional Supervisionada, constata-se que o primeiro grupo obteve o dobro de chance de obter emprego em relação ao segundo (ao nível de significância de 5%). Considerando que a etapa de VPS consiste, essencialmente, em um tipo de estágio profissional, o resultado estimado aponta para duas hipóteses: por um lado, dialoga com a preferência que os empregadores possuem pela contratação de indivíduos que contam com experiência de trabalho prévia – como aponta Rodrigues (2017, p.74); e por outro, é possível que a experiência supervisionada oferecida pelo Trilha Jovem cause nos egressos maior interesse pela continuidade na vida profissional, motivando-os a buscar boas colocações no mercado de trabalho, conferindo renda e independência. Naturalmente, ambas as hipóteses não são exclusivas e mostram-se interessantes para o aprofundamento da questão por meio de novas análises a respeito do mercado de trabalho local e dos interesses da juventude.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se verificar que o projeto Trilha Jovem Iguassu impacta positivamente a empregabilidade dos jovens que participam do programa, em especial daqueles que concluem todas as suas etapas (teórica e prática). Ademais, aponta-se que o impacto é superior entre egressos do sexo feminino (embora a média para o grupo dos homens não tenha obtido significância estatística nos modelos de pareamento).

Os resultados obtidos pelo recorte de gênero apontaram maior impacto do tratamento sobre participantes do gênero feminino. Sobre esse resultado é importante notar que a capacitação oferecida pelo Trilha Jovem permite que as jovens superem limitações autoimpostas, melhorem suas expectativas acerca do seu futuro profissional e, principalmente, acessem vagas de emprego que estavam ociosas ou que tipicamente seriam destinadas a jovens do sexo masculino.

A participação no TJI também amplia a probabilidade de os jovens obterem emprego em regime de carteira assinada e cumprindo carga horária de, ao menos, 30 horas semanais. Embora esses indicadores não sejam suficientes para caracterizar com precisão as condições de emprego dos indivíduos, os resultados apontam como a qualificação possui, também, a capacidade de garantir aos jovens maior acesso a vagas de trabalho decente⁶ - garantindo

6 Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entende-se como “trabalho decente” a ocupação que confere ao indivíduo “[...] trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.” (OIT, 2011, p.10).

acesso aos direitos trabalhistas e possibilitando que exerçam de forma plena suas competências.

Diante do exposto, fica claro que programas como o Trilha Jovem Iguassu possuem a capacidade de influenciar positivamente no sucesso profissional e pessoal dos indivíduos que participam do treinamento. A adequação do projeto às necessidades da juventude local – em especial daqueles em situação de vulnerabilidade - e às demandas do mercado de trabalho, mostra-se crucial para que esses resultados sejam alcançados, enfrentando problemas estruturais da sociedade brasileira e do capitalismo contemporâneo, como o desemprego juvenil, a menor inserção profissional de mulheres e o limitado acesso da juventude a postos de trabalho decentes.

REFERÊNCIAS

- ANGRIST, J., & PISCHKE, J-S. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. Princeton University Press, 2008.
- BETCHERMAN, G., OLIVAS, K., & DAR, A. Impacts of Active Labor Market Programs: New Evidence from Evaluations with Particular Attention to Developing and Transition Countries. **Social Protection Discussion Paper Series**, 2004.
- CARD, D., IBARRARÁN, P., REGALIA, F., ROSAS-SHADY, D., & SOARES, Y. The Labor Market Impacts of Youth Training in the Dominican Republic. **Journal Of Labor Economics**, 29(2), pp. 267-300, abril de 2011. doi: <http://dx.doi.org/10.1086/658090>.
- CHAHAIRA, B. V., & AOKI, R.C. A Contribuição do Terceiro Setor como Prestador de Serviços Públicos. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, 2, pp. 222-242, dezembro de 2016.
- CROKE, K., GOLDSTEIN, M., & HOLLA, A. **Can Job Training Decrease Women's Self-Defeating Biases? Experimental evidence from Nigeria**. Policy Research Working Paper 8141. World Bank, 2017.
- HARA, H. **The Effect of Public-Sponsored Job Training in Japan**. RIETI Discussion Paper Series 21-E-027, 2021.
- IBARRARÁN, P., RIPANI, L., TABOADA, B., VILLA, J. M., & GARCIA, B. Life skills, employability and training for disadvantaged youth: Evidence from a randomized evaluation design. **Iza Journal Of Labor & Development**, 3(1), pp. 1-24, junho de 2014. doi: <http://dx.doi.org/10.1186/2193-9020-3-10>.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (Organização Internacional do Trabalho - OIT). **World Employment Social Outlook: Trends**. Geneva: ILO, 2019.

LEUVEN, E., & SIANESI, B. **PSMATCH2: Stata module to perform full Mahalanobis and propensity score matching, common support graphing, and covariate imbalance testing.** Statistical Software Components S432001. Boston College Department of Economics, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT (Brasil). **Agenda Nacional de Trabalho Decente Para A Juventude.** Brasília: MTE, 2011.

POPESCU, M. E., & ROMAN, M. Vocational training and employability: evaluation evidence from Romania. **Evaluation And Program Planning**, pp. 38-46, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2017.11.001>.

PRIOTTO, E. P., & NIHEI, O. K. **Perfil do Adolescente na Tríplice Fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai.** Curitiba: Editora CRV, 2016.

RODRIGUES, T. **Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade.** (Dissertação). Mestrado em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2017.

*Recebido em 07/07/2022
Aprovado em 24/07/2022*

A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNERO: O CASO DOS ADVOGADOS E ADVOGADAS DO PARANÁ

Marco Aurélio Kasmin¹
Karine Maria Minotto²

RESUMO:

A desigualdade salarial de gênero é um problema muito frequente, frente a esta problemática se destacam determinadas profissões as quais as mulheres ainda não são valorizadas quanto a sua capacitação, discriminadas apenas por serem mulheres. Dentre essas formações está o direito, assim, objetivou-se analisar o que a literatura nacional, por meio de uma revisão sistemática, apresenta sobre a desigualdade salarial entre mulheres e homens, e posteriormente avaliar a situação do mercado formal do setor por meio dos dados da RAIS para o período 2006-2016. Os resultados evidenciaram que a desigualdade ainda é um problema da atualidade e que essa reduziu muito pouco com o passar dos anos. A pesquisa mostrou a importância de mecanismos de inclusão e da tecnologia na redução da desigualdade de salário entre homens e mulheres. Chegando-se a conclusão de que ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca da igualdade salarial entre homens e mulheres.

Palavra-chave: Mercado de trabalho, Gênero, Desigualdade.

GENDER WAGE INEQUALITY: THE CASE OF PARANA'S LAWYERS

ABSTRACT:

Gender wage inequality is a very frequent problem. In view of this problem, certain professions stand out and women are still not valued in terms of their training, discriminated against just because they are women. Among these formations is the law, thus, the objective was to analyze what the national literature, through a systematic review, presents about the inequality in wages between women and men, and subsequently to evaluate the situation of the formal market of the sector through the data RAIS for the period 2006-2016. The results showed that inequality is still a problem today and that this has reduced very little over the years. The survey also showed the importance of inclusion mechanisms and technology in reducing the gender pay gap. The conclusion is reached that there is still a long way to go in search of equal pay for men and women.

Keywords: Labor market, Gender, Inequality.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o papel das mulheres vêm aumentando, seja nas relações sociais, profissionais, culturais ou políticas, espaços que frequentemente eram ocupados significativamente por homens. Porém, quando se tratam de seus papéis em relações profissionais, as mulheres ainda sofrem significativamente com a diferenças de oportunidades e também de salários (CAVAZOTTE, OLIVEIRA E MIRANDA, 2009).

Cavazotte, Oliveira e Miranda (2009), identificaram três principais formas em que ocorreriam as discriminações de mulheres no âmbito profissional: a discriminação salarial pura, ou seja, salários menores que os dos homens em funções idênticas; a segregação ocupacional, que seria o oferecimento de postos de trabalhos menos qualificados e mal remunerados às mulheres; e a dificuldade de ascensão profissional das mulheres, que os autores apresentam com a expressão *glass ceiling*, como uma

1 Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Unioeste *campus* de Francisco Beltrão. Email: marcokasmin@hotmail.com.

2 Graduada em Ciências Econômicas e Direito. Assistente de Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Email: karine_minotto@hotmail.com.

barreira que bloqueia a promoção de mulheres aos níveis superiores da hierarquia em organizações.

Diante deste cenário, percebe-se ainda evidente a grande diferença no tratamento de homens e mulheres no mercado de trabalho. Cabendo analisar essas diferenças para uma área específica, qual seria, o Direito, quanto aos prestadores de serviços jurídicos, para que assim, possa-se inferir se existem diferenças consideráveis de tratamento entre homens e mulheres em tal área de atuação, visto que, há a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil regravando essas remunerações, pelo menos quanto a um valor mínimo, tentando garantir uma isonomia entre os ganhos dos advogados.

Sobretudo, apesar de haver regramento nas remunerações, o quanto de serviços advocatícios cada advogado presta é variável, assim como, quanto cobra acima desta tabela, podendo serem encontradas diferenças salariais quanto a este sentido.

Ante a todas essas informações, o objetivo do presente trabalho é analisar há desigualdade salarial entre mulheres e homens no exercício da advocacia no Paraná entre os anos de 2006 e 2018. Para tanto, parte-se da hipótese de que há desigualdade significativa entre homens e mulheres no exercício da advocacia, mas que essa vem diminuindo ao longo dos anos.

Para a realização do presente artigo, objetiva-se utilizar dados secundários da base de dados Rais, no período de 2006 a 2016, sendo escolhido o ano final a partir dos dados já consolidados da base de dados Rais e o ano inicial que gere uma análise de dez anos, para que se possa acompanhar como vem ocorrendo tal processo e suas mudanças.

Serão utilizados dados quanto a remuneração média do mês de dezembro no Estado do Paraná, por sexo, dos profissionais que se encaixam no CNAE de Classe 6911-1(atividades jurídicas exceto cartórios) e Subclasse 6911-1/01 (serviços advocatícios).

Para análise dos dados, será realizada estatística comparativa, realizando-se gráficos e tabelas com as diferenças em cada nível de escolaridade e o comportamento dessas ao longo do tempo. Também, far-se-á uso de pesquisa bibliográfica na base de dados do CAPES, pesquisando-se quanto a salário, gênero e Rais em trabalhos corrigidos por pares.

Ao final, pretende-se analisar, se a figura da mulher no mercado jurídico paranaense vem sendo valorizada ou não, para que assim, possa-se chegar a conclusão da atual evolução brasileira quanto a inclusão dessas no mercado de trabalho.

2. METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho é dividida em dois conjuntos de procedimentos metodológicos, o primeiro conjunto trata de uma revisão sistemática de literatura e a segunda da análise empírica do mercado de trabalho para advogados por meio dos dados da RAIS – Relação anual de informações sociais, do Ministério da Economia.

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, a qual identifica, seleciona, coleta dados, analisa e avalia criticamente estudos sobre um determinado assunto, a partir de uma pergunta norteadora, que obedece aos métodos sistemáticos e explícitos.

Para se desenvolver esta proposta metodológica, seguiram-se as três etapas seguintes: 1) planejamento e formalização; 2) condução e execução e; 3) sumarização. O rigor do método é preciso para que o produto final possa trazer contribuições relevantes não enviesadas.

A busca na literatura foi realizada no portal de periódicos do CAPES/MEC a fim de responder a seguinte questão norteadora: “O que a literatura nacional e internacional

apresenta sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres?”.

Para a coleta de dados utilizou-se o título do estudo, ano, principais resultados e conclusões, o qual define os dados a serem extraídos e analisados com o objetivo de organizar e categorizar as informações de forma precisa.

A pesquisa obedeceu aos critérios de inclusão a) artigos; b) estar disponível em texto completo de forma gratuita c) estudos que abordavam a temática específica de relacionada a economia ou ciências sociais d) recorte temporal de 2016 a 2018 e) estudos disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol; f) artigos corrigidos por pares. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os textos que não respondiam a questão norteadora.

Foram empregadas as palavras-chaves em Economia “salário”, “gênero”. A busca integrada foi realizada unindo as palavras-chave com o conectivo “AND”. Foram encontrados 285 estudos, sendo que após a análise e adequação ao objetivo da revisão, selecionou-se 12 estudos que serviram de apoio para a formulação da revisão.

Quanto a parte empírica do trabalho, foram utilizados dados secundários, obtidos por meio da Rais, em que foram selecionadas as seguintes variáveis: “advogados”, sexo “feminino” e “masculino”, “idade”, “salário médio nominal” e os anos, de 2006 a 2016.

Após a seleção, os dados foram organizados e transformados em gráficos, os quais foram apresentados no trabalho.

Para verificar se as assertivas encontradas na revisão de literatura se verificam no mercado de trabalho brasileiro foi feita a estatística descritiva dos dados do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, conjunto de dados censitário do mercado de trabalho formal brasileiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Chies (2010), buscou demonstrar e discutir as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, usando de levantamento bibliográfico e também, dados secundários para análise do tema. Chegando a conclusão que, mesmo com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao acesso à escolaridade e a capacitação profissional, essas ainda sofrem grandes discriminações quanto a questão de gênero. Afirmando que os homens ganham mais quando na mesma profissão que mulheres, e são preferíveis a elas, mesmo que estas apresentem currículos um pouco melhores.

David Nieto (2016), buscou por um modelo que analisasse se as dinâmicas sociais determinam as preferências de discriminação dos empregadores, as quais gerariam diferenças salariais entre trabalhadores de igual produtividade. Para tanto, utilizou-se de uma função de utilidade e desenvolvimento, que demonstrou que os equilíbrios do modelo demonstram a existência de discriminação de gênero e diferenças salariais entre homens e mulheres.

Galvis (2010), buscou a existência de diferenças salariais em todas as regiões da Colômbia. Assim, utilizando da decomposição de Blinder-Oaxaca (BO), obteve resultados que mostram diferenças salariais positivas em favor dos homens na maioria das grandes cidades, mas ressaltam que não são em todas cidades que essas diferenças podem ser atribuídas à existência de discriminação. Observa, que as disparidades são explicadas principalmente pelo efeito de diferenças na remuneração de atributos como educação, além de elementos não observados.

Doucet, Smith and Durand (2018), analisaram as fontes das disparidades salariais entre homens e mulheres, utilizando-se dados quanto ao salário de professores

entre 1997 e 2006, fornecidos por uma Universidade Canadense, realizando sobre esses uma análise multinível. Em seus resultados não foram encontradas diferenças entre os sexos no salário-base, ou evidências de diferenças em seus suplementos. Porém, chegaram a conclusão de que proporções maiores de mulheres tendem a deprimir a remuneração.

Espino (2013), observou as diferenças salariais entre homens e mulheres, considerando o efeito da segregação laboral e dos desajustes nas qualificações laborais, para tanto, usou estimação de equações que incorporam estas variáveis explicativas. Sua pesquisa indicou que os principais responsáveis por essas diferenças são a segregação e os desajustes educativos.

Freitas (2014), buscou medir a desigualdade de renda dos indivíduos no mercado de trabalho brasileiro, buscando saber até que ponto um nível educacional mais alto foi alcançado por mulheres capazes de reduzir a diferença salarial entre os gêneros e se é possível argumentar que à medida que avançamos na estrutura salarial, a diferença entre os sexos tende a aumentar, para tanto, utilizou dados do banco Millennium Institute 2008. Seus resultados mostraram que as mulheres ganhavam em média 54% do salário dos homens, e que essa desigualdade salarial de gênero é praticamente a mesma por cinquenta anos, estimada em 60% na época.

Lugo e Sandoval (2010), analisou a desigualdade salarial regional no México nos anos de 1994 a 2003 e os fatores que a afetaram. A análise foi baseada na metodologia do “segundo momento” proposta por Blau e Kahn (1996) e adaptada por Monastiriotis (2003). Seus resultados demonstraram uma diminuição na diferença total após o ano de 1995, bem como uma tendência a homogeneizar a remuneração do trabalho nas regiões, enquanto os aumentos na diferença estiveram associados a fatores como dotação de fatores, preço dos mesmos e elementos próprios das regiões não observados.

Díaz (2015), teve como objetivo analisar se as diferenças salariais entre homens e mulheres na Colômbia estariam relacionadas somente com o fator discriminatório, ou se haveria também influência da origem dessas nesses valores. Para tanto, utilizou-se de estatística descritiva, utilizando dados secundários provenientes da Gran Encuesta Integrada de Hogares (GEIH), que demonstraram que a diferença salarial de gênero é maior entre os homens que sempre residiram na cidade e as mulheres que vêm de áreas rurais, comparado com o apresentado quando se comparam homens e mulheres que viveram desde o nascimento em uma cidade, demonstrando uma dupla penalização por parte do mercado de trabalho: uma por ser mulher e outra por vir de um município rural.

Sob um ponto de vista mais específico, Cacciamali e Tatei (2013), analisaram a discriminação salarial contra as mulheres que têm educação superior no Brasil e no México. Para tanto foram utilizadas duas pesquisas de 2008, com base em dados secundários retirados do PNAD (Brasil) e ENOE (México), os quais foram aplicados a técnica Oaxaca-Blinder. Concluindo que em ambos os países o componente da discriminação é menor entre trabalhadores com ensino superior completo frente ao restante da população, mas que existem maiores diferenças salariais entre os qualificados do que os demais.

Aguilar e Vera (2016) analisaram os fatores influenciadores do salário-hora e sua diferença por gênero para o departamento Santander durante os anos de 2012 a 2014. Para tanto, utilizou-se de dados secundários provenientes do Gran Encuesta Integrada de Hogares, GEIH, que passaram por estimções econométricas aplicando a metodologia de Blinder-Oaxaca para evidenciar a existência de um componente discriminatório. Em seus resultados, observou que 25% a 30% das diferenças salariais

por gênero estão associadas a um componente discriminatório não explicado. Fato a ser destacado em sua pesquisa é quanto a análise de que indicadores de comprometimento, como a existência de filhos menores no lar e o fato de estarem casados ou morarem juntos, representa uma penalidade para a participação das mulheres no mercado de trabalho, ao contrário do que aconteceu com os homens.

Chávez e Gamboa (2011) objetivaram medir o impacto das diferenças salariais por gênero na Região Metropolitana de Medellín no período 2002-2006, utilizando-se de um modelo de regressões por quantis. Chegando a resultados que demonstram a existência de diferenças salariais entre homens e mulheres. Isso, visto que as mulheres têm níveis mais altos de educação que os homens, mas, mesmo assim, recebem salários mais baixos.

Por outro lado, Fernández e Heras (2015), tiveram como objetivo analisar se a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) eliminar as noções básicas de desigualdade de gênero e melhorar os cargos das mulheres na Espanha. Para tanto, compararam as diferenças de salários com utilização dessas tecnologias de informação e comunicação com diferenças salariais que não as utilizam. Ao fim, concluindo que as TIC melhoram os salários das mulheres, mas que ainda permanecem diferenças salariais, provenientes de uma natureza inexplicável.

Neste mesmo diapasão, Ugarte, Grimshaw e Rubery (2015) buscaram pelo papel das relações industriais “inclusivas” versus “exclusivas” sobre a promoção da equidade salarial de gênero e retornos salariais atraentes para mulheres que investem em educação superior. Assim, por meio de uma análise empírica e comparativa de métodos mistos da Argentina e Chile, confirmam a importância do sistema de relações industriais inclusivas em reduzir as diferenças salariais entre homens e mulheres, sendo que esse, propicia maior igualdade na Argentina do que no Chile. Também constataram que mulheres altamente qualificadas em empregos bem remunerados desfrutam de um maior prêmio salarial na Argentina de classe equivalente do que no Chile, apesar de uma diferença salarial muito mais ampla entre trabalhadores de baixa/alta educação no Chile.

3.1 A evolução da diferença de salário entre homens e mulheres advogados no Paraná

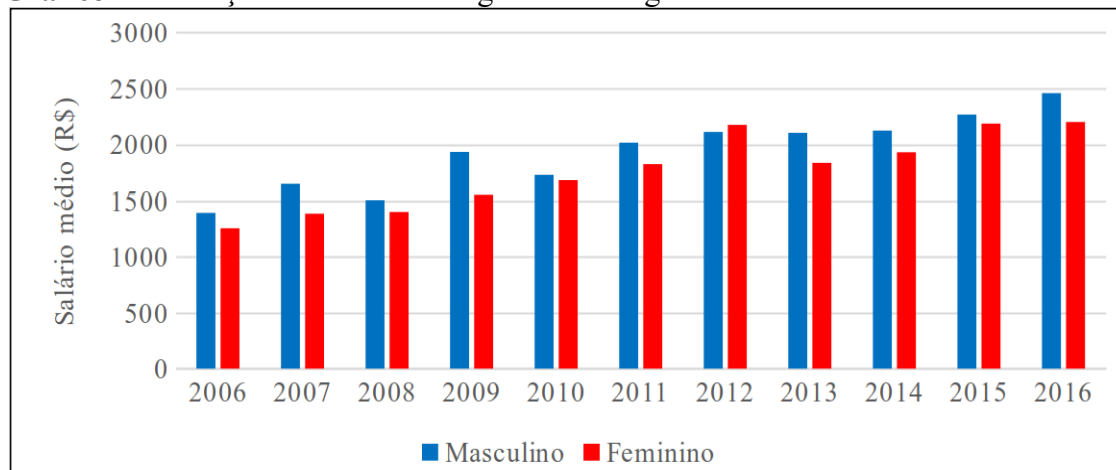
Diante dos resultados apresentados por esses trabalhos, buscou-se analisar se no caso concreto, no estado do Paraná existem desigualdades salariais entre homens e mulheres e como essa se comportou ao longo dos anos de 2006 a 2016. Para tanto, fora selecionado o CBO do grupo advogados, pois é notória até hoje a diferença de status e a preferência pela contratação de advogados homens.

Saraiva, Abreu e Gallego (2017) enfatizam o alto custo e muitas vezes a impossibilidade do empregador obter informações-chaves no mercado, o que acarreta imperfeição, levando-o assim, ao avaliar os candidatos a emprego, a analisar as principais características, como educação, experiência, sexo, raça, porém, sem saber a produtividade dos candidatos. Para redução parcial desse viés, foram também selecionados intervalos de idades, para que assim, pudessem ser feitas comparações entre o salário médio de homens e mulheres que estivessem em um mesmo intervalo etário. Primeiramente analisou-se o salário médio ao longo dos anos entre 18 e 24 anos, como apresentado no Gráfico 1.

Conforme o gráfico 1, é notável em quase todos os anos que as mulheres entre 22 e 24 anos possuem um salário médio abaixo dos homens, exceto no ano de 2012, em que tiveram uma diferença em seu salário médio de cerca de R\$ 50,00 acima do masculino, o que impacta muito pouco ao longo dos anos, devido à liderança muito maior na média dos salários masculinos. Ficando perceptível também que a diferença

salarial entre advogados e advogadas neste intervalo de idade somente se acentuou ao longo dos anos, saindo de uma diferença de cerca de 10% em 2016 que chegou a 11% em 2016. O que possibilita inferir que as mulheres quando estão se inserindo na carreira enfrentam muito mais dificuldades que os homens, e que essas dificuldades não diminuíram com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, que houve nos últimos anos.

Gráfico 1: Evolução salarial de advogados e advogadas entre 22 e 24 anos

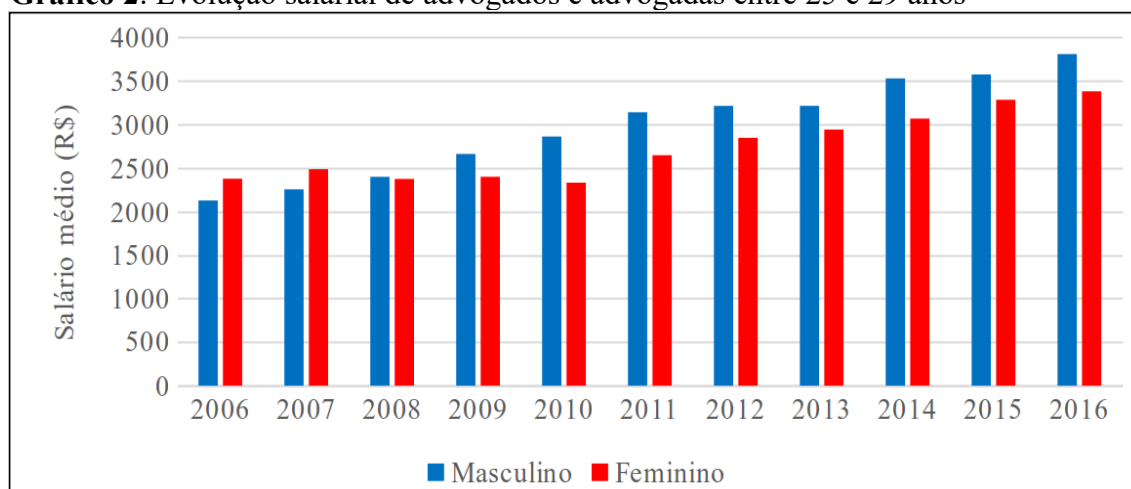


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da RAIS (2018).

Uma possível justificativa seria pelo fato de que, com o passar dos anos, houve uma maior inserção das mulheres nos cursos de Direito e conseqüentemente, no mercado de trabalho, o que faz com que os empregos dessas mulheres não sejam, em sua maioria, mais bem remunerados do que os dos homens, visto que um contingente maior de mulheres tende a aumentar a dificuldade de inserção em empregos melhores devido à concorrência.

Feita a análise do primeiro intervalo de idades, passa-se analisar o comportamento do salário médio de advogados e advogadas entre 25 e 29 anos.

Gráfico 2: Evolução salarial de advogados e advogadas entre 25 e 29 anos



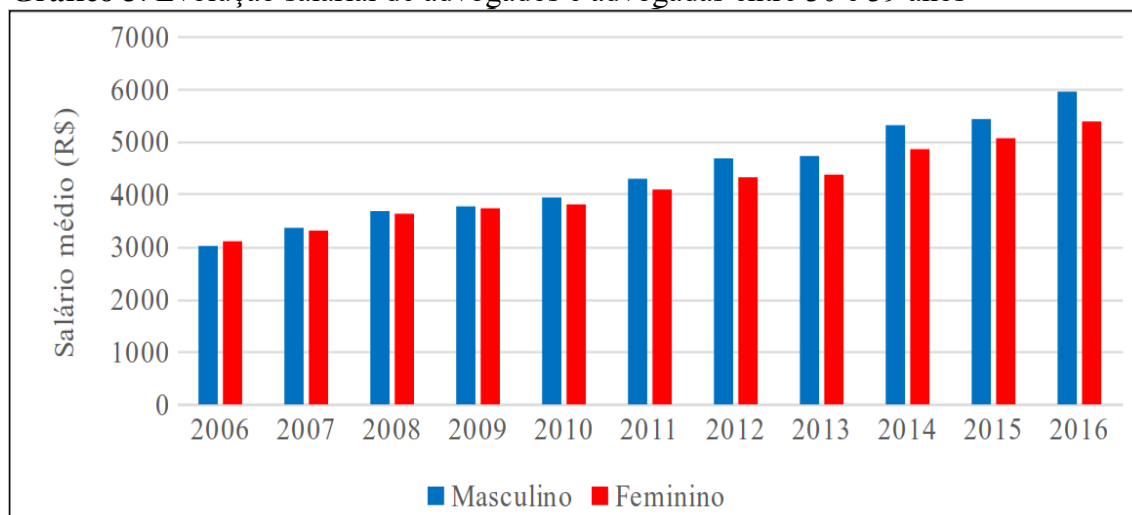
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da RAIS (2018).

O gráfico 2 demonstra de maneira mais acentuada o aumento da desigualdade

salarial entre homens e mulheres, que saiu de 2006 com o salário feminino cerca de 11% maior que o masculino, chegando a uma acentuada inversão em que o salário masculino ultrapassou o feminino em cerca de 12%, demonstrando que, apesar dos salários entre homens e mulheres terem aumentado ao longo dos anos, o que já se esperava devido a inflação, o salário dos advogados aumentou muito mais que o salário das advogadas nas idades entre 25 e 29 anos, reforçando ainda mais a dificuldade que as advogadas jovens encontram no mercado de trabalho. Uma possível justificativa, novamente, é o número crescente de mulheres no Direito, o que faz com que esse elevado contingente possua uma dificuldade de inserção ainda maior no mercado de trabalho, que além de discriminatório, ainda possui um volume excessivo de profissionais.

Essa faixa etária também enfatiza em seu final, a idade em que as mulheres passaram a desejar terem filhos, o que faz com que essas sejam menos preferíveis quando de uma contratação, frente aos homens. Assim, o desejo de formação de uma família, ponto positivo para os homens, acaba por prejudicar as mulheres, pois com esse desejo surgem as responsabilidades quanto aos cuidados do lar e dos filhos, ainda muito frequente sobre a mulher. Em continuidade da análise, apresenta-se o Gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução salarial de advogados e advogadas entre 30 e 39 anos



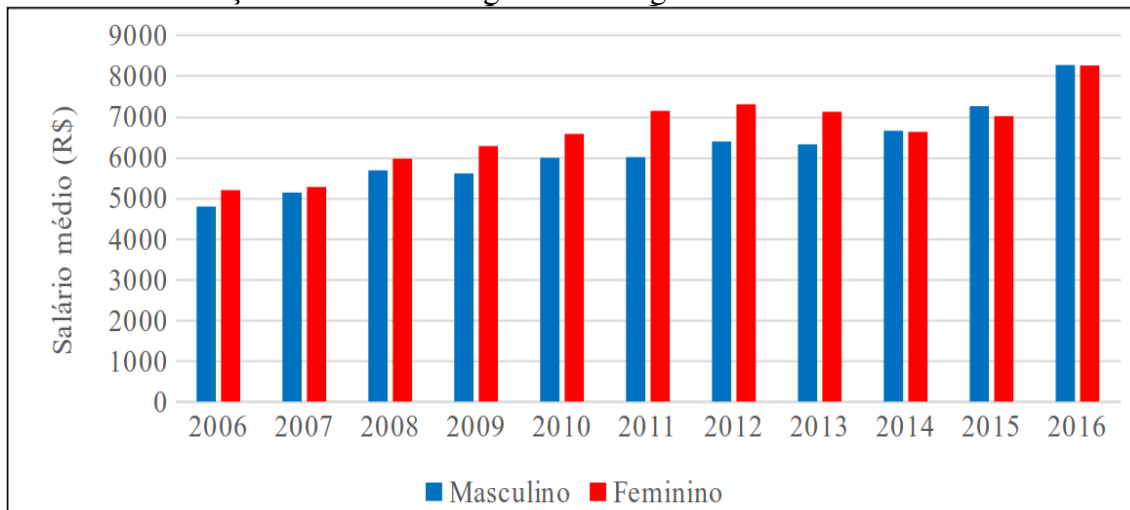
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da RAIS (2018).

No Gráfico 3 também pode-se observar uma acentuação na desigualdade salarial entre advogados e advogadas, agora entre 30 e 39 anos, mas que variou menos do que na faixa etária anterior, podendo gerar uma expectativa de que ao adquirirem mais idade, as diferenças tenderiam a diminuir, isso pela experiência e também pela conclusão de Carvalho, Néri e Silva (2006), que apontam que conforme aumenta o nível de experiência, aumentam também as chances de entrar no mercado de trabalho, mas que para homens, a probabilidade cresce a taxas decrescentes e para as mulheres a taxas crescentes, apontando um possível motivo do início de uma provável inversão, o que será possível de se constatar apenas com a análise das demais faixas de idade.

Bonelli *et al.* (2008), apresenta dados quanto a ascensão de mulheres e homens em escritórios médios, apontando que nos cargos de trainee o valor entre homens e mulheres seria o mesmo, já quando se passa para advogado jr., as mulheres lideram com uma diferença de 10% a mais de mulheres do que homens, permanecendo uma diferença de cerca de 4% quando se tratam de advogado sênior, até chegar a uma

inversão, em que o número de homens como advogado sócio é de 14% a mais do que de mulheres, o que poderia explicar a manutenção da dominância quanto aos salários dos homens frente aos salários das mulheres nessa faixa etária.

Gráfico 4: Evolução salarial de advogados e advogadas entre 40 e 49 anos

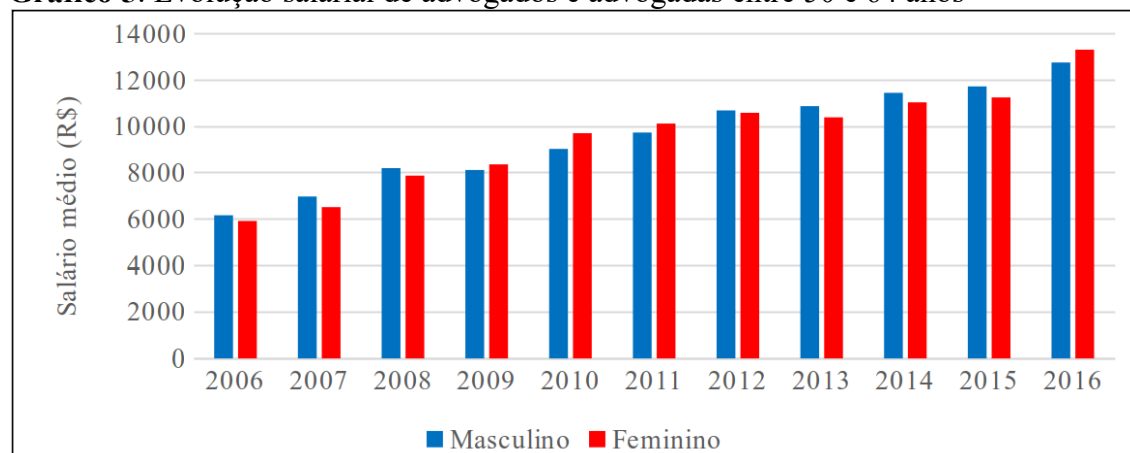


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da RAIS (2018).

Conforme as informações apresentadas pelo gráfico 4, pode-se perceber que as advogadas com idades entre 40 e 49 anos passam a ganhar mais que os homens, mas que essa vantagem diminui ao longo dos anos, ficando cerca de R\$ 12,00 atrás do salário dos advogados no ano de 2016, demonstrando que a desigualdade permanece diminuindo com o envelhecimento desses profissionais, porém, o salário médio feminino vem crescendo de forma inferior ao masculino, dando ensejo a análise de mais uma faixa etária.

Uma provável justificativa, seria o fato de que as mulheres com o passar dos anos passaram a ter filhos cada vez mais velhas, o que faz com que nessa idade os filhos ainda sejam, muitas vezes, menores de idade, e conseqüentemente, dependentes dos pais e dos cuidados de suas mães, o que impede, muitas vezes, que essas sejam escolhidas para cargos de grande responsabilidade, devido ao seu comprometimento com o lar.

Gráfico 5: Evolução salarial de advogados e advogadas entre 50 e 64 anos



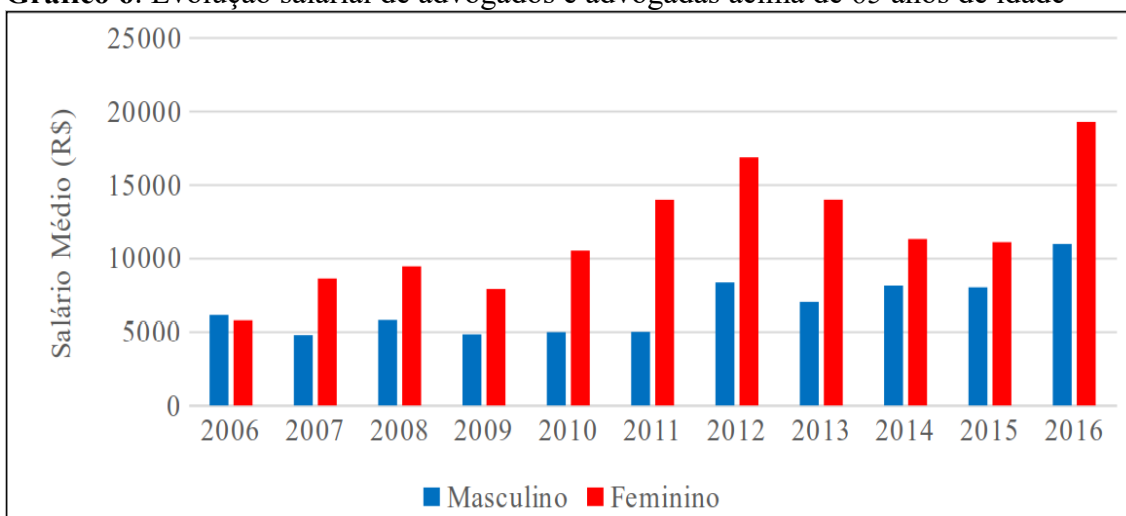
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da RAIS (2018).

Quando se trata de profissionais entre 50 e 64, percebe-se que as mulheres apresentam uma maior igualdade salarial frente aos homens, sendo que no último ano de análise, apresentam até mesmo vantagem sobre o salário dos advogados. Isso, pode levar a inferência de que ao construir uma carreira as mulheres conseguem uma maior igualdade, isso provavelmente por se tornarem mais conhecidas e reconhecidas no mercado de trabalho. E também, pelo fato de estarem menos dependentes das responsabilidades do lar, o que faz com que essas passem a assumir cargos de maior responsabilidade, devido a visão dos empregadores de que essas passariam a colocar o emprego frente aos filhos e a família.

Tendo-se como última análise os advogados e advogadas acima de 65 anos. Conforme o gráfico 6, pode-se perceber uma grande inversão nos salários, que inicialmente são maiores entre os advogados, mas que no segundo ano de análise já são ultrapassados pelo salário feminino, apresentando uma diferença significativa de cerca de 43% no ano de 2016.

Isso demonstra a melhor inclusão de mulheres no mercado de trabalho após os 65 anos, o que possivelmente possa ser explicado pelo fato de que ainda são poucas as mulheres advogadas com idade acima de 65 anos, pois sua inserção em cursos superiores ainda é recente, o que gera a possibilidade de que essas poucas mulheres a se inserirem no mercado, conseguiram empregos melhores, como concursos públicos, e que atualmente se encontram estáveis em seus trabalhos.

Gráfico 6: Evolução salarial de advogados e advogadas acima de 65 anos de idade



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da RAIS (2018).

Já os homens, ainda estariam em uma tendência de trabalharem em escritórios particulares, acarretando salários com maiores oscilações, até mesmo pela grande concorrência existente atualmente no ramo.

Ante a todas as análises gráficas realizadas, pode-se perceber que a redução ou aumento da desigualdade salarial entre advogados ou advogadas não está relacionada aos anos, mas sim a idade desses profissionais, em que é possível perceber que mulheres mais jovens tendem a ganhar menos que os homens e que essa diferença, em algumas idades se intensificou com o passar dos anos. Sendo que mulheres mais velhas apresentam uma desigualdade salarial a seu favor, ao ganharem significativamente mais que os homens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de salário entre homens e mulheres ainda é de grande relevância no contexto mundial, pois apesar da maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, a desigualdade entre as suas remunerações e a de homens tem variado muito pouco, mostrando que o problema permanece apesar da tão citada evolução e inclusão.

Ao analisar os resultados, constata-se que apesar de haverem desigualdades em profissões específicas, estereotipadas do sexo masculino, existe também muita desigualdade no contexto geral, ou seja, em todas as profissões.

Dentre as principais desigualdades enfrentadas pelas mulheres no trabalho, não está apenas o salário, mas a dificuldade de contratação, principalmente quando essas possuem filhos ou dependentes menores de idade, a dificuldade ou lentidão na sua ascensão, mostrando que os cargos de alto escalão ainda são ocupados em sua maioria por homens, pois esses possuem maiores vantagens, sendo preferíveis ao oferecimento de promoções.

Sobretudo, o que essas pesquisas indicam é que boa parte dessa desigualdade não é explicada por variáveis como escolaridade, produtividade ou outra variável objetiva, mas sim por variáveis discriminatórias desconhecidas pelos pesquisadores.

Quanto aos dados empíricos, foi possível constatar que o ramo da advocacia ainda apresenta grandes problemas de desigualdade salarial, sendo que essa desigualdade não vem reduzindo ao longo dos anos, apresentando apenas uma vantagem quando se tratam de mulheres acima de 64 anos, pois no restante, as advogadas ainda possuem salários significativamente inferiores.

Ao fim, ressalta-se as conclusões da literatura a respeito de políticas inclusivas, que direta ou indiretamente reduzem essa desigualdade, e também, a utilização de Tecnologias de Comunicação e Informação, apresentado resultados satisfatórios quanto a redução na desigualdade quando da sua utilização. Faz se necessário acompanhar a evolução dessas informações e verificar se essa situação se acentuou após a crise decorrente do covi-19.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Alexandra Cortes; VERA, María Alejandra Florez. Diferenças salariais por gênero em departamento de Santander na Colômbia. **Revista Apuntes del Cenes**: v. 35, n. 61, p. 267-302, 2016. (versão online). Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0120-30532016000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07 de set. 2020.

BONELLI, Maria da Gloria; CUNHA, Luciana G.; OLIVEIRA, Fabiana L.; SILVEIRA, Maria Natalia B. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. **Revista Tempo Social**: USP, v. 20, n. 1, 2008, p. 254-290. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a13v20n1>>. Acesso em: 03 de dez. 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Gênero e salários entre a força de trabalho qualificada no Brasil e no México. **Revista Problemas del Desarrollo**: v. 44, n. 172, p. 53-79, jan./mar. 2013. (versão online). Disponível em:

<<http://www.scielo.org.mx/pdf/prode/v44n172/v44n172a4.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2020.

CARVALHO, A. P.; NÉRI, M. C.; SILVA, D. B. N. Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 15, Caxambu, setembro, 2006.

CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; Oliveira, Lucia Barbosa; MIRANDA, Liliana Carneiro de. Deisgualdade de Gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**: São Paulo, v. 45, n. 1, p. 70-83, jan./mar. 2010. (versão online). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2234/223414863006/>>. Acesso em: 15 de set. 2020.

CHÁVEZ, Marcela Orozco; GAMBOA, Carlos Andrés. Diferenciales Salariales em el área metropolitana de Medellín, a través de Regresiones por Cuantiles en el período 2002-2006. **Revista Ecos de Economía**: v. 15, n. 32, p. 59-97, 2011. (versão online). Disponível em: <<https://doaj.org/article/4f1143d069bc443188cc11b68fdfa3a7>>. Acesso em: 07 de set. 2020.

DAVID NIETO, Fabio. Discriminación y diferenciales de salarios en el mercado laboral. **Revista de Economía Institucional**: v. 18, n. 34, p. 115-134, 2016. (versão online). Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rei/v18n34/v18n34a08.pdf>>. Acesso em: 08 de set. 2020.

DÍAZ, Ricardo José Salas. La incidencia de la migración sobre las salariales de género en Colombia. **Revista Ensayos sobre Política Económica**: v. 33, n. 77, p. 103-116, jan./jun. 2015. (versão online). Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/espe/v33n77/v33n77a02.pdf>>. Acesso em: 08 de set. 2020.

DOUCET, Christine; SMITH, Michael; DURAND, Claire. Pay Structure, Female Representation and the Gender Pay Gap among University Professors. **Département des relations industrielles de l'Université Laval**: v. 67, n. 1, p. 51-75, 2018. (versão online). Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/ri/2012-v67-n1-ri5008132/1008195ar.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2020.

ESPINO, Alma. Brechas salariais no Uruguai: gênero, segregação e desajustes por qualificação. **Revista Problemas del Desarrollo**: v. 44, n. 174, p. 89-117, 2013. (versão online). Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0301-70362013000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07 de set. 2018.

FERNANDÉZ, Diego Dueñas; FERNÁNDEZ, Carlos Iglesias; HERAS, Raquel Llorente. Abordando la desigualdad de género: empleo en tecnologías de la información y la comunicación y diferencias salariales por género en España. **Revista Ensayos sobre Política Económica**: v. 33, n. 78, p. 207-2019, 2015. (versão online). Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/espe/v33n78/v33n78a05.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2020.

FREITAS, Alan Araújo. La desigualdad salarial de género medida por regresión cuantílica: el impacto del capital humano, cultural y social. **Revista Mexicana de**

Ciencias Políticas y Sociales: Universidade Nacional Autônoma do México, v. 15, n. 223, p. 287-316, 2015. (versão online). Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/rmcps/v60n223/v60n223a11.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2020.

GALVIS, Luis Armando. Diferenciales salariales por género y región en Colombia: una aproximación con regresión por cuantiles. **Revista de Economía del Rosario:** v. 13, n. 2, p. 235-277, dez. 2010. (versão online). Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/urosario_files/f7/f74319db-9912-4878-a819-eddf54663e2.pdf>. Acesso em: 07 de set. 2020.

LUGO, David Castro; SANDOVAL, Berenice Morales. Evolución de la desigualdade salarial regional en México, 1994-2003. **Revista Frontera Norte:** v. 23, n. 45, p. 35-65, 2010. (versão online). Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/fn/v23n45/v23n45a2.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2020.

RAIS. **Ministério do Trabalho.** 2018. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

SARAIVA, Gustavo; ABREU, Daniel; GALLEGO, Júlia. Existe discriminação salarial no mercado de trabalho dos advogados no Brasil? Evidências Adicionais. **Economic Analysis of Law Review**, v. 8, n. 2, 2017, p. 351-380. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/6196/pdf>>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

UGARTE, Sebastian; GRIMSHAW, Damian; RUBERY, Jill. Gender wage inequality in inclusive and exclusive industrial relations systems: a comparison of Argentina and Chile. **Journal of Economics**, v. 39, n. 2, p. 497-535, 2015. (versão online). Disponível em: <<http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/131894/Gender-wage-inequality-in-inclusive-and-exclusive-industrial-relations-systems.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 de set. 2020.

*Recebido em 13/06/2022
Aprovado em 07/07/2022*

LA CRISE FINANCIERE INTERNATIONALE ET SON IMPACT SUR L'ECONOMIE DE LA REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO

Florent Mulaba-Tushiye¹
Badibanga Kayembe²

RÉSUMÉ:

La crise financière qui a débitée en 2007 aux Etats-Unis, s'est d'abord propagée dans les pays industrialisés, avant d'atteindre les pays émergents. Partie de la baisse des prix dans le secteur de l'immobilier américain baptisé « crise des subprimes », cette crise s'est transformée à la fin de 2008 en une crise économique affectant pratiquement tous les pays. Son ampleur dévastatrice, surpassant celle de la Grande Dépression de 1929, a révélé des aspects de l'intermédiation bancaire dont les contours et les impacts ont été jusqu'à lors largement sous-estimés. Il s'agit de l'état très avancé de la libéralisation financière, le développement des mécanismes complexes d'endettement des intermédiaires financiers et l'importance de la mondialisation des activités financières. En ce qui concerne le premier aspect, l'évolution de la libéralisation financière a permis aux banques d'aligner leurs conditions de financement sur celles des marchés boursiers. Cependant, elle a aussi fragilisé les intermédiaires bancaires en les rendant plus vulnérables aux chocs des marchés financiers, notamment aux variations des taux d'intérêt. S'agissant du second aspect, le développement de l'ingénierie financière, de plus en plus élaborée, a rendu possible une offre accrue de financement à une clientèle à haut risque ou ne présentant pas les garanties nécessaires. Toutefois, avec l'engouement généralisé pour la titrisation, ces financements étendus à des secteurs et des débiteurs ayant des fortes probabilités de défaut de paiement se sont avérés très risqués. Pour ce qui est de la mondialisation, la crise de 2007 a révélé l'importance des effets de contagion pouvant affecter les systèmes financiers à l'échelle mondiale. En effet, avec le développement des actifs dits toxiques et la crainte des institutions bancaires de s'en retrouver détentrices, il s'en est suivi une paralysie du marché interbancaire. L'ampleur et la contagion de la crise financière ont été proportionnelles d'une part, à l'exposition des ménages et des entreprises et d'autre part, au degré d'imbrication des systèmes financiers à l'échelle mondiale. Les places financières des pays de l'Organisation de Coopération et de Développement Economiques (OCDE) ont été les premières à être affectées par cette situation. Puis, ce sont les pays émergents qui ont été atteints par les contrecoups de la crise initiale des subprimes. La course vers les "subprimes" dans laquelle se sont emballés les banquiers des Etats-Unis d'Amérique, a débouché sur une crise financière nationale qui frisait une récession internationale. Malheureusement, ce coup dur viendra se rajouter aux multiples difficultés dues aux conflits armés qui depuis 1996, rongent l'économie, déjà extravertie, de la R.D. Congo, un pays où le dollar US est l'étalon principal dans le commerce extérieur et dont le budget, essentiellement basé sur l'exportation des minerais, est à moitié financé par les partenaires internationaux.

Mot clé: Intégration économie et financière; Institutions de Bretton-Woods.

THE INTERNATIONAL FINANCIAL CRISIS AND ITS IMPACT ON THE ECONOMY OF THE DEMOCRAT REPUBLIC OF CONGO

ABSTRACT:

The financial crisis that debited in 2007 in the United States first spread to industrialized countries, before reaching emerging countries. Part of the fall in prices in the American real estate sector, dubbed the "subprime crisis", this crisis turned at the end of 2008 into an economic crisis affecting practically all countries. It's devastating magnitude, surpassing that of the Great Depression of 1929, revealed aspects of banking intermediation whose contours and impacts had until then been largely underestimated. These are

¹ Licencié en Sciences Economiques et de Gestion, Université Ouverte/CIDEP/RDC. Assistant François BADIBANGA KAYEMBE. ISDR/TSHIBAJI/RDC. Licencié en Philosophie. E-mail: verlusterflorent.v12@gmail.com.

² Licencié en Philosophie du Développement, Université De Lubumbashi, RDC. Assistant Deuxième Mandat. E-mail: badiaugusta@gmail.com.

the very advanced state of financial liberalization, the development of complex mechanisms of indebtedness of financial intermediaries and the importance of the globalization of financial activities. Regarding the first aspect, the evolution of financial liberalization has allowed banks to align their financing conditions with those of the stock markets. However, it has also weakened banking intermediaries by making them more vulnerable to shocks in the financial markets, in particular to changes in interest rates. With regard to the second aspect, the development of increasingly sophisticated financial engineering has made possible an increased supply of financing to high-risk customers or customers who do not have the necessary guarantees. However, with the widespread enthusiasm for securitization, this financing extended to sectors and debtors with high probabilities of default has proven to be very risky. With regard to globalization, the 2007 crisis revealed the importance of the contagion effects that can affect financial systems on a global scale. Indeed, with the development of so-called toxic assets and the fear of banking institutions to find themselves holding them, there followed a paralysis of the interbank market. The magnitude and contagion of the financial crisis were proportional, on the one hand, to the exposure of households and companies and, on the other hand, to the degree of intertwining of financial systems on a global scale. The financial centers of the countries of the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) were the first to be affected by this situation. Then it was the emerging countries that were hit by the repercussions of the initial subprime crisis. The race towards the "subprime" in which the bankers of the United States of America got carried away, resulted in a national financial crisis which bordered on an international recession. Unfortunately, this hard blow will be added to the many difficulties due to the armed conflicts which since 1996 have been eating away at the already extroverted economy of the D.R. Congo, a country where the US dollar is the main standard in foreign trade and whose budget, essentially based on the export of minerals, is half financed by international partners.

Keywords: Economic and financial integration; Bretton Woods institutions.

INTRODUCTION

Le présent travail poursuit comme objectif de justifier de manière bien plus détaillée les causes de la crise financière internationale ainsi que leurs répercussions directes sur l'économie de la RDC, tout en proposant des solutions de redressement. Cette analyse présente un intérêt double, à la fois pratique et scientifique. Sur le plan pratique, les résultats de ce travail dégagent les effets directs de la crise économique mondiale sur la population congolaise permettant aux décideurs et aux citoyens de s'organiser autrement et de s'adapter pour continuer à vivre. Sur le plan scientifique, ce travail constitue une modeste contribution à la littérature scientifique en ce sens qu'il examine les effets pervers de la crise financière internationale.

D'une part, les crises financières sont plus fréquentes depuis l'effondrement de Bretton Woods... Il importe de se poser une première question : les crises financières sont-elles devenues plus fréquentes dans la période récente ? Des évolutions qui tendent a priori à l'intensification des crises – financiarisation croissante et libéralisation – et de celles qui peuvent réduire leur nombre – l'apprentissage par les agents des nouvelles règles et la conception de nouveaux produits financiers susceptibles de limiter les crises. (BOYER, DEHOVE et PLIHON, 2004, p.14-15); et d'autre part, elles se multiplient et souvent prennent la forme de crises « jumelles » (conjugaison de crises bancaires et de crises de change). Elles ont aussi changé de nature, les crises dites de première génération (avec un régime de change non soutenable parce qu'incompatible avec les déséquilibres extérieurs et budgétaires), relayées par des crises financières de deuxième ou troisième génération mettant en œuvre d'autres mécanismes et appelant d'autres réponses. Mais, quelle que soit leur nature, la plupart de ces crises restent difficiles à prévoir, et même leur interprétation après coup est sujette à débats.

Loin de dissocier la crise financière de ses implications, John ABEDI NYEMBO, s'est intéressée à l'impact de l'évolution de la crise financière internationale sur l'économie (marché de change) de la RDC. Il a conclu que l'évolution de cette crise est à la base de la hausse généralisée des prix des biens et services, bref l'inflation. (ABEDI NYEMBO, UNIKIS, 2010-2011). Mohammed BENHAMMOU, de sa part s'était rendu compte que les pays en développement les plus touchés par la crise financière internationale sont ceux de l'Asie du Sud, de l'Amérique Centrale et de l'Afrique sub-saharienne, particulièrement la RDC (BENHAMMOU, 2009). Depuis son accession à l'indépendance, en l'an 1960, l'observation de l'évolution de la situation économique de la RDC dénote que, le pays est ébranlé par une crise économique chronique très grave (AMESILA LIKE, 2005-2006, p.62). La mauvaise gestion des finances publiques et d'une diversité des conflits armés en RDC l'ont sévèrement placé sur une pente vers une série des crises à une allure de crise humanitaire. Jusqu'à ce jour la RDC a maintenu une structure économique héritée de la colonisation, caractérisée essentiellement par une forte extraversion de son économie et une désarticulation prononcée de son tissu industriel. Cette façon d'orienter les choses n'a pas été bénéfique pour le développement socio- économique du pays.

La crise financière internationale qui a atteint son pic à la fin de la décennie de 2000-2010, nous a, autant que plusieurs autres observateurs intrigué, tant qu'il est vrai qu'elle n'a pas manqué des répercussions sur l'économie de la R.D. Congo. Il nous a ainsi paru judicieux de comprendre en quoi l'économie RD. Congolaise serait-elle concernée par cette crise financière internationale ? Mieux de savoir quelle implication a-t-elle eu sur l'économie de la R.D. Congo. En effet, le Congo autant que bien d'autres pays du tiers-monde, est toujours presque en programme avec les Institutions dites de Bretton-Woods, à savoir la Banque Mondiale et le Fonds Monétaire International. Par ailleurs, non seulement le dollar américain a cours légal en RD Congo concurremment avec le Franc congolais, la monnaie nationale, mais il reste la principale devise et l'étalon de la plupart des transactions dans le commerce international. Face à cette donnée et par hypothèse, il y a lieu de craindre que cette récession internationale ne ralentisse ou ne paralyse tous les efforts que déploie ce pays pour la relance de la démocratie et la reconstruction de son économie longtemps meurtrie par des conflits armés. A travers une approche essentiellement systémique, nous essayons de comprendre comment d'une crise immobilière nationale aux Etats-Unis, l'on en est arrivé à une quasi récession internationale qui a abouti à une aggravation de la situation financière en RD Congo.

La problématique se réfère généralement à un ensemble d'éléments ou d'informations formant problème, à la structure d'informations dont la mise en relation engendre chez un chercheur un écart qui se traduit par effet de surprise ou de questionnement assez stimulant pour le motiver à faire une recherche. (OTEMIKONGO MANDEFU, 2006, p.26)

Par problématique, Marie-Anne COHENDET entend tout simplement le fait de se demander « quel est le problème ? » et d'y apporter une réponse. La crise actuelle « présente pour le développement de l'Afrique le plus grand danger jamais encouru », a déclaré le président de la Tanzanie JAKAYA KIKWETE. (LAISHLEY ROY, disponible sur: www.un-org/Africarenewal)

Vu cette perte vertigineuse de revenus et tant d'autres raisons susmentionnées, certaines questions fondamentales nous sont apparues importantes et suscitent notre curiosité, à savoir:

- Quelles peuvent être les manifestations directes de la crise économique mondiale en RDC ?
- Quels sont les différents moyens mis en place par le gouvernement congolais pour lutter contre cette crise économique mondiale ?

On entend par hypothèse « une proposition ou une explication que l'on se contente d'énoncer sans prendre position sur sa véracité, c'est-à-dire sans l'affirmer ou la nier. Une fois énoncée, une hypothèse peut être étudiée, confrontée, utilisée, discutée ou traitée de toute autre façon jugée nécessaire, par exemple dans le cadre d'une démarche expérimentale (www.wac-cretil.fr/lycee/tpe/sousmenus/7/problematique.html). Consulté le 21 mars 2012) Face aux questions susmentionnées, les hypothèses de cette étude se présentent comme suit :

- La crise économique mondiale actuelle aurait, certes, entraîné la chute des recettes d'exportation, la baisse de recettes budgétaires et l'augmentation du taux de chômage. Plusieurs entreprises œuvrant en RDC ont arrêté ou soit suspendu leurs activités.

- Pour lutter contre la crise économique mondiale, le pouvoir public aurait pris un train de mesures notamment l'adoption d'un programme d'urgence d'atténuation des impacts de la crise financière internationale (PUAICF), pris au mois de Mars 2009 qui a pour objectif de contribuer au maintien de la stabilité économique et de l'ordre social.

La méthode se définit comme un ensemble des démarches raisonnées, ordonnées et bien suivies pour parvenir à un résultat . (MIDAGU BAHATI, 2001-2002)

Par méthode, ESISO ASIA AMANI sous-entend toute démarche intellectuelle exigée par le schéma théorique approprié à elle en vue d'expliquer une série de phénomènes observés. (ESISO ASIA AMANI, 2006-2007, p17). Pour BOULAGER, le choix d'un sujet impose déjà en partie le choix de la méthode bien que celle-ci demande aussi des préférences de chercheur sociale. (BOULAGER, 1975, p.62) en vue de mettre en évidence des dynamismes résultant nécessairement des relations entre niveaux sans lesquelles aucune formation sociale ne pourrait exister. A la méthode dynamique, nous avons joint l'approche sociologique. Par celle-ci, « le chercheur doit savoir lire la société à chaud, au ras de sa signification apparente, et saisir les rapports sociaux de production et le rôle des acteurs sociaux dans une dynamique rendant compte des contradictions inhérentes à tout système social ».

La pertinence de ce sujet a nécessité le recours à la méthode dynamique, à laquelle la démarche consiste à « poser le problème de niveau de la réalité sociétariaire face à la dynamique. En plus, nous nous sommes appuyés sur l'observation documentaire afin de confectionner cette modeste dissertation qui s'articule autour de quatre points ci-après : les causes de la crise financière internationale, les implications de celle-ci sur l'économie congolaise, les considérations et les recommandations.

Les crises financières secouent depuis dix ans, sans interruption, l'économie mondiale. Elles ont été spécialement fréquentes et profondes pour les économies les plus récemment intégrées aux mouvements financiers internationaux, alors que les économies qui s'inscrivent dans une longue tradition d'intermédiation financière ont été

moins sévèrement touchées. En effet, la crise mexicaine, à la fin de 1994 et au début de 1995, ouvre le nouveau cycle. Elle est suivie deux ans plus tard, en juillet 1997, par la crise thaïlandaise, qui, se propageant à une large partie de l'Asie en 1997 et 1998, frappe la Corée, la Malaisie, l'Indonésie et les Philippines. En août 1998, c'est au tour de la Russie, et la crise russe déstabilise le Brésil à la fin de 1998 et au début de 1999. La Turquie entre en crise à la fin 2000, l'Argentine en 2001 puis le Brésil à nouveau en 2002. Dans ce sombre, et pourtant partiel, tableau des crises des économies émergentes la Chine et l'Inde font figures de rares exceptions, jusqu'à maintenant. Pour autant, les grands pays industriels ne sont pas épargnés. Aux Etats-Unis, en 1998, la faillite d'un grand fonds d'investissement LTCM met en péril les équilibres financiers des marchés américains. Et à partir de 2000, tous les grands pays industriels affrontent une des plus grandes crises boursières de leur histoire, qui met un terme à l'euphorie de la « nouvelle économie » et porte au jour les fraudes qui l'ont accompagnée et nourrie. (BOYER, DEHOVE et PLIHON, 2004, p.9).

La crise dans ses voies propagatrices, ne s'est pas manifestée également et en même temps sur tous les continents et dans toutes les catégories de populations: il y a eu un processus propre à chaque pays. On est par contre au clair sur les modes de propagation ; C'est essentiellement par les flux financiers et commerciaux que la crise économique-financière des nations industrialisées a atteint les pays en développement. Ceux-ci ont été d'autant plus vite et plus durement touchés qu'ils dépendent plus étroitement de l'économie mondiale. (GURTNER).

La dernière crise financière, responsable de la Grande Récession, n'a pas échappé à cette règle. En effet, la théorie macroéconomique dominante a longtemps crié victoire au regard de la stabilité que les économies des pays développés avaient connue depuis le milieu des années 1980. Beaucoup d'économistes, à instar de Bernanke avaient alors expliqué cette Grande Modération de la volatilité de l'inflation et de la croissance par l'amélioration de l'efficacité de la politique monétaire. (BERNANKE, 2004)

1. LES CAUSES DE LA CRISE FINANCIERE INTERNATIONALE

L'explication la plus souvent avancée pour interpréter la crise financière actuelle est l'endettement des ménages américains par le biais des prêts hypothécaires immobiliers auprès des Institutions financières des Etats-Unis d'Amérique. L'actuelle crise remonte pratiquement à l'été 2007. Elle est essentiellement due aux "subprimes", des prêts hypothécaires accordés à la classe moyenne américaine (JORION, 2007, p-p 43-45; JORION, 2008, p-p. 15-15). En effet, en temps normal, un particulier qui souhaitait, à titre illustratif, acquérir un appartement, empruntait en fonction de son salaire et de sa capacité à rembourser. Cet emprunt était proportionnel au salaire. Ainsi, celui qui ne gagnait pas beaucoup, ne pouvait pas emprunter beaucoup et donc avait du mal à acquérir un appartement. Pour essayer de contourner cette difficulté à laquelle l'Américain moyen faisait face, il a été créé, pour ainsi dire, des "subprimes". Tout le monde, quel que soit le niveau du revenu, pouvait emprunter autant qu'il voulait, c'est la banque qui s'en portait garante. En clair, si le bénéficiaire ne pouvait rembourser, la banque récupérait l'appartement, le liquidait et récupérait sa mise.

La crise américaine des crédits s'est transformée en une crise financière internationale (étant donné que les Etats-Unis entretiennent des relations économiques avec plusieurs pays du monde) occasionnant des pertes, parmi les intermédiaires financiers, estimées par le FMI, en janvier 2009, à 2.200 milliards de dollars, entraînant

une chute de la capitalisation boursière de l'ordre de 30.000 milliards de dollars. (CARTANAPIS, 12 février 2009, p.02-03). Il a donc fallu que l'une des premières banques américaines, en l'occurrence Lehman Brother, dépose le bilan pour que l'ensemble du système financier américain tombe en crise. Cet opérateur économique, l'un des plus importants au monde, n'a pas été sauvé par l'Etat américain. Cela s'est réalisé le 15 septembre 2008, c'est le symbole le plus grave de cette crise.

En effet, la faillite de Lehman Brother déstabilise l'assureur American International Group (AIG) qui occupait une place stratégique dans le système financier américain. Et la quasi nationalisation de l'AIG avec l'acquisition par le trésor de près de 80% de ses actions et un prêt-relais de la Fed (Fédéral réserve) de 80 milliards n'a pas rassuré le marché. Et pour la première fois, des doutes se sont fait jour sur la dette souveraine américaine. Les banques se méfiant les unes vis-à-vis des autres, ont arrêté de se prêter de l'argent. C'est pour remédier à cette crise que le secrétaire d'Etat américain au trésor et le gouverneur de la Fed, sur instruction du président BUSH, décident de mettre sur pied un plan de 700 milliards de dollars pour racheter les actifs « pourris » ou « toxiques » détenus dans le système bancaire et chez les assureurs américains. Entre temps la crise s'est propagée des Etats-Unis d'Amérique à l'Europe et aux pays émergents qui décident tous d'imiter la politique interventionniste initiée en Grande-Bretagne par Gordon BROWN, l'objectif étant d'assurer la continuité des prêts interbancaires et l'obtention des crédits par les entreprises. (MAMA, 06-08 April 2009)

La mutation de cette crise financière en une crise économique internationale s'explique par le manque de confiance entre les acteurs du secteur bancaire. Les banquiers ne se font plus confiance au point de cesser de se prêter de l'argent, craignant d'encaisser des produits à grand risque, ou de ne pas être remboursés : le système de compensation s'effondre. Et les banques, devenant plus averses vis-à-vis du risque, augmentent le rationnement du crédit aux entreprises. Ces dites entreprises, n'ayant plus les crédits souhaités pour financer leurs plans de développement, réduisent leurs activités et licencient une partie plus ou moins importante de leur personnel. On assiste dès lors à une récession économique doublée de chômage. Ce mouvement, parti des Etats-Unis, se propage en Europe et dans les pays émergents et n'épargne pas les pays en développement, y compris la République Démocratique du Congo, RDC. Et c'est d'abord le secteur de l'immobilier qui est touché, suivi du secteur automobile dans lesquels les entreprises, les uns après les autres annoncent la baisse de leurs bénéfices voire des pertes au 3^{ème} et 4^{ème} trimestre 2008. Ces entreprises sont donc amenées à mettre des salariés au chômage technique sinon à les licencier purement et simplement. (MAMA, 2009)

Le système étant attrayant, et par crainte de manquer de la clientèle, plusieurs banques ont eu à octroyer des larges crédits. Malheureusement, la grande partie des bénéficiaires pour avoir consommé au-dessus de leurs revenus, n'ont pu tenir leur engagement de rembourser ces crédits. Comme il fallait logiquement s'y attendre, les banques en sortiront grandement perdantes puisqu'au bout de l'engrenage, elles furent incapables de se trouver des consommateurs disposés à racheter les multiples hypothèques cumulés pendant des années. Certaines d'entre elles en seront obligées de déclarer faillite et de mettre la clé sous paillason. Au même moment, faute de pouvoir rembourser leurs emprunts, des millions des personnes qui ont mordu aux "subprimes", en sont sorties ruinées. Pour les Etats-Unis, pays dont l'économie est assise sur le crédit et l'initiative privée, c'est une crise qui se raffermi. C'est la crise des "subprimes". En effet, on a stimulé la consommation à travers le crédit, faute de pouvoir la stimuler par

l'augmentation du pouvoir d'achat. C'était là le seul moyen, pour les détenteurs de portefeuilles financiers, de trouver de nouveaux gisements de rentabilité, fût-ce au prix de risques inconsidérés. Il se crée ainsi un vaste marché du crédit, qui est aussi un marché du risque. C'est l'effondrement de ce marché qui a provoqué au cours de la décennie sus évoqué, cette grave crise. Mais, celle-ci est aussi une crise de la mondialisation libérale. La transmission brutale de la crise hypothécaire américaine aux marchés européens est le fruit direct d'une mondialisation conçue et réalisée par les apprentis sorciers de la finance. Les banques se méfient les unes des autres et ne veulent plus vouloir se prêter de l'argent entre elles. Cette crise de confiance des marchés interbancaires va entraîner la faillite de certaines banques sur le vieux continent. Une explication sommaire du fonctionnement du système bancaire permet de comprendre ce phénomène. En effet, les banques n'ont pas de liquidités nécessaires pour accorder des crédits. Le flux entre l'argent déposé par les épargnants et l'argent prêté aux autres n'est jamais équilibré à l'instant "T". Donc elles empruntent de l'argent d'autres banques. Mais, quand il s'installe une crise de confiance comme celle qui vient d'être décrite, les flux interbancaires en subissent le contre coup et tout le système tend vers une paralysie.

1.1. Les subprimes américaines

Tout est parti d'une idée moralement soutenable : être en mesure d'accorder un prêt immobilier à des agents non financiers qui ne remplissent pas les conditions standards d'octroi de crédits, c'est-à-dire avoir une bonne évaluation des risques de défaut (appelés aux Etats-Unis des scores de crédit) ou de bonnes garanties par rapport au revenu et au patrimoine. Les titres financiers distribués sous ses conditions sont appelées subprimes. Ainsi, le montage financier des subprimes devait permettre de rendre le marché hypothécaire plus inclusif. Il propose aux exclus du marché hypothécaire standard l'acquisition de propriété foncière à travers un mécanisme spéculatif supposé s'auto-entretenir. De ce fait, les montages de subprimes ont connu un engouement croissant. Dans ces contrats hypothécaires, la rentabilité du prêt immobilier dépend de l'appréciation du prix de l'immobilisation. (EYRAUD et RIVAUD, 2007)

1.2. Recyclage des liquidités des pays développés excédentaires

Depuis le 1er janvier 1948, le GATT (l'Accord général sur les tarifs douaniers et sur le commerce) et depuis le 1er janvier 1995, l'OMC (l'Organisation mondiale du commerce) qui lui a succédé, se sont efforcés, à l'occasion de huit rondes multilatérales de négociations commerciales, d'abaisser et même de faire disparaître les barrières à la mobilité internationale des biens et des services. Le pendant de l'OMC (132 membres) est le FMI (Fonds monétaire international) avec ses 182 membres, initialement conçu à Bretton Woods, en juillet 1944, pour recycler les liquidités des pays développés excédentaires vers les pays développés déficitaires. Depuis 1973-74, cette fonction s'exerce surtout auprès des pays en voie de développement. Contrairement à l'OMC, dans son domaine, les statuts du FMI ne lui enjoignent pas de libéraliser les mouvements internationaux de capitaux (TREMBLAY, 2000, p. 224-230). Compte tenu du grand volume et de la grande vitesse de circulation des capitaux internationaux de portefeuille, un taux de change fixe et ajustable enlève toute possibilité pour un pays de poursuivre une politique indépendante des taux d'intérêt. En théorie, la banque centrale pourrait vouloir stériliser les effets des mouvements de capitaux sur la masse monétaire intérieure. En ce faisant, cependant, elle risque de pousser artificiellement les taux d'intérêt à la hausse et d'accélérer l'entrée de capitaux, ce qui accroît d'autant les risques

d'un exode futur des capitaux et d'une crise du taux de change. En autant que les titres obligataires nationaux et internationaux ne sont pas des substituts parfaits, il peut avoir persistance de taux d'intérêt intérieurs plus élevés qu'à l'extérieur, compensée par l'anticipation d'une dépréciation future de la monnaie. Des taux d'intérêt intérieurs inférieurs à ceux des marchés internationaux exigent une anticipation d'appréciation future de la monnaie. Si les conditions fondamentales en faveur d'une telle appréciation n'existent pas, un exode de capitaux logiquement s'en suit, (lequel n'est stoppé que par une dépréciation ou par une dévaluation). L'exemple du Canada en 1995-97 illustre ce manque structurel d'autonomie monétaire : voulant stimuler la demande intérieure, la Banque du Canada maintint des taux d'intérêt à court terme inférieurs aux taux américains. La détérioration de la balance courante canadienne, suite à la crise asiatique, fit chuter le dollar canadien et les taux d'intérêt canadiens redevinrent à prime par rapport aux taux américains. (CALVO, 1997)

Un système d'institut d'émission ne fournit cependant pas une assurance hermétique contre les crises monétaires. L'exemple de Hong Kong en 1997-98 et celui de l'Argentine après la crise mexicaine de 1994-95, et après la crise brésilienne de 1998-99, en sont la preuve. Le fait de fixer le taux de change d'une monnaie à une monnaie-clé comme le dollar américain et de faire reposer la base monétaire, c'est-à-dire les réserves des banques et le papier-monnaie en circulation, sur des avoirs en monnaie-clé, ne suffisent pas à éviter les crises de confiance et les hausses brusques dans les taux d'intérêt. Aussi longtemps que l'unité monétaire nationale diffère de la monnaie-clé, un risque existe que le pays se retire un jour du système. Avec un système d'institut d'émission, un pays évite les coûts de transaction et les risques de change mais doit supporter à l'occasion une prime de taux d'intérêt. Pour profiter pleinement du système des instituts d'émission avec un taux de change stable et des taux d'intérêt internationaux, le pays doit envisager la pleine « dollarisation » ou la pleine « euronisation » (IZE, et YEYATI, 1998), ce qui signifie en pratique adopter une monnaie-clé en tant que devise intérieure.

Un certain contrôle des capitaux courts volatils, surtout ceux qui transitent par le système bancaire national, s'impose si le pays veut être à l'abri de crises monétaires et financières déstabilisatrices. Les pays qui en sont venus à cette conclusion, tels le Chili et la Colombie, réussissent à éviter d'être entraînés dans des crises incontrôlables. Les autres apprennent de la dure façon. L'expérience de la dernière décennie a montré que ce sont les capitaux à court terme, et surtout les crédits bancaires extérieurs, qui sont les plus déstabilisateurs. (VELASCO et CABREZAS, 1996)

L'entrée de capitaux de long terme peut être un apport important à la croissance économique des pays. Cependant, si ces capitaux sont de courte durée et volatils, l'influence qu'ils exercent sur les taux de change et les taux d'intérêt peut être une source majeure d'instabilité financière et économique. Ainsi, dans le contexte de monnaies nationales indépendantes et de politiques monétaires et fiscales indépendantes, une entrée soutenue de capitaux représente une triple gageure pour un petit pays:

- Danger d'une crise de balance des paiements, lorsque l'endettement extérieur devient trop important par rapport à l'économie nationale. Il s'agit d'une gageure à long terme qui repose sur le postulat que les capitaux extérieurs empruntés seront investis dans des industries de biens échangeables, de sorte que la capacité d'exporter ou de remplacement des importations du pays sera suffisamment accrue pour

compenser à la fois la surévaluation du taux de change et le rapatriement des intérêts et des dividendes.

- Danger d'une crise des liquidités et du taux de change, lorsqu'il y a un excès d'emprunts extérieurs à court terme par rapport aux avoirs extérieurs liquides.
- Danger d'une crise bancaire intérieure, lorsque ce sont les banques nationales qui ont emprunté en monnaies fortes pour prêter en monnaie locale. Tout effondrement du taux de change affecte la solvabilité des banques nationales. (BAGEHOT, 1873)

En effet, à court terme, les rentrées et les sorties de capitaux peuvent dominer le taux de change : si ce dernier est fixe, le pays risque de manquer de réserves internationales pour le défendre, mais, si le taux est flexible, la volatilité des mouvements de capitaux peuvent le soumettre à un effet de yo-yo. L'entrée de capitaux, en créant une demande excédentaire pour la monnaie nationale, conduit presque inévitablement à une appréciation de la monnaie nationale, à moins que la banque centrale n'enregistre dans ses réserves internationales la totalité des entrées. Pendant quelque temps, la surévaluation monétaire permet de garder bas les prix des biens importés, tandis que les prix élevés des biens d'exportation sont compensés par les investissements financés par les emprunts étrangers. (TREMBLAY, 2000, p 4-8)

Jusqu'à un certain point, toute vague d'investissements internationaux vers un pays à monnaie convertible, que son taux de change soit fixe et défendu par des réserves internationales, ou flexible, met en cause une sorte de mécanisme de financement à la Ponzi. (Un système de financement à la Ponzi existe quand les déboursés sont couverts par de nouveaux emprunts. Un agent économique (entreprise, ménage, gouvernement) qui emprunte pour payer les intérêts sur l'encours de la dette recourt à un financement à la Ponzi : sa dette croît sans qu'il n'y ait une augmentation dans les avoirs générateurs de revenus. (BAYOUMI, et MACDONALD, 1998)

La crise monétaire et financière vécue en 1997-98 par plusieurs pays asiatiques, à commencer par la Thaïlande, l'Indonésie, la Malaisie, la Corée du Sud et les Philippines, par la crise traversée par le Mexique en 1994-95, par la crise russe d'août 1998, de même que la crise brésilienne de janvier 1999, témoigne du danger d'avoir des monnaies indépendantes et de recourir fortement en même temps à des capitaux de portefeuille extérieurs. Ceux-ci conduisent presque inévitablement à des crises monétaires et financières si ce recours est trop important et dure trop longtemps. Il y a même une certaine inévitabilité à ces crises dans le cadre institutionnel international actuel.

En théorie, la banque centrale pourrait vouloir stériliser les effets des mouvements de capitaux sur la masse monétaire intérieure. En ce faisant, cependant, elle risque de pousser artificiellement les taux d'intérêt à la hausse et d'accélérer l'entrée de capitaux, ce qui accroît d'autant les risques d'un exode futur des capitaux et d'une crise du taux de change. Le fait de fixer le taux de change d'une monnaie à une monnaie-clé comme le dollar américain et de faire reposer la base monétaire, c'est-à-dire les réserves des banques et le papier monnaie en circulation, sur des avoirs en monnaie-clé, ne suffisent pas à éviter les crises de confiance et les hausses brusques dans les taux d'intérêt. Aussi longtemps que l'unité monétaire nationale diffère de la monnaie-clé, un risque existe que le pays se retire un jour du système. (COURCHENE, 1998)

1.3. Propagation de la crise au sein des systèmes financiers

L'ampleur et la contagion de la crise financière ont été proportionnelles d'une part, à l'exposition des ménages et des entreprises et d'autre part, au degré d'imbrication des systèmes financiers à l'échelle mondiale. C'est ainsi que les principales places financières des pays développés ont été les premières à plonger. Puis, ce sont les pays émergents qui ont été atteints par les contrecoups de la crise initiale des subprimes.

1.4. Dans les pays développés

Dans les pays de l'OCDE, l'assèchement de la liquidité au niveau des marchés interbancaires les a littéralement rendus inopérants. Aux États-Unis, (BENTOGGIO et GUIDONI, 2009) notaient que le spread des taux d'intérêt, traduisant la prime de risque sur les financements, a presque triplé (34 points de base) au 9 août 2007 et quadruplé le lendemain, soit 48 points de base, pour une tendance historique de 10 à 15 points de base. Face à une prime de risque très élevée, le marché monétaire a vite manqué de liquidité. Or, comme l'indiquent Hördahl et King (HÖRDAHL et KING, 2008), les banques d'investissement américaines finançaient près de la moitié de leur bilan par le biais du marché monétaire. In fine, quelles que soient leurs activités ou leurs importances, les banques en ont subi les effets pervers. Par exemple, les pertes subies par la Carlyle Capital se sont répercutées sur la Bear Stearns dont l'effondrement en mars 2008 a été in extremis évité par la Réserve Fédérale, avant sa revente à la banque JP Morgan Chase. Le 15 septembre 2008, à défaut d'avoir pu mobiliser suffisamment de fonds à court terme, la Lehman Brothers faisait faillite. La crise financière était alors à son sommet.

À partir de septembre 2008, elle s'est à peu près étendue à tous les secteurs d'activité de l'économie par le biais des pertes enregistrées par presque toutes les institutions financières. La crise de liquidité se transformait alors en crise de solvabilité. Blot et Timbeau (BLOT, CREEL, RIFFLART et SCHWEISGUTH, 2009) notent que « de part et d'autre de l'Atlantique, les indices boursiers du secteur bancaire enregistrent une baisse de près de 25 %. La succession de mauvaises nouvelles continue par la suite d'alimenter la baisse. À la fin du premier trimestre 2009, l'indice sectoriel mondial des banques a perdu plus de 70 % de sa valeur, soit une perte de capitalisation boursière estimée à 4 200 milliards de dollars ». Le principal canal de contagion de la crise financière à l'économie a été l'effet de richesse. Celui-ci stipule l'existence d'une corrélation positive entre la valeur du patrimoine des ménages et les prix de leurs actifs immobiliers et/ou financiers : plus ces derniers sont faibles, plus les ménages s'appauvrissent.

1.5. Dans les pays africains

Dans la séquence de transmission des effets pervers de la crise financière américaine de 2007 au reste du monde, les pays émergents ont été les derniers atteints. Il ne s'agissait pas tant de la faillite de leur système financier que des répercussions sur leurs productions nationales et leurs échanges internationaux. Cette propagation s'est davantage fait ressentir au niveau des économies bien que les systèmes financiers aient été aussi fragilisés. Nous pouvons ajouter aussi la structure des bilans des banques. En effet, le marché monétaire est essentiellement aminé par des banques locales dont la plus grande part des ressources est constituée par les dépôts des agents nationaux et par les fonds propres. La grande majorité des opérations d'emprunts se font à travers les

créances négociables, les financements interbancaires pour l'essentiel en blanc et/ou les refinancements de la Banque centrale en contrepartie des titres publics et privés domestiques. (ARY TANIMOUNE, 2007, p 19-20)

2. LES IMPLICATIONS DE LA CRISE SUR L'ECONOMIE DE LA RD.CONGOLAISE

L'origine de la crise se situe dans les grands centres financiers des pays développés, et il a fallu du temps pour que l'on constate à quel point elle frappait également les pays en développement et en transition. C'est là une situation nouvelle, car les crises précédentes se propageaient à partir de pays en développement. Ceux-ci sont en l'occurrence des victimes qui n'en portent pas la responsabilité. « Les sources de la crise financière mondiale se trouvent dans les politiques financières et autres politiques des pays développés, plus particulièrement des Etats-Unis. Bien que les pays en développement ne soient nullement responsables de la crise, celle-ci ne les épargne pas.

2.1. Impact de la crise des prix des matières premières dans le secteur minier

Plusieurs projets d'investissement dans les industries extractives ont été annulés ou reportés en République Démocratique du Congo (RDC), Zambie, Afrique du Sud, RCA ou au Cameroun. En Zambie, le projet de barrage Kafu Gorge, d'un montant de 1.5 milliard de dollars, est mis en attente car beaucoup d'investisseurs sont réticents à cause de la baisse du prix du cuivre. Des compagnies minières telles que First Quantum Minerals, Albion et Makambo Copper Mine ont toutes annoncé la suspension des nouvelles explorations. En même temps, la plus grande mine de cuivre de Zambie, Konkola Copper Mines, a ordonné une réduction de 40% de tous les contrats destinés aux fournisseurs.

En RDC, les opérations d'extraction de la mine à ciel ouvert de Tilwezembe et le traitement de minerais à Kolwezi ont été suspendues en raison de l'effondrement des cours du cobalt. 70 sociétés minières opérant au Katanga ont fermé. Depuis la fin de 2008, Forrest International a mis ses 650 employés en chômage technique en indiquant que l'exploitation du cobalt n'est pas rentable autour de 9 dollars la livre. Selon le ministère des mines de la RDC, ces fermetures auraient engendré une perte de 200 000 emplois. (Banque Africaine de Développement, 2010)

De prime abord, la crise financière actuelle nous rappelle l'importance de la fonction régulatrice de l'Etat : taxer les marchés, améliorer la législation sur l'attribution des crédits, réglementer les fonds spéculatifs, conforter le contrôle interne des institutions financières, lutter contre l'inflation, limiter la volatilité de la monnaie etc. Par un effet domino, cette crise s'est étendue en entraînant d'une part, la quasi-totalité des agents économiques internationaux, et d'autre part l'effondrement de presque tout le système financier mondial.

En effet, l'on a assisté à un resserrement brutal du crédit bancaire et à une chute de confiance de la part des acteurs économiques. Par ailleurs, les conditions d'octroi de crédit se sont impitoyablement durcies. Cette montée des risques a entraîné une série de dégradations de la vie sociale avec répercussions en RD Congo, pays dont l'économie est traditionnellement extravertie et dont une bonne frange du budget dépend du financement des partenaires publics et surtout, privés extérieurs. Au fait, cette crise a revêtu plusieurs visages en RD Congo marquant ainsi le vécu quotidien des citoyens. Elle s'est manifestée par la crise alimentaire, par la crise financière etc.

La crise énergétique qui en découle, s'explique du fait que les recettes tirées de la production des hydrocarbures occupent première position dans la structure du budget de l'Etat. Le prix du baril de pétrole, toujours libellé en USD, est parti de 95 USD, à fin décembre 2007, à 147 USD en juillet 2008. Et de là, il retombe à 66 USD à fin 2008. Cette fluctuation du prix du baril a un impact certain et direct sur le prix à la pompe et donc sur le transport des biens et des personnes, sur les intrants de l'industrie chimique, sur la production énergétique etc. il y a eu corrélation entre la baisse du dollar et le renchérissement du prix du baril du pétrole. Au plan alimentaire, l'on a noté un renchérissement des prix des céréales importées (riz, blé, maïs, ...). Comme souligné un peu plus haut, en RDC, les importations sont supérieures à la production locale qui est affectée par des difficultés dues à l'évacuation, au transport, à la distribution ou à la conservation. Par exemple, un carton de 20 kilos de poulets et de poissons de mer, coûtait respectivement 30 USD et 24 USD, avant la crise. Après celle-ci, il a coûté 68 et 48 USD.

La crise financière, par ailleurs, frappe la RD Congo par l'inflation dont les effets sont la hausse généralisée des prix des biens et services, les dépenses exceptionnellement élevées et brusques, les spéculations, les réclamations des hausses de salaires ... Elle a eu un impact grandissant sur la consommation des ménages et les dépenses des entreprises. L'augmentation des faillites d'entreprises a été également notable.

La diffusion de la crise à l'ensemble de l'économie a provoqué une récession¹. Les défaillances d'entreprises ont augmenté. En plus, le pays a dû faire face à une faillite de son système bancaire. Les secteurs du transport, de la construction et de la promotion immobilière sont les premiers touchés. Cette dégradation s'explique par un accès plus difficiles des entreprises au crédit et par un ralentissement remarquable de leurs activités. Les entreprises dépendent, en effet, du système bancaire, ne serait-ce que pour le crédit dont elles ont besoin pour leurs investissements. Or, la crise fait que les banques, fragilisées par l'accumulation de mauvaises dettes, réduisent brutalement leurs crédits par manque des liquidités nécessaires pour ce faire.

Au niveau du secteur financier congolais, la crise financière internationale a rattrapé les banques à capitaux étrangers, City et Fortis (BCDC). Au plan économique, la crise a pour champ l'économie réelle. Le secteur minier qui en est la locomotive sera touché, suite à la baisse des capitalisations et des valeurs boursières qui vont influencer sur la levée des fonds sur les places boursières et pour les emprunts bancaires. Au-delà, il y a aussi la baisse ou la chute des prix des produits miniers (cuivre, zinc ...), le ralentissement de l'économie mondiale va affecter la demande des métaux de base... Conséquence, des projets d'investissements initiaux ou d'expansion ont été arrêtés ou redimensionnés. Les projets connexes à caractère social vont être affectés. Les emplois nouveaux ou existants vont être menacés de licenciements massifs (techniques, économiques, ...).

Par ailleurs, cette crise aura un impact macro-économique en RD Congo, avec un taux de croissance inférieure à 10%, la baisse du pouvoir d'achat suite à l'inflation importée, les recettes pétrolières vont baisser. Il en sera de même pour les recettes douanières et minières. Au plan monétaire, les recettes en devise vont baisser et il sera difficile de maintenir la stabilité du Franc congolais. L'économie du pays est touchée de manière plus ou moins prononcée, à travers une réduction de la croissance économique et une hausse du chômage.

Les différents plans de sauvetage concoctés par les institutions financières internationales (Banque mondiale et Fonds monétaire international) et adopté par le gouvernement de la RD Congo, butent à la crise et imposent, pis encore, des coûts additionnels et non prévus pour la mise en œuvre. En clair, cette crise financière mondiale va avoir un impact négatif sur l'aide publique au développement de la RD Congo. La crise financière internationale aura été, pour ce pays, un facteur d'aggravation de la crise économique.

A l'instar de nombreux pays africains, et même du Tiers-monde, la RD Congo est fortement dépendante des exportations de ressources naturelles. Cela aura pour conséquence qu'un tel retournement sur le marché des matières premières ait des effets négatifs sur sa performance économique. Le pays demeurera donc exposé aux retournements conjoncturels aussi longtemps que ses exportations seront peu diversifiées et à faible valeur ajoutée.

On ne doit pas perdre de vue que cette crise mondiale a sa source aux Etats-Unis, c'est-à-dire dans un pays qui doit déjà faire face à un déficit budgétaire, une dette intérieure qui ne cesse de croître et un déficit commercial colossal. Or, la crise ne peut que contribuer à éroder la confiance dans le dollar, lequel sera probablement amené encore à baisser. Le fait que le dollar soit à la fois une monnaie nationale et une unité de compte internationale a longtemps permis aux Etats-Unis d'affirmer et de faire peser leur hégémonie. A l'heure actuelle, 70% de toutes les réserves étrangères dans le monde sont constituées en dollars, cette masse n'ayant plus longtemps le moindre rapport avec le volume réel de l'économie américaine.

On assure maintenant qu'il suffirait de "réguler" ou de "moraliser" le système pour éviter ce genre de crises. Car, la cause finale de cette crise, c'est la recherche du profit financier le plus élevé possible dans le minimum de temps possible. En clair, c'est la recherche de l'augmentation maximale de la valeur des capitaux engagés à l'exclusion de toute autre considération.

La paralysie du marché interbancaire met aujourd'hui des établissements en faillite potentielle, dans la mesure où les banques ne sont plus en mesure de prêter aux particuliers et aux entreprises. Et cette crise financière qui frappe les pays occidentaux pourrait affecter la croissance économique RD Congolaise, si le pays ne trouve pas rapidement des marchés alternatifs. Les exportations RD Congolaises vers les Etats-Unis et vers l'Europe pourraient être affectées par la baisse du pouvoir d'achat des Américains et des Européens. Il résulte que du fait de la crise financière internationale, très peu de richesses seront créées en République Démocratique du Congo, faute d'investissement. Ce qui entraînera encore plus de pauvreté dans ce pays.

La situation économique, financière et monétaire de la RDC s'est déclinée globalement comme suit :

- Les données à fin juin indiquaient au niveau du secteur réel, le tassement des tensions inflationnistes et la consolidation de la croissance économique. En 2007, avec une variation du PIB réel de 6.3 %, l'économie congolaise a enregistré pour la sixième fois consécutive un taux de croissance économique positif, consolidant ainsi son ancrage dans la phase d'expansion économique. Les mines, les télécommunications et le commerce de gros et de détail ont constitué les principales sources de cette croissance. En 2008, deux évolutions ressortent globalement de la situation économique et financière de la RDC ;

- Le premier semestre marqué par une forte augmentation de la croissance économique et une accélération notable de l'inflation tirée par la hausse des prix des

produits pétroliers et alimentaires sur le marché mondial ; Le second semestre caractérisé par le ralentissement notable de la croissance à la suite, notamment de l'écroulement de l'activité dans le secteur minier et une certaine décélération de l'inflation à la suite de la baisse des prix des produits pétroliers et alimentaires sur le marché mondial. En 2009, trois périodes ressortent de la situation économique et financière de la RDC aux neufs premiers mois de l'année 2009.

Au premier trimestre, l'économie congolaise a été en proie à une forte inflation et à une rapide dépréciation de la monnaie locale dans un contexte de recul de l'activité de production. Cette conjoncture défavorable tient aux à-coups de la Crise Financière Internationale sur l'économie et aux chocs internes tant budgétaires que monétaire, se traduisant par l'expansion non prévue de la base monétaire, la hausse généralisée des prix intérieurs et l'incertitude croissante à l'effet de plomber la relance des activités.

Au deuxième trimestre, une nette amélioration de la conjoncture a été relevée à la suite de signes de reprise de la demande internationale et des cessions régulières des devises de la BC sur les marchés des changes. Il en a résulté le ralentissement de la volatilité des prix intérieurs et du taux de change couplé à une réduction sensible de la dégradation de l'activité économique. Comme réponse à cette évolution, l'inflation a sensiblement baissé, conférant ainsi la possibilité au taux d'intérêt réel de la BCC. Cette situation améliore les conditions d'allocation efficaces des ressources et la lutte contre les activités spéculatives, notamment en matière de crédit et de refinancement.

Au troisième trimestre, la situation s'est caractérisé par la résurgence de nouvelles tensions tant sur le marché des changes que de biens et services, à la suite de l'aggravation, en milieu des mois, du déficit public, base solde budgétaire intérieur, depuis juin. Cependant, il importe de relever que l'exécution du TOFE que la situation monétaire intégrée à fin du mois demeure globalement en ligne par rapport à la programmation. Le mois d'octobre 2009 reste marqué par la poursuite des pressions sur les marchés des changes et des biens et services, en raison de la persistance du déficit public infra mensuel.

Tableau 01: Evolution du taux d'inflation et de croissance de 2006 à 2009 (%)

	Déc.2006	Déc.2007	Déc.2008	Déc.2009
Taux de croissance du PIB/ %	5,6	6,5	5,9	2,7
Taux d'inflation/%	18,2	12,0	27,6	53,44

Source : http://www.bcc.cd/downloads/pub/not_conj/note-30-12.pdf.

Taux de croissance taux d'inflation 2006 2007 2008 2009

Tableau 02: Evolution des cours des matières premières d'origine minérale de déc. 2006 à déc.2009

Avec IPC comme Indice de prix à la consommation.

	Déc. 2006	Déc.2007	Déc.2008	Déc.2009	PIC Valeur Dates	
Pétrole (\$/baril)	66,20	95,0	38,9	79,56	147,0	4juil07
Cuivre (euros/tm)	5496,31	5346,5	2811	7345	8700	16avr08
Cobalt (\$/lb)	17,2	29,4	16,5	20,75	47	7mar08
Or (once)	549,4	693,6	869,6	1095,7	940	17mar07
Diamant (carat)	24,9	22,6	-	-	32,1	Juil07

Source : http://www.bcc.cd/downloads/pub/not_conj/NOTE-31-01-2009.pdf

Ici, il est question de voir les conséquences de la crise financière sur le secteur réel de l'économie congolaise, sur les relations extérieures et sur les finances publiques. Parlant de l'impact de la crise financière sur le secteur réel, le tableau suivant nous montre l'évolution des cours des matières premières de 2006 à 2009.

En 2006, il y a eu augmentation des prix de presque tous les produits miniers. Les facteurs à l'origine de cette hausse de prix sont notamment le resserrement de l'offre mondiale face à une importante demande marquée par les fortes consommations chinoises. Ainsi de 21,6 \$ le carat en 2005, le cours du diamant est passé à 24,9 \$ une année après, soit une progression de 15,3 %. Quant au pétrole, au cuivre et au cobalt, leurs prix en 2006 ont été respectivement de 66,2 \$ le baril, 5496,31 euros la tonne métrique et 17,2 \$ la livre poids contre 56,1 \$, 3140 euros et 15,9 \$ une année plus tôt. En 2008, tous les cours des produits exportés par la RDC connaissent des baisses importantes, le chemin vers la hausse en 2009.

Risque d'emballement du taux de change suite à la rareté de la devise.

S'agissant des recettes, la part relative des recettes provenant des douanes et accises a régressé en passant de 36% en 2007 à 34,6% en 2009, et celle des recettes pétrolières a sensiblement diminué de 20,3% à 6,1%, sous l'effet de la baisse du volume des échanges extérieurs et de la détérioration des termes de l'échange. Par contre, les recettes mobilisées par la Direction générale des impôts (DGI) et par la direction générale des recettes administratives, judiciaires et domaniales (DGRAD) ont accru en importance, lissant ainsi voir que le coût de l'ajustement du secteur public aux deux chocs précités a été supporté en grande partie par la fiscalité sur les activités intérieures.

La progression des dépenses publiques a été plus importante que l'accroissement des recettes ; ce qui s'est répercuté négativement sur l'évolution du solde budgétaire à partir de décembre 2008 et requis un financement monétaire croissant des déficits publics. L'impact du gonflement du crédit net à l'Etat est évident sur l'évolution de l'inflation en 2008-2009. (IRES, 2010, p.9) Les réserves internationales de change de la Banque Centrale du Congo, BCC, ont atteint un niveau historiquement bas fin 2008, suite à la chute des recettes d'exportation (mines, pétrole,...), menaçant la capacité du pays à financer ses importations. Ces réserves en forte baisse amplifient en ce moment la dépréciation du franc congolais.

En 2009, la RDC a échappé au pire, celui d'atteindre le niveau zéro des réserves internationales de change. En effet, grâce au flux extérieurs notamment l'assistance financière du FMI de 195,5 millions de \$, au titre de Facilité contre les Chocs Exogènes (FCE) en mars 2009, la RDC, pays à faible revenu et à économie fragile, a pu renforcer le niveau des réserves internationales de change de la BCC et faire face aux conséquences de la crise. (KINZUMBA, 2009)

2.2. Impact de la crise dans le secteur primaire

Le secteur primaire de la RDC est composé de la production agricole, de sylviculture, d'élevage, de pêche et de chasse ainsi que l'exploitation forestière et minière. L'agriculture représente une bonne partie du PIB de la RDC et constitue la principale source de revenu, surtout chez les pauvres. Elle continue d'être le secteur de l'économie qui fournit le plus d'emploi en occupant 47% des hommes et 53% des femmes. En effet sur 27 millions des personnes que compte la population active de la RDC, 74% se trouvent dans le secteur primaire, et dont une large majorité est dans l'agriculture. Ce qui fait que son économie soit essentiellement agricole et tournée vers

l'exportation des matières premières. La crise économique a imposé une lourde contrainte sur les pays fortement dépendants des ressources naturelles.

La RDC faisant partie des pays rentiers miniers et forestiers n'a pas été épargnée par la crise puisque, ce sont des économies africaines forestières et minières qui ont subi le plus les effets de la forte chute des prix. Les cours du café ont perdu plus de 20% de leur valeur entre février 2008 et février 2009 (BENHAMMOU, 2009). Le café arabica est passé de 131,10 USD au mois de juillet 2008 à 99,00 USD au mois de février 2009 soit -24,49% de chute ; tandis que le café Robusta est passé de 115,09 USD au mois de juillet 2008 à 81,75 USD au mois de février 2009 soit -28,97%. La diminution des recettes d'exportation a empêché le gouvernement congolais de financer l'importation des facteurs de production dont il avait besoin et donc d'amortir les effets négatifs de la crise sur l'économie. Cette situation d'incapacité a, certes, amplifié les effets de la crise alimentaire. En effet, n'ayant pas encore atteint l'autonomie et la sécurité alimentaire, la RDC est en fait un important importateur de denrées alimentaires. Du fait que le pays soit importateur des denrées alimentaires, qui sont une composante majeure de l'indice des prix à la consommation (IPC), les dépréciations ont entraîné à coût sur une hausse des produits alimentaires que les moins nantis ont eu plus de mal à se procurer. Ainsi l'on peut constater que la crise économique n'a fait qu'empirer les effets de la crise alimentaire. L'impact est particulièrement marqué sur l'économie congolaise qui affiche d'importants déficits dans le commerce des produits alimentaires.

2.2.1. Impact de la crise exploitation des ressources naturelles

Parlant de l'exploitation forestière, la RDC ressent âprement les effets de la crise avec une forte chute des prix et de la demande. La production de bois a été affectée en partie par l'annulation de certaines commandes du bois faite par l'Europe et l'Asie. Notons cependant que le secteur forestier constitue la deuxième source de recettes de l'Etat congolais. Mirian MANNACK (2009), la RDC, faisant partie des pays forestiers et miniers, elle n'a pas été épargnée par la crise financière internationale étant donné que la celle-ci a imposé une lourde contrainte sur les pays dépendant des ressources naturelles et surtout ceux dépendant du cuivre, du pétrole, du bois et du diamant.

Il s'opère en RDC un ralentissement des projets d'investissement mais également un repositionnement des conglomérats chinois. Les enjeux sont toutefois essentiellement internes dans la gestion de la rente minière. Le Congo-Kinshasa demeure pillé alors que la gestion de la rente diamantifère demeure rigoureusement contrôlée dans d'autres pays (Botswana par exemple). En effet, il a été révélé que, précédemment, avant la crise économique, la RDC avait bénéficié des prix élevés d'exportation de ses produits miniers et cela a eu un effet positif sur le social de la population. La situation s'est inversée depuis 2008. L'on a noté une chute des cours du cuivre, du cobalt etc. sur les marchés internationaux avec conséquences : l'entrée de l'économie congolaise en récession et l'aggravation de l'incidence de la pauvreté. La baisse des prix des matières premières s'est répercutée par une baisse de revenus de 16% au Congo (KERDOUDI, 2009). Dans la province de Lubumbashi en RDC, la crise s'est sensiblement aggravée, notons également qu'elle est fort riche en cuivre, dépendant essentiellement de l'exploitation minière du cuivre et du cobalt. Dans cette région la demande mondiale pour les ressources naturelles, depuis septembre 2008, a baissé et les prix des matières premières ont dégringolé à des niveaux trop bas. Les effets de cette crise risquent d'effacer tous les gains enregistrés au cours des dernières années.

- CUIVRE ET COBALT

Le prix de la tonne de cuivre est tombé à 2.811 dollars américains en décembre 2008 contre plus de 8.000 dollars américains au début 2008. Le prix de cobalt, minerais essentiellement utilisés pour la fabrication des batteries rechargeables et des alliages, est tombé à 16,5 dollars américains en décembre 2008 contre 38,1 dollars américains en juillet 2008. (RDC, 2009). Pour le cobalt, à moins de 50% des prix de revient de leurs productions, les sociétés minières travaillent à perte et plus de quarantaine ont préféré fermer en attendant que la tempête passe.

- OR ET ETAIN, DIAMANT

Du côté de l'exploitation artisanale des minerais, le choc financier s'est ainsi fait durement ressentir. L'or et l'étain, exploités encore artisanalement en RDC, connaissent une baisse de leurs cours mondiaux. Après avoir atteint 2.500 USD la tonne au milieu de l'année 2008, l'étain est revenu, en décembre 2008, en deçà de sa valeur, à 1.700 USD. Concernant le diamant, « le marché du diamant souffre ou a souffert essentiellement de la baisse de la demande suite à l'absence de crédit disponible aux acheteurs ; les banques ne donnant plus de facilités de crédit depuis le début de la crise». La production minière de Bakwanga (MIBA) a cessé de produire à la fin 2008.

- EXPLOITATION PETROLIERE

Pour ce qui est du pétrole, la production pétrolière a affiché un taux de croissance de - 4,4%, réduisant considérablement les recettes pétrolières. (ESISO FATUMA, 2010)

2.3. Impact de la crise sur le secteur secondaire

Le secteur secondaire congolais est composé des industries extractives et métallurgiques ; des activités de fabrication, d'électricité, de gaz et eau et de construction. Comme d'aucuns le savent, la crise économique se traduit par une récession qui frappe durement l'Afrique et particulièrement les pays dépendant des industries extractives à l'instar de la RDC, du surcroit Etat fragile et post-conflit.

- INDUSTRIES EXTRACTIVES DES RESSOURCES MINIERES

La baisse de la demande et des cours des produits de base est compliquée par les fortes incertitudes sur le plan économique. L'aversion pour le risque a amené les investisseurs à relocaliser leurs activités dans des pays à plus faible risque, ce qui s'est traduit par une forte chute de l'investissement direct étranger (IDE). La diminution des recettes d'exportations, ajoutée aux faibles capacités en matière de gouvernance et à une contraction prolongée de l'investissement, accentue la pauvreté généralisée et menace la stabilité de ces États fragiles. En RDC, l'on a enregistré la perte de 100 000 emplois, à la suite de la fermeture des fonderies. Les réserves en devises ont diminué et ne représentent plus qu'environ une semaine d'importations. La RDC ne sera bientôt plus en mesure d'importer des biens essentiels tels que les denrées alimentaires, le carburant et les médicaments. Impact de la Crise sur les Économies Africaines (RDC, 2009).

En RDC (2009), plusieurs projets d'investissement initiaux ou d'expansion dans les industries extractives ont été retardés, arrêtés ou redimensionnés. Les opérations d'extraction de mine à ciel ouvert de Tilwezembe et le traitement de minerai à Kolwezi (KATANGA) ont été suspendues en raison de l'effondrement des cours du cobalt. Plus

de 70 sociétés d'exploitation de cuivre et du cobalt, opérant dans la province du Katanga, ont été contraintes soit de suspendre totalement leurs activités de production, soit de les ralentir. Selon le ministère des mines, ces fermetures auraient engendré une perte de 300.000 emploi. La crise aura également un effet indirect sur la pauvreté, en raison de ses incidences sur l'emploi (RDC, 2009). Une perte jugée considérable pour un pays comme la RDC où l'emploi est considéré comme une pluie au Sahel. Du fait de la baisse de prix des matières premières, l'économie mondiale étant un tout complexe et lié, les valeurs boursières des sociétés minières (congolaises) ont aussi chuté.

Tableau 03: Evolution des Sociétés Minières de 2003 à 2010

N°	Sociétés Minières / valeur réalisée	Pourcentage %
1	- First quantum Minerai dont l'action boursière a baissé de:	80,00 %
2	- Katanga Mining a déchu de:	93,39%
3	- CAMEX (Boss Mining) :	93,3%
4	- Meteorex (Rwashi Mining) :	-83,9%
5	- Mwana africa (SEM KHAT) :	-92,6%
6	- Anvil Mining :	- 91%
7	- Téal Métal	-95,8%

Source : TIMILALOMASIMO, 2003 à 2010.

Plusieurs entreprises ont suspendu leurs activités de production et de transformation au Katanga. Nous pouvons citer:

1) Anvil Mining. En décembre 2008, la société australienne, qui est l'un des principaux producteurs du cuivre en RDC, avait annoncé qu'elle fermerait jusqu'à nouvel ordre la mine de DIKILUSHI. La plupart de 1.056 employés permanents et contractuels à la mine ont été licenciés. L'entreprise a affirmé que cette décision lui avait permis d'économiser environ deux millions de dollars par mois. La société a également interrompu un nouveau projet de développement sur son site de KANSEVERE, qui a enregistré la perte de 550 employés.

2) BHP Billiton, gros investisseur étranger en RDC, a suspendu ses activités de prospection minière du Nickel en raison de la baisse du prix du minerai.

3) Depuis la fin 2008, la société Belgo-congolaise « Forrest international », basée au Katanga, a mis ses 650 employés en chômage technique, en indiquant que l'exploitation du cobalt n'était plus rentable. Selon le directeur de cette société, Mr George Arthur Forrest, « la société a traversé de moment difficile ». en 2007, l'entreprise avait produit 4000 Tonnes de cobalt et en 2008, environ 3.500 Tonnes. Depuis quelques mois, les commandes ont baissé et la production entreposée dans les carrières. Ainsi plusieurs travailleurs ont été mis en congé technique. Par conséquent, plusieurs personnes travaillant, soit en sous-traitance, soit dans le commerce informel autour des carrières sont concernées.

2.4. Impact de la crise dans le secteur tertiaire

Ce secteur en RDC est constitué de commerce de gros et détail, de transport, de l'entreposage, de communication, des services marchands, des administrations publiques et défenses, sécurité sociale obligatoire, des entreprises bancaires,..., A ce niveau, seuls un certain nombre d'activités vont devoir être élucidés. Il s'agit des activités qui composent le secteur tertiaire, en l'occurrence les secteurs de télécommunication, de commerce, de banque et de l'administration publique.

2.5. Secteur de telecommunication

En effet, il importe de rappeler que les contre-performances de secteurs productifs ont affectés tous les autres secteurs. Le secteur de télécommunication a été l'un des plus touchés par la présente crise économique mondiale. La consommation des unités est passée de 225.507 millions en janvier 2008 à 235.023 millions en avril pour tomber à 174.441 millions en octobre de la même année.

2.6. Secteur de commerce

S'agissant du commerce, ce secteur fait partie des principaux leviers de la croissance africaine en générale et congolaise en particulier durant les années 2000. Banque africaine de développement (2009), dans les pays financièrement moins développés comme la RDC, les effets de la crise ont dominé sur le commerce. Fond monétaire international (2009, p.3), les effets de la crise financière et la récession économique sur les prix des matières premières et les flux des capitaux risquent d'effacer tous les gains enregistrés au cours des dernières années. Pour le commerce, une note prudente s'impose d'emblée : les statistiques en RDC sont lacunaires et imprécises. Elles ne reflètent que les échanges officiels. Or l'une partie des exportations et des importations, selon certains experts jusqu'à 30%, passe la frontière clandestinement, surtout à l'Est du pays. Après une longue contraction pendant les années 1990, le commerce extérieur de la RDC a renoué avec la croissance en 2001. Entre 2001 et 2007, le taux de croissance oscillait entre 5,9% et 34,6% pour les exportations et 47,4% pour les importations. Suite à la récession perceptible dès le troisième trimestre, les exportations en 2008 ont régressé d'environ 56,3% alors que les importations ont poursuivi une ascension. En 2009, les exportations ont subi une baisse massive de 42% et les importations de 22%. Il y a peu de pays où l'exportation des matières premières brutes joue un rôle aussi prépondérant qu'en RDC avec : 73,7% (sic) de la valeur des exportations, les métaux (cuivre, cobalt, zinc, cassitérite,...) viennent en tête suivis par le pétrole (11,9%) et le diamant (10%). (Confédération suisse, RDCFAE, 2011, p.4)

2.7. Secteur bancaire

Concernant le système bancaire et financier, les banques, en Afrique centrale, sont sur-liquides. Cette surliquidité, qui est un défaut en temps normal, dévient une protection en temps de crise. (Entretien avec..., 2008, p.1)

Le secteur bancaire congolais, encore épargné en 2008, a senti, lui aussi, les effets de cette crise. La baisse des activités minières s'est répercutée sur les activités de banques. Il y a eu une diminution drastique de l'offre de devises sur le marché, d'énormes difficultés de trésorerie dans les banques commerciales. La perte de la valeur du Franc congolais (Fc) face au dollar américain. La crise a été à l'origine de la chute des réserves. Celles-ci ont chuté de près de 400% passant de 253,1 millions de dollars américains en 2008 à 77 millions de dollars américains au mois de décembre 2008. Les termes de l'échange se sont davantage détériorés en 2008 (-2). Les taux d'inflation se sont ainsi chiffrés, à la fin de 2008, à 27,6% contre une prévision de 23%. La crise a causé la perte de points de croissance. Le taux de croissance en 2008 est estimé à 6%

contre une prévision initiale de 10%. Les perspectives de 2009 situent la croissance à 2,7% soit en dessous du taux de croissance démographique de 3,3%.

2.8. Secteur de l'administration publique

Avec cette crise, il y a eu une baisse de recettes budgétaires et fiscales entraînant un accroissement des déficits publics. Comparés à leurs niveaux du 1^{er} trimestre, les recettes publiques ont fortement baissé au 1^{er} trimestre 2009, aussi celles provenant des régies financières que celles provenant des produits miniers et des recettes pétrolières. En termes réels, elles sont passées de 230,3 millions de dollars américains en mars 2008 à 175,9 millions de dollars en mars 2009, soit une baisse de 23,6%. Face à cette situation, le gouvernement congolais s'est retrouvé dans une situation de manque des ressources pour financer les infrastructures des voies de communication, les infrastructures énergétiques et les services sociaux de base. Les écoles et hôpitaux ont été abandonnés à leur triste sort. Notons de même que la crise économique mondiale a contribué à l'exacerbation des conflits sociaux exprimés notamment à travers des grèves dans les entreprises publiques et privées, et de difficultés à payer régulièrement les salaires des agents de la fonction publique et des entreprises publiques et privées. En effet, la RDC est si proche des seuils de pauvreté qu'une crise économique se transforme rapidement en une crise sociale. Il sied de souligner que la crise a causé le rétrécissement de l'espace budgétaire pour financer la restauration totale de l'autorité de l'Etat dans certaines contrées de l'Est de la république où les populations déplacées en grand nombre (250 000 habitants) sont victimes de diverses violations.

3. CONSIDERATIONS CRITIQUES

La crise actuelle « présente pour le développement de l'Afrique le plus grand danger jamais encouru », a déclaré le président de la Tanzanie JAKAYA KIKWETE, (ROY, disponible sur www.un-org/Africarenewal). L'Afrique du Sud est le seul pays africain invité au sommet du G20 en novembre 2008 (DUGUA, 2008). Il importe d'opérer une réforme du système financier pour le rendre plus juste et plus efficace. La réforme basée sur la transparence et l'équité n'est plus jamais une nécessité dans cette période de crise qui risque de se transformer en une crise économique grave. A l'avenir, il serait important que les institutions panafricaines soient aussi associées à ces événements. De plus, les tumultes sur la scène financière internationale risquent de mettre en péril les avancées dans de nombreux pays africains. Ainsi, l'Afrique doit redoubler d'efforts afin de ne pas perdre ses acquis et de continuer sur sa lancée. Elle demeurera exposée aux retournements conjoncturels aussi longtemps que ses exportations seront peu diversifiées et à faible valeur ajoutée. Les pays africains doivent continuer les réformes afin de devenir plus compétitifs sur la scène internationale. Il faut aussi donner une plus grande importance au secteur privé qui est le moteur de la croissance et ainsi de la réduction de la pauvreté. Il s'ensuit que l'Etat doit prendre les dispositions nécessaires pour maintenir une croissance économique forte et soutenue. A cet effet, le gouvernement doit continuer les réformes afin d'améliorer l'efficacité de son système financier et la bonne gouvernance.

3.1. Que peuvent faire la communauté internationale et le FMI ?

Le moment est venu pour les partenaires au développement d'honorer leurs engagements d'aide, voire de les renforcer. Vu les contraintes de financement actuelles, il est d'autant plus important que les bailleurs de fonds rendent leur aide prévisible et transparente et l'alignent sur les priorités établies par les bénéficiaires, conformément à la Déclaration de Paris.

3.2. Pertinence des appuis

L'aide serait particulièrement utile maintenant surtout en temps des crises financières, alors que les pressions s'accroissent sur les budgets, pour éviter une compression excessive des budgets d'investissement et préserver le champ d'application et la taille des dispositifs de protection sociale. Bien que beaucoup de pays donateurs connaissent eux-mêmes des difficultés, les flux d'aide continuent de représenter une part relativement modeste des budgets nationaux et peuvent être préservées en dépit des nouvelles pressions concurrentes s'exerçant sur ces budgets. Il faut sortir les négociations commerciales de l'impasse pour stimuler la croissance et le bien-être à l'échelle mondiale. Le FMI joue son rôle :

- Le FMI a accru son aide financière en faveur de pays africains pendant la flambée des prix des produits énergétiques et alimentaires l'an dernier, et continue de servir de catalyseur pour le soutien crucial des pays donateurs.

- La facilité de protection contre les chocs exogènes a été modifiée en septembre 2008 pour mobiliser plus rapidement des volumes d'assistance plus élevés afin d'aider les pays à faible revenu à surmonter les chocs exogènes. Le Malawi a été le premier pays à en bénéficier, et depuis, les Comores, le Sénégal et, plus récemment, l'Éthiopie y a eu recours. Le FMI a aussi relevé l'accès à la Facilité pour la Réduction de la Pauvreté et pour la Croissance dans le cas de plusieurs pays.

- Pour satisfaire les besoins divers et en constante évolution des pays à faible revenu, le FMI envisage d'opérer de nouvelles réformes d'envergure concernant la structure de ses facilités de financement, une hausse des limites d'accès à ses 12 ressources et un surcroît d'aide concessionnelle, ainsi que la souplesse pour financer des projets dans les infrastructures et d'autres investissements essentiels.

- Le FMI continuera de fournir une vaste assistance technique afin de renforcer les capacités du secteur public en Afrique, parce que, à long terme, les pays africains ont besoin d'une gestion efficiente et prudente des finances publiques pour répondre à leurs priorités de développement. À cet effet, le FMI a l'intention d'ajouter deux nouveaux centres régionaux d'assistance technique aux trois qui sont déjà opérationnels en Afrique. (ETCHEBARNE-BOURDIN, 2009, p 2-12)

4. LES SOLUTIONS PRECONISEES

Christian de BOISSIEU et Jean-Hervé LORENZI dans un article du Journal "Le Monde" d'octobre 2008 estiment que "L'heure, aujourd'hui, est à la refondation du système bancaire et financier international" et en appellent à un "Bretton Woods financier" (BOISSIEU, 2008, p. 05-06). Le sommet du G20, ci-haut évoqué, a recommandé dans son communiqué final des mesures budgétaires pour stimuler la demande interne avec des résultats rapides. Il souligne aussi l'importance du soutien que la politique monétaire peut apporter dans les conditions appropriées à chaque pays. C'est ainsi que les banques centrales et les Etats tentent de venir en aide à tous les établissements les plus fragiles pour éviter des faillites qui auraient des conséquences très importantes sur l'économie réelle. Quelques sorties de crise sont expliquées :

- Les banques centrales injectent des liquidités pour que ces banques puissent emprunter et abaisser leur taux directeurs. Mais cette solution a des limites : la création monétaire doit être fortement encadrée sinon, il y a un risque très élevé d'inflation. Les prix pourraient s'envoler et accélérer ainsi la propagation de la crise dans l'économie réelle.

- Les banques centrales de plusieurs Etats volent au secours de certaines banques en récupérant à leur compte les titres dépréciés ou une partie des "actifs toxiques" détenus par ces banques, comme les "subprimes". Là encore, cette solution a des limites. La banque centrale ne peut effacer d'un seul coup des milliards de perte pour chaque banque en difficulté.

- Le gouvernement américain tente de sauver certains établissements pour éviter un effondrement de tout le système bancaire. Par exemple, Freddie Mac et Fannie Mae, deux géants américains du crédit hypothécaire, ont été placés sous tutelle du gouvernement. Le trésor américain va dépenser 200 milliards de dollars pour sauver ces deux établissements. Seulement, le gouvernement américain ne peut sauver toutes les banques en difficulté.

- Certains assurent que l'augmentation des salaires des travailleurs va aider à relancer l'économie par la consommation des ménages et le fort pouvoir d'achat.

- D'autres comme Eric Toussaint, fustigent la mondialisation et en appellent à une "globalisation" des ripostes contre la pensée néolibérale qui, à l'instar des "conservateurs" du début du XX^e siècle, conduit à des contradictions entre puissances impérialistes, aux mécontentements sociaux et la criminalisation du comportement de grands acteurs économiques mondiaux. (TOUSSAINT, 1999, p. 335-336)

4.1. Strategies de lutte contre la crise financière

Il est juste question de démontrer à ce niveau, les mesures prises par le gouvernement congolais pour atténuer les effets de la crise et le plan de sortie conçu par le pouvoir publique. Le PUAICF a pour but ultime de contribuer au maintien de la stabilité économique et de l'ordre social. Il a pour objectif spécifique d'atténuer, à court terme, l'impact de la crise financière internationale sur l'économie nationale congolaise.

4.2. Mesures prises pour atténuer les effets de la crise

Au niveau de la politique publique, le gouvernement congolais a mis en œuvre diverses mesures visant à atténuer l'impact de la crise économique mondiale en RDC. Le gouvernement a mis en place un éventail des mesures, entre autre :

- le programme d'urgence d'atténuation des impacts de la crise financière internationale (PUAICF) et
- le mélange d'appuis institutionnel.

En effet, dans le souci d'atténuer les effets de la crise, le gouvernement congolais a conçu un programme d'urgence d'atténuation des impacts de la crise financière internationale (PUAICF). Dans ce cadre, il a sollicité l'appui des institutions internationales dont la banque mondiale, la banque africaine de développement (BAD) et l'union européenne. Le conseil d'administration du groupe de la banque africaine de développement a approuvé le 06 mai 2009 l'octroi d'un don du fonds africain de développement (FAD) de 65 millions d'UC (unité de compte), équivalent à 97,18 millions de dollars américains, à la RDC en vue de financer le dit programme.

Principalement il s'agit d'un programme d'appui ciblé à la balance des paiements couplés à des engagements du gouvernement pour allouer la contrevaletur en monnaie locale des ressources en devises à des dépenses urgentes du budget 2009. Le programme a été mis en œuvre sur un an au maximum à partir de mai 2009. Le programme a été formulé en étroite coordination avec les principaux bailleurs de fonds de la RDC dont le FMI et la banque mondiale. Il est en ligne avec la lettre de politique du gouvernement pour atténuer l'impact de la crise et sa conception a pris en compte les directives en matière de réponse de la banque à l'impact économique de la crise. L'économie congolaise. Les objectifs opérationnels sont la facilitation de l'approvisionnement en marchandises et produits importés de première nécessité ; et la facilitation du financement de dépenses prioritaires urgentes du budget 2009.

La RDC a, en outre, bénéficié d'un appui à la balance de paiement et d'un appui budgétaire. Ce programme a été financé par la banque mondiale (100 M USD), le fonds monétaire international (FMI: 195 M USD), la banque africaine de développement (BAD : 105 M USD), l'union européenne (64 M USD) et la Belgique (25 M USD). En raison de la crise, les comptes, les comptes extérieurs de la RDC se trouvaient dans le rouge. Les réserves internationales de change de la banque centrale du Congo (BCC) ont atteint un niveau historiquement bas fin 2008, suite à la chute des recettes d'exportations (mines, pétroles,...) menaçant la capacité du pays à financer ses importations. Ainsi, le gouvernement et la banque centrale du Congo ont compté sur les flux attendus de l'extérieur pour renforcer les réserves internationales de change de la BCC et faire face aux conséquences de la crise. De ce fait, une bonne nouvelle pour la RDC, était tombée le jeudi 12 mars 2009 avec l'octroi de 195,5 millions de dollars à la RDC par le fonds monétaire international. Les appuis budgétaires de la banque mondiale et de la BAD ont, notamment, permis de financer les importations de certains biens de première nécessité, d'assurer la paie des enseignants du niveau primaire et secondaire et de payer les factures de consommation d'eau et d'électricité de l'Etat. Par ailleurs, les appuis de la balance de paiement ont permis à la BCC de reconstituer les réserves de changes qui sont remontées à plus de 250 millions USD fin mars 2009 et à près de 850 millions USD, fin août, grâce à des nouvelles facilités offertes par le FMI.

La RDC, comme le Nigeria, le Rwanda ou le Kenya, a mis sur pied une équipe spéciale ou un comité pour prendre les pouls de l'économie et conseiller le gouvernement sur la manière de réagir à la crise. Si la plupart des pays ont réagi en réduisant leurs taux d'intérêts, la RDC a, pour sa part, relevé son taux directeur pour tenter de juguler l'inflation. Le Gouvernement Congolais a institué, au courant de novembre 2008, une commission interministérielle chargée de proposer un ensemble des mesures nécessaires pour faire face aux effets de la crise financière sur l'économie nationale congolaise.

4.3. Plan de sortie

Un plan de sortie de la crise financière, conçu par le pouvoir publique, comporte les axes d'intervention à suffisance ci-après :

- La recherche de l'allègement substantiel de la dette extérieure à bref délai avec l'assouplissement des conditionnalités pour la conclusion d'un programme avec le fonds monétaire international (FMI) à travers l'atteinte du point d'achèvement de l'initiative en faveur des pays pauvres très endettés (PPTE) et au-delà à travers l'éligibilité à l'initiative de l'annulation de la dette multilatérale ;

- L'appui à la réforme des entreprises par le pays notamment en matière d'amélioration du climat des investissements ;
- La diversification des sources de croissance de l'économie congolaise à travers le développement du secteur agricole, afin d'assurer la sécurité alimentaire et celui du secteur industriel en vue de soutenir la valorisation locale des ressources minières, forestières et agricoles pour une valeur ajoutée accrue et une réduction de dépendance des exportations des matières premières ;
- La mobilisation accrue des ressources financières afin de relever les contraintes qui bloquent le développement de l'agriculture et de l'industrie en vue de financer les infrastructures énergétiques et de communications ;
- Le soutien au développement de la consommation intérieure pour les produits locaux afin de sortir le pays de sa situation de réservoir des matières premières, ainsi que de réduire sa dépendance vis-à-vis des exportations des matières premières et de l'importation des produits de consommation courante ; Le programme d'urgence d'atténuation des impacts de la crise financière internationale (PUAICF) financé par la BAD, a eu comme résultat :
 - Le renforcement des capacités de l'Etat aujourd'hui en situation, rappelons-le, d'Etat fragile, à lutter contre la fraude et les violences faites aux personnes vulnérables, notamment dans les quelques contrées où subsistent encore des poches d'insécurité. A cet effet, le gouvernement a mis en place le plan de stabilisation de l'Est, en vue de soutenir la reconstruction économique et sociale et assurer la réinsertion des groupes vulnérables ;
 - L'amélioration des mécanismes nationaux de pilotage et de coordination de l'aide au développement en vue d'assurer le respect des principes, particulièrement ceux de l'appropriation et de l'alignement sur les priorités nationales, contenus dans la déclaration de Paris ;
 - Le soutien au développement de la coopération Sud-Sud à l'exemple de celle que la RDC entretient avec le pays comme la Chine, l'Inde et l'Afrique du sud.

4.4. Efficacité de la mesure

Il est question de présenter succinctement l'efficacité des mesures prises par le gouvernement congolais pour lutter contre la crise financière. Les appuis budgétaires de la banque mondiale et de la BAD d'ordre de 97,18 millions de dollars américains, accordés à la RDC ont permis d'assurer la continuité des services publics, notamment en payant les fonctionnaires de l'Etat et en particulier les enseignants du niveau primaire et secondaire pour éviter que ceux-ci partent en grève. Ces appuis budgétaires ont permis à l'Etat d'importer, Les biens de premières nécessités pour stopper la hausse ou la montée en flèche de ces biens, laquelle hausse aggraverait les impacts de la crise omniprésente en RDC qu'est la crise alimentaire et occasionnerait, sans nul doute, des vives tensions sociales. Le renforcement des réserves internationales de la Banque centrale du Congo (BCC) et la disponibilité de marchandises importées de première nécessité; la réalisation de certains repères clés pour l'atteinte du point d'achèvement de l'Initiative pour les pays très endettés (IPPTE); la réalisation en 2009 du plan d'urgence de sortie de crise de la Société nationale des chemins de fer du Congo (SNCC), entreprise publique stratégique pour la reprise économique et la stabilité sociale; le paiement plus régulier en 2009 des salaires des enseignants du primaire et secondaire et le paiement plus régulier en 2009 des factures d'eau et d'électricité des entités publiques.

CONCLUSION

Les pays en voie de développement qui adoptent la voie de la libéralisation financière sont confrontés à une incompatibilité entre des monnaies convertibles indépendantes, une mobilité internationale complète des capitaux et la stabilité macroéconomique de leurs économies. Quelques observations à l'attention des pays qui souhaitent s'ouvrir aux capitaux extérieurs, sont nécessaires, tout en maintenant un haut degré d'autonomie monétaire, et d'autonomie fiscale. La crise financière d'abord circonscrite aux Etats-Unis, est devenue ensuite internationale avant de se muer en crise économique mondiale. Elle a été particulière dans le sens où elle ne résultait pas d'un problème de change, ni de l'éclatement d'une bulle boursière. La crise financière a plutôt été le résultat d'une mauvaise gestion des risques de crédit encouragée par un contrôle à minima de la qualité des sous-jacents massivement distribués au sein des systèmes bancaires dont les activités d'intermédiation sont étroitement reliées aux conditions des marchés boursiers. La gestion de cette crise a donné lieu à une redéfinition inédite du périmètre de contrôle et de gestion de la politique monétaire avec d'une part, la mise en œuvre de mesures non conventionnelles et d'autre part, l'intervention massive des autorités publiques dans le sauvetage des institutions financières.

La crise immobilière américaine s'est transformée en crise financière et bancaire, elle-même entraînant une crise économique mondiale avec des risques de récession aux Etats-Unis, en Europe et partout ailleurs. La crise de crédit s'étend en Europe, avec l'aggravation de la crise financière. Celle-ci entraîne un resserrement brutal du crédit bancaire, une chute de la confiance des acteurs économiques et une baisse de l'activité.

Au Congo Démocratique, la crise financière vient s'ajouter aux problèmes déjà générés par les prix élevés des produits pétroliers et alimentaires. La récession mondiale qui se profile affecte la demande des produits. Il s'ensuit une crise financière mondiale avec en filigrane un impact négatif sur l'aide publique au développement pour les pays africains en général et pour la RD Congo en particulier. Les conséquences politiques et sociales se sont rapidement matérialisées.

Au cours de l'analyse, nous avons émis les hypothèses selon lesquelles la crise financière internationale a entraîné la chute des recettes d'exportation la baisse de recettes budgétaires et l'augmentation du taux de chômage. Plusieurs entreprises œuvrant au Congo-RD auraient soit arrêté ou suspendu leurs activités. Pour lutter contre la crise financière internationale, le pouvoir public aurait pris un certain nombre de mesures notamment l'adoption d'un programme d'urgence d'atténuation des impacts de la crise financière internationale (PUAICF), pris au mois de Mars 2009 qui avait pour objectif de contribuer au maintien de la stabilité économique et de l'ordre social. A l'issue des analyses, l'étude révèle que la crise économique mondiale analysée a été déclenchée par l'excès d'endettement des ménages américains aux conséquences désastreuses pour la RDC. Quant au secteur primaire, la crise a imposé une lourde contrainte sur les pays fortement dépendants des ressources naturelles. La RDC faisant partie des pays rentiers miniers et forestiers n'a pas été épargnée par la crise puisque, ce sont des économies africaines forestières et minières qui ont subi le plus les effets de la forte chute des prix.

Dans le secteur agricole, les cours du café ont perdu plus de 20% de leur valeur entre février 2008 et février 2009. La diminution des recettes d'exportation a empêché le

gouvernement de financer l'importation des facteurs de production dont il avait besoin et donc d'amortir les effets négatifs de la crise sur l'économie. Cette situation d'incapacité a, certes, amplifié les effets de la crise alimentaire. S'agissant de l'exploitation forestière, la RDC a ressenti âprement les effets de la crise avec une forte chute des prix et de la demande. La production de bois a été affectée en partie par l'annulation de certaines commandes du bois faite par l'Europe et l'Asie. Concernant l'exploitation minière, le prix d'une tonne de cuivre est tombé à 2.811 dollars américains en décembre 2008 contre plus de 8.000 dollars américains au début 2008, par contre, le prix de cobalt est tombé à 16,5 dollars américains en décembre 2008 contre 38,1 dollars américains en juillet 2008. Concernant l'exploitation diamantifère, la production minière de Bakwanga (MIBA) dans le Kasai Oriental, a cessé de produire à la fin 2008. Pour ce qui est du pétrole, la production pétrolière a affiché un taux de croissance de -4,4%, réduisant considérablement les recettes pétrolières.

Dans le secteur secondaire, plusieurs projets d'investissement initiaux ou d'expansion dans les industries extractives ont été retardés, arrêtés ou redimensionnés. Concernant le secteur tertiaire, pour le commerce, Suite à la récession perceptible dès le troisième trimestre, les exportations en 2008 ont régressé d'environ 56,3% alors que les importations ont poursuivi une ascension. En 2009, les exportations ont subi une baisse massive de 42% et les importations de 22%. Le secteur bancaire la RDC, encore épargné en 2008, a senti, lui aussi, les effets de cette crise. La baisse des activités minières s'est répercutée sur les activités de banques. Sur le secteur de l'administration publique, une baisse de recettes budgétaires et fiscales a entraîné un accroissement des déficits publics réels.

En ce qui concerne la politique publique, le gouvernement de la RDC a mis œuvre un éventail des mesures destinées à atténuer les effets de la crise économique, notamment : le programme d'urgence d'atténuation des impacts de la crise financière (PUAICF) dont l'objectif est de contribuer au maintien de la stabilité économique et de l'ordre social ; les appuis budgétaires de la banque mondiale et de la banque africaine de développement, qui ont permis de financer certains biens de premières nécessité, d'assurer la paie des enseignants du niveau primaire et secondaire et de payer les factures de consommation d'eau et d'électricité de l'Etat ; la mise en place d'une équipe spéciale ou un comité chargé de prendre les pouls de l'économie et consulter le gouvernement sur la manière de réagir face à la crise. Au vu de ces résultats, nos hypothèses se sont fort bien confirmées.

BIBLIOGRAPHIE

ABEDI NYEMBO J. **Crise financière internationale de 2008, genèse et effet sur le marché de change en RDC**, mémoire, UNIKIS, 2010-2011, Kisangani) .

AMESILA LIKE A. **Analyse de l'instabilité monétaire en République Démocratique du Congo : cas de franc congolais face au dollar américain de 1998 à 2003, travail de fin de cycle**, UNIKIS, 2005-2006, Kisangani, p.62)

ARY TANIMOUNE, N. **Ottawa: Description et analyse de l'action des banques centrales dans le cadre de la crise financière internationale de 2007 Quels enseignements pour la Banque Centrale des États de l'Afrique de l'Ouest?** Université d'Ottawa, Canada, 2007, p 19-20.

BAGEHOT, Walter. **Lombard Street: A Description of the Money Market**, London: 1873.

BAHATI, M. **Cours d'initiation à la méthodologie, cours inédits**, Kinshasa, 2001-2002.

BAYOUMI, TAMIM ET; MACDONALD, RONALD. **Déviations of Exchange Rates from Purchasing Power Parity: A Story Featuring Two Monetary Unions**, IMF Working Paper WP/98/69.)

Banque africaine de développement. **L'effet de la crise financière mondiale sur l'Afrique**, n°96, Mars, 2009, p9)

Banque Africaine de Développement. **L'effet de la Crise Financière Mondiale Sur l'Afrique**, 2010, p.9.

BENHAMMOU, M. **L'impact de la crise économique internationale sur le développement économique et social en Afrique**, Tanger, Novembre, 2009.

BENTOGGIO, G; GUIDONI G. Les banques centrales face à la crise. **Revue de l'OFCE**, n °110, 2009.

BERNANKE, B. The Great Moderation, **Remarks at the Meetings of the Eastern Economic Association**, Washington, DC, February 20, 2004.
(<https://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2004/20040220/>)

BENHAMMOU M. **L'impact de la crise économique internationale sur le développement économique et social en Afrique**, Tanger, Novembre, 2009.

BLOT C; CREEL J; RIFFLART, C; SCHWEISGUTH, D. Petit manuel de stratégies de sortie de crise. Comment rebondir pour éviter l'enlisement? **Revue de l'OFCE** 2009/3, N° 110, p.335- 381.

BOISSIEU, Chr. de et Lorenzi, J-H. Un nouveau Bretton-Woods. **Journal le Monde** du 08 Octobre 2008, Paris, 2008.

BOULAGER, G. **La recherche en Sciences sociales**, éd. Universel, Paris, 1975.

BOYER, R ; DEHOVE, M ; PLIHON, D. **Les crises financières**, La Documentation française. Paris, 2004.

Confédération suisse. **République Démocratique du Congo (RDC): Rapport économique annuel 2011**, Département fédéral des affaires étrangères DFAE, 2011.

Commission de l'union Africaine. **La crise financière mondiale : son impact sur l'Afrique, les mesures à prendre et la voie à suivre**, le Caire, 2-5 Juin 2009.

CARTANAPIS, A. La crise financière, ses causes, son déroulement, ses conséquences. Quelles leçons? **Journée d'étude de l'OFCE Paris**, 12 février 2009, p2-3.

CALVO, G. Argentina's Experience After the Mexican Crisis », in G. PERRY (Edition.) **Currency Boards and External Shocks: How Much Pain, How Much Gain?** Washington, The World Bank, 1997, p. 15-18)

COURCHENE, T. J. Towards a North American Common Currency: an Optimal Currency Area Analysis, **Sixth Bell Canada Papers Conférence**, 1998.

- DUGUA, P-Y. Le G20 prône la relance par tous les moyens, *in Journal Le Figaro économique* du 17 Novembre 2008, Paris, 2008.
- EYRAUD, L ; FORTIN, A ; RIVAUD, S. Les effets du ralentissement immobilier sur la consommation aux États-Unis, *Trésor-éco*, n° 25, novembre 2007.
- ESISO FATUMA, Les effets de la crise financière sur la croissance économique en RDC. De 2001 à 2010, *Mémoires*, UNIKIS, 2010-2011, Kisangani.
- ESISO ASIA AMANI, Méthodes de recherche en sciences sociales, cours ronéotypé, G2 sociologie et G2 SPA, *FSSAP*, UNIKIS, 2006-2007, p17
- Entretien avec M. Lionel ZINSOU Membre du Comité Exécutif de PAI Partner sous thème: **Les conséquences de la crise financière internationale en Afrique de l'ouest-**, propos recueillis par M. Laurent Bossard, Directeur adjoint du CSAO 15 octobre 2008, p 1).
- ETCHEBARNE-BOURDIN, A. **Impact de la crise financière mondiale sur l'Afrique subsaharienne**. Division des services multimédia, Édition française 2009, p 2-12
- Fond monétaire international. **Impact de la crise financière mondiale sur l'Afrique subsaharienne**, Division des services multimédias, 2009.
- GURTNER, Bruno. **La crise économique-financière et les pays en développement**. 2010. p. 3 (<https://journals.openedition.org>).
- HÖRDAHL, P; KING, M. R. Developments in Repo Markets During the Financial Turmoil, *BIS Quarterly*, December 2008.
- IMPACT DE LA CRISE SUR LES ÉCONOMIES AFRICAINES MAINTENIR LA CROISSANCE ET POURSUIVRE LA RÉDUCTION DE LA PAUVRETÉ.
Perspectives et recommandations de l'Afrique au G20 Un rapport du Comité des Ministres des Finances Africains et des Gouverneurs des Banques Centrales établi pour le suivi de la crise, 21 mars 2009.
- IRES. Crise financière internationale: où en sommes-nous en RDC ? *in Lettre mensuelle*, FASEG, UNIKIN, lettre n°4, janvier 2010, p.9.
- IZE, A; YEYATI, E. Dollarization of Financial Intermediation: Causes and Policy Implications, *IMF Working Paper WP*, 28, 1998.
- JORION, P. **Vers la crise du capitalisme**, Ed. La Découverte, Paris, 2007.
- JORION, P. **L'implosion : La finance contre l'économie et crise des subprimes**. Ed. Fayard, Paris 2008.
- ROY, L. **L'Afrique sous la pression de la crise économique mondiale**, ONU-Afrique renouveau. Disponible sur www.un-org/Africarenewal. Consulté le 1 avril 2012 à 10h28.
- KERDOUDI, JOWARD. *Les pays en développement, les grandes victimes de la crise*, **le Potarien**, Août 2009.
- KINZUMBA, Charly Mayangi. **Les effets de la crise financière internationale sur le système bancaire congolais**, Université de Kinshasa. RDC-Economie monétaire 2009.p. 14.

MAMA, T. L'impact de la crise mondiale au Cameroun et la détection des signaux de crise au sein des Entreprises, **Séminaire organisé à Kribi les 21 et 22**, Avril 2009.

MAMA, T. La crise financière internationale et ses conséquences sur les économies africaines, **African Economic Research Consortium Senior Policy Seminar XI**, Faculté des sciences économiques et de gestion, Université de Yaoundé II, Cameroun 06-08 April 2009.

MANNAK, M. **Le chômage augmente puisque la crise mondiale touche l'industrie minière**, IPS, Lubumbashi, RDC. 2009.

OTEMIKONGO MANDEFU, J. **Cours d'initiation à la recherche scientifique**, UNIKIS, 2006, Kisangani, p.26.

RDC - République Démocratique du Congo, **Déclaration de la RDC 2009.à l'occasion de la conférence des nations-unies sur la crise économique et financière mondiale et son incidence sur le développement**, New York, 26 juin 2009, p.9.

RDC - République Démocratique du Congo. **Déclaration**, New York, 2009.

RDC - République Démocratique du Congo. **Déclaration de la RDC à l'occasion de la conférence des nations-unies sur la crise économique et financière mondiale et son incidence sur le développement**, New York, 26 juin 2009, p3).

TREMBLAY, R. Les facteurs déclencheurs des crises financières internationales. Montréal L'Actualité économique, **Revue d'analyse économique**, septembre 2000, p. 224-230.

TIMILALO, M. Les effets de la crise financière internationale de 2008 sur le marché des produits miniers, cas de l'or, de 2003 à 2010, **Mémoire**, UNIKIS, 2010-2011, Kisangani, p.9.

TREMBLAY, R. Les facteurs déclencheurs des crises financières internationales, L'actualité économique, **Revue d'analyse économique**, volume 76, numéro 3, septembre 2000, p 4-8.

TOUSSAINT, E. **La Bourse ou la vie**, Ed. Luc Pire, Bruxelles, 1999.

VELASCO, A; CABREZAS, P. **Alternative Responses to Capital Inflows: A Tale of to Contries in Miles Kahler edition, Capitalflows and Financial Crise**. Carnell University Press, 1996.

Recebido em 01/03/2022

Aprovado em 30/05/2022

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE INDÍGENA: NOTAS SOBRE MOVIMENTOS EM PROL DA DIGNIDADE DA MULHER INDÍGENA

Jocemir Falcão de Mello¹

RESUMO:

O presente trabalho tem por escopo discorrer sobre o as lutas dos indígenas em prol de seus direitos como cidadãos, além de abordar quanto a importância da formulação de políticas públicas indigenistas e a participação da mulher indígena neste contexto. Os povos indígenas possuem diferentes formas de se expressarem, conforme suas etnias, línguas, crenças e tradições. São estes os fatores que os distinguem entre si. O tema é de alta relevância uma vez que se entende que as investigações e estudos que tenham como temática a causa indígena, formam subsídios para novos trabalhos, e estes como consequência, constituem-se como auxílio na construção de uma sociedade que possibilite a emancipação política e humana.

Palavras-chave: Indígenas; Direitos humanos; Dignidade.

PUBLIC POLICIES FOR THE INDIGENOUS COMMUNITY: NOTES ON MOVEMENTS FOR THE DIGNITY OF INDIGENOUS WOMEN

ABSTRACT:

The purpose of this work is to discuss the struggles of indigenous people for their rights as citizens, in addition to addressing the importance of formulating indigenous public policies and the participation of indigenous women in this context. Indigenous peoples have different ways of expressing themselves, according to their ethnicities, languages, beliefs and traditions. These are the factors that distinguish them from each other. The theme is of high relevance since it is understood that investigations and studies that have the indigenous cause as their theme, form subsidies for new works, and these, as a consequence, constitute an aid in the construction of a society that enables political and human emancipation.

Keywords: Indigenous people; Human rights; Dignity.

1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas possuem diferentes formas de se expressarem, conforme suas etnias, línguas, crenças e tradições. São estes os fatores que os distinguem entre si. Conforme Grubitis (2014) desde a colonização do Brasil os povos indígenas sofreram ataques e genocídio, sendo alguns desses povos extintos. Os que sobreviveram se refugiaram em terras espalhadas pelas regiões do país até os dias de hoje. Mesmo com a criação de órgão protetor dos povos indígenas em 1910 (Serviço de proteção ao Índio - SPI), a literatura registra que colaboradores desse mesmo órgão foram acusados de estar envolvidos em muitos dos ataques. Desta forma o órgão foi extinto e deu origem a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existente até a atualidade.

O tema é de alta relevância uma vez que se entende que as investigações e estudos que tenham como temática a causa indígena, formam subsídios para novos trabalhos, e estes como consequência, constituem-se como auxílio na construção de uma sociedade que possibilite a emancipação política e humana, tão necessária diante dos ataques neocolonizadores e do capital financeiro que vêm demarcando a liberdade dos

¹Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade da Integração Latino Americana (UNILA). Graduado em História pela UNIAMÉRICA. E-mail: historiafalcao@hotmail.com.

povos indígenas. Assim, o presente trabalho tem por escopo discorrer brevemente sobre as lutas dos mesmos em prol de seus direitos como cidadãos, além de abordar quanto a importância da formulação de políticas públicas indigenistas e a participação da mulher indígena neste contexto.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS INDIGENISTAS NO BRASIL

Conforme Rodrigues *et al* (2021) com intuito de suprir as demandas sociais, as políticas públicas devem ser formuladas pelo Estado e seus representantes e implementadas em diferentes áreas, como saúde, educação e meio ambiente permitindo o desenvolvimento social e econômico, de maneira que se respeite a cultura de cada grupo, garantindo assim qualidade de vida para os indivíduos.

Para o autor as políticas públicas são definidas como um conjunto de ações que requer planejamento, elaboração e implementação de estratégias que vão corroborar para que todos os indivíduos tenham acesso aos direitos previstos na legislação relacionados educação, saúde, moradia etc...

Neste contexto reflete-se quanto às necessidades de cada grupo social, uma vez que se observa uma grande diversidade cultural que influencia o modo de viver de grupos ou povos. A heterogenia que constitui a nação brasileira tem influenciado as políticas públicas em torno das prioridades relacionadas com as demandas de cada povo.

Os grupos sociais reivindicam seus direitos para que a legislação abranja a todos sem distinção. Neste cenário, mencionam-se os povos indígenas que representam uma diversidade sociocultural que justificam as variadas demandas por políticas públicas especializadas, devido a suas especificidades (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Porém, as políticas públicas indigenistas ainda não apresentam eficácia tendo em vista o caráter generalizado, que deixa de considerar as particularidades desses povos, o que equipara estes indivíduos a outros grupos, deixando de conferir aos mesmos os direitos necessários para que estes tenham acesso a bens e serviços comuns ao restante da população. O autor explica que os atores responsáveis pela formulação das políticas públicas devem ter vasto conhecimento de causa para que assim realize uma ação assertiva e eficaz, sem o devido conhecimento prático e teórico é impossível suprir as demandas da população indígena (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Entretanto, o autor acrescenta a trajetória que envolve a formação das políticas indigenistas no país retrata um histórico violento, marcado por massacres, etnocídios e guerras que provocaram a morte em massa da população indígena e corroboraram para a redução deste povo. Todavia, com a onda de movimentos sociais na década de 70, influenciou também a população indígena que se organizou por meio de movimento em prol de seus direitos, o que despertou o olhar para as demandas desses povos, principalmente no que concerne a demarcação de terras. Assim, foram surgindo os instrumentos para a implementação das políticas públicas necessárias a proteção dos direitos da população indígena. Como exemplo cita-se a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 07 de junho de 1989, sobre povos indígenas e tribais em países independentes. A convenção fornece em seus artigos, diretrizes quanto aos principais direitos conferidos aos indígenas, dentre os quais estão:

- i) Direito ao respeito a sua integridade, instituições e culturas;
- ii) Direito à propriedade e à posse sobre terras que ocupam;

- iii) Princípio da não-discriminação;
- iv) Direito de determinar suas próprias formas de desenvolvimento;
- v) Direito de participar diretamente da tomada de decisão sobre programas e políticas que os afetem;
- vi) Direito de serem consultados sobre assuntos administrativos ou legislativos que possam lhes afetar (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 07).

Desta forma, os países se comprometem com a adequação da legislação, o que influencia na elaboração de políticas públicas que devem atender aos objetivos propostos que é de atender a sua multiplicidade cultural. Ao analisar-se a elaboração de políticas públicas, é importante ressaltar que a tomada de decisão deve ser realizada em conjunto com a participação social. No caso das políticas públicas indigenistas, verifica-se uma ineficácia diante da falta da participação dos povos indígenas em conjunto com o Estado o que significa que os principais atores envolvidos estão sendo negligenciados.

Entretanto, Rodrigues *et al* (2021) aponta que atualmente observa-se uma mudança de comportamento importante neste cenário, haja vista a concepção da lógica de que os índios são sujeitos de direito e devem ser consultados antes de qualquer tomada de decisão. Nesta ótica, a quebra com os modelos de humanidade é importante para o reconhecimento da pluralidade dos sujeitos de direito. Inclusive, quando se fala no protagonismo da população indígena, não se pode deixar de citar a participação da mulher indígena na luta por seus direitos.

Exemplificando a participação social nas decisões relacionadas a estes povos menciona-se um movimento de alta notoriedade, ocorrido recentemente, que foi a marcha das mulheres indígenas. A primeira marcha em 2019, e a segunda em 2021. Chacoalhando maracás, com pinturas de guerra, colares e cocares na cabeça, as mulheres Indígenas marcharam do acampamento na Funarte, região central de Brasília, até a Praça do Compromisso, local que em 1997 serviu de palco para uma atrocidade, onde Galdino Pataxó foi queimado vivo por jovens brasileiros.

3. A PARTICIPAÇÃO DA MULHER INDÍGENA

As mobilizações foram promovidas pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANIMIGA) e a Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (APIB) com audiências e ações culturais das mulheres no espaço da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Dentre as reivindicações estão: a demarcação e proteção de todas as terras indígenas, melhorias no acesso a educação, saúde e inclusão social, além da liberdade de expressão com a proteção de suas linguagens, bem como denúncias de violência sofrida por mulheres e seus familiares.

Conforme Souza *et al* (2021) entende-se como participação, a compreensão de eficiência e o empoderamento é entendido como poder ou capacidade de um indivíduo ou comunidade em obter melhores condições de vida, o que direciona a escolha de lideranças capazes e responsáveis em comunicar os interesses como a busca pelo desenvolvimento do coletivo que representa. Neste contexto a mulher indígena, emponderada, busca inserir-se no centro das atenções do eixo temático em que se encontram, para que assim tenham direito a políticas que respeitem suas especificidades.

Quanto às políticas educacionais as mulheres indígenas, em diversos momentos de diálogo com o governo, demandam a construção de escolas mais adequadas ao meio

ambiente, com uso de material específico que represente homens e mulheres indígenas de maneira positiva e adequada e que sejam realizados concursos específicos para professores indígenas. A demanda não se restringe à educação básica, mas também ao nível superior em diversas áreas em que o acesso deve se dar por meio de cotas ou reserva de vagas (SEGATO, 2002).

Para Fonseca (2016) Constituição Federal de 1988 teve primordial importância no reconhecimento da cultura indígena, trazendo em seu bojo as determinações quanto ao respeito a sua língua, costume, crenças e tradições. De lá pra cá alguns avanços foram observados, mas na prática esses avanços não foram significativos uma vez que apesar dos discursos sobre a importância das políticas indigenistas e do protagonismo indígena neste âmbito, não se vê lideranças indígenas participando ativamente das elaborações e planejamento das políticas públicas.

O autor acrescenta que é em busca da manutenção de sua identidade e da proteção de seu território que a mulher indígena tem lutado. O diálogo em torno da perspectiva de políticas adequadas para a população indígena se faz estritamente necessário para que as demandas sejam resolvidas. Por outro lado, lideranças indígenas femininas reforçam a tese da importância da participação das mesmas no espaço público, como forma de trazer políticas mais inclusivas, que respeitem a questão de gênero e reconheça o protagonismo das mulheres na tomada de decisão, relacionada às suas demandas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto percebe-se a importância do debate em torno das políticas indigenistas com a participação da mulher indígena. A concretização das propostas das políticas públicas no país ainda é um processo em curso e requer a ampliação do diálogo sobre a temática. E por isso ressalta-se que é de extrema importância que exista espaço para a participação dos povos indígenas nas políticas públicas a eles direcionadas.

É possível admitir também que o direito das mulheres nessa perspectiva intercultural aponta para a construção de outros mundos possíveis onde a organização do Estado moderno patriarcal não seja a única admitida. Além disso, a visibilidade de movimentos sociais amplia as possibilidades e trazem novos olhares que vão pautar os debates sociais e políticos.

A participação marcante das mulheres indígenas nas políticas é muito importante para que o princípio de igualdade, equidade e universalidade sejam colocados em prática de maneira a considerar os direitos iguais para homens e mulheres, independentemente de seu grupo social, conferindo igual poder de decisão permitindo assim a implementação de ações que atendam as demandas específicas de cada população.

REFERÊNCIAS

BONFIL BATALLA, Guillermo. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. **Boletín Bibliográfico de Antropología Americana (1973-1979)**, v. 39, n. 48, p. 17-32, 1977.

FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). *Mana*, v. 11, p. 385-418, 2005.

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **Despatriarcalizar e decolonizar o estado brasileiro: um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas**. 2016.

GRUBITS, Sonia. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 116-125, 2014.

OVERING, Joanna. A reação contra a descolonização da intelectualidade. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 6, n. 1, 2, p. 005-027, 2004.

RODRIGUES, João Augusto *et al.* Políticas públicas indigenistas: dominação estatal. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e19210313104-e19210313104, 2021.

SEGATO, Rita Laura Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil. *Série Antropologia*, n. 326. Brasília: Departamento de Antropologia/ Universidade de Brasília (UnB), 2003.

SOUZA, Elierson Fernando *et al.* **Terras Indígenas ou recursos naturais para o capital? O papel do Estado nos conflitos territoriais no Alto Xingu**. 2021.

Recebido em 11/02/2022

Aprovado em 24/07/2022

PRÁTICAS DE GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antonio Maria da Silva Carpes¹
Fernando Fanin²

RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo analisar as práticas de gestão adotadas pelas sociedades cooperativas paranaenses da economia solidária. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de levantamento ou *survey*. A amostra foi composta por 13 cooperativas da economia solidária, filiadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES. A coleta de dados foi realizada por intermédio de um questionário contendo 50 questões distribuídas em blocos, cujo propósito foi averiguar as características das cooperativas e sua percepção quanto a adoção de controles de gestão e o suporte ao processo de tomada de decisão. Quanto a abordagem do problema de pesquisa, o estudo é predominantemente qualitativo, pois se ocupou em compreender as práticas de gestão adotada pelas cooperativas pesquisadas. Os resultados da pesquisa permitiram concluir que as principais práticas de gestão utilizadas pelas cooperativas encontram amparo nos relatórios anuais e informações emitidas pela contabilidade, em âmbito externo. No apoio as decisões internas de gestão, as cooperativas encontram subsídios nos relatórios gerenciais extraídos do sistema interno da cooperativa. Outrossim, a pesquisa trouxe indicativos e reflexões dentro do contexto estudado, confirmando a necessidade de ações para o fortalecimento da estrutura do sistema de controles de gestão das cooperativas.

Palavras-chave: Gestão; Cooperativas; Economia Solidária

MANAGEMENT PRACTICES IN COOPERATIVE ORGANIZATIONS IN THE SOLIDARITY ECONOMY

ABSTRACT:

The present study aims to analyze the management practices adopted by the cooperative societies of Paraná in the solidarity economy. The study was developed from a descriptive research, carried out through a survey or survey. The sample consisted of 13 cooperatives of the solidarity economy, affiliated to the National Union of Cooperatives of Family Agriculture and Solidarity Economy - UNICAFES. Data collection was carried out through a questionnaire containing 50 questions distributed in blocks, whose purpose was to investigate the characteristics of cooperatives and their perception regarding the adoption of management controls and support for the decision-making process. As for the approach to the research problem, the study is predominantly qualitative, as it was concerned with understanding the management practices adopted by the researched cooperatives. The research results allowed us to conclude that the main management practices used by cooperatives find support in annual reports and information issued by accounting, in an external environment. In supporting internal management decisions, cooperatives find support in management reports extracted from the cooperative's internal system. Furthermore, the research brought indications and reflections within the studied context, confirming the need for actions to strengthen the structure of the cooperative management control system.

Keywords: Management; Cooperatives; Solidarity economy

1 Doutor em Contabilidade e Administração pela FURB. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail: antonio.carpes@uffs.edu.br.

2 Economista graduado pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail: fer23maraz@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em sua tese de doutoramento, Silva (2018) teceu considerações no âmbito da temática desigualdade social, argumentando que seus reflexos encontram-se gestados nas engrenagens do sistema de produção. No que tange a estrutura produtiva, a autora observou as macrorregiões pesquisadas pela lente de algumas variáveis econômicas (faturamento bruto, pessoal ocupado, nível de remuneração de trabalho, PIB e valor de transformação industrial). O estudo, a partir de seus resultados e possibilidades apresentadas, reforça a tese de que de que as desigualdades se apresentam em diversos ambientes e escalas. Entretanto, extrai-se das abordagens evidenciadas no percurso da pesquisa o olhar para ações do Estado, a partir de políticas públicas ou incentivo da criação de frentes para o combate das referidas desigualdades (SILVA, 2018).

As desigualdades socioeconômicas têm sido pano de fundo nas discussões sobre um modelo de desenvolvimento possível de atender as demandas da sociedade. Lindblom (1977) observa que escolhas políticas e econômicas culminam em um cenário negativo para o ambiente em sociedade, resultado de um desequilíbrio dos pilares já apontados por Keynes (1972): eficiência econômica, justiça e liberdade individual. Dada a amplitude do debate em torno do desenvolvimento e desigualdade, escolhe-se focar no âmbito da eficiência econômica nas relações organizacionais do terceiro setor, como universo que contemplará nossa pesquisa.

Em um espaço entre o setor público e setor privado, repousa um conjunto de agentes ora denominados de terceiro setor, ou ainda, economia solidária. Embora existam fronteiras nebulosas entre os diferentes termos (MONZÓN, 2006), opta-se pela denominação economia solidária para tratar o universo pesquisado.

A Economia Solidária diz respeito as atividades coletivas locais e de pequenas dimensões, permeada por uma efetiva autogestão dos referidos empreendimentos, baseados em relações de solidariedade (DEMOUSTIER, 2001). O contexto da economia solidária evoca pequenos empreendimentos que concentram parte da sociedade por vezes desassistidas pelo Estado, de modo igualitário aos demais agentes econômicos. Nesse universo, encontram-se as associações e cooperativas formadas por produtores e agricultores familiares (GAIGER; GUYVEN, 2019).

Dentre os empreendimentos coletivos, as sociedades cooperativas da economia solidária merecem a sua devida atenção, pois nascem como uma alternativa ao modo de produção dominante existente hoje. Para Singer (2002) os referidos empreendimento surgem da organização de trabalhadores, os quais buscam recuperar a sua autonomia econômica, levando consigo valores como igualdade, solidariedade e democracia.

No Brasil, até os anos 90, predominava a ideia de que o desenvolvimento passava impreterivelmente pelo crescimento econômico ou redução da inflação, desse modo reduzindo pobreza no país. Entretanto, o percurso do desenvolvimento evidenciou aumento da desigualdade social, o que deu origem à novas teorias como de desenvolvimento local ou territorial endógeno (BORINELLI *et al.* 2010).

Para Sachs (2004), um dos caminhos para a redução da desigualdade e para um desenvolvimento sustentável, está na formulação de iniciativas que promovam formas de empreendedorismo coletivo e que auxiliam no enfrentamento do mercado. O autor aponta instituições como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sindicatos, Organização Internacional do Trabalho-OIT, as organizações cooperativas e as incubadoras da economia solidária nas universidades, como formas de estimular tais iniciativas. No sul do Brasil, importante fatia da economia é representada pelo segmento

agropecuário, evidentemente há que se considerar diferenças geográficas e variáveis sócio econômicas para se extrair elementos que caracterizem esta ou aquela região.

A partir do Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários realizado no ano 2013 e publicado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), é possível ter-se uma configuração dos empreendimentos solidários presentes no Estado do Paraná, cuja representatividade aproxima 17 % do total de empreendimentos solidários do Brasil. O levantamento permitiu identificar as múltiplas percepções aderentes ao que se esperaria de uma Economia Solidária. Os dados revelaram a existência, no período entre 2009 e 2013, de 832 empreendimentos, sendo 137 sociedades cooperativas. Outros indicativos podem ser destacados nos resultados do referido mapeamento, como o percentual de empreendimentos (54%) que apontaram ter êxito na promoção da autogestão e exercício da democracia, assim como uma melhoria do comprometimento social dos membros, apresentado em 44% dos empreendimentos que compuseram a amostra pesquisada (IAZDI, 2020).

As sociedades cooperativas no Brasil são representadas pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), a qual reúne quatro grandes organizações nacionais do cooperativismo solidário: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL BRASIL), Confederação das cooperativas de reforma agrária do Brasil (CONCRAB) e União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (UNICATADORES) e União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária UNICAFES.

Conforme Gaiger (2004), as organizações solidárias buscam um desenvolvimento social de seus associados e não a acumulação de capital, procurando a autonomia de gestão com responsabilidade e envolvimento social. É este caráter democrático e social que faz dos empreendimentos solidários um potencial redutor da desigualdade social, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

Para Corbari (2017) os empreendimentos solidários enfrentam alguns desafios para se tornarem viáveis a partir da autogestão, devido à pouca instrução e domínio de tecnologias necessárias para a gestão, o que aponta demandas na capacitação e treinamento de gestores de cooperativas. De acordo com Batalha et al (2005), ainda é deficitária a utilização de técnicas adequadas de gerenciamento de empreendimentos familiares, como a coleta de dados, controle e registro de informações para subsidiar a tomada de decisão, devido à baixa qualificação e formação escolar deficitária.

Gregolin (2015) em seu estudo constatou, que as cooperativas da agricultura familiar com intenção solidária precisam de maior apoio e incentivo na área de gestão organizacional. Na visão de Campos e Arida (2009) as sociedades cooperativas necessitam ser competitivas, devendo maximizar seus resultados financeiros e de prestação de serviços ao associado, como elementos fundamentais à sobrevivência dos empreendimentos cooperativos (CARVALHO; BIALOSKORSKI NETO, 2008).

Com base na representatividade dos empreendimentos solidários aliado a sua contribuição na redução da desigualdade social e o desenvolvimento social e econômico, o conhecimento das práticas de gestão adotadas pelos referidos empreendimentos, oportuniza uma pesquisa que permita contribuir de modo efetivo no processo de gestão organizacional. Encontrar, a partir dos dados empíricos, informações que possam ser espelhadas em uma revisão de literatura capaz de subsidiar reflexões teóricas e práticas, apresenta-se como uma oportunidade de contribuir com as sociedades cooperativas alinhadas com o propósito da economia solidária.

Diante do exposto, o estudo tem por objetivo analisar as práticas de gestão adotadas pelas sociedades cooperativas paranaenses da economia solidária. A pesquisa deve se justificar a partir dos resultados que traga, quer seja em âmbito acadêmico e empírico.

Alguns estudos (IMLAU *et al.* 2016; CAMPOS, 2016; PEREIRA *et al.* 2015; CARNEIRO *et al.* 2014) têm percorrido o ambiente das sociedades cooperativas agropecuárias, em especial em relação a utilização de instrumentos de gestão. Embora, não com o mesmo volume de experiências reportadas cientificamente, a gestão (ANDION, 1998; FARIA, 2017) dos empreendimentos de economia solidária tem sido objeto de análise e reflexões. Pesquisas (CHALUB, 2018; GREGOLIN, 2018) têm trazido reflexões sobre a viabilidade dos empreendimentos de natureza solidária têm trazido reflexões sobre a viabilidade dos empreendimentos de natureza solidária a partir da autogestão e observado as práticas de gestão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Economia Solidária: Sociedades Cooperativas

As organizações da economia solidária surgiram como alternativas aos modelos de desenvolvimento econômico tradicionais e levam consigo princípios e valores como a solidariedade e igualdade. Os referidos empreendimento solidários buscam na cooperação entre si e no princípio de autogestão fundamentar a administração. O embrião da economia solidária surge na Europa durante o século XIX com a denominação de Economia Social. Os problemas sociais oriundos denotados a partir da revolução industrial, em que os operários e camponeses se uniam por meio de associações e cooperativas constituídas sobre formas de gestão autônomas e democráticas, nas quais as relações de poder e repartição dos ganhos era distribuído entre os membros. O resultado era orientado pelos objetivos sociais a que se propunha a organização (SINGER, 2002).

No Canadá, com a crise do petróleo de 1970, verificou-se o surgimento de iniciativas no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, finanças solidárias, comércio justo e empresas em processo falimentar transferidas às mãos dos trabalhadores (GAIGER, 2009).

No Brasil a economia solidária tem seu surgimento expressivo a partir de 1980, associado ao processo de desindustrialização que ocasionou desemprego em massa e aumentou a exclusão social no país. A Cáritas (organização ligada à conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CBB) teve papel relevante no aumento das organizações solidárias da época com o financiamento de diversos projetos alternativos comunitários (PAC's), os quais eram destinados a gerar trabalho e renda de forma associativa para as camadas mais pobres da sociedade. Além dos PACs, no período da década de 80 e 90, houve o aparecimento de empresas recuperadas (trabalhadores que assumem empresas falidas e a geriam a partir da autogestão) e surgimento de cooperativas da agricultura familiar (SINGER, 2002).

Na concepção de Azambuja (2004) o surgimento de empreendimentos como as sociedades cooperativas e organizações autogestionadas está associado aos períodos de crise, quer seja de ordem econômica, política ou social. Para Stahl e Schneider (2013), esses empreendimentos são capazes de gerar novas oportunidades de inserção social por meio do trabalho contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento local de forma sustentável.

Gaiger (2003) acredita que as sociedades cooperativas, no âmbito da economia solidária, encontram nos princípios da autogestão e cooperação uma oportunidade de

reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza, não permitindo mais que o homem seja um elemento descartável ou alheio ao produto do seu trabalho (GAIGER, 2003). Entre os diversos tipos de empreendimentos solidários as cooperativas merecem a sua devida atenção, compostas por diversos associados (cooperados), os quais decidem democraticamente os rumos da organização, descentralizam a tomada de decisões e repartem seus resultados. Para Stahl e Schneider (2013) as cooperativas buscam reduzir as desigualdades sociais originadas do acúmulo de riquezas, tendo por base a ideia de trabalho social combinado, no qual a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não de troca.

Culti (2002) evidenciava que cooperativismo se apresenta como um sistema de cooperação reconhecido como um sistema adequado, participativo, democrático e mais justo no propósito de atender às necessidades e interesses específicos dos membros. Dados divulgados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, evidenciaram no ano de 2013 que aproximadamente 9%, ou seja 1.740 empreendimentos solidários no Brasil, são sociedades cooperativas.

Dentre as maiores entidades representativas do segmento cooperativo, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) merece o seu devido destaque. De acordo com Lannoy (2017), a UNICAFES congrega nacionalmente 736 cooperativas em 20 estados, destas o estado do Paraná conta com aproximadamente 120 cooperativas.

Por mais que as cooperativas adeptas da economia solidária não façam parte de uma rede de mercado complexa, cuja competição seja assoberbada, a definição de metas econômicas, com objetivos comerciais definidos, é um fator considerável para que se garanta, pelo menos, o mínimo necessário à prestação de serviços ou fornecimento de produtos aos cooperados e clientes (GREGOLIN, 2015).

2.2. Práticas de Gestão em Sociedades Cooperativas

A eficiência de uma gestão passa pelo aprimoramento do uso de seus recursos, quer sejam de ordem financeira, tecnologia ou humana. O resultado ou eficácia da gestão de pessoas é imprescindível, alinhando processos e adequando o ambiente para que resulte em bons indicadores de desempenho. Nesse sentido, a organização estará contribuindo para geração de vantagem competitiva (PEREIRA, 1995).

Na visão de Porter (1999) uma vantagem competitiva ocorre nas atividades distintas que uma empresa realiza ao planejar, produzir, comercializar, entregar e oferecer suporte ao seu produto final, ou seja, por meio de uma cuidadosa análise da "cadeia de valor" é que a empresa consegue encontrar meios para chegar a uma vantagem competitiva sustentável.

Na medida em que as organizações cooperativas tendem ao crescimento econômico, torna-se fundamental a capacitação e qualidade da gestão. Para Zylbersztajn (1994) o crescimento das estruturas cooperativas é seguido pelo aumento da complexidade de sua gestão, portanto as cooperativas demandam gerentes qualificados para tratar dos complexos problemas do mercado.

De acordo com Batalha *et al.* (2005), as sociedades cooperativas familiares enfrentam dois desafios na gestão, o primeiro está ligado ao acesso à tecnologias de gestão que permitam gerenciar fluxos comerciais eficientes a montante e a jusante da cadeia produtiva, e o segundo está associado com a gestão interna da rede de produtores que constituem a cooperativa. Os autores complementam observando que os produtores devem ser capazes de explorar eficientemente as externalidades positivas desta união. Nesse

sentido, as cooperativas devem dispor de atributos de eficiência para que não perca espaço no mercado.

Entre as primeiras décadas do século XX, um europeu chamado Henry Fayol, passa a desenvolver a chamada Teoria Clássica, com o objetivo de aumentar a eficiência da empresa por meio de sua organização e da aplicação de princípios gerais da Administração em bases científicas, por meio da hierarquia dos órgãos componentes da organização (departamentos) e de suas inter-relações estruturais, chegando ao conceito da estrutura organizacional. Segundo Chiavenato (2012), o modelo da Teoria Clássica, parte do todo organizacional e da sua estrutura para garantir eficiência a todas as partes envolvidas, fossem elas órgãos (como seções, departamentos etc.) ou pessoas (como ocupantes de cargos e executores de tarefas), dando ênfase na divisão do trabalho, a qual pode ser vertical (níveis de autoridade) ou horizontal (departamentalização).

A estrutura organizacional tem por dever deixar claro o papel de cada setor e colaborador dentro da empresa, contendo os níveis de hierarquia, com o desenho dos cargos e funções que competem à cada indivíduo, sendo de grande importância para que haja uma certa harmonia entre os setores, uma melhor comunicação e coordenação, alinhando a organização aos objetivos da empresa (VASCONCELLOS, 1989).

O alcance das metas estabelecidas presume a estruturação de um planejamento estratégico seguido de ações que busquem o alcance dos resultados estimados. O planejamento torna-se uma ferramenta no combate a incerteza envolvida no processo decisório e aumenta as probabilidades de alcance dos objetivos (OLIVEIRA, 2010).

Por meio do planejamento, as empresas estabelecem metas que permitem que elas desenvolvam suas próprias estratégias a partir de um cenário construído. Na etapa de elaboração de estratégias, diz respeito às ações tomadas que levarão ao cumprimento das metas, levando posteriormente a empresa a adotar programas de fortalecimento dos setores chaves ou deficientes que precisam de capacitação. Ao final do processo é importante que haja o feedback e controle das informações para que a empresa faça as atualizações necessárias no planejamento (KOTLER; KELLER, 2012).

O planejamento está no âmbito estratégico e está associado a ações de ordem qualitativa. A quantificação, realizada a partir dos valores monetários resultantes das ações planejadas, envolve o orçamento empresarial. Figueiredo e Caggiano (2004) abordam o orçamento como o instrumento que auxilia no direcionamento das etapas que os gestores devem seguir em determinado período, para o cumprimento das diretrizes. O orçamento é entendido como um instrumento que auxilia os gestores no planejamento, controle e previsão de resultados (IMLAU, 2016).

Dentre as áreas ligadas à gestão empresarial, a administração financeira merece o seu devido destaque, cujo objetivo é gerenciar o capital da empresa, decidir qual é o melhor modo de aumentar a captação de recursos, e qual a melhor opção de investimento ou alocação desses recursos (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1998). Gitman (2010) esclarece que a administração financeira trata das estratégias empresariais relacionadas a concessão de crédito, avaliação de propostas investimentos e captação de recursos (financiamentos).

De acordo com Santos (2010), dentre as atribuições do gestor financeiro encontra-se ainda, a gestão do fluxo de caixa, controle do contas a receber e pagar, controle de estoques e administração das insuficiências de caixa.

2.3. Estudos Anteriores

Carneiro *et al.* (2014) pesquisaram a institucionalização de práticas de controle gerencial em empreendimentos ligados à Economia Social e Solidária. A pesquisa

envolveu os produtores rurais do município de Tunas, no estado do Paraná. Os autores constataram que os fatores determinantes para a adoção de controles no empreendimento foram a inserção em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Em âmbito estratégico, o orçamento empresarial constitui importante instrumento quantitativo para expressar em números as estratégias da cooperativa. Pereira *et al.* (2015) analisaram as práticas orçamentárias adotadas pelas cooperativas associadas à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina – FECOAGRO/SC. Os autores trouxeram resultados apontando uma atenção positiva, pelos gestores das cooperativas pesquisadas, quanto a utilização da prática de gestão orçamentária. No mesmo sentido, em pesquisa realizada por Campos (2016) com o intuito de retratar a realidade das cooperativas agropecuárias paranaenses no que se refere ao gerenciamento dos seus custos operacionais, constatou que as cooperativas pesquisadas estão atentas à importância da eficiência no controle dos custos de produção.

Ainda, no âmbito das sociedades cooperativas do segmento agropecuário, Imlau *et al.* (2016) analisaram utilização de práticas de gestão pelas cooperativas de produção agropecuária da região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Os autores concluíram que a adoção de práticas de gestão relacionadas ao ambiente estratégico e a gestão financeira, ainda é modesta.

Gregolin *et al.* (2018) pesquisaram as práticas de gestão adotadas por 25 cooperativas da agricultura familiar, sediadas no estado do Paraná e atendidas pelo projeto "Mais Gestão", do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Os autores evidenciaram o panorama da gestão organizacional gestão de recursos humanos, finanças e custos, comercialização e marketing, gestão industrial e gestão ambiental. Os resultados apontam que as cooperativas da agricultura familiar estudadas precisam de maior apoio e incentivo na área de gestão organizacional, não se subtraindo, porém, a necessidade de apoio nas demais áreas.

Chalub (2018) em seu estudo analisou as práticas de gestão compartilhada em conexão com os princípios da economia solidária nas cooperativas regionais de reciclagem, Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA/MS) e Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba (COOPERCICLA/MG). A pesquisa permitiu identificar significativo desconhecimento, por parte da maioria dos cooperados, a respeito da sua compreensão sobre autogestão, gestão democrática compartilhada e de direitos e deveres atrelados à sua condição de associado/cooperado.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com Gil (2008), o delineamento é a etapa em que o pesquisador passa a considerar a aplicação dos métodos discretos, ou seja, daqueles que proporcionam os meios técnicos para a investigação.

O presente trabalho descreve as práticas de gestão adotadas em organizações cooperativas paranaenses da economia solidária, diagnosticando o perfil de gestão das cooperativas pesquisadas. Quanto aos objetivos, a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva. Quanto ao procedimento de coleta de dados, caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento (*survey*). No tocante a análise dos dados, a abordagem caracteriza-se como predominantemente qualitativa (GIL, 2008).

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário encaminhado entre 2018 e 2019 via e-mail eletrônico, por meio da plataforma *Google Forms*. Foram

contatadas 113 organizações cooperativas filiadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária-UNICAFES do estado do Paraná. O número de respostas que compuseram a amostra da pesquisa corresponde a 13 cooperativas.

O questionário estruturado em cinco blocos, compunha 50 questões. A seguir (quadro 01) apresenta-se o constructo do procedimento de coleta de dados.

Quadro 01: Procedimento de coleta de dados

Bloco	Questões	Fonte
I - Identificação e caracterização da sociedade cooperativa	Questões 1 a 6 abertas e fechadas	Barreiros (2005)
II – Identificação do perfil do respondente	Questões 7 a 10 questões abertas	Elaborado pelos autores
III – Perfil organizacional da cooperativa	Questões dicotômicas 11 a 20	(adaptado do Instrumento de Autoavaliação Rumo à Excelência do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas - PDGC)
IV - Diagnóstico das práticas e da estrutura de controle de gestão na cooperativa	Questões 21 a 37 – Escala likert	(adaptado do Instrumento de Autoavaliação Rumo à Excelência do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas - PDGC),
V - Modelos de decisão (relatórios e indicadores) utilizados no processo de tomada de decisão	Questões 38 a 50 – Escala likert	(ALBUQUERQUE 2011; SANTOS 2016).

Fonte: Elaborado pelos autores

Inicialmente, os dois primeiros blocos caracterizam elementos de formação (estrutura de associados e faturamento) da cooperativa pesquisada. A partir do terceiro bloco pretende-se diagnosticar os processos gerenciais utilizados para estabelecer valores, princípios organizacionais e padrões de conduta e cultura organizacional. Na sequência buscou-se identificar a estrutura de controle de gestão adotada pela cooperativa. Por fim, verifica-se os modelos de decisão utilizados no processo de tomada de decisão (quadro 2). O conjunto de informações possibilitará um olhar para o processo de gestão nas cooperativas pesquisadas.

Os dados coletados foram tabulados, quantificados e a partir das mensurações extraídas da aplicação das questões de natureza likert, construiu-se um conjunto de informações passíveis de serem analisadas. A análise é predominantemente qualitativa, pois se ocupa em compreender as práticas de gestão adotada nas cooperativas da economia solidária no Paraná, a partir da percepção dos respondente.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção é apresentada a descrição dos dados coletados, seguida de considerações refletidas a partir da revisão de literatura que auxiliou na condução da pesquisa. Pretende-se verificar como se caracteriza o ambiente de gestão nas cooperativas pesquisadas.

4.1. Caracterização das cooperativas pesquisadas

As sociedades cooperativas necessitam de atributos de eficiência para não perderem espaço no mercado (Batalha et al 2005). Conforme argumenta Zylbersztajn (1994) o crescimento das estruturas cooperativas é seguido pelo aumento da complexidade de sua

gestão, portanto as cooperativas demandam gerentes qualificados para tratar dos complexos problemas do mercado.

No estado do Paraná, a presença do cooperativismo é defendida por seus números, sejam em unidades, cooperados, valores relacionados a exportações e resultados financeiros, os quais demonstram importante participação econômica refletida em bilhões nos resultados, administrados por um grupo de aproximadamente 180.000 cooperados. O patrimônio das sociedades cooperativas agropecuárias, empregando um contingente ao redor de 80.000 empregados, segue o crescimento do agronegócio impactando o desenvolvimento de uma fatia da economia (OCEPAR, 2020). Outrossim, o ramo do agronegócio, no Estado do Paraná especialmente no espaço em que se encontra o território da Cantuquiriguaçu, a produção é pouco diversificada e trabalhando em grande escala (LAUERMAN *et al.*, 2016).

Entretanto, há uma demanda daqueles agricultores que possuem uma diversificação de alimentos que necessitam escoar sua produção para garantia de renda (MATTIA *et al.*, 2018). A agricultura familiar no Brasil contempla em torno de 80 % das propriedades rurais, responsáveis por R\$ 54 bilhões do Valor Bruto da Produção e atendem a cerca de 12 milhões de pessoas (MDA, 2009).

Os dados, coletados em 2019, devem observar características dos empreendimentos solidários, como tamanho e finalidade. As cooperativas pesquisadas, em sua maioria (61%) possui mais de 15 anos de fundação e contemplam aproximadamente 11000 cooperados e geram um número de 141 empregados. O faturamento do último triênio movimenta valores superiores um milhão de reais.

A estrutura de governança corporativa, no âmbito dos conselhos, apresenta conselho de administração e fiscal. Em relação a auditoria, nem todas as cooperativas adotam, havendo sete cooperativas que mantêm auditoria interna e seis cooperativas contratam auditoria externa. Maciel *et al.* (2018) discutiram elementos de governança a partir da lente de um caso de uma cooperativa agropecuária e trouxeram evidências, aqui também encontradas, quanto a estrutura de conselhos de diretivos, assim como trouxeram reflexões a cerca do papel da auditoria.

O fato de que a maioria (10) das cooperativas possui contabilidade externa, pode ser um fator que explica um responsável pela auditoria interna. Em pesquisa realizada em por Anjos, Miranda e Silva (2011) junto as cooperativas de Alagoas, foi constatado um forte apelo as questões tributárias para contratação do serviço contábil.

As cooperativas (7) com maior faturamento são aquela com estrutura organizacional mais completa, ou seja, além da estrutura de conselhos de monitoramento, três das cooperativas possuem auditoria interna e externa, e a contabilidade é terceirizada (6).

A literatura não é determinante quanto a abordagem do ciclo de vida no âmbito das sociedades cooperativas. Diversos estudos (COOK, 1995; DICKINSON, 2010) dentro de diferentes abordagens, apontam escalas que caracterizam determinada organização cooperativa dentro de um estágio de ciclo de vida. Outros autores, entre eles Miller e Friesen (1984) mapearam as etapas da vivência organizacional, definindo-as em nascimento, crescimento, maturidade, rejuvenescimento e declínio. Carpes e Cunha (2018) aplicaram a metodologia de Miller e Friesen no ambiente das sociedades cooperativas.

Partindo-se dessas premissas teóricas é possível arguir que as cooperativas pesquisadas podem estar entre a fase de crescimento e maturidade, a considerar pelos dados extraídos de sua caracterização. Dados referentes a estrutura organizacional podem estar relacionadas ao seu tamanho e complexidade.

4.2. Controles de gestão adotados pelas cooperativas

Os respondentes foram submetidos a um conjunto de 17 questões extraídas do instrumento de coleta de dados adaptado do instrumento de autoavaliação rumo à excelência do programa de desenvolvimento da gestão das cooperativas. Cada questão correspondia a uma afirmação em relação a um instrumento eficiente de gestão.

Em relação ao planejamento estratégico, seis cooperativas apontaram seu uso em alta intensidade. As demais cooperativas ficaram entre o pouco e médio uso dos instrumentos de prospecção estratégica. Organizações maiores, mais complexas e com maior idade, tendem a utilização desse instrumento. Os resultados aproximam-se do encontrado por Imlau *et al.* (2016), ao encontrarem um baixo percentual de cooperativas que utilizavam do planejamento estratégico.

Duas afirmações buscaram observar o monitoramento e acompanhamento de metas. O monitoramento dos resultados é mais percebido dentro das cooperativas pesquisadas. Cinco cooperativas, monitoram seus resultados e avaliam periodicamente. Embora a maioria (8) das cooperativas apontaram um elevado grau de intensidade no uso do monitoramento dos resultados, o acompanhamento das metas não seguiu o mesmo nível de intensidade, inclusive baixando em escalas entre 1 e 3. Os resultados denotam que é possível que prevaleça o uso de planejamento e determinação de metas, porém não está institucionalizado o acompanhamento das referidas metas.

Em relação a intercooperação, atributo presente nos princípios cooperativos, as respostas em sua maioria (7) ficaram com baixa intensidade em relação percepção da presença dessa ação. Seis cooperativas, por suas respostas, indicam não promover a intercooperação. Há que se observar alguns elementos, como o conhecimento e clareza sobre intercooperação, para que se possa extrair conclusões a respeito dessa questão.

A realização de projetos sociais remete a interação com a comunidade e seu impacto direto. A maioria das respostas (8) trouxe informações de baixa atuação em projetos sociais, pela cooperativa, sendo uma inclusive informando que não se aplica. A interação por meio de projetos sociais demanda não só recursos financeiros, mas recursos humanos que podem auxiliar no meio em que estão inseridos.

Uma das características da sociedade cooperativa é participação efetiva e igualitária entre os membros associados. Nesse sentido, um dos itens considerava as ações para desenvolvimento de cooperados. Apenas seis cooperativas responderam com pesos entre 4 e 5 para indicar a intensidade com que promovem o desenvolvimento de seus cooperados. Três cooperativas apontaram para poucas ações nesse propósito.

O relatório de administração divulgado anualmente aos cooperados e comunidade, retratando as ações das cooperativas e seus respectivos resultados, foi um dos itens apontados e respondidos por todos os participantes da pesquisa, como instrumento de gestão utilizado e aplicado. Outrossim, uma afirmação na sequência dizia respeito a estrutura do referido relatório. As respostas neste item, foram divergentes da nota máxima atribuída a questão quanto a apresentação ou não do relatório de administração. A resposta pode ser explicada por um possível desconhecimento dos termos que intitulam a segregação do relatório.

Embora três cooperativas mencionassem não haver clara definição quanto as funções e responsabilidades das pessoas que trabalham na cooperativa, a maioria dos respondentes apontou positivamente para esse item. Dentro desse escopo ainda, somente quatro cooperativas possuem efetivo instrumento de avaliação de desempenho de seus colaboradores.

Em relação aos controles de gestão, no âmbito financeiro, a maioria (10) das cooperativas pesquisadas apresenta indicativos da forte presença dos referidos controles. Quanto ao uso de controles de fluxo de caixa pelas cooperativas pesquisadas, as respostas acompanharam na mesma direção, com exceção de uma cooperativa que indicou baixo uso do controle de fluxo de caixa. Outro item, relacionado ao fluxo de caixa, dizia respeito a existência de um fluxo de caixa projetado, em que as respostas (7) não foram unânimes em apontar constante uso. Analisando-se o conjunto de respostas quanto aos controles financeiros, em especial a movimentação de fluxo de caixa, percebe-se que as cooperativas têm atenção especial para com essa informação, entretanto, algumas características organizacionais ainda precisam ser ajustadas, como por exemplo manter uma informação confiável para que permita uma projeção segura quanto ao fluxo futuro de recebimentos e pagamentos.

Outro controle abordado, diz respeito ao orçamento. O referido controle está associado ao planejamento. A considerar pelas respostas quanto ao uso e acompanhamento, as respostas apresentaram peso mediano, em torno de 3, o que dificulta um posicionamento mais claro. É possível que a cooperativa não tenha um orçamento efetivo, porém está em processo de implantação e institucionalização.

Um dos controles de gestão importantes no acompanhamento e aplicável a qualquer organização, diz respeito a vendas. As cooperativas pesquisadas foram unânimes em indicar em alta intensidade a presença e utilização do referido controle. Da informação de vendas é possível monitorar a rentabilidade da organização. Embora, a maioria dos respondentes indicasse o uso de simulações de rentabilidade da atividade, três cooperativas informaram a não realização ou baixa intensidade na aplicação desse controle.

Outro controle diz respeito ao acompanhamento da lucratividade, em que sete cooperativas indicaram sua aplicabilidade e uso intensivo. Outrossim, três cooperativas indicaram não fazer uso desse controle.

4.3. Processo de tomada de decisão

O processo de tomada de decisão foi verificado a partir da percepção dos respondentes quanto a utilização de determinados relatórios e indicadores de gestão. As decisões nas cooperativas pesquisadas, são tomadas preferencialmente a partir de informações, conforme identificado na questão sobre a intuição e o feeling no tomada de decisão.

A utilização de relatórios para o apoio no processo de tomada de decisão, foi visto a partir de duas questões que envolveram o uso de relatórios gerenciais e contábeis. Ambos os relatórios, com exceção de uma cooperativa, são muito utilizados. Os indicadores econômicos e financeiros, de liquidez, endividamento e rentabilidade, são utilizados pela maioria (10) das cooperativas pesquisadas.

Alguns indicadores gerenciais (internos) apresentaram baixa média, entre eles o controle de inadimplência (2,42), embora o acompanhamento do recebimento de vendas tenha ficado com uma média superior (3,92). O prazo médio de pagamento de compras (3,54) e a gestão dos estoques (3,46) apresentaram indicadores medianos, o que pode sugerir ações de melhoria nesses processos, dada a relevância do ativo estoques para as cooperativas agropecuárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs analisar as práticas de gestão adotadas em organizações cooperativas da economia solidária situadas no estado do Paraná. Para tanto, averiguou junto as cooperativas pesquisadas as práticas de gestão e o processo de tomada de decisão desenhado por elas, em seus modelos organizacionais. A seguir apresentam-se considerações a respeito dos dados levantados e respectivas considerações a respeito dos resultados da pesquisa.

As cooperativas pesquisadas encontram-se em um espaço geográfico caracterizado pelo setor primário, em que prevalece o ramo agrícola. A pesquisa compreendeu o universo de cooperativas com uma estrutura organizacional caracterizada pela agricultura familiar e escolha por objetivos sociais alinhados à economia solidária. Espelhado pela literatura, extrai-se que a amostra que compôs o estudo encontram-se em uma estágio entre o crescimento e maturidade (Miller e Friesen, 1984), ou seja, estão sedimentadas no mercado e por consequência demandam necessidades de organizarem sua estrutura interna (Zylbersztajn, 1994) para que possam subsidiar o processo de tomada de decisões. Os dados foram coletados a partir de questionários respondidos, em sua maioria, por pessoas que ocupam cargo de gestão de executiva (gerentes e diretores), o que pressupõem validar a busca pela resposta à questão que investigou cientificamente as práticas de gestão adotadas pelas cooperativas pesquisadas.

As cooperativas pesquisadas possuem uma estrutura de governança composta por conselhos de administração e fiscal, cuja composição se dá por membros cooperados (Lei 5764/71), embora possa suscitar possíveis conflitos de interesse diante da relação de dependência existente entre cooperados (sócios) e conselheiros (sócios alçados para dirigir a cooperativa). A referida restrição já vem sendo discutida na literatura (BIALOSKORSKI NETO, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2002).

Em relação a estrutura de auditoria, a maioria delas opta pelo monitoramento interno (auditoria interna). A adoção de uma configuração privilegiando o espaço para auditoria interna, conjugada a não obrigatoriedade legal de se contratar uma auditoria externa, pode explicar o desenho organizacional. A existência de um espaço na estrutura organizacional adotando auditoria, é um ponto positivo na medida em que contribui para mitigar riscos de fraudes e perdas com ativos (ROSSETI; ANDRADE, 2012). O perfil organizacional encontrado sugere que as cooperativas adotam um modelo tradicional ao preocupar-se com as demandas legais, porém mantém uma atenção ao patrimônio, ao instituírem ações de monitoramento dos ativos e seus respectivos processos.

A amostra pesquisada compreende um contingente de aproximadamente 11000 cooperados e estão no mercado a mais de 10 anos. Em relação ao número de 140 empregos gerados aproximadamente, pode ser explicado em virtude da composição societária da cooperativa ser formada por agricultores familiares e possuírem um estrutura operacional enxuta.

No que diz respeito aos controles de gestão, as cooperativas pesquisadas sinalizam uma atenção ao monitoramento e acompanhamento de metas, embora não haja a institucionalização de um planejamento estratégico. Ao considerar que o plano de gestão se configura em um mapa de ações para a condução da gestão da cooperativa, a efetividade das metas resultaria em valores monetários que movimentariam o patrimônio. Nesse sentido, ao se averiguar a utilização do orçamento empresarial constatou-se uma baixa adesão pelas cooperativas pesquisadas.

Em âmbito gerencial, os respondentes destacaram o acompanhamento e monitoramento de um fluxo de caixa. As respostas permitem extrair que há uma preocupação com a liquidez e administração financeira, por parte das cooperativas pesquisadas. Um importante processo dentro da cooperativa, gerido pela área comercial, diz respeito ao faturamento comercial (vendas), cuja preocupação com o controle foi destacada na pesquisa.

A divulgação dos números e ações, realizadas pelas cooperativas, relativas a gestão do patrimônio das cooperativas, se dá pelo relatório anual. Os respondentes apontaram a utilização do referido relatório. Aspectos qualitativos, como aqueles relacionados a ações de intercooperação e participação da cooperativa com a comunidade, apresentaram baixa intensidade de uso ou aplicação.

Um terceiro bloco de informações referiu-se ao processo de tomada de decisão, cujas respostas trouxeram reflexões quanto a utilização dos indicadores gerenciais e contábeis. A maioria das cooperativas utiliza-se dos indicadores tradicionais de análise econômico financeiro (liquidez, endividamento e rentabilidade). Nesse aspecto, conclui-se pela necessidade de confiabilidade nos controles internos que subsidiam a estrutura organizacional. Nesse sentido, pode ser mais um argumento para explicar a atenção dispensada para o monitoramento a partir da adoção de auditoria interna. Com relação aos indicadores gerenciais (internos), o controle de inadimplência (2,42) contrabalanceou com o controle de recebimento de vendas (3,92), indicando uma preocupação com o caixa oriundo das vendas a prazo. No entanto, é possível que haja uma limitação na adoção de prática de monitoramento do risco de crédito. Outras informações, como o prazo médio de pagamento de compras (3,54) e a gestão dos estoques (3,46), destacam possíveis pontos de melhoria na administração de processos.

Ao analisar as práticas de gestão adotadas pelas organizações cooperativas pesquisadas, extrai-se que possuem uma estrutura de controles adequadas a sua estrutura organizacional, ou seja, há que se considerar as características que a qualificam dentro dos atributos voltados à economia solidária. São organizações que envolvem estruturas organizacionais enxutas e contemplam um conjunto de cooperados que buscam na cooperativa uma inserção no ambiente econômico, para que possam viabilizar sua produção. Consequentemente, haverá um reflexo na eficácia de um sistema de controles que sustentam o processo de tomada de decisão.

Em âmbito estratégico há um desenho de controle privilegiando o monitoramento por meio de indicadores, presumindo-se a necessidade de uma formalização das metas, por exemplo institucionalizando um planejamento estratégico. Em relação as informações de apoio, em âmbito gerencial há uma possível demanda de profissionalização para auxiliar na construção de controles de contas a receber e pagar, assim como gestão de estoques.

As cooperativas estudadas, por suas características, possuem relevante papel na economia, assim como possuem uma importante representatividade social, o que reforça a relevância de se pesquisar as referidas organizações, em especial no estado do Paraná em virtude das características econômicas da região. Os resultados da pesquisa estendem a fundamentação e conhecimento a respeito do ambiente das sociedades cooperativas agropecuárias pesquisadas.

A pesquisa trouxe indicativos e reflexões dentro do contexto estudos, confirmando os achados de Gregolin et al (2018), ou seja, a necessidade de ações para o fortalecimento da estrutura do sistema de controles de gestão, nas cooperativas que atuam no propósito da economia solidária, é uma constatação presente. Trabalhos futuros podem ampliar a amostra e na sequência, partir para estudos de caso que permitam aprofundar as percepções

extraídas nos levantamentos realizados. Conseqüentemente, a revisão de literatura, no ambiente das cooperativas da agricultura familiar, amplia horizontes e, ao mesmo tempo, poderão suscitar ações de extensão e apoio técnico para a profissionalização da gestão desses empreendimentos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliza Maria Nascimento *et al.* **O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas em Manaus (AM)**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria). Manaus: UFAM, 2011.

ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 1, p. 7-25, 1998.

ATLAS. Atlas **Digital da Economia Solidária**. 2014. Disponível em: <atlas.sies.org.br>. Acesso em: out. 2018.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2004.

BARREIROS, R. F. **Caracterização do processo decisório em nível estratégico nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica). Curitiba: PUCPR, 2005.

BASTIANI, Ivoneti C. Rigão. **Risco e taxa de retorno: agroindústria cooperativa versus pequena propriedade rural**. Tese (Doutorado em Administração). São Paulo: FGV, 1986.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, HM de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Gestão integrada da agricultura familiar. São Carlos: EdUFSCAR, p. 43-65, 2005.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo *et al.* INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ECONÔMICO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO EM COOPERATIVAS PAULISTAS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 3, 2008.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Política Nacional de Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL, Oxfam. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. 2017. em: <<http://www.oxfam.org.br>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BOJANIC, Alan Jorge *et al.* **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília: FAO, 2016.

BORINELLI, Benilson; SANTOS, LML dos; PITAGUARI, Sinival Osório. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

CAMPOS, Gervaldo Rodrigues; ARIDA, Rogério Tsuyoshi. Gestão estratégica de custos nas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná: nível de intensidade no uso das

informações de custos para tomada de decisão e controle. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 10, n. 1, 2009.

CAMPOS, Gervaldo Rodrigues. Gestão de custos: a prática das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 17, n. 1, 2016.

CARNEIRO, Leandro Marcondes *et al.* Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 4, 2014.

CARARETO, Edson Soares *et al.* Gestão Estratégica de Custos: custos na tomada de decisão. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), v. 2, n. 2, p. 1-24, 2006.

CHALUB, Wladislau Guimarães Silva. **Estudo das práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários no âmbito regional: análise multicaso nas cooperativas incubadas de reciclagem Coopercicla e Coorepa**. Dissertação (Mestrado em Administração). Uberlândia: UFU, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública: Provas e concursos**. São Paulo: Editora Manole, 2012.

CORBARI, Fábio. **A inclusão digital como ferramenta de extensão rural para a gestão do cooperativismo de economia solidária no Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2017.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. **Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas**, realizado em Amsterdã–Holanda. 2002.

DEMOUSTIER, D. **A Economia Social e Solidária**. Porto Alegre: Loyola, 2001.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P.C. **Controladoria: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2006.

GAIGER, Luis Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, 2019.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

- GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. **Revista Cadernos de Economia**, v. 11, n. 20, p. 45-72, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**/Lawrence J. Gitman; tradução Allan Vidigal Hastings; revisão técnica Jean Jacques Salim. São Paulo: Pearson, 2010.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação á pesquisa científica**. 4º edição. São Paulo: Alínea, 2007.
- GREGOLIN, Marcos Roberto Pires. **Diagnóstico de gestão em cooperativas da agricultura familiar no Estado do Paraná: limites e potencialidades em um modelo solidário e democrático**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2015.
- GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan; CASTRO, André Olimpio Mosselman Du Chenoy. **Administração financeira**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- GREGOLIN, Marcos Roberto et al. Análise das cooperativas de agricultores familiares atendidas pelo projeto de ATER" Mais Gestão" no estado do Paraná. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 5, n. 10, p. 1-18, 2018.
- IAZDI, O. S. C. (2021). Uma análise da multidimensionalidade das percepções de justiça em um tipo ideal de economia solidária e nos empreendimentos econômicos solidários do Paraná. **Revista de Economia**, 42(77), 193-221.
- IMLAU, Jhonatan Munaretto et al. Práticas de Gestão em Cooperativas de Produção Agropecuária do Norte do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Organizações em Contexto**, v. 12, n. 23, p. 43-67, 2016.
- KEYNES, J. M. **Essays in persuasion**. London: Macmillan, 1972.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing** [Livro eletrônico]. Tradução: Sônia Midori Yamamoto. 2012.
- LANNON, de Christophe. **O cooperativismo representado pela Unicafes**. **Jornal de Beltrao, Paraná**. 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.jornaldebeltrao.com.br/colunista/coluna-do-christophe/10927/o-cooperativismo-representado-pela-unicafes/>>. Acesso em: 07 out. 2018.
- LINKBLIM, C.E. **Políticas e Mercados – Os sistemas políticos e econômicos do mundo**. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores sócioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2000.
- MOREIRA, Vilmar Rodrigues. **Gestão de riscos do agronegócio no contexto cooperativista**. 2009. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). São Paulo: FGV, 2009.

MONZÓN CAMPOS, J. L. Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del Tercer Setor. **Revista de Economía Pública**, Social y Cooperativa, Valencia, n.56, nov/ 2006, p. 9-24

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>>. Acessado em: 02/06/2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. In: **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias e Práticas**. São Paulo: Atlas, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Manual de Boas Práticas de Governança para Cooperativas**. 2015. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/documentos/manual_boas_praticas.pdf> Acessado em 17/06/2018.

PEREIRA, Heitor José. **Os novos modelos de gestão: análise e algumas práticas em empresas brasileiras**. Tese (Doutorado em Administração). São Paulo: FGV, 1995.

PORTER Michael E. **Competição On Competition: estratégias competitivas essenciais**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, Vânia Maria et al. Estudo das práticas orçamentárias de cooperativas agropecuárias de santa catarina. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 31-56, 2015.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICKEN, José Roberto. A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial). Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 3, 2002.

SILVA, L. C. **Desigualdades sociais no Brasil: fios condutores, enfrentamentos no período 2003 a 2014 e resultados alcançados**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Universidade de Campinas (SP)/IE, 2018.

SILVA, Monika Weronika Dowbor da. **Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas: uma análise comparativa entre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL/Brasil)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os Novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das**



dimensões socio estruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2016

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2002.

STAHL, Reni Luiz; ODELSON SCHNEIDER, José. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 2, 2013.

PIRES, MLLS *et al.* **Cenários e tendências: do cooperativismo brasileiro.** Recife: Bagaço, 2004.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). Unicopas nasce para fortalecer o cooperativismo solidário. Disponível em: <<http://unicafes.org.br/noticia/433>> Acessado em 16/11/2018.

WSTPHAL, Vera Herweg. Os sistemas cooperativistas brasileiro e alemão: aspectos comparativos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 40-54, 2008.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, v. 29, n. 3, p. 23-32, 1994.

*Recebido em 18/06/2022
Aprovado em 24/07/2022*



A PESQUISA CIENTÍFICA BRASILEIRA EM PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Raquel Fenero Tessitore¹
Anna Hoffmann Oliveira²
Denise Campos Cardoso³
Ceyça Lia Palerosi Borges⁴
Manoela Hoffmann Oliveira⁵

RESUMO:

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um mecanismo de incentivo à conservação e preservação dos serviços prestados pela natureza, cujos benefícios gerados garantem a nossa sobrevivência. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento de dados bibliográficos nas plataformas de pesquisa brasileiras, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos CAPES/MEC, considerando: a data de início das publicações; os tipos de estudo: teóricos ou práticos; os métodos de valoração para aplicação do PSA; os fundos de financiamento para garantir os pagamentos aos beneficiários; e quais foram os temas encontrados nas revisões, observando se há padrões nas pesquisas realizadas. Os resultados apontam que as publicações sobre PSA no Brasil ainda são pouco frequentes e relativamente recentes. A partir dos dados obtidos, foram encontrados 66 trabalhos que tratam sobre PSA no Brasil, sendo 32 com enfoque teórico e 34 aplicados. Nas pesquisas aplicadas, observou-se uma prevalência do PSA associado aos recursos hídricos e, em muitos destes estudos, ainda se verifica a ausência de informações essenciais, como o método de valoração, o fundo de financiamento e o monitoramento. Além disso, há ausência de sistematização dos métodos de implantação, de valoração dos serviços e de monitoramento. Tais deficiências são reforçadas pela ausência de uma lei federal até a data de levantamento dos dados bibliográficos, para que houvesse a unificação e padronização dos procedimentos e normas referentes ao PSA. O PSA possui grande potencial a ser explorado no Brasil, sendo necessária a continuação das pesquisas sobre o tema a fim de colaborar com o sucesso deste instrumento econômico.

Palavras-chave: Conservação da Natureza; Incentivo Financeiro; Pesquisa Bibliográfica.

BRAZILIAN SCIENTIFIC RESEARCH IN PAYMENT FOR ENVIRONMENTAL SERVICES

ABSTRACT:

The Payment for Environmental Services (PES) is an incentive mechanism for the conservation and preservation of services provided by nature, whose generated benefits guarantee our survival. In this sense, the objective of this work was to carry out a survey of bibliographic data in the Brazilian research platforms, Scientific Electronic Library Online (SciELO) and in the CAPES/MEC Journal Portal, considering: the date of publication start; types of study: theoretical or practical; the valuation methods for applying the PES; financing funds to guarantee payments to beneficiaries; and what were the themes found in the reviews, noting whether there are

1 Graduanda em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: raqueltessitore@gmail.com.

2 Docente do Departamento de Recursos Naturais e Proteção Ambiental da Universidade Federal de São Carlos, Bacharel em Engenharia Florestal, Mestre e Doutora em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Lavras, Pós-Doutora em Geociências e Recursos Naturais pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: annahoffmann@ufscar.br.

3 Graduanda em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: denisecamposcardoso@gmail.com.

4 Docente da Universidade Federal Fronteira Sul, Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável. E-mail: ceycaborges@uffs.edu.br.

5 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: manolahoffmann@gmail.com.

patterns in the surveys carried out. The results show that publications on PES in Brazil are still infrequent and relatively recent. From the data obtained, 66 works were found that deal with PSA in Brazil, 32 with a theoretical focus and 34 applied. In applied research, there was a prevalence of PES associated with water resources and, in many of these studies, there is still a lack of essential information, such as the valuation method, financing fund and monitoring. In addition, there is a lack of systematization of implementation methods, service valuation and monitoring. Such shortcomings are reinforced by the absence of a federal law until the date of bibliographic data survey, so that there would be the unification and standardization of the procedures and norms referring to the PSA. The PES has great potential to be explored in Brazil, and it is necessary to continue research on the subject in order to contribute to the success of this economic instrument.

Keywords: Nature Conservation; Financial Incentive; Research Bibliographic.

1. INTRODUÇÃO

A degradação dos ecossistemas ao longo dos anos é consequência direta da alta demanda por recursos naturais, a fim de atender a necessidade de se obter matéria prima ou absorção de resíduos. Neste sentido, medidas de controle para evitar ou desacelerar a utilização destes recursos são extremamente importantes para a recuperação ambiental. De acordo com a Constituição Federal, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (art. 225), o que exige, por óbvio, a proteção ao meio ambiente no Brasil (BRASIL, 1988). Destaca-se, entretanto, a carência de infraestrutura administrativa, legal e financeira tanto da União como de Estados e municípios (FERREIRA; SOBRINHO, 2012), os quais possuem a competência material comum à proteção do meio ambiente (BRASIL, 1988).

O pagamento por serviços ambientais (PSA) é, atualmente, uma estratégia para conseguir frear a intervenção antrópica nos recursos naturais ao mesmo tempo em que gera benefícios aos provedores dos serviços de proteção ao ambiente. Conforme a Agência Nacional das Águas, PSA são “transferências financeiras de beneficiários de serviços ambientais para os que, devido a práticas que conservam a natureza, fornecem esses serviços” (ANA, 2012). Quando o Poder Público atua como comprador intermediário ao operar na ocorrência de benefícios externos ao provedor de serviços ambientais, o PSA é público. Neste sentido, é necessário que os entes federativos desenvolvam uma política ambiental adequada, como por exemplo, alocando recursos financeiros em lei orçamentária.

Os benefícios referem-se, por exemplo, à regulação do clima, controle da erosão, fluxo de água, polinizadores, entre outros serviços essenciais garantidos pelos ecossistemas, além da provisão de alimentos, fibras e energia, geração de recursos a serem estudados e, consequentemente, o desenvolvimento de produtos. Os sistemas de PSA tem como estratégia central o reconhecimento destes benefícios e serviços gratuitos que o meio ambiente fornece, os quais são essenciais para a sobrevivência e bem-estar do ser humano (ANA, 2012).

Os conceitos de PSA vêm sendo empregados desde a década passada para promover e financiar a conservação ambiental. No Brasil, estes pagamentos estão relacionados ao exercício público, por meio do qual normas legais estão sendo desenvolvidas para sua implementação com o intuito de preservar e incentivar os serviços ambientais. O marco inicial foi no ano 2000, com o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), nos quais os obstáculos que tais programas de incentivo deveriam superar ficaram evidentes (MATOS, 2011). Já em 2001 surgiu a primeira iniciativa de PSA hídrico no país (ANA, 2012), desenvolvido pela Agência Nacional das Águas, com o programa Produtor de Águas. Embasado na Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei

9433 (BRASIL, 1997), o programa favoreceu imensamente a implantação de pagamentos ambientais relacionados à proteção de recursos hídricos no Brasil. Exatamente vinte anos depois foi sancionada a Lei nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. (PSA).

Apesar do atrativo financeiro, a definição de sua valoração e a exigência de detalhado levantamento de dados são um dos principais entraves e podem dificultar a implantação do PSA (ANA, 2012). Considerando a urgente necessidade de preservação da natureza e a extrema importância dos diversos benefícios naturais para os seres humanos, a pesquisa e prática investigativa a respeito do tema colaboram para fortalecer tal instrumento, auxiliando na exposição dos desafios enfrentados e, principalmente, das respectivas soluções adotadas, bem como na discussão e divulgação do assunto. Com isso, o presente trabalho visa realizar um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados brasileiras a fim de analisar as publicações a respeito do tema.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho utilizou como metodologia básica o levantamento bibliográfico sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal de Periódicos CAPES/MEC. A pesquisa selecionou os estudos exclusivamente nacionais publicados em revistas brasileiras até junho de 2020, em cujo resumo, palavras-chave e/ou texto fossem encontrados os termos “pagamento(s) por serviços ambientais” ou “PSA”. Destes, foram selecionados aqueles que tratam especificamente sobre o tema, excluindo os demais que apenas citavam a prática de pagamentos por serviços ambientais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos métodos predefinidos foi possível realizar a seleção de 66 trabalhos que tratam sobre pagamentos por serviços ambientais no Brasil, ordenados na Tabela 1 conforme o ano de publicação.

Tabela 1: Artigos científicos verificados a partir do levantamento bibliográfico

Artigo	Autores	Periódico	Ano	Tipo
Instrumentos econômicos de proteção do meio ambiente: reflexões sobre a tributação e os pagamentos por serviços ambientais	Bastos, C.V.R.A	Scientia Iuris	2007	teórico
Estimativa de aporte de recursos para um sistema de pagamento por serviços ambientais na Floresta Amazônica brasileira	Fasiaben, M.C.R.; Andrade, D.C.; Reydon, B.P.; Garcia, J.R.; Romeiro, A.R.	Ambiente & Sociedade	2009	aplicado
Pagando pelos Serviços Ambientais: Uma proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes	Maciel, R.C.G.; Reydon, B.P.; Costa, J.A.; Sales, G.O.	Acta Amazonica	2010	aplicado
Relações de aporte de sedimentos e implicações de sua utilização no pagamento por serviço ambiental em bacias hidrográficas	Chaves, H.M.L.	Revista Brasileira de Ciência do Solo	2010	aplicado

Valoração ambiental de propriedades rurais de municípios da Bacia Hidrográfica do rio Xopotó, MG	Vilar, M.B.; Oliveira, A.C.C.; Jacovine, L.A.G.; Ferreira, M.G.; Souza, A.L.	Revista Cerne	2010	aplicado
Os Desafios de uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais: lições a partir do caso do Proambiente	Shiki, S.; Shiki, S.F.N.	Sustentabilidade em Debate	2011	teórico
Minimização da erosão em função do tamanho e localização das áreas de floresta no contexto do programa "Conservador das Águas"	Zolin, C.A.; Folegatti, M.V.; Mingoti, R.; Sánchez-Román, R.M.; Paulino, J.; Gonzáles, A.M.G.O.	Revista Brasileira de Ciência do Solo	2011	aplicado
Nova abordagem sobre o modelo brasileiro de serviços ambientais	Rodrigues, D.B.B.; Sobrinho, T.A.; Oliveira, P.T.S.; Panachuki, E.	Revista Brasileira de Ciência do Solo	2011	aplicado
Uma análise sistêmica do princípio do protetor - receptor na institucionalização de programas de compensação por serviços ambientais	Hupffer, H.M.; Weyermüller, A.R.; Waclawovsky, W.G.	Ambiente & Sociedade	2011	teórico
Iniciativas e mercado no Pagamento por Serviços Ambientais	Martinkoski, L.; Vogel, G.F.; Martins, P.J.	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	2012	teórico
Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como Instrumento de Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: O Projeto Protetor Das Águas de Vera Cruz	Moraes, J.A.L.	Sustentabilidade em Debate	2012	teórico
Instrumentos econômicos aplicados à gestão participativa dos recursos hídricos: modelos para pagamento por serviços ambientais do Brasil aplicados à região da bacia hidrográfica do Rio Macaé, RJ	Torres, J.N.C.; Ferreira, M.I.C.	Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego	2012	teórico
Limitações da abordagem coaseana à definição do instrumento de PSA	Simões, M.; Andrade, D.C.	Sustentabilidade em Debate	2013	teórico
Análise institucional do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais: o Projeto Conservador de das Águas em Extrema MG	Chiodi, R.E.; Puga, B.P.; Sareinelli, O.	Revista de Políticas Públicas	2013	teórico
Pagamento por Serviços Ambientais: Uma estratégia para a conservação ambiental nas regiões produtivas do Brasil?	Pria, A.D.; Diederichsen, A.; Klemz, C.	Sustentabilidade em Debate	2013	teórico
Pagamento por serviços ambientais e a proteção de recursos hídricos no contexto socioeconômico ambiental da microbacia do ribeirão do Murundu, Ibiúna - SP: uma análise diante do projeto piloto "Mina d'Água"	Rosa, F.S.; Leão, G.S.; Valente, R.O.A.; Tonello, K.C.	Estudos Sociedade e Agricultura	2013	aplicado
Implementando Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil: caminhos para uma reflexão crítica	Eloy, L.; Coudel, E.; Toni, F.	Sustentabilidade em Debate	2013	teórico
Histórico e implementação de sistemas de Pagamentos Por Serviços Ambientais no Estado de Minas Gerais	Oliveira, A.C.C.; Vilar, M.B.; Jacovine, L.A.G.; Santos, M.O.; Jacon, A.D.	Sustentabilidade em Debate	2013	teórico
Pagamentos por serviços ambientais, custos de oportunidade e a transição para usos da terra alternativos: o caso de agricultores familiares do Nordeste Paraense	Costa, R.C.C.; Piketty, M.; Abramovay, R.	Sustentabilidade em Debate	2013	aplicado
Contribuições para a proposta de uma política municipal de pagamento por serviços ambientais: o caso de Botucatu/SP	Leal, M.S.; Ribas, L.C.	Floresta	2014	aplicado
O futuro dos Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil a partir do novo Código Florestal	Godecke, M.V.; Hupffer, H.M.; Chaves, I.R.	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2014	teórico
Monitoramento em programas e políticas de pagamentos por serviços ambientais em atividade no Brasil	Novaes, R.M.L.	Estudos Sociedade e Agricultura	2014	teórico

Análise do Programa “Produtor de Águas”: no contexto dos projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) implementados no Brasil.	Manfredini, F.N.; Guandique, M.E.G.; Morais, L.C.	Revista Iberoamericana de Economía Ecológica	2014	teórico
Estrutura da paisagem, relevo e hidrografia de uma microbacia como suporte a um programa de pagamento por serviços ambientais relacionados à água	Rosa, F.S.; Tonello, K.C.; Valente, R.O.A.; Lourenço, R.W.	Ambiente & Água	2014	aplicado
Pagamento por serviços ambientais contribuindo para a saúde ambiental, uma análise em nível local	Favaro, A.K.M.I.; Rossin, A.C.	Revista Saúde e Sociedade	2014	aplicado
Cadastro técnico multifinalitário e o PSA	Loch, C.; Rebollar, P.B.M.; Rosenfeldt, Y.A.Z.	Revista Brasileira de Cartografia	2015	aplicado
Cadastro rural temático de valoração ambiental para programas de pagamento por serviços ambientais em áreas de preservação permanente	Lombardi, D., Bastos, L.C.	Revista Brasileira de Cartografia	2015	aplicado
Pagamentos por Serviços Ambientais na Amazônia: o desvio de um conceito – casos do Amapá e Acre	Superti, E.; Aubertin, C.	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2015	aplicado
Análise de procedimentos para seleção de áreas prioritárias em programas de pagamento por serviços ambientais hídricos	Gjorup, A.F.; Fidalgo, E.C.C.; Prado, R.B.; Schuler, A.E.	Ambiente & Água	2015	teórico
Pagamento por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso de Extrema (MG)	Jardim, M.H.; Bursztyn, M.A.	Engenharia Sanitária e Ambiental	2015	teórico
Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – análise de conceitos e marco regulatório	Simões, M.; Daniel Caixeta Andrade, D.C.	Revista principia	2016	teórico
Revisitando a teoria e compreendendo a prática: análise de casos de pagamento por serviços ambientais	Simões, M.S.; Andrade, D.C.	Revista de Políticas Públicas	2016	aplicado
Aplicabilidade, potenciais e desafios dos Pagamentos por Serviços Ambientais para conservação da água no sul do Brasil	Santos, F.L.; Silvano, R.A.M.	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2016	teórico
Eleição de áreas prioritárias para pagamento por serviços ambientais: uma análise em nível de microbacia	Rosa, F.S.; Tonello, K.C.; Lourenço, R.W.	Ambiente & Água	2016	aplicado
Estimativa dos custos de oportunidade para a conservação ambiental na bacia hidrográfica do Ribeirão do Feijão (São Carlos - SP, Brazil)	F. H. Machado; A. P. Mattedi; F. A. Dupas; L. F. Silva; F. E. Vergara	Brazilian Journal of Biology	2016	aplicado
O uso de estratégias focadas em resultados para o controle da poluição hídrica no Brasil	Libanio, P.A.C.	Engenharia Sanitária e Ambiental	2016	teórico
Proposta metodológica de priorização de municípios para implantação de programas de pagamento por serviços ambientais (PSA)	Fernandes, L.S.; Botelho, R.G.M.	Ambiente & Sociedade	2016	aplicado
Serviços ambientais associados à recuperação de áreas degradadas por mineração: potencial para pagamento de serviços ambientais	Souza, C.A.; Gallardo, A.L.C.F.; Silva, E.D.; Mello, Y.C.; Righi, C.A.; Solera, M.L.	Ambiente & Sociedade	2016	teórico
Espacialização do índice de qualidade do solo na Sub-Bacia das Posses, Extrema, Minas Gerais	Lima, G.C.; Silva, M.L.N.; Freitas, D.A.F.; Cândido, B.M.; Curi, N.; Oliveira, M.S.	Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental	2016	aplicado
Os serviços ambientais na legislação federal e sua compatibilidade com a ordem constitucional brasileira	Birnfeld, C.A.S.; Correio, M.R.R.	Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo	2017	teórico
Pagamento por Serviços Ambientais como instrumento econômico de gestão das águas: o caso da sub-bacia do córrego Cambucaes, Bacia Hidrográfica do rio São João - Silva Jardim/RJ	Carvalho, C.S.A.; Ferreira, M.I.P.	Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego	2017	aplicado
Análise da estrutura da paisagem da sub-bacia	Antunes, P.P., Marenzi, R.C.;	Sociedade & Natureza	2017	aplicado

hidrográfica do rio do braço como subsídio para um projeto de pagamento por serviços ambientais no município de Camboriú, Santa Catarina, Brasil	Espinoza, H.C.F.			
Áreas abandonadas e possibilidade de pagamento por serviços ambientais em Esperança do Sul/RS	Caneppele, J.C.G.; Santos, L.F. Vieira, R.V.	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul	2017	aplicado
Pagamentos por serviços ambientais: instrumento custo efetivo na aplicação do requisito legal ambiental?	Rosa, T.O.; Neto, C.C.	Revista Iberoamericana de Economía Ecológica	2017	teórico
Condicionantes da disposição de participar e aceitar pagamentos por serviços ambientais: um estudo de caso no Brasil	Ouverney, I.R.; Motta, R.S.; Ortiz, R.A.; Coelho, P.S.	Revista de Economia Contemporânea	2017	aplicado
Execução de Projetos de REDD+ no Brasil por Meio de diferentes modalidades de financiamento	Salles, G.P.; Salinas, D.T.P.; Paulino, S.R.	Revista de Economia e Sociologia Rural	2017	teórico
Monitoramento da qualidade de águas em programas de pagamento por serviços ambientais hídricos: estudo de caso no município de São José dos Campos/SP	Fiore, F.A.; Bardini, V.S.S.; Novaes, R.C.	Engenharia Sanitária e Ambiental	2017	aplicado
Histórico de projetos sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no estado de Pernambuco (Brasil)	Reis, J.V.	Revista Brasileira de Meio Ambiente	2018	teórico
Políticas públicas de pagamento por serviços ambientais para a conservação dos recursos hídricos: origens, atores, interesses e resultados da ação institucional	Chiodi, R.E.; Marques, P.E.M.	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2018	teórico
Iniciativas estaduais de pagamento por serviços ambientais: análise legal e resultados	Castro, B.S.; Young, C.E.F.; Pereira, V.S.P.	Revista Iberoamericana de Economía Ecológica	2018	teórico
Pagamento por serviços ambientais de recursos hídricos em áreas urbanas: perspectivas potenciais a partir de um programa de recuperação da qualidade de água na cidade de São Paulo	Souza, V.V.C.; Gallardo, A.L.C.F.; Côrtes, P.L.; Fracalanza, A.P.; Ruiz, M.S.	Revista Cadernos Metrópole	2018	teórico
Ruralidades e Política Ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais	Chiodi, R.E.; Marques, P.E.M.; Muradian, R.S.	Revista de Economia e Sociologia Rural	2018	aplicado
Análise do potencial de implantação de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na região de Uberlândia	Almeida, M.R.R.; Silva, R.F.; Santos, A.C.	Holos	2019	aplicado
Análise do Panorama da Legislação de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Pernambuco	Josimar Vieira Dos Reis, Leônio José Alves da Silva	Desenvolvimento em Questão	2019	teórico
Análise de programas de pagamento por serviços ambientais no sul do Brasil: identificando estratégias para a conservação da <i>Araucaria angustifolia</i>	Tagliari, M.M.; Moreira, V.A.; Peroni, N.	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2019	teórico
Custos de oportunidade de um programa de Pagamento por Serviços Ambientais	Manfredini, F.N.; Guandique, M.E.G.; Morais, L.C.	Revista Iberoamericana de Economía Ecológica	2019	aplicado
Pagamento por Serviços Ambientais em Extrema, Minas Gerais: Avanços e Limitações	Garcia, J.; Romeiro, A.R.	Revista Iberoamericana de Economía Ecológica	2019	teórico
Código Florestal e Pagamento por Serviços Ambientais Um Estudo de Caso com Base na Redução de Carbono Emitido e Abordagem Sistêmica das Unidades de Produção Agrícola	Chechi, L.A.; Boscardin, M.; Oliveira, A.L.A.	Revista Desenvolvimento em Questão	2019	aplicado
Avaliação de áreas de preservação de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Arroio Andreas, RS, utilizando programas de monitoramento ambiental	Klamt, R.A.; Lobo, E.A.; Costa, A.B.; Delevati, D.M.	Ambiente & Água	2019	aplicado
O valor do serviço de proteção de mananciais	Magalhães, R.J.F.; Barbosa Júnior, A.R.	Engenharia Sanitária e Ambiental	2019	aplicado
Pagamento por serviços ambientais: orientações para a identificação de áreas prioritárias com foco na biodiversidade	Caroline Picharillo, C.; Ranieri, V.E.L.	Ambiente & Sociedade	2019	teórico
Plano Estratégico de Pagamento por Serviços Ambientais na bacia hidrográfica do Arroio Itaquarinchim (RS): integrando responsabilidades	Palagi, A.C.; Mattiuzi, C.D.P.; Wartchow, D.; Olaerts, L.	Engenharia Sanitária e Ambiental	2019	aplicado

Tecnologia Blockchain: inovação em Pagamentos por Serviços Ambientais	Sobrinho, R.P.; Garcia, J.R.; Maia, A.G.; Romeiro, A.R.	Estudos Avançados	2019	aplicado
Comparação entre o Método de Valoração de Contingente e o Custo de Oportunidade para Pagamento aos Produtores Rurais do Programa Conservador das Águas, Igarapé, Minas Gerais	Oliveira Junior, A.F., Reis, Y.T.M.	Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science	2020	aplicado
Arranjos institucionais para a implantação de programa municipal de pagamento por serviços ambientais hídricos: estudo de caso de São José dos Campos (SP)	Fiore, F.A.; Bardini, V.S.S.; Cabral, P.C.P.	Engenharia Sanitária e Ambiental	2020	aplicado
Reflexões sobre o potencial desconhecido do pagamento por serviços ambientais como instrumento para a gestão de mananciais hídricos urbanos	Schimaleski, A.P.C.; Garcias, C.M.	Revista Cadernos Metrópole	2020	teórico

Fonte: Elaboração própria.

No que tange ao ano de publicação dos periódicos selecionados, existe uma tendência crescente do número de publicações, a mais antiga data do ano de 2007, tornam-se mais expressivas a partir do ano de 2013 e atingem o pico em 2019, como é possível observar na Figura 1.

O primeiro artigo do levantamento, de 2007, apresenta o conceito de PSA e como utilizá-lo como um instrumento econômico para a proteção do meio ambiente, enquanto o último, de 2020, é um estudo que tem como referência outros programas já implantados no Brasil e busca analisar o potencial de aplicação de PSA na gestão de mananciais hídricos urbanos. Em uma análise comparativa, foi possível notar um grande desenvolvimento científico do último artigo em relação ao primeiro, proporcionado pelos programas já implantados, os quais fornecem informações de grande utilidade para os projetos posteriores.

Figura 1: Número de publicações anuais sobre PSA em periódicos nacionais



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os trabalhos analisados foi possível observar uma marcante divisão (Tabela 1): os artigos de cunho prático ou aplicado, aqui denominados como “Artigos aplicados”, e aqueles que englobam definições de conceitos e revisões bibliográficas, definidos como “Artigos teóricos”.

3.1. Artigos teóricos

As publicações que apresentam definições de conceitos e revisões bibliográficas totalizaram 32 trabalhos. Grande parte desses artigos demonstrou que o principal enfoque está em fazer análises a respeito das iniciativas locais de PSA, com intuito de ter uma visão mais aprofundada sobre os projetos que já estão implantados, avaliando seus principais desafios, impactos causados e resultados obtidos.

A primeira publicação a respeito do tema no Brasil verificada nesta investigação, em 2007, trata de aspectos teóricos. Tal trabalho surgiu logo após a primeira iniciativa brasileira concreta de PSA, no ano de 2006, com o projeto Conservador das Águas no município de Extrema, em Minas Gerais. Esse programa é considerado pioneiro para diversas outras iniciativas que surgiram por todo o país (PAGIOLA et al., 2013). Conforme esses programas foram se estabelecendo, as pesquisas a eles relacionadas também foram se ampliando. Ressalta-se, entretanto, que dez anos antes desta primeira publicação, a Política Nacional de Recursos Hídricos (LEI nº 9.433/1997), mesmo sem fazer menção ao termo PSA, foi a primeira lei a trazer aspectos quanto à cobrança pelo uso dos recursos hídricos com a finalidade desta verba ser revertida para a conservação desses recursos (REIS; SILVA, 2019).

Analisando o cenário nacional, com base nos artigos consultados, as publicações abordando as iniciativas de PSA começaram a surgir com maior frequência a partir de 2011. Na Figura 2 pode-se observar a evolução da quantidade de trabalhos de revisão bibliográfica encontrada pelas plataformas de busca utilizadas.

Figura 2: Levantamento de revisões bibliográficas sobre PSA publicadas por ano



Fonte: Elaboração própria.

A maior frequência de trabalhos observada a partir de 2011 (Figura 2), analisada à luz das políticas ambientais, pode fornecer um indicativo deste aumento localizado de publicações, uma vez que a instituição da lei federal nº 12.651 (BRASIL, 2012) demonstrou ter reflexo direto na quantidade de documentos publicados, com o pico no ano de 2013 (Figura 2). Esta lei, sancionada em 2012 e a primeira a introduzir e trazer aspectos referentes ao PSA, trata no capítulo décimo dos “Programas de Apoio e Incentivo a Preservação e Recuperação do Meio Ambiente”, buscando meios de regularizar esses projetos (CAETANO et al., 2016).

Quanto aos assuntos tratados, os artigos avaliados demonstram haver alguns padrões. A recorrência dos temas pode ser verificada na Tabela 2. O conceito de pagamentos por serviços ambientais está presente em 100% dos trabalhos consultados. Outro tema frequente

são os programas de PSA no Brasil, que foram abordados em 50% dos artigos analisados. Mesmo sem uma Política Nacional de Serviços Ambientais no período abrangido pelo levantamento bibliográfico (até junho de 2020), muitos municípios e estados haviam implantado políticas próprias de PSA e demonstrado bons exemplos da implementação desses mecanismos, como é o caso do programa Ecocrédito em Minas Gerais, o programa ProdutorES no Espírito Santo e do programa Águas do Parque, desenvolvido em Pernambuco (CAETANO et al., 2016).

Tabela 2: Recorrência dos temas tratados nos artigos

Temas padrões encontrados nos artigos	Presente em % dos artigos
Conceito PSA	100%
Programas de PSA no Brasil	50%
Fontes de recursos	11%
Atores envolvidos	8,3%
Métodos de valoração	5,5%
Monitoramento do Programa	5,5%

Fonte: Elaboração própria.

Alguns temas de expressiva relevância, como monitoramento dos programas, métodos de valoração, atores envolvidos e fontes de recursos, tiveram pouca evidência nesses estudos, como observado na Tabela 2. O monitoramento dos programas é uma etapa de grande importância e muitas vezes está ligado ao sucesso do projeto. No levantamento dos artigos, esse assunto foi constatado em apenas 5,5% dos trabalhos realizados. A implementação de um programa de PSA é tão importante quanto o seu monitoramento, porém, sua mensuração e avaliação são afetadas devido às variáveis de fatores bióticos, abióticos e socioeconômicos, e falta de instrumentos e métodos precisos (ANA, 2012).

A pouca menção desses temas nos trabalhos publicados até junho de 2020 também pode estar relacionada ao fato de, até então, não haver no Brasil uma política nacional que estabelecesse diretrizes para os programas de PSA. Desde o ano de 2007 um projeto de lei tratando especificamente de PSA (PL) 5.487/2009 estava em tramitação no Congresso Nacional, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, propondo a implementação da Política Nacional dos Serviços Ambientais e as formas de controle e financiamento desse Programa (GARCIA; ROMERO, 2019). Finalmente, no ano de 2021, foi instituída a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119). A criação de uma lei específica, com as normas e as peculiaridades referentes ao assunto vistas com critério (BIRNFELD; RUSSO, 2017), regulariza a garantia legal dos pagamentos pelos serviços ambientais e pretende preencher uma lacuna deixada pelas escassas leis federais vigentes sobre o tema, tanto em quantidade quanto em qualidade, até a instituição da Lei nº 14.119.

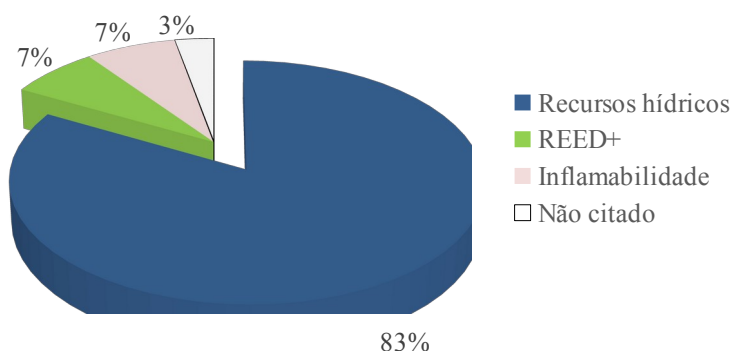
3.2. Artigos aplicados

Os estudos práticos somaram 34 publicações. Grande parte das pesquisas foram desenvolvidas por instituições sediadas em São Paulo e Minas Gerais, também tendo suas áreas de estudo alocadas nessa região, explicitando assim a relevância destes estados no que tange ao desenvolvimento e aplicação de programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA). Esta importância se manifesta também pela instituição e execução de políticas públicas municipais e estaduais. Como exemplo, o Estado São Paulo tem sua primeira

legislação datando de 2010, que trata sobre a regulamentação da Política Estadual de Mudanças Climáticas incluindo neste caso os PSA's (SÃO PAULO, 2010a). Por sua vez, o estado de Minas Gerais teve como primeira iniciativa no âmbito do PSA a execução de um projeto piloto no município de Extrema, intitulado Projeto Conservador das Águas, instituído a partir da criação da Lei nº 2.100 de 21 de dezembro de 2005 (EXTREMA, 2005; PEREIRA et al., 2016).

Em relação ao eixo de ação dos trabalhos de PSA, observa-se na Figura 3 que 83% dos trabalhos destinaram-se a projetos relacionados à serviços ambientais diretamente ligados a recursos hídricos. Em seguida, tem-se os estudos que visam a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REED+), somando duas pesquisas (7%). O serviço ambiental definido como a redução da inflamabilidade de ecossistemas naturais é citado em apenas uma publicação específica. Por fim, há dois artigos restantes que não especificaram sobre qual serviço ambiental atuam, classificados aqui como “não citado”.

Figura 3: Eixo de ação dos estudos de PSA no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A escolha do método de valoração, que consiste em técnicas capazes de atribuir valor monetário a produtos e serviços ambientais, é um grande desafio para projetos de PSA, uma vez que o valor atribuído a um serviço ambiental precisa ser atrativo aos produtores e demais donos de terra para garantir a sua conservação (OLIVEIRA JÚNIOR; REIS, 2020; MOTTA, 1998). No que diz respeito ao método de valoração dos serviços ambientais adotado pelos projetos, observou-se que 56,6% dos trabalhos utilizaram o custo de oportunidade da terra, que pode ser definido como o valor monetário que o proprietário deixa de receber caso opte por conservar uma área determinada de sua propriedade, variando de acordo com o tipo de atividade econômica exercida (OLIVEIRA JÚNIOR; REIS, 2020).

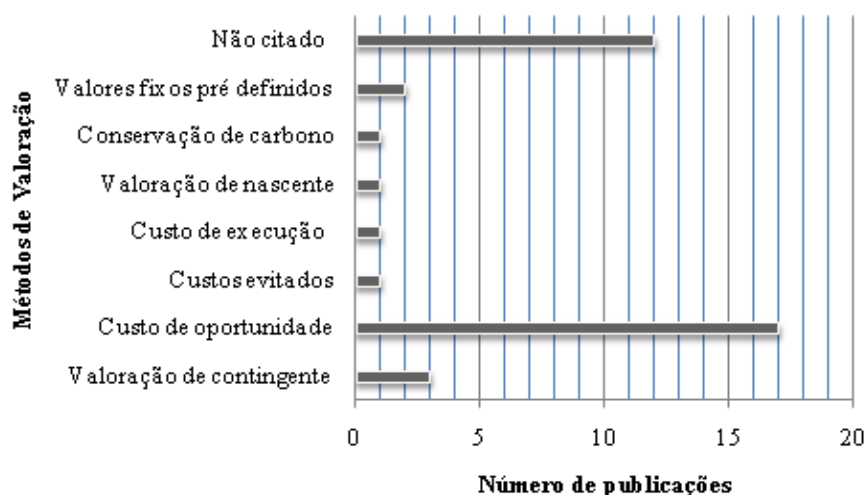
O segundo método mais utilizado foi o de valoração de contingente, que consiste na mensuração da disposição a pagar, com base no princípio pagador – provedor (OLIVEIRA JÚNIOR; REIS, 2020), contabilizando 8% dos artigos. A utilização de valores fixos definidos arbitrariamente é citada em duas publicações que envolvem a análise de caso do Programa de

Pagamento por Serviços Ambientais do município de Extrema, MG, “Conservador de Águas”, somando 5% dos artigos.

Dada a flexibilidade de aplicação de diversos outros métodos de valoração, foi possível discriminar por meio do levantamento bibliográfico discriminar diversas metodologias específicas e aplicadas exclusivamente às suas realidades, sendo elas: custos evitados, custos de execução, valoração de nascentes (SÃO PAULO, 2010b) e conservação de carbono (Figura 4).

Por fim, outros 12 trabalhos não definiram qual o método de valoração seria aplicado no projeto, o que evidenciou a necessidade de uma legislação voltada à definição de métodos de valoração padrões, garantindo assim a homogeneidade das publicações do tema, além de permitir a realização de comparações entre as mesmas.

Figura 4: Métodos de valoração de PSA utilizados em estudos brasileiros



Fonte: Elaboração própria.

Ademais, outro ponto de extrema importância para a realização de um programa de PSA é a definição de um fundo do qual serão retirados os recursos necessários para a elaboração dos projetos. Nesse sentido, o universo amostral de publicações nacionais foi capaz de revelar que a grande maioria de projetos (33%) não especificou quais seriam os fundos utilizados para prover o desenvolvimento de suas atividades. Em seguida, os fundos públicos aparecem como prioritários para a implementação de programas de PSA, sendo eles os fundos estaduais (23,3%), fundos nacionais (10%) e fundos municipais (23,3%). Em 13,3% dos estudos, ou seja, quatro deles, empresas privadas disponibilizam fundos de financiamento oficiais. A cobrança direta dos usuários é apontada como subsídio em três trabalhos, somando 10% das publicações. As demais estratégias de custeio, especificamente comitê de bacias hidrográficas, indenizações ambientais, créditos de carbono, recursos de impostos, isenção fiscal e mercado de serviços ambientais, foram apresentadas por apenas um estudo.

No tocante ao monitoramento dos projetos, 53% dos trabalhos citaram a necessidade de realização desta etapa, no entanto, apenas quatro publicações exemplificaram o método pelo qual foi realizado o monitoramento em seus estudos. Os demais trabalhos sequer mencionaram a elaboração de planos de monitoramento. Esta constatação reforça a colocação de Lima et al. (2013), que considera o monitoramento como o grande descompasso em relação às demais etapas de elaboração dos programas de PSA, sendo as questões financeiras implícitas a justificativa para esta discrepância.

4. CONCLUSÃO

A maioria das publicações trata de pesquisas aplicadas, com prevalência do PSA associado aos recursos hídricos. Em muitos destes estudos, ainda se verifica a ausência de informações essenciais, como o método de valoração utilizado ou o fundo de financiamento para execução do PSA. Nas pesquisas teóricas, a temática concentra-se em definir o PSA e investigar os projetos implantados.

As publicações sobre PSA no Brasil ainda são pouco frequentes e relativamente recentes. Há ausência de sistematização do método de implantação, de valoração dos serviços e de monitoramento. Tais deficiências são reforçadas pela ausência de uma lei federal até a data de levantamento dos dados bibliográficos, para que houvesse a unificação e padronização dos procedimentos e normas referentes ao PSA.

O PSA possui grande potencial a ser explorado no Brasil, sendo necessária a continuação das pesquisas sobre o tema a fim de viabilizar o sucesso deste instrumento econômico de proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (Brasil), 2012. **Manual operativo do Programa Produtor de Águas** [online]. Brasília. Disponível em: <http://produtordeagua.ana.gov.br/Portals/0/DocsDNN6/documentos/Manual%20Operativo%20Vers%C3%A3o%202012%20%2001_10_12.pdf>. Acesso em: 25/05/2021.

BIRNFELD, C. A. S; RUSSO, M. R. 2017. Os serviços ambientais na legislação federal e sua compatibilidade com a ordem constitucional brasileira. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, vol. 3, no. 1, pp. 18-39. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9628/2017.v3i1.1898>>. Acesso em: 25/05/2021.

BRASIL, 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil** [online]. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12/08/2021.

BRASIL, 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos** [online]. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 21/06/2021.

BRASIL, 2012. **Código Florestal** [online]. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 15/08/2021.

BRASIL, 2021. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm. Acesso em: 21/08/2021.

CAETANO, P. P.; MELO, M. G. S; BRAGA, C. F. C. 2016. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – análise de conceitos e marco regulatório. **Revista Principia. Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, vol. 1, no 31, pp. 113-125. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n31p113-125>>. Acesso em: 15/08/2021.

EXTREMA - Prefeitura Municipal, 2005. **Lei nº 2.100** [online]. Extrema. Disponível em: <<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/legislacoes/extrema-lei-2100-05.pdf>>. Acesso em: 06/07/2021.

FERREIRA, Y. C. S. L; SOBRINHO, M.V. 2012. ICMS Ecológico sob a Ótica da Economia Ecológica: Uma Análise a Partir do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na Amazônia. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, vol.1, no. 2, pp. 49-59. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v1n2p49-59>>. Acesso em: 06/07/2021.

GARCIA, J; ROMEIRO, A. R. 2019. Pagamento por serviços ambientais em extrema, Minas Gerais: avanços e limitações. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, vol. 29, no. 1, pp. 11-32.

LIMA, A. P. M., ALBUQUERQUE, R. H., PRADO, R. B., TURETTA, A. P. D., FIDALGO, E. C. C; SCHULER, A. E., 2013. Pagamento por serviços ambientais hídricos no Brasil: experiências iniciais e os desafios do monitoramento. In: **Anais do XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2013**. Bento Gonçalves: ABRH. pp. 8.

MATOS, L.M. de. 2011. Análise do Proambiente como política pública Federal para a Amazônia brasileira. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, vol. 28, no. 3, p. 721-749. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2011.v28.16585>>. Acesso em: 06/07/2021.

MOTTA, R.S. 1998 [viewed 06 July 2020]. **Manual para valoração econômica de recursos naturais** [online]. Brasília. Disponível em: <<http://www.terrabrasis.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economicade-recursos-ambientais.pdf>>. Acesso em: 06/07/2021.

OLIVEIRA JUNIOR, A. F; REIS, Y.T.M. 2020. Comparação entre o Método de Valoração de Contingente e o Custo de Oportunidade para Pagamento aos Produtores Rurais do Programa Conservador das Águas, Igarapé, Minas Gerais. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, vol.9, no.1, pp. 138-161. Disponível em: <<https://doi.org/10.21664/2238-8869.2020v9i1.p138-161>>. Acesso em: 06/07/2021.

PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V; TAFFARELLO, D., 2013. **Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA/CBRN, 336 p.

PEREIRA, P. H., CORTEZ, B. A., OMURA, P. A. C; ARANTES, L. G. C., 2016. **Projeto Conservador das Águas** [online]. Extrema. Disponível em: <<https://extrema.mg.gov.br/conservadordasaguas/wp-content/uploads/2019/07/Projeto-Conservador-das-aguas-versao-fevereiro-de-2016.pdf>>. Acesso em: 06/07/2020.

REIS, J. V. & SILVA, L. J. A. 2019. Análise do Panorama da Legislação de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 17, no. 46, pp. 236-248. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.46.236-248>>. Acesso em: 06/07/2021.

SÃO PAULO (Estado), 2010a. **Decreto N° 55.947** [online]. São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55947-4.06.2010.html>>. Acesso em: 06/07/2020.

SÃO PAULO (Estado), 2010b. **Resolução SMA n° 123** [online]. São Paulo. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_estadual/leg_est_resolucoes/Resolucao-SMA-123-10_\(Projeto-Mina-d-agua\).pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_estadual/leg_est_resolucoes/Resolucao-SMA-123-10_(Projeto-Mina-d-agua).pdf)>. Acesso em: 23/07/2020.

*Recebido em 25/05/2022
Aprovado em 24/07/2022*

PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR QUANTO AO USO DO MARKETING VERDE E SUAS APLICAÇÕES NO MARKETING DIGITAL

Natália Gabriele Mafra Cataletta¹
Domingos Isaias Maia Amorim²

RESUMO:

A sociedade vem despertando sua consciência socioecológica e tem cada vez mais se preocupado com o meio ambiente e com a produção de bens e alimentos que sejam produzidos agredindo o mínimo possível a natureza. Após a pandemia da COVID-19, mais do que nunca, as pessoas buscam, muitas vezes na internet, por produtos e alimentos ecologicamente corretos. O objetivo deste trabalho foi averiguar a percepção dos consumidores sobre empresas que priorizam a utilização do marketing verde e investigar como o marketing digital pode ser um diferencial para estas organizações. Para tal, foi aplicado um questionário on-line, contendo 16 questões quantitativas com o intuito alcançar o objetivo proposto neste artigo. Foram obtidas 202 respostas, as quais indicaram que a população tem preferência por produtos e alimentos produzidos de maneira sustentável, e que estão dispostos a pagar mais caro por estes. Os dados ainda apontam que mesmo após o final da pandemia, as pessoas continuarão dando prioridade por realizar compras on-line, hábito que foi disseminado devido às medidas de distanciamento social. O futuro não só do Brasil, como do mundo, tende a ser verde e digital, neste contexto, é imprescindível que empresas e produtores invistam não só em uma cadeia de produção cada vez mais sustentável, mas também em estratégias de Marketing Verde e Digital para conseguir sobreviver e se destacar no mercado.

Palavras-chave: Agronegócio; Marketing Ambiental; Perfil Psicográfico; Tendências.

CONSUMER PERCEPTION OF THE USE OF GREEN MARKETING AND ITS APPLICATIONS IN DIGITAL MARKETING

ABSTRACT:

Society has been awakening its socio-ecological awareness and is increasingly concerned with the environment and with the production of goods and food produced with minimal damage to nature. After the COVID-19 pandemic, more than ever, people are often looking for ecologically correct products and foods on the internet. The objective of this work was to investigate the perception of consumers about companies that prioritize the use of green marketing and investigate how digital marketing can be a differential for these organizations. To this end, an online questionnaire was applied, containing 16 quantitative questions in order to achieve the objective proposed in this article. 202 responses were obtained, which proved that the population prefers products and foods produced in a sustainable manner and that they are willing to pay extra for them. The data also show that, even after the end of the pandemic, people will continue to prioritize online shopping, a habit that has spread due to measures of social distancing. The future not only of Brazil, but of the world, tends to be green and digital, in this context, it is essential that companies and producers invest not only in an increasingly sustainable production chain, but also in Green and Digital Marketing strategies to manage to survive and stand out in the market.

Keywords: Agribusiness; Environmental Marketing; Psychographic Profile; Tendencies.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil [CNA] (2021), o setor do agronegócio representou 26,6% do PIB total do país em 2020, o que faz deste um dos setores mais importantes da economia brasileira. Nesse cenário, o marketing no agronegócio ganha expressiva importância para consolidar a presença dos produtores rurais no mercado nacional

1 Doutoranda em Fitopatologia (ESALQ/USP). E-mail: nataliacataletta@usp.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9858-3296>.

2 Doutorando em Economia Aplicada (ESALQ/USP). E-mail: domingos_isaias@usp.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6825-2317>.

(GABRIEL, 2017). Na busca de um diferencial competitivo, muitos empresários do setor têm percebido a importância de utilizar o marketing no agronegócio como uma oportunidade para gerar novos negócios.

De acordo com Gabriel (2017), em diversos segmentos, o uso do marketing já é uma realidade consolidada. No caso do agronegócio, as vantagens proporcionadas têm sido mais exploradas por grandes empresas. No entanto, as estratégias de marketing apresentam benefícios sólidos, independentemente do tamanho da companhia.

Paredes (2019) afirma que na ausência de diferenciação, os fabricantes usam diferentes técnicas, seja através de mudanças no próprio bem ou serviço ou atividades de marketing para alcançar uma posição no cérebro do consumidor como diferente e desencadear em uma memória. Um dos tipos de marketing aplicados pelas marcas para se diferenciar é o Marketing Verde, também conhecido como Marketing Ambiental (do inglês Green Marketing ou Ecological).

Junto à demanda pelo uso sustentável do meio ambiente, a vigilância pelos valores éticos das organizações empresariais tende a crescer. Neste sentido, a responsabilidade social tem sido uma constante dentro das organizações (Gonzaga, 2005; Dalmoro et al., 2009). Para praticar a responsabilidade social desejada pelas organizações, o marketing verde tem servido como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a satisfação de diferentes stakeholders (Karna et al., 2003). Sheth e Parvatiyar (1995) relatam que o desenvolvimento sustentável pode ser conseguido apenas por organizações proativas em termos de marketing e intervenções governamentais ativas.

Polonsky (1994) define Marketing Verde como o conjunto de atividades concebidas para produzir e facilitar a comercialização de qualquer produto ou serviço com a intenção de satisfazer necessidades e desejos humanos, causando, porém, um impacto mínimo ao meio ambiente. Portanto, envolve a modificação de produtos e embalagens, bem como mudanças em processos de produção e publicidade.

Atualmente, com o Tratado de Kyoto, uma grande parte das principais empresas do mundo é obrigada a melhorar seus métodos de produção para reduzir os danos ambientais. Esta questão vem sendo analisada há anos, devido a sua dificuldade de controle e monitoramento (GABRIEL, 2018; PAREDES, 2019).

Gonzaga (2005) destaca que produtos concebidos com preocupações ecológicas e sociais permitem agregar valor comercial, tendo por princípio o potencial educacional e os valores que promovem, projetando uma imagem de alta qualidade, tanto dos produtos como da organização. Com a crescente globalização e dinamicidade do mercado, profissionais de diversas áreas vem investindo no meio digital e virtual para realizar seus trabalhos ou promovê-los de alguma forma. O desenvolvimento tecnológico expandiu e deu espaço a aparelhos que cada vez mais agregam funções diversas. Essas plataformas trouxeram com elas a digitalização das mídias e conseqüentemente um arsenal de possibilidades de informação e comunicação (FRANCO E SOUZA, 2011; MOTTA, 2016).

A comunicação virtual está cada vez mais sendo desenvolvida pelas grandes marcas e é uma aposta visível atualmente, utilizando como ferramenta principal as mídias sociais para aplicar suas técnicas publicitárias (MOTTA, 2016). Rockcontent (2016) define que o marketing digital consiste em um conjunto de atividades que uma empresa pode executar no mundo online para conquistar um excelente desenvolvimento de marca; criar, aprimorar e otimizar as relações com os clientes; e atrair cada vez mais negócios, transformando o rumo da empresa e aumentando sua atuação no mercado.

Em tempos em que tudo acontece de forma instantânea devido à internet, as mudanças de mercado forçam adaptações diárias das empresas em todos os segmentos (SILVA, 2017). O marketing de conteúdo é uma técnica de marketing digital utilizada para auxiliar na atração, no engajamento e reconhecimento de uma marca por seus clientes ou potenciais clientes. Essa técnica aborda desde o planejamento de palavras-chave das páginas do site, publicações em blog, ferramentas adequadas para seleção de público-alvo e disseminação de conteúdo, até a mensuração dos resultados obtidos (TORRES, 2009; GARCIA, 2017).

O objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos consumidores sobre empresas que priorizam a utilização do marketing verde e investigar como o marketing digital pode ser um diferencial para estas organizações.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolvimento deste estudo foram realizadas pesquisas de campo através de um questionário disponibilizado na plataforma *google forms*, o qual está disponível no Apêndice deste material, contendo 16 questões que tem o intuito de identificar a percepção e o grau de interesse e relevância que o público consumidor atribui às empresas que desenvolvem estratégias de marketing verde e como o marketing digital pode ser um diferencial para estas organizações. A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (PIANA, 2009).

Como dito anteriormente, o questionário foi aplicado por meio de plataforma online (*google forms*) nos meses de maio a julho de 2021 e disponibilizado em redes sociais para interação e participação do público. A delimitação da localidade dos participantes não foi levada em consideração no estudo, sendo aberto para participantes de diversos municípios, estados e países. As questões foram desenvolvidas com o interesse em criar correlações entre perfil de consumidor – idade, escolaridade, sexo – e como estes enxergam empresas que priorizam a adoção do marketing verde e como o marketing digital pode ser uma ferramenta de sucesso para o engajamento e aumento de vendas dessas organizações.

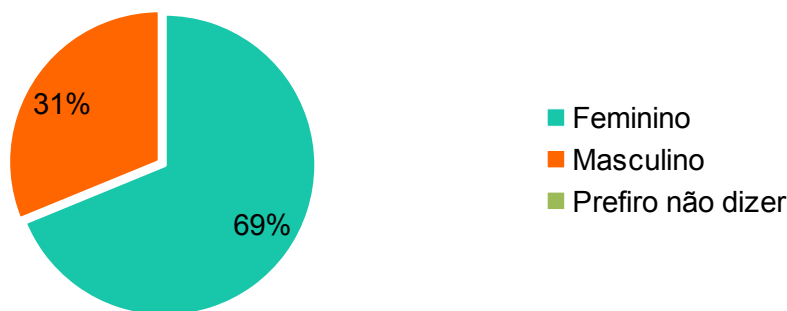
Foi realizada uma análise descritiva dos dados. Além disso, os dados obtidos com os questionários foram analisados estatisticamente e as médias dos resultados apresentados graficamente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período no qual o questionário ficou aberto (maio-julho de 2021) foram obtidas 202 respostas. Com a finalidade de traçar o perfil da amostra da pesquisa, foram aplicadas perguntas quanto ao gênero, idade e escolaridade. Conhecer o perfil amostral é de extrema importância para entender como a amostra se comporta e assim traçar estratégias de marketing e vendas.

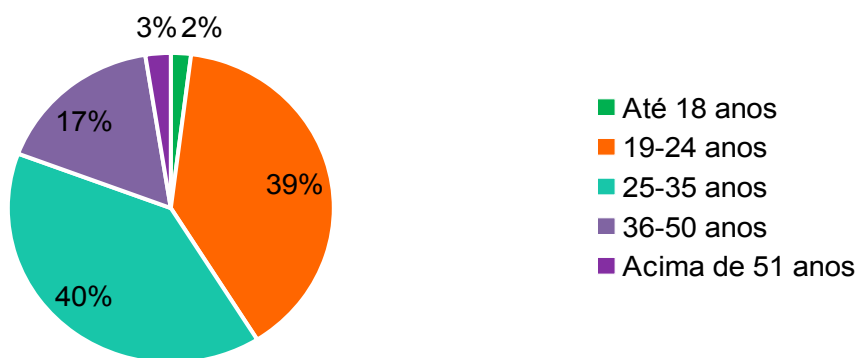
Das 202 respostas, 68,8% foram pessoas do gênero feminino e 31,2% do gênero masculino. A faixa etária mais presente nas respostas foi de 25-35 anos com uma porcentagem de 39,6%, seguida de 18-24 com 39,1%, 36-50 com 16,8%, acima de 51 anos com 2,5% e até 18 anos com 2%. Essas informações podem ser observadas nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Percentual de participantes da entrevista, por gênero



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

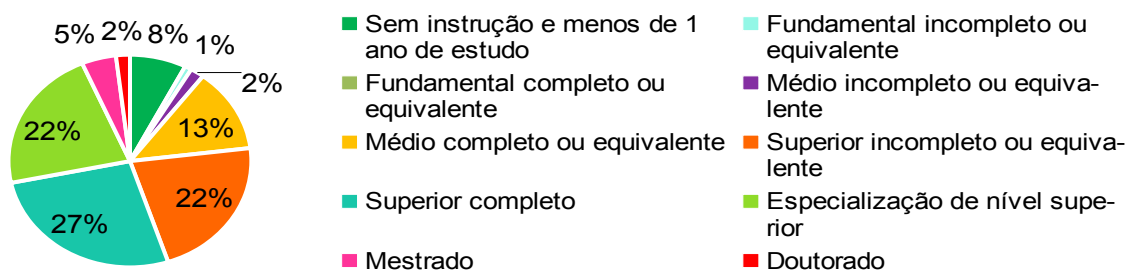
Figura 2: Porcentual de participantes da entrevista, por idade



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Como é possível observar na Figura 3, a escolaridade predominante neste estudo foi Ensino Superior Completo (29,2%), seguida por um empate entre Especialização de nível superior e Superior incompleto ou equivalente com 23,8%. Logo após foi Ensino médio completo ou equivalente com 13,9%.

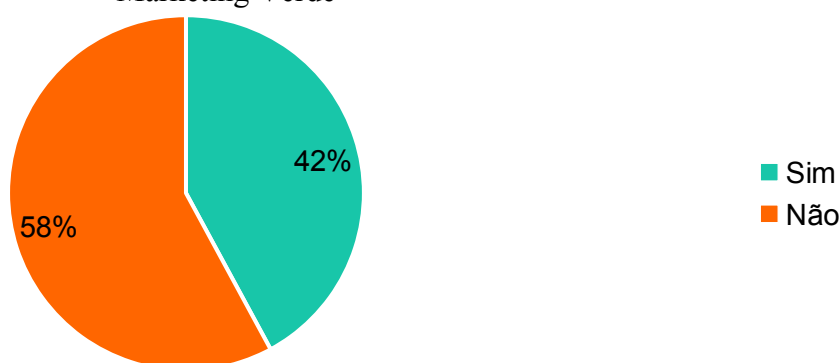
Figura 3: Porcentual de participantes da entrevista, por escolaridade



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Quando questionados com a seguinte pergunta “Você já ouviu falar de Marketing Verde?”, 57,9% dos participantes responderam que não, como observa-se na Figura 4. Isso pode ser explicado pelo fato de que apesar de estratégias de marketing verde já serem utilizadas a muitos anos, não eram utilizadas por muitas empresas. O termo em si é relativamente novo e vem sendo utilizado com mais frequência nos últimos anos, devido à grande pressão da sociedade quanto à produtos e serviços que sejam mais responsáveis ambientalmente. Uma observação interessante é que, mesmo dentre indivíduos com um nível de escolaridade elevado (como superior completo e especialização de nível superior) a maioria dos participantes nunca tinham visto o termo Marketing Verde.

Figura 4: Porcentual de participantes da entrevista, quanto ao conhecimento do termo Marketing Verde



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Porém, como nota-se na Figura 5, ao serem questionados sobre a importância da preservação do Meio Ambiente, 100% responderam que acreditam que é importante preservar nosso Meio Ambiente.

Interessante destacar que apesar de 57,90% dos entrevistados não saberem o que é de fato o Marketing Verde, 100% destes concordam que a preservação do meio ambiente é importante, o que demonstra a consciência ecológica do consumidor, apesar de não conhecer termos técnicos.

De acordo com Gabriel (2018), o Marketing Verde surgiu da crescente preocupação por parte da população com a escassez de recursos naturais e começassem a pressionar empresas para que sejam responsáveis ambiental, social, econômica e culturalmente. Algumas marcas, com medo de perder seus clientes, começaram a adotar estratégias de produção ambientalmente mais responsáveis e como consequência disto, conseguiram fidelizar seus consumidores. Como pode-se observar, independente do gênero, idade e escolaridade, o consumidor tem se tornado mais consciente quanto ao meio ambiente, e aos riscos de não preservarmos o mesmo.

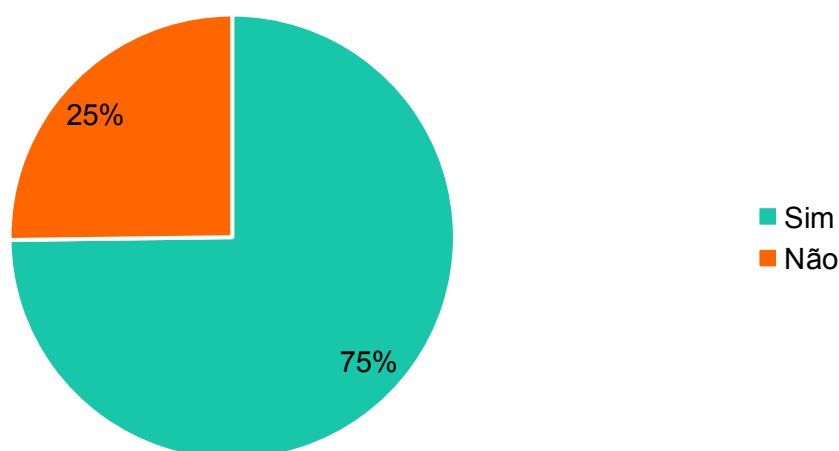
Figura 5: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre a importância da preservação do meio ambiente



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Buscando captar as maneiras com as quais os entrevistados podem contribuir com a preservação do meio ambiente perguntou-se se na hora da compra, davam prioridade para comprar produtos de produtores/empresas que se preocupam com o meio ambiente, a maioria, 74,8%, respondeu que sim. E quando perguntados se pagariam mais caro por um produto/serviço com menor impacto ao meio ambiente, novamente, a grande maioria (75,7%) respondeu sim, como pode ser observado a partir da Figura 6 e Figura 7.

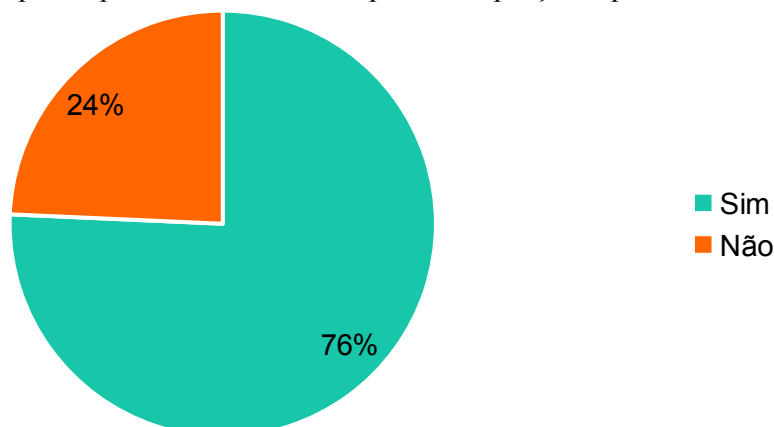
Figura 6: Porcentual de participantes da entrevista quanto a priorização da compra de produtores/empresas que se demonstram preocupadas com o meio ambiente



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Os dados obtidos na aplicação do questionário deixam claro que existe grande possibilidade de mercado para produtos produzidos de maneira ambientalmente amigável, como alimentos orgânicos, produtos com embalagens recicláveis e reutilizáveis.

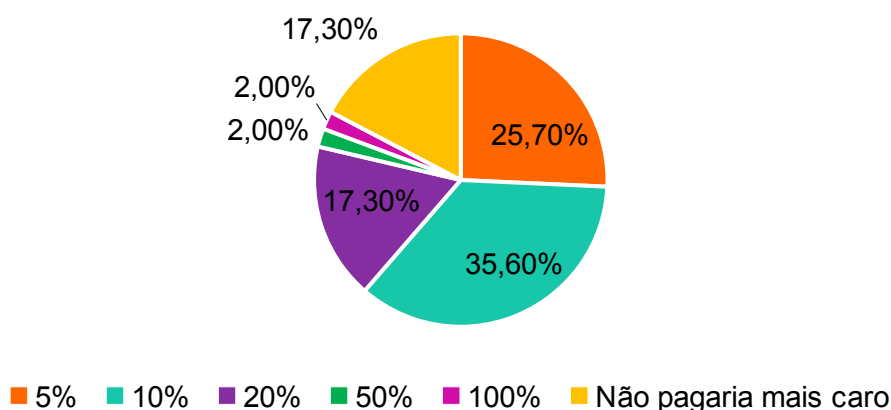
Figura 7: Porcentual de participantes da entrevista quanto ao preço de produtos e serviços



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Ao serem questionados sobre o quão mais caro estariam dispostos a pagar (Figura 8), os participantes desta pesquisa se dividiram. 35,6% responderam que estaria disposta a pagar 10% a mais, 25,7% pagariam 5% a mais do que o valor original. Novamente com um empate, 17,3% responderam que pagariam até 20% a mais que o valor original do produto e 17,3% responderam que não pagariam mais caro em um produto ambientalmente correto. 2% responderam que pagaria até 50% a mais e novamente 2% respondeu que pagaria até 100% a mais que o valor original do produto. Vale ressaltar que dos entrevistados que responderam estar dispostos a pagar mais caro, 68,63% são do gênero feminino e possuem entre 18-35 anos. Da mesma forma, dentre os participantes que responderam não estarem dispostos a pagar mais caro, novamente o gênero feminino com idade entre 18-35 anos foi o mais presente, representando 32,03% desta amostra. Dessa maneira, faz-se necessário desenvolver estratégias de marketing que busquem fidelizar quem já está disposta a pagar mais caro pelos produtos, e que ao mesmo tempo sejam atrativas para porcentagem que não se mostrou disposta a pagar mais caro.

Figura 8: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre o quão mais caro estariam dispostos a pagar em um produto/serviço

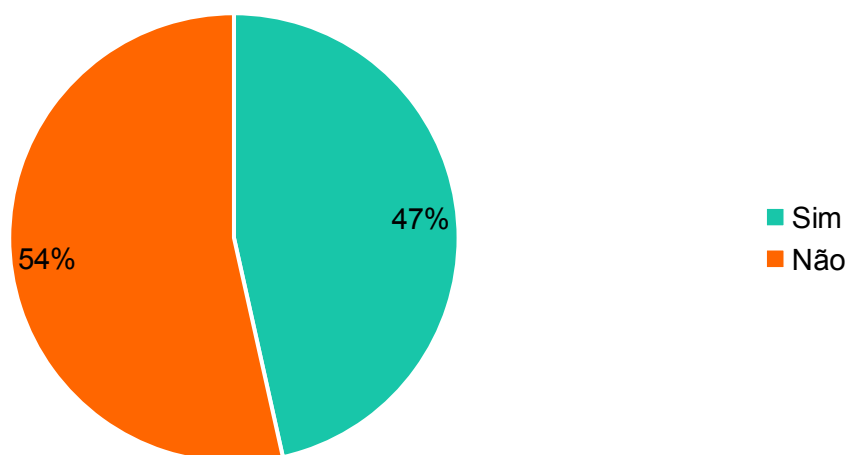


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Saber que os consumidores estão dispostos a pagar mais caro em produtos/serviços produzidos de maneira sustentável estimula os produtores e empresas a fazerem sua cadeia de produção o mais ecologicamente correta possível. Pois, a médio e longo prazo, os investimentos em sustentabilidade trarão economia à sua empresa, e lucro de qualidade (GABRIEL, 2018).

Já na Figura 9, é possível notar que quando perguntados se saberiam reconhecer se um produto é produzido de maneira sustentável, 53,5% dos participantes da pesquisa responderam que não. Aí está um grande potencial de investimento em Marketing Verde e no Marketing Digital. Inserir nas embalagens que é um produto produzido de maneira sustentável, com selos de certificação quando possível, realizar publicações em redes sociais demonstrando a maneira como o produto/serviço é feito, para que os consumidores confiem no produtor/empresa.

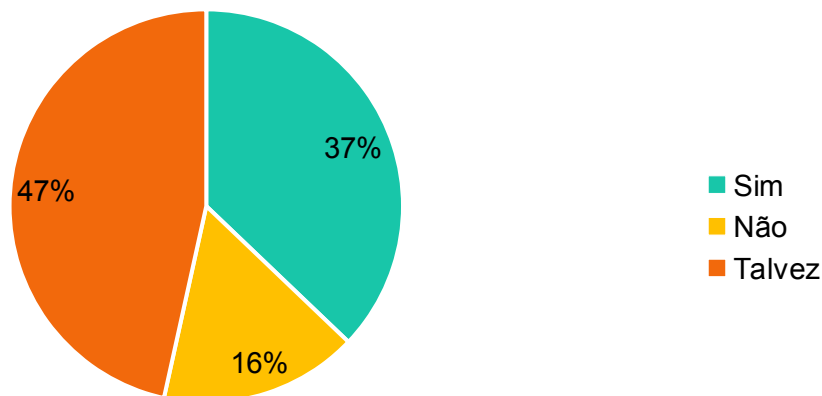
Figura 9: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre o reconhecimento de um produto produzido de maneira sustentável



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Sobre a compra de alimentos orgânicos pela internet (Figura 10), 46,5% responderam que talvez compraria alimentos orgânicos pela internet, 37,1% responderam que compraria e 16,3% responderam que não compraria. Como pode-se observar em quase todos os resultados obtidos, os participantes em sua maioria estão inclinados a consumir produtos/serviços feitos de maneira ambientalmente sustentável. De acordo com Polonsky (1994) empresas que comercializam bens com características de produção sustentável têm uma vantagem competitiva sobre as que comercializam alternativas não ambientalmente responsáveis. Dentre os participantes que responderam “Sim” e “Talvez”, novamente a persona mais presente foram pessoas do gênero feminino, de 18-35 anos e com superior ou especialização de nível superior completos. Dada essa informação, realizar pesquisas sobre o tipo de conteúdo que estas pessoas consomem e preferem se faz interessante para saber como atraí-las e fidelizá-las como clientes, pois mesmo que a maioria respondeu “Talvez”, são clientes em potencial, só esperando o argumento, no caso a estratégia de marketing correta, para tornar-se um “Sim”.

Figura 10: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre a compra de alimentos orgânicos pela internet

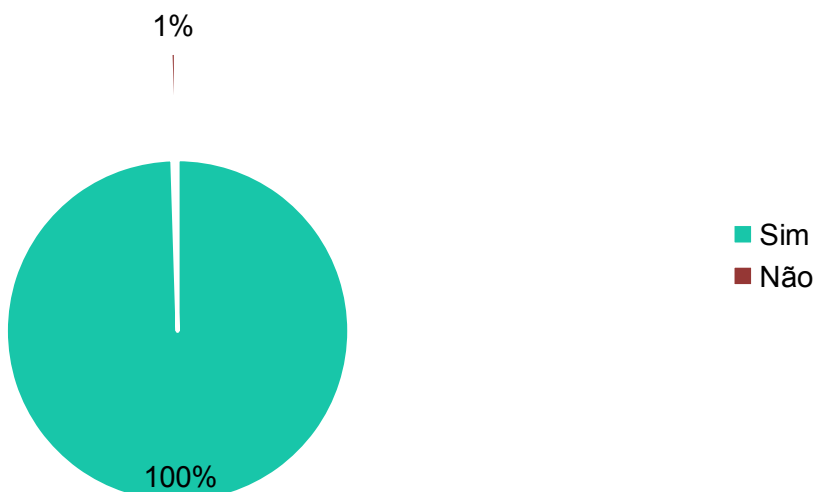


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Quanto ao uso da internet, do Marketing Digital e do uso do Marketing Verde digital, 99,5% dos participantes acreditam que o uso da internet como um canal de divulgação pode ajudar a aumentar as vendas de pequenos produtores/empresários, como pode ser observado na Figura 11.

O marketing digital visa promover produtos ou marcas por meio das mídias digitais (BARONI, 2011). A internet e as mídias sociais são um meio de comunicação latente e em potencial. Em consonância com Baroni (2011), a nova era da comunicação digital em rede converge mídias e dá espaço a multi-linguagem. Assim, o indivíduo é atraído por uma série de funcionalidades (Motta, 2016).

Figura 11: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre o uso da internet como um canal de vendas

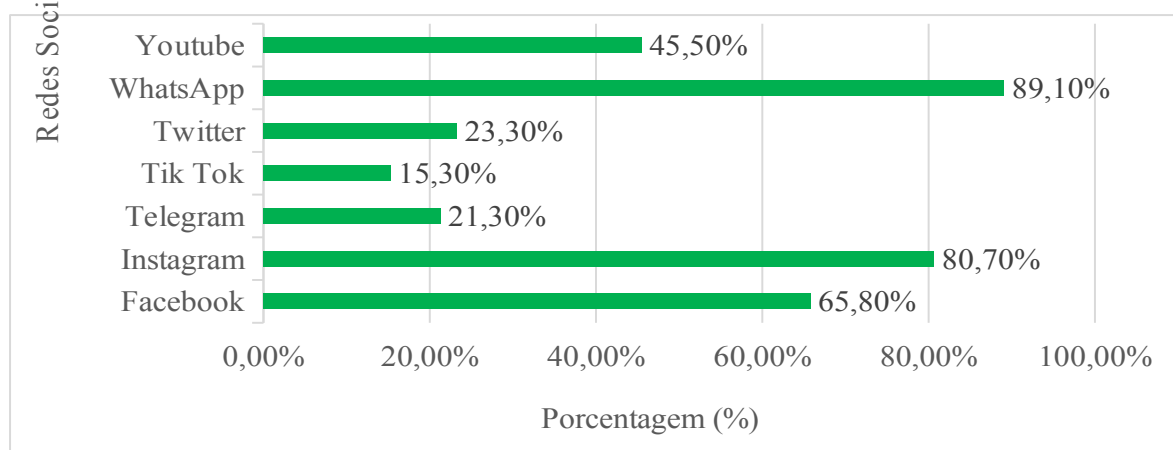


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

De acordo com a última Pesquisa Brasileira de Mídia realizada em 2015, entre as mídias sociais e os aplicativos de trocas de mensagens mais usados estão o Facebook (83%), o WhatsApp (58%), o Youtube® (17%), o Instagram (12%) e o Google+ (8%) (Secom, 2015).

Na Figura 12, é possível observar as porcentagens obtidas na pesquisa realizada no presente estudo. Quando questionados sobre o uso das mídias sociais, a grande maioria dos participantes respondeu que utiliza mais o WhatsApp (89,1%), Instagram (80,7%) e Facebook (65,8%). Atualmente as mídias sociais não são mais usadas apenas para conversar, trocar mensagens, mas sim também para promover produtos, empresas e serviços. Para o Facebook e Instagram por exemplo, têm-se o Gerenciador de anúncios do Facebook (Facebook Ads, Instagram Ads). Já para o WhatsApp existe o aplicativo WhatsApp Bussines, e de acordo com Take (2019), 75% das mídias e pequenas empresas brasileiras já estão utilizando esta ferramenta.

Figura 12: Porcentual de participantes da entrevista, sobre quais redes sociais mais utilizam

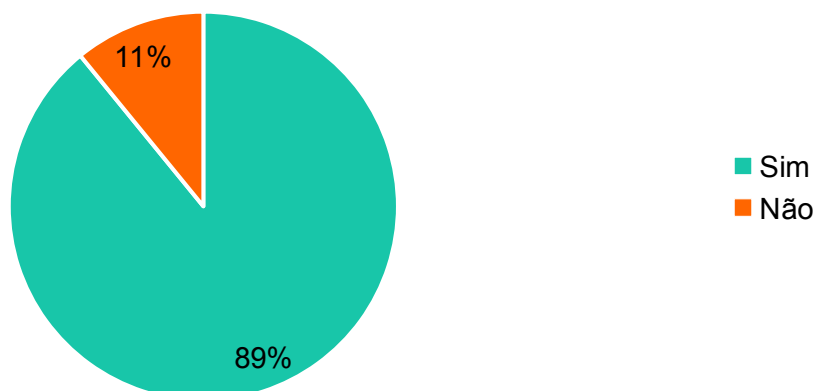


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Quanto a saber se os entrevistados fazem algum tipo de pesquisa antes de comprar, 89,1% dos entrevistados responderam que costumam pesquisar sobre um produto/serviço na internet antes de comprar. Quando questionados sobre onde realizam essas pesquisas, 88,6% responderam Google, 50,5% respondeu que utiliza as mídias sociais e 20,3% respondeu que pesquisa em portais ou blogs, como pode ser observado nas Figuras 13 e 14.

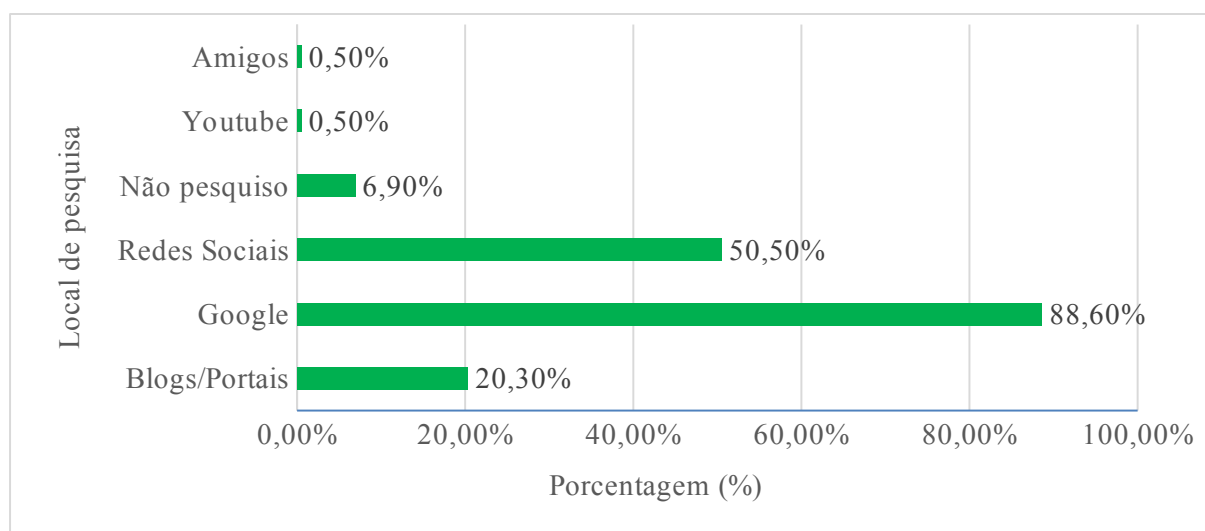
O Google também possui uma plataforma para anúncios, chamado Adwords. Esse tipo de plataforma é de extrema importância para o Marketing Digital, pois como exposto no parágrafo acima, 88,6% das pessoas pesquisam no Google antes de adquirir algum bem.

Figura 13: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados se realizam pesquisas antes de adquirir um produto/serviço



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

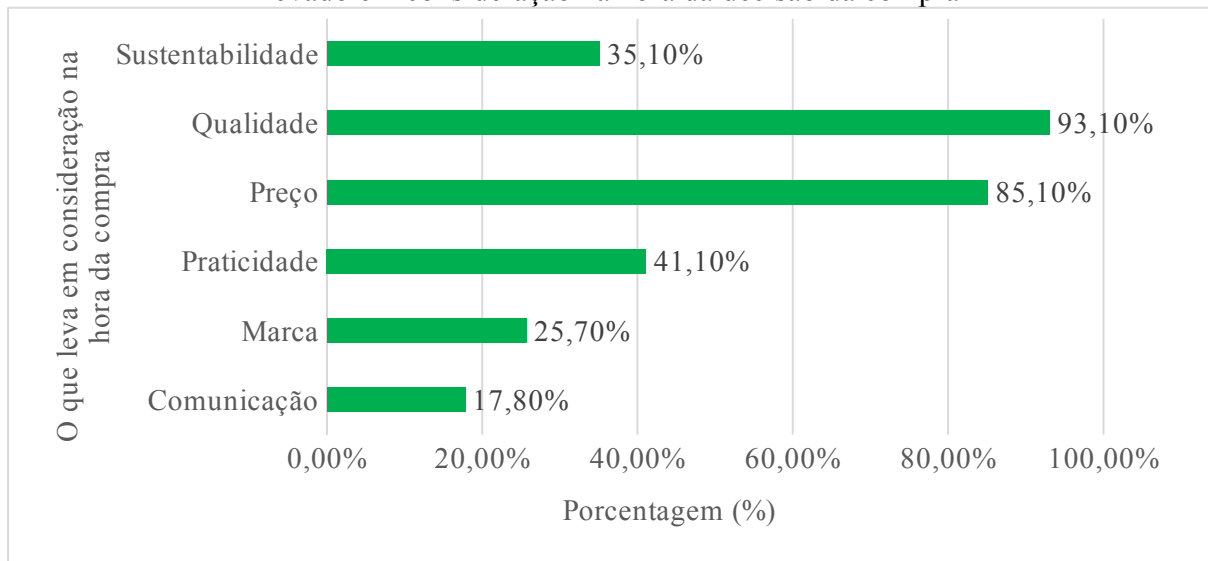
Figura 14: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre onde costumam realizar esta pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Sobre o que é mais importante na hora da decisão da compra, 93,1% responderam que a qualidade, 85,1% responderam o preço e 41,1% responderam que a praticidade, como pode ser observado na Figura 15. Este tipo de dado é importante para na hora de traçar a estratégia de Marketing. Saber quais pontos ressaltar para chamar a atenção do consumidor em potencial. Outro ponto a destacar é como o perfil de consumidor na presente pesquisa dá grande importância ao preço do bem adquirido, demonstrando ser um cliente difícil de fidelizar, pois está sempre em busca do melhor preço, porém, na Figura 8 foi possível analisar que 35,6% dos entrevistados estariam dispostos a pagar 10% a mais em um produto, se esse fosse produzido de maneira ecologicamente correta.

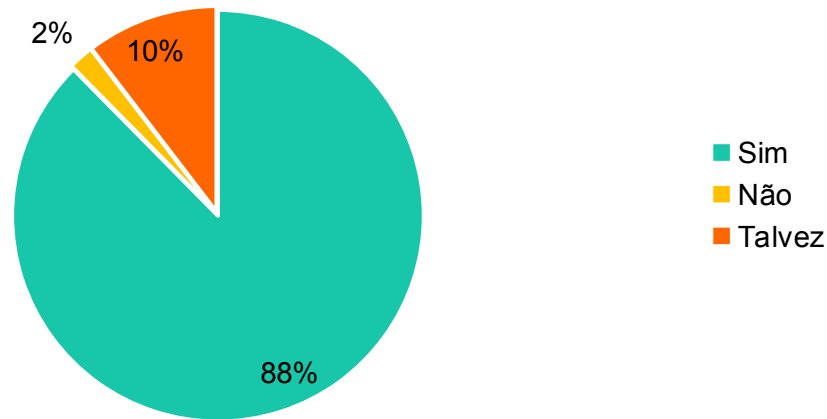
Figura 15: Percentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre o que é levado em consideração na hora da decisão da compra



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

Por fim, os entrevistados foram indagados sobre sua opinião quanto as mudanças de hábitos causadas pela pandemia, se aumentaram a preferência por compras on-line, 87,6% acreditam que passaram a comprar mais pela internet, 10,4% responderam que talvez e 2% responderam que não, que preferem comprar de maneira presencial (Figura 16). Com o advento da pandemia da COVID-19 diversos hábitos de toda a população mundial mudaram drasticamente. Buscando sobreviver, supermercados, lojas, produtores, começaram a investir no Marketing Digital para alcançar clientes, dado que o comércio físico foi fechado. Claro que o comércio presencial demorará a ser extinto, se um dia for. Porém, após essa aceleração na digitalização das compras, dificilmente as pessoas deixarão este hábito, pois para fazer as compras on-line, não é necessário pegar trânsito, existem centenas de opções, é mais rápido, possível de ser feito em qualquer lugar a qualquer momento e mais seguro. É interessante destacar, que dos participantes que responderam “Sim”, novamente pessoas do gênero feminino com idade entre 18-35 anos e superior completo ou especialização de nível superior foi o perfil sobressalente. Porém, dentre os participantes que responderam “Não”, apenas 4, todos eram do gênero masculino, com idade de 36-50 anos e possuem especialização de nível superior. Estes dados são de extrema importância para empresas/produtores que almejem virtualizar sua loja, tanto para agradar e fidelizar quem já está disposto a comprar on-line, como para desenvolver estratégias de marketing que revertam o pensamento de quem ainda prefere o comércio presencial.

Figura 16: Porcentual de participantes da entrevista, quando questionados sobre mudanças de hábitos de compras causados pela pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados nas entrevistas, 2021.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante tudo que foi exposto e discutido neste trabalho, fica evidente que a pandemia da COVID-19 modificou diversos hábitos da população, não só no campo do consumo, mas também da saúde, bem-estar e preocupação com o planeta.

Os dados obtidos no presente estudo demonstram que mais do que nunca a sociedade exige das empresas produtos, alimentos e serviços que sejam produzidos agredindo o mínimo possível o meio ambiente, e que está disposta a pagar mais caro por isso, pois despertou-se a consciência global de que só existe um planeta, e que deve-se cuidar dele. Conhecer o perfil do seu consumidor ou possível consumidor é de extrema importância para elaborar as estratégias de marketing mais assertivas a fim de atrair e fidelizar este.

Neste trabalho, pessoas do gênero feminino, com idade entre 18 e 35 anos e ensino superior e especialização de nível superior foi o perfil predominante entre os entrevistados. O Marketing Verde é o caminho para que empresas possam demonstrar aos seus consumidores que produzem de maneira ecologicamente correta e são ambientalmente responsáveis. Ainda por conta da pandemia, intensou-se também a utilização da internet, e com isso, as vendas on-line. Neste contexto, a utilização de estratégias de Marketing Digital se tornou indispensável para a sobrevivência e sucesso de empresas, tendo em vista que os resultados obtidos neste trabalho comprovam que houve uma preferência por realizar compras on-line.

O consumidor está cada vez mais exigente e consciente, portanto, as empresas precisam cada vez mais se adaptar a este perfil de cliente se quiserem sobreviver no mercado. Mais estudos sobre o comportamento do mercado e consumidor em um cenário pós-pandemia são necessários para entender em quais estratégias tanto de Marketing Verde quanto de Marketing Digital investir.

REFERÊNCIAS

BARONI, M. Transmídia Storytelling: Comunicação 2.0: o virtual construindo pontes para o marketing. Digital p. 44 – 82. In: CHAMUSCA M; CARVALHAL M. **Comunicação e Marketing Digitais: conceitos, práticas, métricas e inovações**. Edições VNI, Salvador, BA, Brasil. 2011.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. 2021. PIB do agronegócio tem crescimento recorde de 24,31% em 2020. **CNA**. 2021.

DALMORO, M.; VENTURINI, J. C.; PEREIRA, B. A. D. Marketing Verde: responsabilidade social e ambiental integradas na envolvente de marketing. **Revista brasileira de gestão de negócios**. v.11, p. 38-52. 2009.

FRANCO, J. A.; SOUZA, L. M. **Relações públicas e mídias sociais: o desafio de construir relacionamentos na era da hiperconexão**. 118p. Monografia – Graduação em Comunicação Social. Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. 2011.

GABRIEL, L. A importância do marketing no agronegócio para os produtores rurais. **Rockcontent**. 2017

GABRIEL, L. Marketing Verde: o que é e por que ele pode ajudar a melhorar a imagem da sua empresa! **Rockcontent**. 2018.

GARCIA, A. M. **Marketing digital: marketing de conteúdo, redes sociais e análise de métricas**. 17p. Monografia – MBA em Marketing. Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. 2017.

GONZAGA, C. A. M. Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática. **Floresta**, v. 35, p. 353-368. 2005.

KARNA, J; HANSEN, E; JUSLIN, H. Social responsibility in environmental marketing planning. **European Journal of Marketing**, v.37, n. 6, p.848-871, 2003.

PAREDES, A. **O que é Marketing Verde e exemplos de como as marcas o utilizam**. IEBS. 2019. Disponível em: <<https://www.iebschool.com/pt-br/blog/marketing/o-que-e-marketing-verde-e-exemplos-de-como-as-marcas-o-utilizam/>>.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p.233, 2009.

POLONSKY, M. J. 1994. An introduction to green marketing. **Electronic Green Journal**. v.1, n.2, 1994.

ROCKCONTENT. **Marketing Digital: o guia completo**. 2016.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [SECOM]. 2015. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. 2015

SHETH, J.; PARVATIYAR, A. Ecological imperatives and the role of marketing, *In*: POLONSKY, M.; MINTU-WINSATT, A. (Org.) **Enviromental marketing: strategies, practice, theory and research**. New York: The Haworth Press. 1995.

SILVA, G. G. **Satisfação dos clientes em uma agência de publicidade especializada no agronegócio**. 13p. Monografia – MBA em Marketing. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. 2017

TAKE. **WhatsApp Marketing: o que é e como aplicar a estratégia**. 2021.

TORRES, C. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. 1ed. Novatec Editora, São Paulo, Brasil. 2021.

Recebido em 14/05/2022
Aprovado em 24/07/2022

ESTRUTURA RURAL E DESEMPENHO AGRÍCOLA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ E O ESTADO DE NORDRHEIN-WESTFALEN NA ALEMANHA

Eduardo de Pintor¹

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo identificar as diferenças e similaridades na estrutura socioeconômica dos produtores de cereais na Mesorregião Oeste do Paraná e no Estado da *Nordrhein-Westfalen* na Alemanha após anos 2000. Para isto foi utilizado uma abordagem comparativa entre as regiões, sendo esta realizada por meio do tabelamento das informações sobre a estrutura econômica, produtiva, educacional, demográfica e fundiária após os anos 2000. Os resultados mostraram que ambas as regiões têm se especializado na produção de cereais, apresentaram elevação da produtividade agrícola, ocorreu a concentração das propriedades médias ou grandes, houve envelhecimento do produtor rural e redução do pessoal empregado na agricultura. Sendo que a diferença mais significativa foi constatada em relação ao nível de escolaridade formal, a qual foi superior para os agricultores de *Nordrhein-Westfalen* e da Alemanha.

Palavras chave: Produtividade; Escolaridade; Agricultor.

RURAL STRUCTURE AND AGRICULTURAL PERFORMANCE: A COMPARISON BETWEEN THE WESTERN MESOREGION OF PARANA AND THE STATE OF NORDRHEIN-WESTFALEN IN GERMANY

ABSTRACT:

The study aims to identify the differences and similarities in the socioeconomic structure of cereal producers in the West Mesoregion of Paraná and in the State of Nordrhein-Westfalen in Germany after the 2000s. through the tabulation of information on the economic, productive, educational, demographic and land tenure structure after the 2000s. The results showed that both regions have specialized in the production of cereals, have shown an increase in agricultural productivity, there has been a concentration of medium-sized properties or large, there was an aging of the rural producer and a reduction in the number of people employed in agriculture. The most significant difference was found in relation to the level of formal education, which was higher for farmers in Nordrhein-Westfalen and Germany.

Keywords: Productivity; Schooling; Farmer.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a política agrícola possui uma trajetória ligada às exportações de *commodities*, estando centrada na ótica da produção. Isto fica evidente quando se observa que a área destinada ao cultivo de soja e milho aumentou em cerca de 10% entre 2014 e 2017. Essa elevação é equivalente a uma área de 4,7 milhões de hectares (IBGE, 2019a).

1 Doutor em Desenvolvimento Regional e Aagronegócio pela UNIOESTE. Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: eduardo.pintor@unila.edu.br.

Em 2017, o Brasil atingiu uma área de produção de lavouras temporárias e permanentes de 78 milhões de hectares. Deste total, 68% foram destinados à produção de soja, milho e trigo. No mesmo ano, havia no Paraná cerca de 10,5 milhões de hectares destinados a lavouras temporárias e permanentes, destes 84% (8,4 milhões de hectares) foram usados no cultivo das três culturas, representando 17% da produção nacional, mostrando assim, uma especialização do Estado nestas culturas (IBGE, 2019a).

Dentre as Mesorregiões do Paraná, a Oeste² é a maior produtora de cereais. No quinquênio 2013/2017, ela concentrou 22% da área de produção de soja, milho e trigo do Estado. Este valor é praticamente o dobro da mesorregião que concentra a segunda maior produção de cereais no Paraná. Além disso, a Mesorregião Oeste está cada vez mais especializada no cultivo destes cereais. Em 2000, estas culturas representavam cerca de 90% de toda área agrícola colhida da Mesorregião Oeste. Em 2017 elas passaram a representar 98% do total (IPARDES, 2019).

Das três principais culturas, a soja é que possui maior representatividade. Em média, ela representou cerca de 50% do total da área colhida da Mesorregião Oeste de 2000 a 2017, seguido pelo milho com cerca de 35% do total da área colhida. Já área colhida de trigo permaneceu em torno de 10% em média, porém no último quinquênio tem ficado abaixo desse valor demonstrando uma tendência de queda, chegando a apenas 5% no ano de 2017 (IPARDES, 2019).

Já na União Europeia (UE) a produção de cereais é concentrada em quatro principais países. De 2011 a 2017 a França, Polônia, Alemanha e Espanha concentravam em média, respectivamente, 16,5%, 13,4%, 11,3% e 10,8% da área de produção da UE. Em conjunto, eles representavam 52% do total da área de produção de cereais da UE. Entre os principais cereais cultivados estão a cevada, o trigo e o milho. Em 2017, esses quatro países somados possuíam, respectivamente, 57%, 50% e 34% do total da área produtiva da UE para esses cereais, indicando especialização nestas culturas em relação aos outros países da UE (EUROSTAT, 2019b).

A Alemanha é o terceiro maior produtor de cereais da UE, ocupando a segunda posição como produtora de trigo da UE, possuindo também 12% da área destinada a esta cultura em 2017 (EUROSTAT, 2019b). A Alemanha possui um total de terras aráveis destinadas à agricultura de 11,8 milhões de hectares. Deste total, 53% foram usados na produção de cereais em 2016 (EUROSTAT, 2019a). Além desta concentração na produção de cereais, a estrutura agrária das suas propriedades pode ser considerada como de médio e grande porte em comparação aos países da Europa, pois ela possui 12,3% das suas propriedades acima de 100 hectares contra apenas 4,3% na UE (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

O Estado da *Nordrhein-Westfalen*³ possui um total de 1,04 milhões de hectares (m/ha.) dos 11,8 m/ha. da Alemanha. Em 2016, ele foi o terceiro maior produtor de cereais concentrando, aproximadamente, 10% da produção total de cereais do país, ficando atrás apenas do Estado da Baviera (18%) e da Baixa Saxônia (14%). No mesmo ano ele destinou 610 mil hectares para a produção de cereais, ou seja, 58% da terra arável da região. Entre os principais cereais produzidos na *Nordrhein-Westfalen* estão o trigo, cevada, milho e canola. Em 2017, o trigo foi a principal cultura ocupando 265.000

2 A Mesorregião Oeste do Paraná é uma entre dez mesorregiões deste Estado. Ela abrange um total de 50 municípios e três microrregiões geográficas (Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu).

3 O Estado da *Nordrhein-Westfalen* é um dos dezesseis Estados da Alemanha, sendo composto por cinco regiões administrativas, são elas: Colônia, Düsseldorf, Arnsberg, Münster e Detmold.

hectares (ha) do total da área de cereais, seguido pela cevada (145.000 ha), milho (99.800 ha) e canola (57.000 ha) (EUROSTAT, 2019b).

A área de produção de trigo e cevada desta região representa cerca de 10% da área produzida na Alemanha. Já a produção de milho chega a responder por 23% da produção nacional, classificando-o como o segundo maior produtor do país, sinalizando uma maior especialização regional nessa cultura. Além destes cereais, a região ainda tem uma produção significativa de batatas (31.100 ha) e beterraba (61.000 ha), que representa cerca de 15% da produção nacional (EUROSTAT, 2019a).

Com base nas informações anteriores e observando as culturas produzidas em cada região, é possível entender que há uma especialização na produção de cereais na agricultura nas duas regiões. Além disso, pode-se perceber que as regiões cultivam culturas similares, excetuando a soja para o Brasil e a cevada na Alemanha. Já quanto a estrutura de produção relativa à maquinaria, insumos agrícolas, biotecnologia e técnicas de cultivo se pode indicar que elas são similares para todas as culturas selecionadas em ambas as regiões estudadas. Essa aproximação do trato cultural e arranjo produtivo permite uma melhor comparação a respeito da estrutura socioeconômica dos produtores de cereais em cada região.

Deste modo, cabe indagar quais são as diferenças e similaridades na estrutura socioeconômica dos produtores de cereais na Mesorregião Oeste do Paraná e no Estado de *Nordrhein-Westfalen* após anos 2000. Para isto, foram levantadas informações a respeito da estrutura econômica, produtiva, educacional, demográfica e fundiária, tanto para a o Estado de *Nordrhein-Westfalen* (Alemanha), quanto para a Mesorregião Oeste do Paraná.

Para tanto, o presente trabalho utilizou de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Como método foi usado uma abordagem comparativa de caráter multidisciplinar sobre as regiões objeto do estudo. Isto foi realizado devido a sua capacidade evidenciar as diferenças entre as variáveis captadas para o estudo (MARCONI; LAKATOS, 2010). Cabe salientar também que o trabalho visa enriquecer a literatura a respeito do tema, pois há certa carência de estudos comparativos na agricultura entre diferentes países.

Assim, o estudo realiza uma discussão a respeito da estrutura rural das regiões. Para isto em sua segunda seção é apresentado um panorama temporal evolutivo comparativo por meio de gráficos e tabelas a respeito de variáveis ligadas a produtividade, áreas de cultivo, produção, força de trabalho, educação formal e técnica, idade e estrutura fundiária. A terceira seção encerra o trabalho apresentando os resultados.

2. ANÁLISE DA ESTRUTURA RURAL DAS REGIÕES

A fim de realizar a análise sobre a estrutura rural das regiões estudadas foram levantadas informações sobre a estrutura econômica, produtiva, educacional, demográfica e fundiária. Estes dados foram captados de modo a permitir uma comparação das informações entre as regiões para o período estudado. Todavia, eles podem apresentar pequenas variações quanto ao tempo e a periodicidade devido a diferentes sistemas estatísticos consultados para cada região.

Logo, a primeira informação sistematizada foi a respeito da área de produção de cereais, pois sabe-se que ambas as regiões possuem especialização no cultivo de cereais. Na Tabela 1 pode-se observar que tanto o Paraná quanto a Mesorregião Oeste possuem a maior parte de suas lavouras temporárias dedicadas principalmente ao cultivo de soja e milho. Também é possível constatar pelas taxas de crescimento anuais

que há uma intensificação da especialização em cereais nas regiões, sendo esta, maior para a Mesorregião Oeste do Paraná, chegando a atingir 98% área colhida em 2017. Já o Estado de Nordrhein-Westfalen e Alemanha possuem uma especialização menor que a brasileira. Sendo que, foi possível perceber que a especialização no cultivo de cereais para Nordrhein-Westfalen (60%) é maior que na Alemanha (50%).

Tabela 1: Área colhida de lavouras temporárias e cereais para o Paraná, Mesorregião Oeste, Alemanha e Nordrhein-Westfalen de 2000 a 2017

Anos	Nordrhein-Westfalen ²				Alemanha ²				Mesorregião Oeste ¹			Paraná ¹		
	Área (mil/ha) ⁴		%		Área (mil/ha) ⁴		%		Área (mil/ha) ⁴		%	Área (mil/ha) ⁴		%
	Total	Cereais	Culturas	Cereais	Total	Cereais	Culturas	Cereais	Total	Cereais		Total	Cereais	
2000	1.060	655	453	62%	11.800	7.016	5.397	59%	1.286	1.168	91%	7.001	5.578	80%
2001	1.065	659	450	62%	11.810	7.046	5.406	46%	1.601	1.463	91%	8.003	6.597	82%
2002	1.052	650	448	62%	11.791	6.941	5.384	46%	1.653	1.526	92%	8.341	6.883	83%
2003	1.079	660	461	61%	11.827	6.839	5.502	47%	1.835	1.724	94%	9.268	7.749	84%
2004	1.078	665	466	62%	11.899	6.947	5.553	47%	1.770	1.648	93%	9.458	7.840	83%
2005	1.051	659	469	63%	11.903	6.839	5.564	47%	1.708	1.547	91%	9.150	7.459	82%
2006	1.072	659	483	61%	11.866	6.702	5.541	47%	1.713	1.565	91%	8.843	7.113	80%
2007	1.066	633	459	59%	11.877	6.572	5.312	45%	1.864	1.749	94%	9.149	7.580	83%
2008	1.067	675	481	63%	11.933	7.039	5.696	48%	1.854	1.759	95%	9.542	8.002	84%
2009	1.076	680	483	63%	11.945	6.908	5.568	47%	1.953	1.853	95%	9.822	8.121	83%
2010	1.052	645	557	61%	11.847	6.595	5.406	46%	1.898	1.803	95%	9.533	7.910	83%
2011	1.061	625	538	59%	11.874	6.501	5.334	45%	1.857	1.773	95%	9.643	7.992	83%
2012	1.045	612	525	59%	11.834	6.527	5.261	44%	1.917	1.829	95%	9.833	8.247	84%
2013	1.065	633	532	59%	11.876	6.534	5.196	44%	2.009	1.923	96%	10.144	8.613	85%
2014	1.055	628	530	60%	11.869	6.469	5.275	44%	2.033	1.952	96%	10.581	8.958	85%
2015	1.049	628	532	60%	11.846	6.529	5.360	45%	2.038	1.960	96%	10.489	8.997	86%
2016	1.035	604	509	58%	11.763	6.325	5.223	44%	2.077	2.019	97%	10.563	9.118	86%
2017	1.045	603	510	58%	11.772	6.276	5.201	44%	1.967	1.924	98%	10.410	8.937	86%
Tx ³	-	0,50%	-0,29%		-0,61%	1,11%			1,82%	2,22%		1,78%	2,11%	

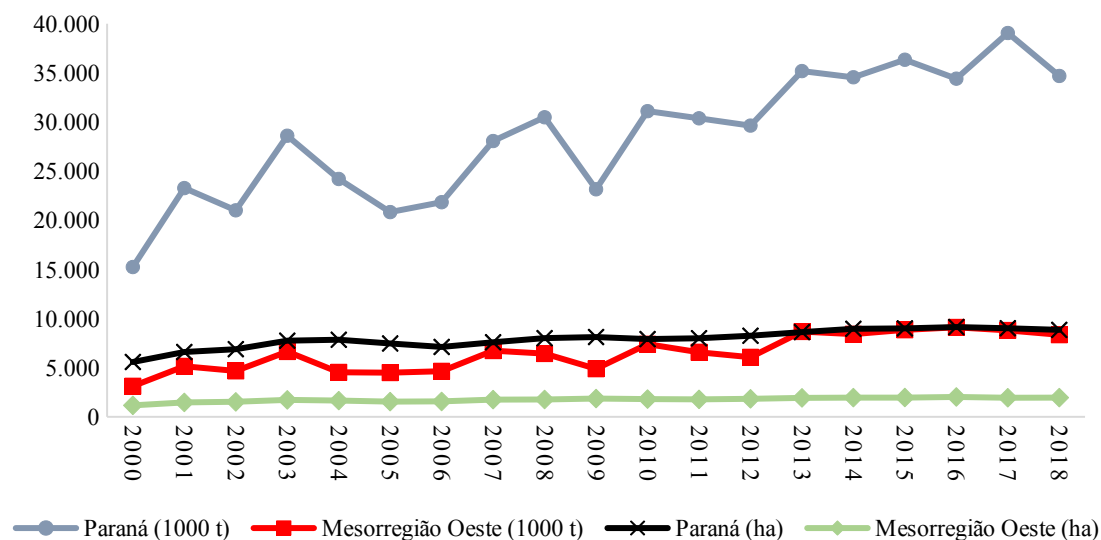
Fonte: IBGE, 2019a; EUROSTAT, 2019a.

Nota: ¹ A coluna denominada cereais para o Paraná e Mesorregião Oeste corresponde ao somatório das áreas de soja, milho e trigo. ² A coluna denominada cereais corresponde a área destinada ao cultivo de cereais. Já a coluna culturas corresponde ao somatório das áreas de cultivo de trigo, milho e cevada. ³Taxa composta de crescimento ao ano. ⁴ Área em mil hectares.

Cabe destacar ainda que Nordrhein-Westfalen elevou a participação da produção das culturas selecionadas em aproximadamente 10% da área total. Enquanto a área destinada a produção de cereais reduziu-se em 10% na Alemanha e 8% em Nordrhein-Westfalen. A taxa de crescimento anual das culturas selecionadas (trigo, milho e cevada) para Nordrhein-Westfalen evidenciam a especialização da produção, pois foram as únicas a apresentar crescimento positivo no período analisado (1,11% a.a.).

Sobre a quantidade produzida, os gráficos 1 e 2 mostram estes valores para as regiões estudadas, exibindo também a área de cultivo (ha). No Gráfico 1 é possível perceber que a produção de cereais tem se elevado a taxas superiores ao da área cultivada. Em termos absolutos, entre 2000 a 2018 a produção elevou-se em cerca de 130% para o Paraná e 170% para Mesorregião Oeste. Enquanto a área cultivada aumentou em torno de 60% para ambas as regiões.

Gráfico 1: Produção (t) e área cultivada de soja, milho e trigo para o Paraná e Mesorregião Oeste de 2000 a 2018

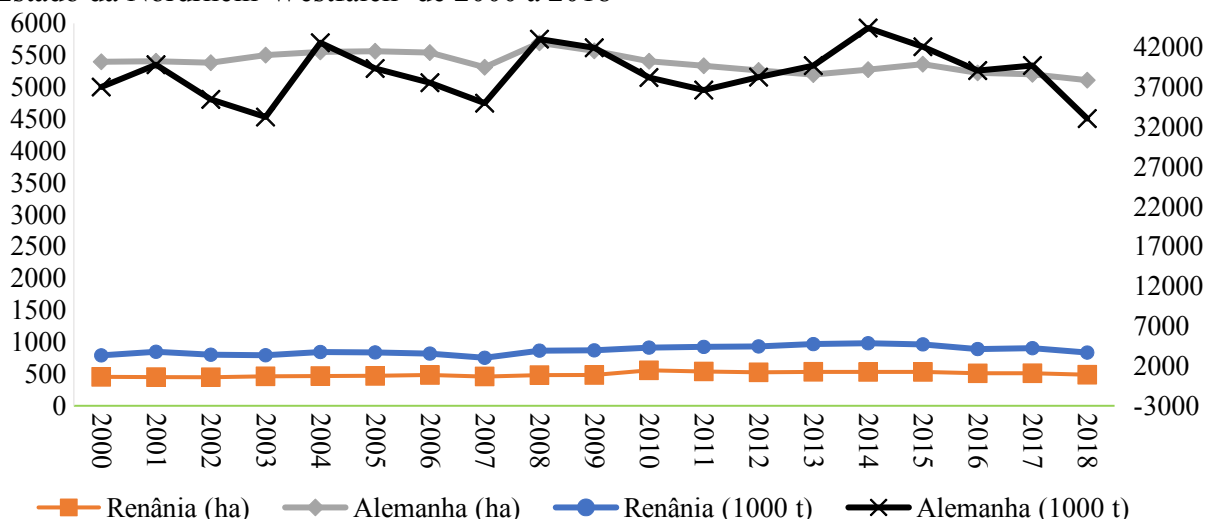


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2019f).

Já no caso da Alemanha e Nordrhein-Westfalen, houve maior estabilidade da produção, pois a Política Agrícola Comum Europeia (PAC) incentiva essa estabilidade por meio de seus subsídios visando, entre outros motivos, a segurança alimentar. A área cultivada para Alemanha reduziu-se em 0,29% ao ano, enquanto sua produção aumentou 0,23% ao ano. Para Nordrhein-Westfalen ocorreu um aumento da produção de 1,59% ao ano acompanhado de uma elevação da área cultivada de 1,11% ao ano. Sendo assim, pode-se entender que Nordrhein-Westfalen tem aumentado sua produção de cereais a taxas superiores à da Alemanha, porém essas taxas são inferiores as constatadas para as regiões do Brasil. O Gráfico 2 mostra a variação da produção para ambas as regiões de 2000 a 2018.

Sobre a estrutura fundiária das regiões estudadas foi elaborado o Gráficos 3, no qual pode-se observar que ambas as regiões estão passando por um processo similar de concentração das propriedades em médias e grandes. Em Nordrhein-Westfalen as propriedades maiores que 50 ha passaram de 43% em 1995 para 70% do total em 2016. A Mesorregião Oeste do Paraná possuía uma estrutura com propriedades maiores que Nordrhein-Westfalen desde 1995, mesmo assim houve uma concentração em áreas maiores que 50 ha, passando de 61% em 1995 para 71% do total em 2017. Também se verificou que o maior percentual de aumento ocorreu em áreas maiores que 100 ha, chamando a atenção o Estado de Nordrhein-Westfalen onde essa área passa de 11% para 35% do total em 2016.

Gráfico 2: Produção (t) e área cultivada (ha) de cevada, milho e trigo para a Alemanha e Estado da Nordrhein-Westfalen¹ de 2000 a 2018



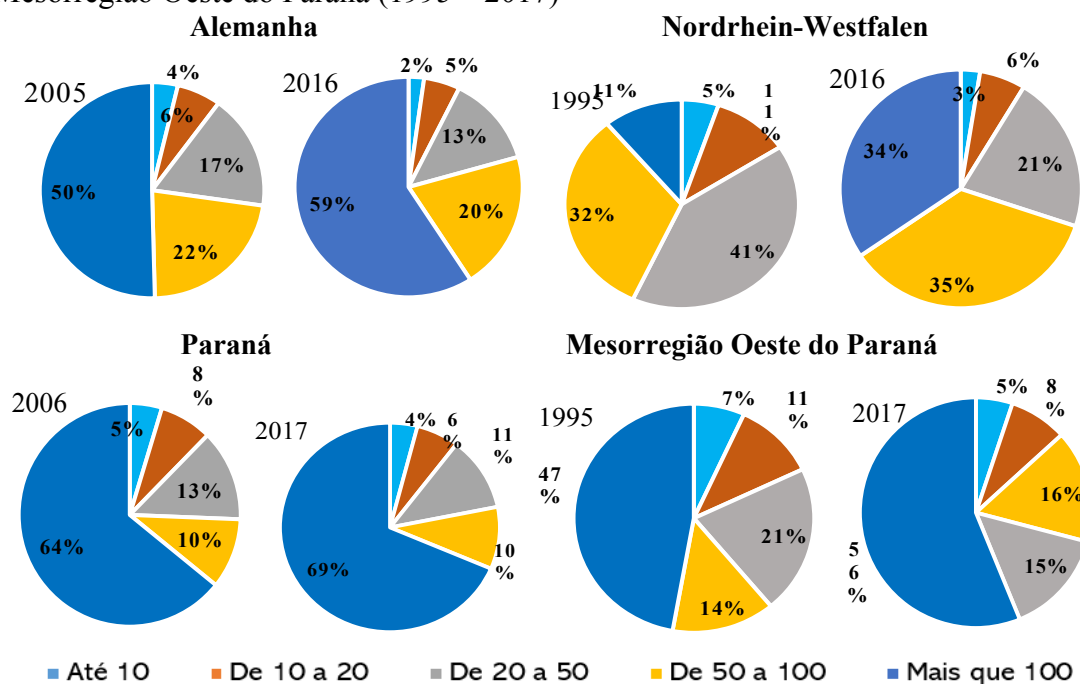
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EUROSTAT (2019a). ¹ Em português pode-se encontrar a tradução de Nordrhein-Westfalen como Renânia.

Já sobre a Alemanha e Paraná é possível perceber que as regiões possuíam forte concentração em áreas maiores que 100 hectares desde 2005, a qual continuou a concentrar na década seguinte aumentando seu percentual para as áreas maiores de 100 ha, chegando a 59% na Alemanha e 69% no Paraná. Ao passo que para todas as outras áreas tiveram uma redução da sua participação.

No mesmo sentido, pode-se observar também que ocorreu uma redução no número de propriedades agrícolas. De 1995 para 2016 houve uma redução de 60% no número de fazendas no Estado de Nordrhein-Westfalen (LANDWIRTSCHAFTSKAMMER NRW, 2017). Para a Mesorregião Oeste do Paraná, o número de estabelecimentos agropecuários diminuiu em 35% de 1995 a 2017 (IBGE, 2020c; 2020d). Essa redução ocorreu com maior intensidade nas áreas até 5 hectares para Nordrhein-Westfalen e de 5 a 10 ha para a Mesorregião Oeste (IBGE, 2020a; 2020b; 2020c; LANDWIRTSCHAFTSKAMMER NRW, 2017).

Com base nos dados, é possível entender que nas últimas três décadas houve um processo de concentração agrária. O qual apresentou maior intensidade para Nordrhein-Westfalen, pois tanto a redução de suas áreas menores que 50 ha quanto o aumento das áreas maiores que 100 ha apresentaram altas taxas no período analisado. Já a Mesorregião Oeste parece estar em um período de consolidação desse processo, pois apesar de apresentar taxas significativas de redução de propriedades até 50 ha, a taxa de aumento de áreas maiores que 100 ha foi pequena se comparada a Nordrhein-Westfalen. Além disso, sua estrutura fundiária se mostrou mais concentrada em propriedades maiores que 100 hectares.

Gráfico 3: Variação da área ocupada pelas propriedades rurais de acordo com o tamanho em hectares para Alemanha, Nordrhein-Westfalen (2005 - 2017), Paraná e Mesorregião Oeste do Paraná (1995 - 2017)⁴



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2020a; 2020b; 2020c); EUROSTAT (2019d) e Landwirtschaftskammer NRW (2017).

Também verifica-se que a Alemanha e o Paraná possuem uma estrutura agrária similar, sendo elas mais concentradas que Nordrhein-Westfalen e a Mesorregião Oeste. Essa concentração mostrou maior diferença sobre as áreas superiores a 100 ha. No caso de se observar as áreas maiores que 50 hectares o percentual chega a 79% do total, tanto no Paraná quanto na Alemanha. Percentual este que foi superior em 10 pontos percentuais ao encontrado para Nordrhein-Westfalen e Mesorregião Oeste, revelando assim, um perfil similar entre Alemanha e Paraná e uma estabilidade da trajetória de concentração. Tal comportamento sinaliza uma consolidação do processo de concentração em áreas superiores a 100 ha.

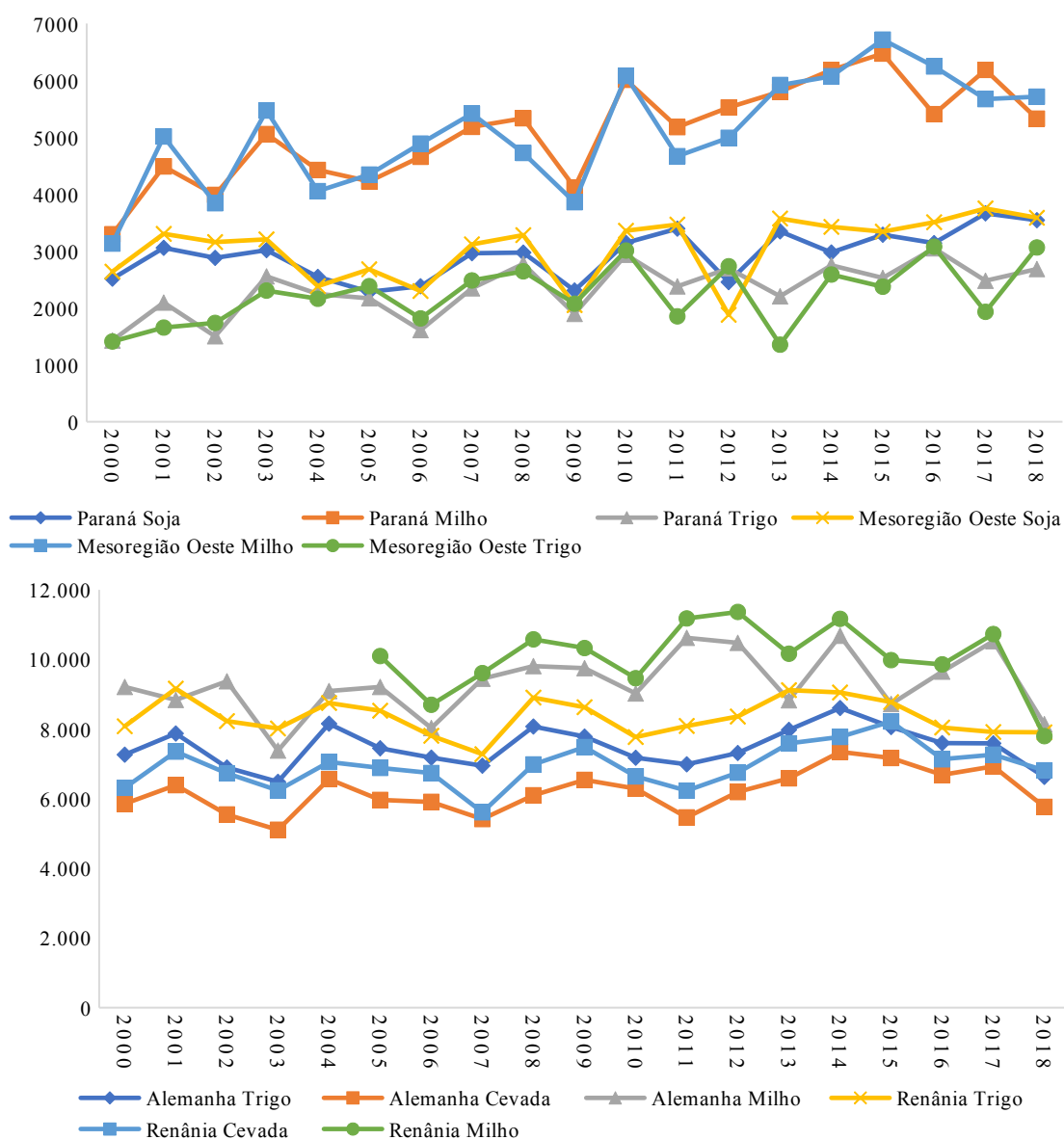
A respeito da produtividade para as culturas selecionadas o Gráfico 4 apresenta as informações para todas as regiões estudadas de 2000 a 2018. Nele é possível perceber que houve um aumento geral da produtividade para todas as culturas, sendo que esse aumento foi superior na Mesorregião Oeste e Estado de Nordrhein-Westfalen. Além disso o Paraná e Mesorregião Oeste, tiveram uma taxa de crescimento da produtividade mais elevadas que as regiões alemãs. Destaca-se ainda que em 2009 houve quebra de

⁴A mudança de período em relação ao Gráfico 3 ocorreu devido à disponibilidade dos dados para Alemanha.

safra da ordem de 20% provocada por estiagem que atingiu todo o Estado do Paraná, fazendo com que houvesse uma queda geral da produtividade dos cereais.

Com base no Gráfico 4, foi possível constatar que em termos absolutos a produtividade das regiões alemãs se mostrou superior a brasileira, sendo em média o dobro do valor. Apesar desse comportamento, verificou-se que esta relação tem se reduzindo no decorrer do tempo, demonstrando uma elevação da produtividade das regiões brasileiras.

Gráfico 4: Produtividade média de soja, milho e trigo para o Paraná e Mesoregião Oeste e de cevada, trigo e milho para a Alemanha e Estado² da Nordrhein-Westfalen¹, de 2000 a 2018 (Kg/ha)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EUROSTAT (2019a); LDB (2020b) e IBGE (2019f).

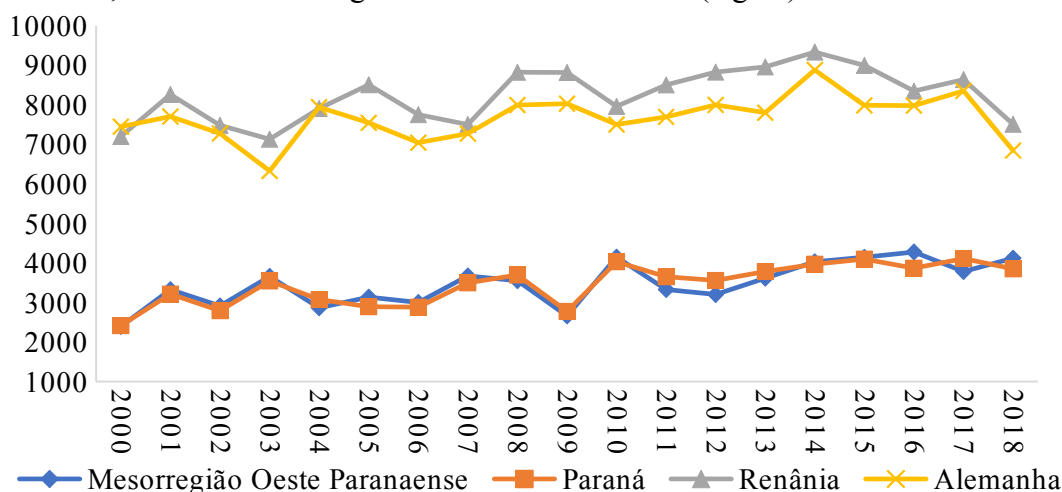
Nota: ¹ Em português pode-se encontrar a tradução de Nordrhein-Westfalen como Renânia. ² Os valores para a produção de milho para Nordrhein-Westfalen estão disponíveis a partir de 2005.

Sobre as diferenças na produtividade cabe ressaltar que, além dos fatores de produção usados na agricultura, deve-se levar em conta que parte destas diferenças de

produtividade podem ocorrer devido as condições edafoclimáticas em cada região, bem como, devido as diferenças entre as culturas selecionadas no estudo, como é o caso da soja no Paraná e a cevada na Alemanha.

O Gráfico 5 mostra a produtividade média para as culturas selecionadas em ambas as regiões. Nele é possível verificar que há um crescimento maior da produtividade para a Nordrhein-Westfalen após 2008, havendo um distanciamento do total para a Alemanha. Enquanto para o Paraná e Mesorregião Oeste o comportamento da produtividade média por hectare segue praticamente a mesma trajetória, ambas elevando-se em torno de 65% de 2000 para 2018. Quando se observa as taxas de crescimento anual para as regiões torna-se evidente o crescimento superior da produtividade para o Paraná (2,21%) e Mesorregião Oeste (2,09%) em comparação a Alemanha (0,54%) e Nordrhein-Westfalen (0,79%).

Gráfico 5: Produtividade média das culturas selecionadas para a Alemanha, Nordrhein-Westfalen¹, Paraná e Mesorregião Oeste de 2000 a 2018 (Kg/ha)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2019f) e EUROSTAT (2019a). ¹ Em português pode-se encontrar a tradução de Nordrhein-Westfalen como Renânia.

Tabela 2: Pessoal empregado na agropecuária por tamanho de propriedade para o Paraná e Mesorregião Oeste em 2006 e 2017

Área (ha)	Paraná					Mesorregião Oeste				
	2006 ¹			2017		2006 ¹			2017	
	Total	L. Temp.	% Temp.	Total	% ²	Total	L. Temp.	% Temp.	Total	% ²
Sem área	21.088	5.840	27,7%	501	-98%	1.379	104	7,5%	24	-98%
Menos que 2	97.258	34.843	35,8%	74.628	-23%	13.358	6.313	47,3%	8.974	-33%
De 2 a 4,9	146.750	63.380	43,2%	112.011	-24%	19.949	7.773	39,0%	14.221	-29%
De 5 a 9,9	158.315	72.330	45,7%	117.027	-26%	23.930	11.067	46,2%	16.463	-31%
De 10 a 19,9	237.399	110.315	46,5%	158.770	-33%	31.767	15.875	50,0%	22.552	-29%
De 20 a 49,9	197.647	103.186	52,2%	147.867	-25%	28.650	17.317	60,4%	22.449	-22%
De 50 a 99,9	81.002	46.941	58,0%	63.238	-22%	10.746	7.422	69,1%	10.233	-5%
De 100 a 199,9	51.059	26.927	52,7%	45.984	-10%	6.589	4.528	68,7%	6.581	0%
Maior que 200	126.580	74.911	59,2%	119.635	-5%	10.866	4.281	39,4%	9.055	-17%
Total	1.117.098	538.673	48,2%	839.661	-25%	147.234	74.680	50,7%	110.552	-25%

Fonte: IBGE, 2019d.

Nota: ¹Os dados sobre lavouras temporárias para 2017 não estão disponíveis. ²Percentual de variação do total de pessoal empregado.

É possível verificar que houve uma redução de 25% no pessoal ocupado na agropecuária de 2006 para 2017. Também se constatou que aproximadamente 50% do pessoal ocupado na agropecuária trabalhava em áreas de lavouras temporárias. A respeito do tamanho das propriedades, observou-se que houve intensa redução na faixa que não possui terras, seguida de uma redução de cerca de 25 a 30% de áreas com até 50 ha. As áreas maiores que 50 ha apresentaram uma redução menor, de 20 a 5%. Sendo que para Mesorregião Oeste do Paraná as propriedades de 50 a 100 ha mostraram maior estabilidade.

Tabela 3: Número de agricultores e força de trabalho empregada na agropecuária por tamanho de propriedade para Alemanha e Nordrhein-Westfalen de 2005 a 2016

Alemanha										
Área (ha)	Número de agricultores e força de trabalho empregada									
	2005		2007		2010		2013		2016	
	¹ Nº	² Trab.	Nº	Trab.	Nº	Trab.	Nº	Trab.	Nº	Trab.
Sem área	1.270	4.110	1.280	3.930	1.410	5.610	2.870	7.220	3.770	8.320
Menos que 2	25.650	36.150	23.560	34.170	14.260	23.370	12.010	18.210	10.720	16.770
De 2 a 4,9	61.080	47.610	58.730	42.860	11.690	18.380	9.720	16.910	9.140	16.680
De 5 a 9,9	56.290	55.140	50.950	49.360	47.310	41.470	44.580	38.920	44.370	35.520
de 10 a 19,9	72.540	90.860	68.670	83.920	63.160	72.260	59.020	65.760	57.050	59.500
De 20 a 29,9	37.070	58.490	33.970	53.500	30.970	45.370	28.920	41.410	26.660	37.060
De 30 a 49,9	51.390	91.710	47.970	84.670	45.100	77.710	42.530	72.940	39.780	63.560
De 50 a 99,9	54.220	114.400	53.380	111.240	51.620	106.820	50.220	103.050	47.950	92.760
Maior que 100	30.380	144.750	31.980	145.650	33.620	154.510	35.160	158.300	36.680	159.900
Total	389.880	643.230	370.480	609.300	299.130	545.500	285.030	522.730	276.120	490.060

Nordrhein-Westfalen										
Área (ha)	Número de agricultores e força de trabalho empregada									
	2005		2007		2010		2013		2016	
	¹ Nº	² Trab.	Nº	Trab.	Nº	Trab.	Nº	Trab.	Nº	Trab.
Sem área	150	210	100	140	270	500	1.030	1.060	1.470	1.740
Menos que 2	2.330	5.820	2.010	4.910	1.160	3.970	980	2.670	990	2.750
De 2 a 4,9	10.270	7.670	9.270	6.560	1.270	3.030	960	2.850	1.060	4.830
De 5 a 9,9	6.600	6.220	6.050	5.490	5.240	5.290	4.620	4.400	4.550	4.300
de 10 a 19,9	8.240	9.700	7.820	8.730	6.810	7.590	6.220	6.750	6.150	6.830
De 20 a 29,9	4.720	6.720	4.180	5.970	3.930	5.480	3.400	4.820	3.480	5.170
De 30 a 49,9	7.650	12.890	6.880	11.410	6.460	10.860	6.390	10.470	5.700	8.680
De 50 a 99,9	8.160	17.600	8.110	17.030	7.850	16.530	7.640	16.080	7.240	13.870
Maior que 100	2.270	7.660	2.500	7.780	2.770	9.550	3.050	10.880	3.240	10.800
Total	50.380	74.470	46.970	68.020	35.760	62.840	34.300	60.000	33.870	58.960

Fonte: EUROSTAT, 2019d.

Nota: ¹Número de agricultores; ² Força de trabalho diretamente empregada.

As informações a respeito do pessoal ocupado na agricultura na Alemanha são exibidas na Tabela 3. Ela se refere ao número de agricultores e a quantidade de força de trabalho empregada classificada por tamanho de propriedade de 2005 a 2016, sendo que a força de trabalho é medida em força de trabalho diretamente empregada.

No geral, houve uma queda no número de agricultores de aproximadamente 30% de 2005 a 2016, e de 25% na força de trabalho empregada de 2005 a 2016. A maior taxa de redução ocorreu nas áreas com menos de 2 até 30 hectares, chegando a atingir 80% nas áreas menores. Na faixa de 30 a 50 hectares percebe-se uma taxa menor de redução, variando entre 10 a 20%. Já para propriedades maiores que 100 ha houve um aumento nos dois indicadores, atingindo valores de 40% para o Estado de Nordrhein-Westfalen e 20% para Alemanha.

Cabe destacar ainda que houve um expressivo aumento na faixa de agricultores que não possuem terras. Isto pode representar duas situações. A primeira seria que estes agricultores deixaram a condição de proprietários e passaram a trabalhar em outras propriedades na condição de empregado. A segunda seria que eles passaram da condição de proprietários para arrendatários, meeiros ou parceiros. Deste modo, trabalham na agricultura, mas não possuem mais a terra.

Quando são observados os dados somente a respeito dos produtores de cereais para as mesmas regiões e período, verificou-se que as áreas até 30 ha apresentaram profundas reduções, tanto de número de produtores quanto de força de trabalho. Já áreas maiores que 30 hectares mostraram taxas de crescimento que variaram de 25 a 65%, sendo que o crescimento do número de agricultores foi sempre superior ao da força de trabalho empregada. Estes fatos indicam que a maior permanência dos agricultores está ligada as áreas maiores que 30 hectares.

Sobre a idade do produtor rural responsável pelo estabelecimento rural, as tabelas 5 e 6 trazem as informações. A Tabela 4 mostra o número de estabelecimentos rurais classificados pela idade do produtor rural na condição de responsável (proprietário gerente) tanto para o Paraná quanto para a Mesorregião Oeste. Os dados apresentados são censitários para os anos de 2006 e 2017.

Na Tabela 4 é possível perceber que houve significativa redução dos agricultores com idade até os 44 anos. Nas três primeiras faixas verifica-se uma redução dos agricultores de aproximadamente 45%, no Paraná, e de 50% na Mesorregião Oeste. A faixa de idade entre 55 e 64 anos permaneceu estável, sendo que a única parcela que demonstrou elevação foi a de agricultores acima dos 65 anos. Também houve um aumento dos agricultores acima de 45 anos, os quais passaram de 62% do total para cerca de 75% em ambas as regiões. Estes dados demonstram um envelhecimento dos agricultores, o qual foi mais intenso na Mesorregião Oeste.

A Tabela 5 mostra as informações sobre a idade do produtor responsável pela propriedade agropecuária tanto para Alemanha quanto para o Estado de Nordrhein-Westfalen. No geral é possível dizer que o quadro encontrado é similar ao observado para o Paraná e Mesorregião Oeste, ou seja, de uma redução no número total de agricultores. Além disso, pode-se observar que tanto para Alemanha quanto para Nordrhein-Westfalen houve uma redução para praticamente todas as faixas de idade do produtor rural, exceto a faixa de 55 a 64 anos, para Alemanha, e a faixa até 25 anos para Nordrhein-Westfalen.

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários classificados pela idade do produtor para o Paraná e Mesorregião Oeste em 2006 e 2017

Idade	2006		2017		Percentual	
	Paraná	M. Oeste	Paraná	M. Oeste	Paraná	M. Oeste
Menor de 25 anos	8.444	981	5.087	491	-40%	-50%
De 25 a 34 anos	43.977	5.485	23.063	2.628	-48%	-52%
De 35 a 44 anos	89.846	13.481	49.888	6.362	-44%	-53%
De 45 a 54 anos	96.662	13.923	81.064	11.921	-16%	-14%
De 55 a 64 anos	76.696	11.666	78.173	11.014	2%	-6%
Maior de 65	55.438	7.681	65.323	9.812	18%	28%
Total	371.063	53.217	302.598	42.511	-18%	-20%

Fonte: IBGE (2019b; 2019c).

Tabela 5: Número de agricultores na agropecuária classificados pela idade do agricultor para Alemanha e Estado da Nordrhein-Westfalen de 2005 a 2016

Alemanha						
Idade	2005	2007	2010	2013	2016	Percentual
Menor de 25 anos	2.330	2.020	1.740	1.840	1.710	-26,6%
De 25 a 34 anos	33.240	26.520	19.550	17.680	18.840	-43,3%
De 35 a 44 anos	118.960	104.540	73.420	56.050	47.730	-59,9%
De 45 a 54 anos	126.220	125.740	109.270	106.020	98.800	-21,7%
De 55 a 64 anos	80.650	83.720	79.270	84.800	86.380	7,1%
Maior de 65	28.480	27.940	15.900	18.630	22.670	-20,4%
Total	389.880	370.480	299.150	285.020	276.130	-29,2%
Nordrhein-Westfalen						
Idade	2005	2007	2010	2013	2016	Percentual
Menor de 25 anos	180	200	170	140	180	0,0%
De 25 a 34 anos	3.760	3.100	2.170	2.120	2.140	-43,1%
De 35 a 44 anos	15.250	12.630	9.010	6.590	5.790	-62,0%
De 45 a 54 anos	16.150	15.860	13.160	13.250	12.350	-23,5%
De 55 a 64 anos	10.790	10.750	9.490	10.120	10.780	-0,1%
Maior de 65	4.250	4.430	1.770	2.050	2.620	-38,4%
Total	50.380	46.970	35.770	34.270	33.860	-32,8%

Fonte: EUROSTAT, 2019d.

As taxas mostram que houve uma redução do número de agricultores relativamente maior para a Alemanha e Nordrhein-Westfalen do que para o Paraná e Mesorregião Oeste. Entretanto, considerando os agricultores acima dos 55 anos, o envelhecimento do produtor rural se mostrou proporcionalmente maior no Paraná e Mesorregião Oeste do que para a Alemanha e Nordrhein-Westfalen.

Os dados referentes a distinção por sexo dos agricultores não foram apresentados, pois não foram encontradas mudanças significativas em sua composição, bem como variação entre as regiões estudadas. Do total do número de estabelecimentos rurais, aproximadamente, 90% dos agricultores são homens, tanto para a Alemanha e Estado de Nordrhein-Westfalen quanto para o Paraná e Mesorregião Oeste (IBGE, 2019b; 2019c; EUROSTAT, 2019d).

Sobre a escolaridade dos produtores rurais as tabelas 6, 7 e 8 apresentam as informações para as regiões estudadas. Na Tabela 6 é possível perceber que houve uma redução tanto dos agricultores que não sabiam ler e escrever quanto dos que possuíam apenas o ensino fundamental. Já para os agricultores que possuíam o segundo grau (nível técnico) ou ensino superior ocorreu um aumento. Os dados indicam que tem ocorrido uma elevação do nível de instrução dos agricultores. Este pode ter sido proporcionado pela passagem do ensino fundamental para o médio, técnico e superior. Além disso, cabe destacar que a Mesorregião Oeste do Paraná mostrou maior percentual de instrução para a categoria que possui nível superior⁵.

Tabela 6: Número de estabelecimentos agropecuários classificados pela escolaridade do produtor para o Paraná e Mesorregião Oeste em 2006 e 2017

Escolaridade	2006		2017		Percentual	
	Paraná	Oeste	Paraná	Oeste	Paraná	Oeste
Não sabe ler ou escrever¹	23.082	2.279	17.519	1.844	-24%	-19%
Até o ensino fundamental completo	287.544	41.432	198.303	27.265	-31%	-34%
Até o ensino médio e técnico completo	45.863	7.667	63.247	9.642	38%	26%
Formação de ensino superior²	14.574	1.839	23.529	3.477	61%	89%
Total	371.063	53.217	302.598	42.228	-18%	-21%

Fonte: IBGE (2019c; 2019e).

Nota: ¹Para 2017 os dados são referente a categoria: Nunca frequentou a escola; ²Esta categoria inclui mestrado e doutorado.

Em relação à escolaridade do agricultor na Alemanha a Tabela 7 mostra as informações discriminando os empregos agrícolas em três classes de estudo, conforme classificação da União Europeia⁶. Essas classes podem ser comparadas ao ensino fundamental, ensino médio ou técnico e superior da Tabela 6 para as regiões do Brasil. Os dados são referentes aos anos de 2011 a 2018.

Primeiramente, pode-se observar que o nível de educação formal do emprego agrícola na Alemanha é superior ao do Paraná e Mesorregião Oeste. Mesmo após a elevação constatada em 2017, para as áreas do Paraná, o número de estabelecimentos até o fundamental concentrou cerca de 70% do total dos agricultores contra 25% para Alemanha. Isto sem mencionar que para o Paraná e Mesorregião Oeste houve uma taxa de analfabetismo de aproximadamente 5%, enquanto para Alemanha e Nordrhein-Westfalen não foi encontrada nenhuma classificação nessa categoria. A maior concentração do nível educacional para Alemanha está na categoria até o segundo grau ou técnico, cerca de 65%. Somada aos de nível superior atingem 75% contra cerca de 30% no Paraná e Mesorregião Oeste.

As informações encontradas sobre a escolaridade para Nordrhein-Westfalen são apresentadas na Tabela 8. Os dados encontrados foram para o total da população, não possuindo divisão setorial. Deste modo, a Tabela 8 mostra o percentual de qualificação profissional divididos em três categorias: os que possuem escolaridade, mas não atingem nível secundário ou cursos técnicos completos; aqueles possuem curso técnicos ou formação secundária; e os que têm formação superior, incluindo mestrado

⁵ A classificação utilizada pelo IBGE foi agregada em quatro níveis de escolaridade a fim de padronizar o indicador tornando possível sua comparação com o padrão encontrado para UE.

⁶ A classificação do nível de escolaridade do indivíduo da UE é baseada na classificação de padrão internacional de educação (*International Standard Classification of Education – ISCED*). A descrição minuciosa dos parâmetros pode ser encontrada em EUROSTAT (2019c).

ou doutorado. Os valores são apresentados em percentual da população maiores de 15 anos de idade de 2005 a 2018.

Tabela 7: Empregos agrícolas para Alemanha classificados pela escolaridade de 2011 a 2018

Escolaridade (em mil)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Até o primário e secundário inferior ¹	122,1	104,8	97,1	103,1	112,5	106,9	106,1	105,8
Até o ensino secundário ou técnico ²	248,2	260,8	267,7	265,6	260,5	262,2	259,5	267,0
Educação terciária (superior) ³	n.d. ⁴	45,7	47,7	47,7	45,8	44,5	44,8	42,3
Total	414,7	413,9	414,5	417,1	420,1	414,4	412,1	416,5

Fonte: EUROSTAT, 2019e.

Nota: ¹ Less than primary, primary and lower secondary education (levels 0-2); ²Upper secondary and post-secondary non-tertiary education (levels 3 and 4). ³ Tertiary education (levels 5-8).⁴ Não disponível.

Tabela 8: Qualificação profissional da população do Estado da Nordrhein-Westfalen de 2005 a 2018

Escolaridade (%)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem formação profissional	35%	34%	34%	34%	33%	33%	32%	31%	32%	32%	31%	32%	31%	30%
Secundário ou técnico	54%	54%	54%	54%	54%	54%	56%	56%	55%	54%	54%	52%	53%	53%
Terciária ou superior	11%	11%	12%	12%	13%	13%	12%	13%	14%	14%	15%	16%	16%	16%

Fonte: LDB, 2020a.

Logo, quando se observa o nível geral de escolaridade para Nordrhein-Westfalen percebe-se que este segue o padrão da Alemanha. A maior diferença consiste na formação de nível secundário ou técnico, que para a população alemã ligada a agricultura é cerca de 10% maior do que para o geral de Nordrhein-Westfalen. Por outro lado, constatou-se que a formação de nível superior foi maior para Nordrhein-Westfalen do que para a Alemanha, apresentando ainda, um crescimento de 5 pontos percentuais no período analisado. Já a educação secundária se manteve estável para Nordrhein-Westfalen. Caso somadas a educação secundária e superior o resultado é similar nas duas regiões.

A Tabela 9 mostra as informações a respeito de acesso à assessoria técnica na agropecuária para o Paraná e Mesorregião Oeste. Os dados mostram que o acesso a esse tipo de informação no Brasil pode ser considerado baixo situando-se em torno de 20%. Contudo, quando observado o Paraná e Mesorregião Oeste há um expressivo aumento em relação ao Brasil, o qual chega a ser o dobro para o Paraná e ao triplo para a Mesorregião. Também cabe ressaltar que não houve grandes modificações no período analisado. Sendo assim, se constatou que as regiões estudadas possuem a maior acesso a assessoria técnica.

Tabela 9: Percentual de estabelecimento agropecuários que receberem orientação técnica em 2006 e 2017

Anos	Brasil	Paraná	Mesorregião Oeste
2006	22%	44%	64%
2017	20%	45%	64%

Fonte: IBGE (2020f; 2020g).

Já a Tabela 10 mostra o nível percentual de explorações agrícolas cujo agricultor ou gerente possui ou não treinamento especializado na agricultura para a Alemanha e Nordrhein-Westfalen de 2005 a 2016. Nela foi possível perceber que o nível de treinamento completo é maior na Nordrhein-Westfalen, chegando a praticamente o dobro do encontrado para a Alemanha em 2013 e 2016. Quando somados o treinamento básico e o completo se verifica que o valor gravita em torno de 68%, havendo uma pequena redução para 2016 em ambas as regiões. Também se constatou que o treinamento básico tem se reduzido, enquanto o completo e sem treinamento aumentaram.

Tabela 10: Percentual de explorações agrícolas em que o agricultor ou gerente possui treinamento para Alemanha e Nordrhein-Westfalen de 2005 a 2016

Treinamento	Alemanha				Nordrhein-Westfalen ¹	
	2005	2010	2013	2016	2013	2016
Sem	32%	31%	32%	35%	31%	33%
Básico	23%	55%	53%	48%	41%	36%
Completo	46%	13%	15%	17%	28%	31%
Com treinamento	68%	69%	68%	65%	69%	67%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EUROSTAT (2020e; 2020f).

Nota: ¹ Dados não disponíveis para os anos de 2005 e 2010.

Os dados da Tabela 10 foram usados como uma *proxy* para o acesso à informação qualificada ou técnica apresentado pela Tabela 9 a fim de comparar as regiões. Deste modo, *mutatis mutandis*, pode-se entender que o percentual de acesso à informação qualificada foi similar entre Nordrhein-Westfalen e Mesorregião Oeste. A maior diferença foi em relação a Alemanha, a qual apresentou resultados superiores ao encontrado para o Paraná. Isto mostra que no geral houve maior acesso à informação qualificada pelos agricultores na Alemanha do que no Paraná. Fato este que segue o mesmo comportamento dos dados encontrados para educação formal nestas regiões.

A fim de investigar o comportamento das principais variáveis ligadas a produção também foram calculadas as taxas geométricas de crescimento para o período analisado. Para isto, empregou-se um modelo semi-logarítmico, o qual se baseia em uma regressão simples onde o regressando (Y_i) está na forma logarítmica e o regressor (t) é o tempo, que assume valores sequenciais não logarítmicos de acordo com o período utilizado⁷ (GUJARATI, 2006). A Tabela 11 apresenta essas taxas para as variáveis de produção, produtividade, área cultivada e Valor Adicionado Bruto da agropecuária (VAB).

⁷Tal medida pode ser especificada pela equação: $\ln Y_i = \beta_1 + \beta_2 t + \varepsilon_i$, na qual Y_i é a variável dependente na forma logarítmica, β_1 é a constante, β_2 é o coeficiente angular e t é o tempo em anos.

Tabela 11: Taxas geométricas de crescimento para as variáveis selecionadas nas regiões estudadas

Variáveis	Regiões			
	Alemanha	Nordrhein-Westfalen	Paraná	Mesorregião Oeste
Produção ¹	0,23%	1,59%	3,83%	4,70%
Área cultivada ¹	-0,29%	1,11%	2,22%	2,11%
Produtividade ¹	0,54%	0,79%	2,21%	2,09%
VAB da agropecuária ²	1,69%	2,41%	5,34%	6,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: ¹Período de 2000 a 2017. ²Período de 2005 a 2017.

No geral se verifica que a Mesorregião Oeste e Nordrhein-Westfalen apresentaram taxas de crescimento mais elevadas quando comparadas ao Paraná e Alemanha. As regiões apresentaram o mesmo comportamento para as diversas variáveis, excetuando-se a área cultivada para a Alemanha, que mostrou variação contrária a Nordrhein-Westfalen.

Na Tabela 11 também foi possível constatar que as regiões brasileiras possuem taxas superiores às alemãs para todas as variáveis. Tal comportamento está relacionada a trajetória de modernização agrícola em cada região. Nas regiões alemãs a modernização agrícola ocorreu em um período anterior as brasileiras. Fato este que está representado no diferencial das taxas de crescimento da produção, área cultivada, produtividade e VAB da agropecuária. Logo, as regiões brasileiras apresentaram taxas de crescimento mais altas derivadas de um processo de modernização agrícola mais recente que as regiões alemãs.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, foi possível perceber que as regiões estudadas possuem tamanho similar e são especializadas na produção de cereais. A Mesorregião Oeste do Paraná se mostrou com maior especialização na produção de cereais que o Estado de Nordrhein-Westfalen, enquanto, este último se mostrou mais especializado que a Alemanha.

Sobre o perfil demográfico dos agricultores, foi constatado que houve uma redução geral no número de agricultores e da força de trabalho para todas as regiões estudadas, o qual foi mais intenso na Alemanha e Nordrhein-Westfalen. A respeito da idade do produtor verificou-se que vem ocorrendo um envelhecimento dos agricultores para ambas as regiões. Esse envelhecimento revelou-se proporcionalmente maior no Paraná e Mesorregião Oeste. Comportamento este que tem seguido a tendência do envelhecimento da população do Paraná, conforme demonstrado por Pintor, Silva e Rippel (2014). Contudo, também pode estar refletindo possíveis efeitos positivos dos incentivos da Política agrícola Comum Europeia (PAC) à permanência dos jovens agricultores.

A maior diferença entre as variáveis analisadas foi encontrada nos fatores educacionais, como o nível de instrução e a capacidade de procurar informação técnica dos agricultores. Eles se mostraram inferiores para os agricultores no Paraná e Mesorregião Oeste, revelando um perfil de agricultores com maior escolaridade secundária e técnica nas regiões alemãs. Fatores estes que podem estar contribuindo

para a maior produtividade encontrada nas regiões alemãs, pois a acumulação de conhecimento presente nesses agricultores é destacada pela literatura (VIEIRA FILHO, 2014; DE SOUZA FILHO et al., 2011; NELSON, 2006; DOSI, 2006) como primordial para a melhoria de processos produtivos e implementação de novas tecnologias.

Quanto à estrutura fundiária ambas as regiões mostraram uma trajetória de concentração fundiária, pois nas três últimas décadas houve uma concentração das propriedades rurais em áreas superiores a 50ha na Mesorregião Oeste do Paraná e Nordrhein-Westfalen, com destaque para o crescimento nas áreas superiores a 100 ha. Para Alemanha e Paraná essa concentração foi mais intensa em áreas maiores de 100 ha. Isto evidencia que o cultivo de cereais avançou sobre propriedades médias e grandes. Uma vez que o aumento da área cultivada possibilita ganhos de escala, o qual está correlacionado a viabilidade do estabelecimento rural na atividade de produção de *commodities* agrícolas (grãos). Também, que essa expansão ocorreu baseado na redução da mão de obra e aumentos dos investimentos por hectares em ambas as regiões.

Portanto, com base nos dados apresentados, ambas as regiões mostraram uma trajetória similar quanto: à especialização da produção de cereais; elevação ou manutenção da produtividade agrícola; concentração das propriedades médias ou grandes; envelhecimento do produtor rural e redução do pessoal empregado na agricultura. A diferença mais significativa foi constatada em relação ao nível de escolaridade formal, o qual foi significativamente superior para os agricultores da Alemanha e Nordrhein-Westfalen.

REFERÊNCIAS

DE SOUZA FILHO, H. M. *et al.* Condicionantes da adoção de inovações tecnológicas na agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 1, p. 223-255, 2011.

DOSI, G. **Mudança técnica e transformação industrial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006

EUROPEAN COMMISSION. **The CAP in your country:Germany**. Jun., 2016.
Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/publications/cap-your-country_en> Acesso em: 20 fev. 2019.

EUROSTAT - EUROPEAN STATISTICS. **Agricultural training of farm managers: number of farms, agricultural area, labour force and standard output (SO) by age and sex of the manager**. Disponível em:
<https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ef_mptrainecs&lang=en>.
Acesso em: 13 maio 2020f.

_____. **Crop production in EU standard humidity by NUTS 2 regions**. Disponível em: <https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=apro_cpshr&lang=en> Acesso em: 20 out. 2019a.

_____. **Crop production in national humidity by NUTS 2 regions**. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>> Acesso em: 28 fev. 2019b.

_____. **Employment by educational attainment level, age and European socio-economic group.** Disponível em:

<https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfsa_eseged&lang=en>.

Acesso em: 03 jul. 2019e.

_____. **Farm indicators by agricultural area, type of farm, standard output, sex and age of the manager and NUTS 2 regions.** Disponível em:

<http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ef_m_farmang&lang=en>

Acesso em: 20 maio 2019d.

_____. **Levels of education and training in the EU Labour Force Survey.** Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/1978984/6037342/ISCED-EN.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019c.

_____. **Training of farm managers.** Disponível em:

<https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ef_mp_training&lang=en>.

Acesso em: 20 maio 2020e.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área colhida de lavouras temporárias e permanentes por estado.** Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/503>>. Acesso em: 20 fev. 2019a.

_____. **Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/316>>. Acesso em: 20 mar.

2020a.

_____. **Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 30 out. 2019f.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários por classes de idade do produtor.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6790>>. Acesso em: 20 jun. 2019b.

_____. **Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras, sexo, classe de idade e nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/765>>. Acesso em: 20 jun. 2019c.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários, Pessoal ocupado com e sem laço de parentesco com o produtor, sexo e condição do empregado, por condição legal do produtor, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário e grupos de área.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6718>>. Acesso em: 30 jun. 2019d.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários, por existência de energia elétrica, sexo do produtor, escolaridade do produtor, condição legal do**

produtor, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário e grupos de área total. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6709>>. Acesso em: 30 jun. 2019e.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 20 mar. 2020b.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>>. Acesso em: 20 mar. 2020c.

_____. **Número de estabelecimentos por grupos de área total, grupo de atividade econômica e condição do produtor em relação às terras.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/312>>. Acesso em: 20 mar. 2020d.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor, condição do produtor em relação às terras, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário e origem da orientação técnica recebida.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6756>>. Acesso em: 20 maio 2020f.

_____. **Número de estabelecimentos agropecuários por origem da orientação técnica recebida, condição do produtor em relação às terras, nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento, orientação técnica e grupos de área total.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/842>>. Acesso em: 13 maio 2020g.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Produção agrícola por mesorregião do Paraná.** Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LANDWIRTSCHAFTSKAMMER NRW. **Zahlen zur Landwirtschaft in Nordrhein-Westfalen 2017.** Münster, 2017. Disponível em: <<https://www.landwirtschaftskammer.de/wir/zahlen/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LDB – LANDESDATENBANK NORDRHEIN-WESTFALEN. **Bevölkerung nach höchstem beruflichem Ausbildungsabschluss.** Disponível em: <<https://www.landesdatenbank.nrw.de/link/statistikTabellen/12211>>. Acesso em: 20 fev. 2020a.

_____. **Erntebericht: Hektarerträge nach ausgewählten Fruchtarten.** Disponível em: <<https://www.landesdatenbank.nrw.de/link/statistikTabellen/41241>>. Acesso em: 30 mar. 2020b.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NELSON, R. R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PINTOR, E.; SILVA, G. M.; RIPPEL, R. Estrutura etária da população paranaense entre 1970 e 2010. **Economia & Região**, v. 2, n. 1, p. 79-82, jan./jul., 2014.

VIERA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. *In*: BUAINAIN, A. M; ALVES, E; SILVEIRA, J. M; NAVARRO, Z. (Editores). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

Recebido em 02/05/2022

Aprovado em 24/07/2022

A INFLUÊNCIA DA CORRUPÇÃO E DO NARCOTRÁFICO NO ESTADO: UMA REVISÃO

Sarah de Oliveira dos Santos¹
Jonas Rodrigo Gonçalves²
Danilo da Costa³

RESUMO:

O tema deste artigo⁴ é influência da corrupção e do narcotráfico no Estado. Investigou o seguinte problema: até que ponto a corrupção e o narcotráfico estão engendrados no Estado? Cogitou a hipótese de que o desenvolvimento de novas políticas e a atualização de dispositivos jurídicos é o primeiro passo para combater efetivamente a corrupção. O objetivo geral é valorar até onde o narcotráfico pode estar infiltrado na estrutura responsável pela elaboração de leis que deveriam coibir sua prática. Os objetivos específicos são: a análise dos dispositivos legais e a efetividade das mudanças apresentadas pelo sistema Legislativo. Este trabalho é importante para o operador do Direito pela análise de variados dispositivos legais em constante revisão e atualização. É relevante para a ciência pela atualidade do tema. É imprescindível para a sociedade por ser um assunto que movimenta as grandes mídias e massas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

Palavras-chave: Corrupção; Tráfico de Drogas; Dispositivos legais; Demanda popular; Combate à Corrupção.

THE INFLUENCE OF CORRUPTION AND NARCOTRAFFIC IN THE STATE: A REVIEW

ABSTRACT:

The theme of this article is the influence of corruption and drug trafficking in the State. The following problem was investigated: To what extent are corruption and drug trafficking engendered in the State? The hypothesis was raised that the development of new policies and updating of legal provisions is the first step in the effective fight against corruption. The general objective is to assess the extent to which drug trafficking can be infiltrated in the structure responsible for drafting laws that should curb its practice. The specific objectives are: the analysis of the legal provisions and the effectiveness of the changes presented by the legislative system. This work is important for the legal operator due to the analysis of various legal provisions that are constantly reviewed and updated; for science, it is relevant due to the topicality of the topic; it adds to society because it is a subject that has moved the mainstream media and masses. This is qualitative theoretical research lasting six months.

Keywords: Corruption; Drug trafficking; New Laws; Popular demand; Fight against corruption.

1 Graduada em Direito pela Faculdade Processus, DF, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0057069007805214>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2147-6062>; E-mail: saholiv1@gmail.com.

2 Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas); licenciado em Filosofia, Sociologia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações. Professor do UniProcessus (DF) e da Facesa (GO). Escritor (autor de 61 livros didáticos/acadêmicos). Revisor. Editor. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>. E-mail: jonas.goncalves@institutoprocesso.com.br.

3 Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Educação. Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional; em Direito Administrativo; em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista; em Didática do Ensino Superior em EAD. Licenciado em Geografia. Pesquisador. Editor. Professor universitário. Consultor do FNDE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9522717317530051>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>. E-mail: educadordanilocosta@gmail.com.

4 Artigo revisado linguisticamente por Roberta dos Anjos Matos Resende.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a corrupção sempre esteve presente no Brasil, acompanhada principalmente da visão patrimonialista de dominação política propagada entre os países europeus, passada aos brasileiros por meio da colonização. O enraizamento de tal prática provoca uma visão distorcida da legislação vigente no país, bem como das situações sociais, gerando a criação de leis ineficazes que não satisfazem a demanda pública de justiça e influenciam negativamente a visão da população sobre o funcionamento do país e todo o sistema legal.

A definição de corrupção, de acordo com a lei brasileira, é “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”, uma definição genérica, facilmente ultrapassada pelo aspecto de fenômeno político que adquire proporções gigantescas na sociedade atual (BRASIL, 1940, art. 137).

Este artigo propõe resolver o seguinte problema: o financiamento do governo e a infiltração do crime organizado nas decisões políticas, bem como nos principais dispositivos responsáveis por coibir tais práticas, e as políticas públicas mais efetivas ao combate. Não obstante disso, abordamos a criação de leis para combater a corrupção realizada por pessoas com condenação penal.

O fenômeno da corrupção pode ser abordado em três perspectivas principais, as explicações personalísticas, nas quais a corrupção é vista como proveniente da moral do sujeito, nascida no próprio povo e que por isso usa instrumentos psicológicos para o estudo de suas raízes e explicações institucionais, segundo as quais a corrupção é decorrente de problemas nas próprias instituições de administração do Estado e é estimulada por líderes corruptos e por mecanismos que dificultam o exercício democrático por meio de burocracia. Por fim, as explicações sistêmicas, foco deste trabalho, são o resultado da interação do governo com o povo, parte do sistema político, e exemplificam uma das formas de influência (JOHNSTON, 1982, p.104).

A hipótese levantada diante do problema em questão refletiria na ação de organizações criminosas sobre parlamentares, principalmente influenciando sua decisão na criação de leis e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao combate da corrupção. O envolvimento dessas organizações causaria não apenas descrédito ao cenário político, mas mancharia a imagem democrática defendida com tanto fervor em nosso país.

Em 1984, Foucault, em sua obra “Vigiar e Punir” trata das ilegalidades toleradas e estabelece que tais ilegalidades fazem parte da vida econômica e política da sociedade. Advindo especialmente após uma reforma do sistema judiciário no século XVIII, sua tolerância é distribuída de acordo com as classes sociais, aumentando conforme avança no estrato social. Existe especialmente pela impossibilidade de imposição no cumprimento de leis, resultando na distribuição desigual de poder entre os que compõem a classe governamental. Estabelece uma economia de ilegalidades, na qual há o acúmulo de capital e segundo o autor, é dever do Direito Penal atuar como “um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las todas” (FOUCAULT, 2014, p. 52).

Assim, o objetivo geral é valorar até que ponto as organizações criminosas podem estar infiltradas nos organismos responsáveis pela elaboração das leis que deveriam coibir sua prática, se os dispositivos editados são eficientes em sua aplicação ou fazem qualquer diferença no combate à corrupção, tráfico de drogas ou inibindo a lavagem de dinheiro, afinal os três estão intimamente ligados.

As raízes culturais da corrupção, bem como seu papel na hegemonia de tais práticas são assuntos abordados pelo autor. A partir da mudança de valores apontadas pelo filósofo francês André Comte-Sponville, em que a moral passa a ser o valor principal de nossa geração, condena a prática e traz uma valoração simbólica negativa para seu exercício, chamando a atenção da mídia e da população para sua existência e para seus efeitos nocivos que atualmente alcançaram escalas inimagináveis (COMTE-SPONVILLE, 2006, p.12)

Os objetivos específicos do trabalho pretendem realizar uma avaliação das referências bibliográficas e das pesquisas realizadas ao longo do tempo compreendendo o atual cenário de combate aos problemas citados, bem como os resultados e as expectativas gerais da população sobre o que está por vir quando abordamos o âmbito do Governo Federal.

Como efeito, há as estatísticas do Datafolha que apontam que para 41% da população a corrupção diminuiria após a “Lava Jato”, contra 47% que acreditava que ela aumentaria após a operação. A verdade é que os políticos brasileiros se sentem seguros sem seus cargos, mesmo diante de acusações de corrupção, o que é motivado principalmente pelo princípio da presunção de inocência e pela certeza de que serão julgados por seus pares. Em outros países há medidas para o afastamento dos políticos, como na França, na Islândia e na Alemanha, enquanto são instaurados inquéritos de investigação (CHEMIM, 2017, p.8).

A corrupção é uma das principais causas de perda de confiança do público nas instituições governamentais, prejudica a segurança jurídica do país e ameaça novos projetos legais que poderiam beneficiar a sociedade, desacreditando institutos que deveriam combater a corrupção. Enquanto o Direito tenta solucionar esses problemas têm de enfrentar o obstáculo da aprovação dos dispositivos pela Casa com maior número de acusados em processos de corrupção.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir com uma visão crítica dos atuais dispositivos legais e com o processo de elaboração para compreender melhor o cenário atual e as novas formas de interpretação e aplicação dessas políticas. Procura também suprir o escasso material de pesquisa da área de discussão mencionada.

O estabelecimento de uma política idônea, bem como o combate efetivo das práticas de corrupção tem como objetivo social a preservação de direitos e garantias sociais conquistadas, e a renovação da confiança social no sistema jurídico e administrativo do Estado, um processo necessário ao estabelecer um novo sistema legal que funcione efetivamente no país, principalmente diante dos variados movimentos sociais que buscam justiça e igualdade diante do atual cenário.

A metodologia eleita para os objetivos indicados consiste na pesquisa teórica e bibliográfica fundamentada em artigos científicos e livros acadêmicos, leis e jurisprudência que demonstrem a evolução e a aplicabilidade dos dispositivos necessários ao combate da “narcocorrupção”, que vão desde as políticas públicas até os dispositivos infraconstitucionais.

A escolha dos instrumentais ocorre sob a justificativa de que são as principais fontes de informação sobre os assuntos apontados. Foram selecionados artigos e livros que tratam dos conceitos e da historicidade da corrupção no Brasil, em seguida, dispositivos legais internacionais e nacionais, artigos sobre a história do tráfico de drogas no Brasil e no mundo, principais dispositivos legais responsáveis por coibir suas práticas, artigos que determinam a influência sobre a corrupção e a criação de novas leis e seus efeitos na sociedade. Foram selecionados vinte artigos provenientes do Google Acadêmico e Scielo a partir das seguintes palavras-chave: “Corrupção” “Processo Legislativo” “Narcocorrupção” “Organizações Criminosas” “Narcotráfico”. Foram usados cinco livros acadêmicos, bem como a legislação esparsa apontada no texto mediante a necessidade de abordagem.

O estudo pretende se ater aos aspectos das organizações criminosas, sua infiltração no sistema Legislativo e a efetividade dos instrumentos atuais para os combater. Portanto, os assuntos que não são abarcados por essa definição não serão abordados neste estudo. O tempo previsto para a realização do trabalho é de um semestre completo. Todos os artigos cumprem como requisito uma das seguintes classificações: artigo público em revista com ISSN ou livro publicado, ambos com até três autores. Nos primeiros meses foi realizado o levantamento do referencial teórico. No segundo mês houve a revisão de literatura. No terceiro mês ocorreu a elaboração dos elementos pré-textuais e pós-textuais responsáveis pela composição do trabalho.

A pesquisa apresentada é qualitativa, pois é uma pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar as produções sobre o assunto, sejam legais, doutrinárias ou acadêmicas para montar um panorama geral do assunto proposto conforme o objetivo especificado.

O método eleito para compor o trabalho foi o Hipotético-Dedutivo. Segundo Popper, parte de um problema inicial e adquire uma solução provisória denominada teoria-tentativa, sobre ela são feitas conjecturas, para alcançar sua verdadeira natureza e finalmente a colocar sob testes de falseamento e tentativas de refutação por meio da observação com novos conhecimentos que ocorrerão a partir das leituras (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.95).

2. A INFLUÊNCIA DA CORRUPÇÃO E DO NARCOTRÁFICO NO ESTADO

A corrupção é uma das principais causas da perda de confiança do público nas instituições governamentais. Prejudica a segurança jurídica do país, afetando novos projetos legais que poderiam beneficiar a sociedade, e desacredita institutos que deveriam ser prioritários no combate contra a corrupção. Enquanto o Direito tenta solucionar esses problemas têm de enfrentar o obstáculo da aprovação dos dispositivos pela Casa com mais acusados em processos de corrupção.

Além de seu impacto social, a estimativa é de que ela absorva de 1,5 a 2 trilhões de dólares anualmente em conflitos prejudiciais para diversos setores como a saúde, as receitas tributárias, a promoção de políticas públicas e a democracia, gerando pouca efetividade de políticas públicas e o descrédito do cidadão no serviço ofertado pelo Estado (MARAGNO; KNUPP; BORBA, 2019, p.6).

Consideramos que a maior operação do país, a “Lava-Jato”, responsável por desmascarar um dos maiores esquemas de corrupção, prendeu 34 políticos das mais variadas áreas e influencia diretamente no processo de elaboração de leis, pois a Constituição Brasileira, embora proíba a cassação de direitos políticos, permite a perda do mandato parlamentar e a suspensão dos direitos políticos. No entanto, há alguns conflitos no próprio texto que afirma que “a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva”, e no caso de condenação criminal transitada em julgado “a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal” (BRASIL, 1988, p.26).

A utilização de agentes públicos para adquirir resultados e benefícios é uma das características mais proeminentes das organizações criminosas, capazes de atuar nos mais diversos setores, como no tráfico de drogas, pessoas, armas, falsificação, e atingem os mais variados setores da Administração Pública, de forma que a corrupção pode ser abordada de duas maneiras: um problema global que contrafaz a concorrência econômica privada em âmbito internacional, e como um dos problemas que favorecem o crime organizado (GRECO FILHO, 2015, p.20).

A utilização da explanação sistêmica traz para o fenômeno da corrupção diferentes abordagens quando discutimos sua história. Enquanto alguns preferem acreditar que a corrupção é um problema da psiquê humana, que veio do povo e é inerente ao mesmo, a explanação sistêmica abarca a tese de que a corrupção constitui uma forma de influência que emerge da interação necessária do governo com o público, e que objetiva o mau uso de poder conferido a alguém pelo Estado para ganho próprio (GRECO FILHO, 2015, p.17).

Muito embora essa definição seja a mais utilizada pela doutrina, na lei penal vemos o crime definido de outra forma, especificamente como a solicitação de uma vantagem indevida ou promessa dela, por funcionário público, para si ou outrem, mesmo que não exerça a função (fora da função ou antes de assumi-la), mas em razão dela (BRASIL, 1940, Art. 317).

Esse aspecto de adquirir vantagem indevida para si ou outrem estava presente na história brasileira, que provinha de uma colonização Portuguesa forte com raízes de um período medieval em que predominava a influência religiosa em peso sem qualquer tipo de fiscalização, e que passou a seguir para os donatários de capitanias e governos gerais conforme tomava posse da terra brasileira ao tratar, por exemplo, do aspecto comercial da época, no qual a atividade econômica exercida era de monopólio da coroa e trazia benefícios para os que tinham um bom relacionamento com ela. Naquela época não havia limite pré-definido. Os cargos políticos eram vendidos pela coroa e utilizados pelas pessoas como meio para adquirir riquezas e promoção para a metrópole (COSTA, 2013, p. 1-19).

Muitos pesquisadores atribuem ao povo a origem da corrupção, embora aponte mais a falta de consciência e de participação popular na política da época do que a mentalidade do indivíduo. A falta de fiscalização, a falta de informação e o poder da sociedade não permitiam que as formas de controle desses atos fossem implantadas. Imperava um poder sucessório, de berço, e em alguns casos, um poder adquirido por largas somas de dinheiro dos mais poderosos. Nessa configuração, a prática foi enraizada e sedimentada em um Brasil jovem.

O verbete corrupção não é novo, provém da idade média e trazia a ideia de doença, degeneração, podridão, e embora fosse aplicado inicialmente em manuais médicos, seu uso foi expandido e o termo passou a representar atos que tinham relação com a alma de determinada pessoa. Em pouco tempo, a personificação do Estado em obras políticas trouxe em seu corpo a identificação da corrupção como uma doença recorrente e, pela influência da Igreja, como uma manifestação do pecado e de que a pessoa que estivesse sob seu efeito não seguia o caminho de Deus. Muito embora o termo não contemplasse o mesmo sentido que possui hoje ou condenasse a prática totalmente por sua definição limitada, sua inserção começou com a moral da Igreja (ROMEIRO, 2017, p. 20-26).

As obras primordiais, até o século XVI, assumem referências e conceitos morais cristãos para coibir práticas criminosas de agentes públicos nos exercícios de suas funções, iniciando um movimento de disciplinarização que tem suas bases em filósofos como Sêneca, Platão e Tácito. Conforme a evolução política ocorria, o conceito de corrupção evoluía e ganhou especial destaque nos séculos seguintes nas obras de Montesquieu e Rousseau, tirando o verbete do plano moral e trazendo para o plano legal (ROMEIRO, 2017, p.32).

Sobre a colonização portuguesa, a história apresenta recorrentes práticas ilícitas da sociedade colonial. Não há estudos aprofundados sobre corrupção, mas os estudos gerais sociais da época apontam práticas ilícitas e perturbadoras em toda a história colonial do Brasil. Apenas em 1970 há um esforço internacional na elaboração de tratados capazes de abarcar a matéria de forma geral e independente, a partir de casos simbólicos nos Estados Unidos e Europa que traziam a corrupção que inspirou, nos Estados Unidos, a criação do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), em 1977 (GRECO FILHO, 2015, p.18).

Embora novos estudos e legislações internacionais sejam criadas em esforço conjunto para coibir a prática da corrupção, apenas em 1990 há reais progressos, pois as práticas se multiplicaram e mantiveram suas raízes, gerando um exercício mundial e casos significativos de esquemas intrincados que mantinham parcerias com organizações criminosas das mais variadas, principalmente com o estímulo da globalização.

O Brasil ratificou nos últimos anos três convenções internacionais sobre o tema: A Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE); A Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC) da Organização dos Estados Americanos (OEA); e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). Foram realizadas para integrar e combater as práticas absorvidas pelo Brasil. Essas convenções trazem linearidade para novas políticas.

Porém, quando falamos de corrupção e elaboração de leis, precisamos tratar de representatividade eleitoral, um dos traços mais fortes do Estado Democrático de Direito. A representatividade eleitoral é um produto dos direitos políticos, assegurados pela Constituição e internacionalmente pelo Pacto de São José da Costa Rica. A Constituição traz em seu texto: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos [...]”. A referência utilizada traz em seu bojo alguns elementos constitutivos do exercício da soberania popular: a) sufrágio universal; b) voto direto e secreto c) isonomia (BRASIL, 1988, p.13).

Quando esses elementos são concretizados, há o exercício da soberania popular, ou seja, a participação do povo na direção do Poder Público. Na perspectiva teórica, os elementos são harmônicos e trabalham juntos sem problemas. Na prática, o que vemos é diferente. A utilização de lideranças locais para angariar votos que recebem pagamentos em espécie ou algum benefício durante o mandato, e a participação de recursos de agiotas envolvidos nos mais variados tipos de crime organizado são exemplos de fontes comumente utilizadas para alcançar poder.

Assim, na CPI do narcotráfico efetivada no ano de 2.000, das 3.000 pessoas nominalmente citadas, mais de 1.800 conservavam algum envolvimento com o mercado ilegal de drogas e cerca de 40% exerciam funções em órgãos estatais. A CPI foi fomentada por seu papel, como rota de transporte e como potencial consumidor de droga com redes intrincadas de distribuição que incluíam o cenário político brasileiro em esfera federal ou estadual. A criação da CPI torna evidente que o Brasil não tomaria uma postura passiva, desmascarando pelo menos três grandes esquemas de corrupção e milícias espalhadas por todo o território (RODRIGUES, 2002, p.107).

Vale ressaltar a importância da Lei de Compra de Votos, Lei n.º 9840/99, que compreende o período tratado, endossado principalmente pela população a partir dos escândalos desmascarados pela CPI, que contou com 1.039.175 assinaturas originando a lei de iniciativa popular para conquistar um sistema político mais idôneo e democrático. Teve como principal objetivo combater a compra de votos e o uso eleitoral da máquina administrativa, autorizando a cassação do mandato de candidato que promete, oferece ou doa benefícios de qualquer natureza (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, destacamos a Lei Complementar n.º 135 de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, que veta candidaturas tornando inelegível ou cassando o mandato do político que possui condenação por órgão colegiado por 8 anos. Porém, em decisão do STF, o recente julgamento das ADCs 43, 44 e 54 declarou constitucional o artigo do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recursos, de forma que a decisão

precisa estar transitada em julgado para que o mandado seja realmente cassado (BRASIL, 2010).

Como resultado das medidas adotadas, a corrupção se tornou um dos principais problemas que preocupam os brasileiros, tomando o lugar da saúde nas últimas pesquisas. Em esforço conjunto com outros países, o Brasil cria diversas políticas voltadas ao combate da prática, externamente, para o público em geral e internamente em órgãos da administração, privilegiando as eleições como formas de prevenção.

Essa lei, idealizada pelo juiz Marlon Reis, entre outros, alcançou o alvo de 1,6 milhões de assinaturas e reflete os problemas levantados em trabalho publicado anos depois, que tratava da utilização de emendas parlamentares como forma de favorecimento e repasse de verbas e licitações que não obedecem a normas legais, lavagem de dinheiro, doações de campanha, compra de votos por meio de lideranças locais e financiamento de campanha com agiotas ligados ao crime organizado (REIS, 2014, p.11-40).

Segundo redação dada pela Lei n.º 12.850/2013: “considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional.” Embora o texto tenha sido amplamente criticado pelos juristas por seu caráter amplo, a criação de um tipo penal, objetivo da lei, é indiscutivelmente relevante para o Direito Penal (BRASIL, 2013).

Mesmo que a maior parte da doutrina aponte o caráter mutável das organizações criminosas, que possuem como característica mais proeminente a habilidade de adaptação aos mais diversos tipos de políticas destinadas a coibir sua prática, uma organização criminosa pode ser comparada com uma empresa na qual cada parte possui uma função para alcançar determinado objetivo. O principal objetivo deste trabalho é entender e demonstrar a inclusão da organização criminosa no sistema político do país (NUCCI, 2019, p.15).

Esse dispositivo nasce um ano antes do início da operação “Lava-Jato”, que teve 13 condenações por organização criminosa e 94 pessoas condenadas até o momento, 2 ainda serão julgadas por organização criminosa, e uma absolvição. Envolve ainda 5 deputados e ex-deputados condenados por corrupção. Essas pessoas são as responsáveis por apreciar a criação de nossas leis, seja a Lei de Drogas, Organização Criminosa e até revisões de artigos do Código Penal.

Incentivada pelo clamor popular, a política que combate a corrupção é intensa nas legislações e na opinião pública. Segundo Nucci: “as leis penais e processuais penais ainda não estão dissociadas de uma política criminal, clara, definida, objetiva e eficiente”. No Brasil, 10% dos parlamentares são réus em processos judiciais. Uma pesquisa recente constatou que 68% da população brasileira declara não ter confiança nos políticos e 67% declara não ter confiança no Congresso Nacional, a maior taxa da série histórica (NUCCI, 2019, p. 17).

É interessante apontar que na Lei de Drogas, Lei n.º 11.343/2006 (BRASIL, 2006), o legislador optou por definir a associação de duas ou mais pessoas como o mínimo para originar o crime de tráfico de drogas, mas admite por similaridade a aplicação da lei de organização criminosa. É necessário que o indivíduo que faz parte de determinada associação tenha noção de seu papel e da organização como um todo. Para considerar uma organização criminosa os seguintes requisitos devem estar presentes: estrutura organizada, divisão de tarefas, obtenção de vantagem de qualquer natureza que provenham de práticas de infrações penais, nacionais ou transnacionais (NUCCI, 2019, p.19).

A reforma de dispositivos legais ultrapassados, a conciliação de direitos com métodos efetivos para combater a corrupção, a burocratização do sistema legal, a forma atual das eleições, e o controle interno e externo de política são alguns dos problemas para combater a corrupção. Problemas que perpetuam por anos criando políticas que visam aumentar privilégios de políticos e empobrecer a classe trabalhadora, eliminando seus direitos fundamentais. Devemos adotar essa nova tendência de combate à corrupção de forma que: “a tendência da política criminal atualmente é no sentido de superar o modelo de garantias penais e processuais penais, adquiridas após anos de muito debate e esforço, e substituí-lo por outro de segurança do cidadão ou, ao menos que demonstre esta suposta segurança. (...) A política criminal se ‘rearma’: o Direito Penal e as penas se expandem” (CALLEGARI, 2008, p. 72).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a influência do narcotráfico por meio da corrupção no Estado, intoxicando justamente o órgão responsável por coibir essa prática é crucial quando falamos de reforma legal. Não podemos tratar esse problema sem conhecer suas raízes e engendramento no ordenamento jurídico.

O desafio para habilitar toda a classe política e suas próximas conquistas é real e parece não ter fim quando as investigações apontam vínculos entre políticos e o crime organizado. Diante do exposto, podemos realmente confiar que nosso sistema jurídico não é feito para proteger criminosos? Embora de forma sutil, dada a extensão do assunto, é possível dizer que atualmente a ligação de parlamentares com crimes de corrupção e com o crime organizado está mais forte do que nunca, o que levou ao descrédito de políticos e projetos potencialmente interessantes para combater o crime. As organizações criminosas parecem estar infiltradas no sistema político a ponto de ditar leis, iniciar e terminar carreiras, e desviar verbas necessárias por meio de pessoas colocadas em cargos importantes e financiadas com dinheiro lavado.

Embora seja quase impossível valorar com exatidão até que ponto as organizações criminosas estão envolvidas na criação de leis por meio de parlamentares, nosso objetivo geral neste trabalho atribui tal inexatidão à falta de um critério linear e interno capaz de medir a percepção da corrupção gerenciada e utilizado por todos, cidadãos, ONGs ou políticos. Para atingir nosso objetivo específico foi realizada a avaliação das referências bibliográficas para entender o cenário atual do ponto de vista científico e os possíveis avanços para combater a corrupção, conforme exposto acima.

A presente pesquisa destaca sua importância ao delimitar as informações necessárias e trazer uma atualização para o assunto, que embora seja amplo e atual carece de material em áreas específicas, como o financiamento da corrupção pelo crime organizado, para contribuir com o combate e a criação de normas jurídicas específicas, atendendo os interesses da sociedade.

A partir do exposto, destacamos a necessidade de criar um critério interno para valoração da corrupção, que possa ser veiculado, verificado e acessado por pessoas, órgãos do governo e organizações sociais para ajudar a localizar quais são os órgãos que necessitam de atenção e guiar a criação de novas leis, oferecendo parâmetros e critérios mínimos. Esse critério é o resultado direto da avaliação de dados científicos nacionais e internacionais utilizados para combater a corrupção. A partir da avaliação da legislação apontamos como principal ponto de entrada do crime organizado na política, a fraca legislação e a investigação

durante o processo eleitoral nacional, bem como seus dispositivos legais incapazes de conferir brechas e acompanhar a mudança histórica que aconteceu com a chegada de uma nova forma de fazer política.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. **Lei complementar nº 135 de 4 de junho de 2010**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 jun. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.840/99**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 set. 1999.

BRASIL. **Lei 11.343/2006**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 ago. 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.850/2013**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 02 ago. 2013.

CALLEGARI, André Luís. **Crime organizado: tipicidade, política criminal e investigação e processo: Brasil, Espanha e Colômbia**. 2008.

CHEMIM, Rodrigo. **Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho**. CDG Edições e Publicações LTDA, 2017.

COMTE-SPONVILLE, André. **O Capitalismo Será Moral? Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo**. 2006.

COSTA, Danilo da. Análise da exclusão e inclusão no contexto de jovens universitários. **Revista Coleta Científica**, Vol. 3, n. 6, p. 01–10, 2019.

COSTA, Helena Regina Lobo da. **Corrupção na história do Brasil: reflexões sobre suas origens no período colonial. Anticorrupção e compliance**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **O combate à corrupção e comentários à lei de responsabilidade de pessoas jurídicas: lei de nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, 1ª edição**. Editora Saraiva, 2015. 9788502622821.

JOHNSTON, M. **Political corruption and public policy in America**. Monterey. Brooks/Cole. 1982.

LAKATOS, Eva. M; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**, v. 3, 2001.

MARAGNO, L.M.D., KNUPP, P. de S. e BORBA, J.A. 2019. Corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil: evidências empíricas dos vínculos entre fraudadores e cofraudadores no caso Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**. 13, (nov. 2019), 5-18. DOI:<https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158510>.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado:** Aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. Organização criminosa. **Comentários à lei**, v. 12, 2019.

REIS, Márlon. **O nobre deputado:** Um relato chocante (e verdadeiro) de como nasce, cresce e se perpetua um corrupto na política brasileira. Leya, 2014. **ISBN-13:** 978-8544100455

RODRIGUES, THIAGO M. S.. **A infundável guerra americana:** Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 102-111, June 2002 . *Print version: ISSN 0102-8839 On-line version: ISSN 1806-9452*

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil:** uma história, séculos XVI a XVIII. Autêntica, 2017.

*Recebido em 07/04/2022
Aprovado em 24/07/2022*

UM MERCADO SEM CONTRATOS: OS PRODUTORES FAMILIARES DE LEITE DO OESTE DO PARANÁ

Andréia Bastian¹
Mirian Beatriz Schneider²

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho foi diagnosticar o ambiente socioeconômico dos produtores de leite; discutir as formas de negociação estabelecidas entre produtores e os seus respectivos laticínios; e, analisar a tomada de decisão no processo de escolha do laticínio por parte do produtor na Região Oeste do Paraná, que possui ao menos 28 laticínios com 6.725 produtores cadastrados até junho de 2020. Os resultados dos 96 questionários aplicados apontam que a maioria é composta por pequenos produtores familiares, cuja cadeia de governança é predominantemente informal, tendo o preço recebido pelo leite com fator mais importante na definição de parcerias com os laticínios, mas fatores como confiança e previsibilidade na relação entre produtores e laticínios também são determinantes na manutenção da relação. Os produtores em sua maioria produzem outros produtos agrícolas e apontam a instabilidade de preços como um fator determinante para essa não especialização.

Palavras-chave: Processo de comercialização; Tomada de decisão; Preço do leite; Contratos.

A MARKET WITHOUT CONTRACTS: FAMILY MILK PRODUCERS IN WESTERN PARANÁ

ABSTRACT:

The objective of the present work was to diagnose the socioeconomic environment of milk producers; discuss the forms of negotiation established between producers and their respective dairy products; and, to analyze the decision-making process in the dairy choice process by the producer in the Western Region of Parana, which has at least 28 dairy products with 6,725 registered producers until June 2020. The results of the 96 questionnaires applied indicate that the majority is composed by small family producers, whose governance chain is predominantly informal, with the price received for milk being the most important factor in the definition of partnerships with dairy products, but factors such as trust and predictability in the relationship between producers and dairy are also decisive in maintaining the relationship. Most producers produce other agricultural products and point to price instability as a determining factor for this non-specialization.

Keywords: Commercialization process; Decision making; Milk price; Contracts.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com FAO (2019), aproximadamente 150 milhões de famílias em todo o mundo estão envolvidas na produção de leite, sendo em sua maioria pequenos produtores que contribuem para a sua subsistência como importante fonte de renda.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: a.bastian@hotmail.com.

² Professora Doutora do Programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: mirian-braun@hotmail.com.

Nesse sentido, nas últimas décadas, a produção mundial aumentou mais de 58%, passando de 522 milhões de toneladas em 1987 para 828 milhões de toneladas em 2017.

No Brasil, a pecuária leiteira é praticada em todo o território nacional com condições edafoclimáticas que permitem à adaptação da atividade as peculiaridades de cada região, observando-se a existência de diversos sistemas de produção desde as técnicas mais rudimentares até propriedades comparáveis com as de outros países competitivos (ALVIM; MARTINS, 2004). O país é o terceiro maior produtor mundial, cuja produção corresponde a 33,49 milhões de toneladas em 2017. Este produto é um dos principais produzidos no país, ocupando a quarta posição no ranking (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, 2019), proporcionando renda a cerca de 1.062.429 estabelecimentos e a absorção de mão de obra rural, contratada ou não, permitindo a inclusão social dos pequenos produtores (FERRO; CARVALHO; MARTINS; SPERS; ROCHELLE, 2017).

Em termos de história recente, após 46 anos de intervenção governamental, a cadeia produtiva brasileira do leite passou a viver as transformações da desregulamentação do segmento, sem a adoção de uma política de transição. Conforme Gomes (2001), alguns dos determinantes dessas transformações foram a liberação do preço do leite em 1991, a maior abertura da economia brasileira ao mercado internacional, a estabilidade da economia brasileira e a concorrência desleal e predatória dos subsídios internacionais concedidos às principais *commodities* lácteas (ALVIM; MARTINS, 2003).

De acordo com Leite (2003), o Plano Real é, também, apontado como causador de impactos no setor devido às mudanças introduzidas nos padrões de consumo de lácteos, justificados pela estabilidade econômica. Dentre as principais mudanças na cadeia do leite após esse período estão o aumento na produção e ganhos de produtividade; a maior especialização; o pagamento diferenciado por volume; a elevação dos padrões de qualidade da matéria-prima; as mudanças no nível de exigências do consumidor por qualidade, padrão e preço; a crescente tendência de concentração de firmas processadoras e a redução da importância das cooperativas.

Já em 2015 o setor passou por uma severa crise, que aconteceu dada as circunstâncias internas e externas dos anos 2013 e 2014 com intensa melhoria das condições econômicas do mercado, com preços favoráveis tanto para venda quanto para a aquisição dos alimentos concentrados, acarretando no aumento da produção mundial. Contudo, no Brasil apesar do cenário favorável, os custos operacionais aumentaram mais do que as receitas totais recebidas do setor (STOCK, 2019), sendo os impactos relevantes desses episódios a redução do preço do leite em 2015 e, conseqüentemente, a diminuição das rendas das famílias. Apesar da profunda crise, o setor se reestruturou mais uma vez, embora com um certo aumento do tamanho das propriedades, resultado da concentração que afetou o setor.

De acordo com as informações do Cepea (2019), o ano de 2017 se iniciou com os preços do leite pagos ao produtor em patamares altos, sendo resultante de um período de baixa oferta e de alto custo de produção, mas a partir de junho houve queda significativa. Dessa forma, este ano foi de muita volatilidade de preços, mostrado ainda que o desequilíbrio da oferta e demanda ressaltou a fragilidade da cadeia láctea.

Outro dado relevante para o estudo trata das indústrias de laticínios que em 2017 correspondiam a 6.844 estabelecimentos e empregavam 159.890 pessoas, totalizando um aumento de 8,39% em relação ao ano de 2016 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019). Com relação à aquisição de leite por parte dos mesmos, estes adquiriram cerca de 24,334 bilhões de litros de leite cru ou resfriado, valor que supera em 5,03% a quantidade correspondente a 2016 (IBGE, 2019).

Esses dados demonstram que as mudanças estruturais e institucionais da cadeia leiteira ao longo dos anos tornaram o sistema mais competitivo, principalmente com o surgimento de novas indústrias de beneficiamento. Também ocorrem mudanças constantes nas relações estabelecidas na cadeia, tanto pelas exigências a respeito da qualidade quanto na adoção de tecnologias e meios de reduzir custos de produção, tornando estudos dessa natureza importantes para entender como ocorreram e ocorrem as relações estabelecidas entre os produtores e as respectivas indústrias processadoras do leite ao longo desse período.

Atualmente o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, cuja produção corresponde a 33,49 milhões de toneladas produzidas em 2017. Este produto é um dos principais produzidos no país, ocupando a quarta posição no ranking (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, 2019), proporcionando a renda de muitas famílias e a absorção de mão de obra rural, contratada ou não, permitindo a inclusão social dos pequenos produtores (FERRO; CARVALHO; MARTINS; SPERS; ROCHELLE, 2017).

Já o estado do Paraná, em termos de participação nacional, é a segundo colocado com uma produção de 4,6 bilhões de litros em 2020 (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, 2021). O Estado tem duas mesorregiões que se sobressaem nacionalmente, quais sejam o Sudeste e o Oeste Paranaense, com 2,94 % e 2,34% da produção brasileira (HOTT; ANDRADE; MAGALHÃES JR, 2022). No Oeste do Paraná, a pecuária e a criação de outros animais é fonte de renda para 118.589 estabelecimentos (IPARDES, 2022). Ou seja, essas famílias possuem em suas propriedades pelo menos algum tipo de prática pecuária e, considerando o número de municípios que compõe a mesorregião, o número de pessoas envolvidas direta ou indiretamente é significativo para o desenvolvimento regional.

No quesito de produção leiteira especificamente, a Região apresenta alguns municípios que se sobressaem no quesito produção e quantidade de vacas ordenhadas. Com uma produção de 809 milhões de litros produzidos no ano de 2020, Cascavel representa 10,6% do total do Oeste, seguido pelas cidades de Marechal Candido Rondon com 10,5% e Toledo correspondendo a 10,4% (IPARDES, 2022).

Tomando em conta o contexto em tela, o foco desse texto é investigar o ambiente socioeconômico dos produtores de leite; discutir as formas de negociação estabelecidas entre produtores e os seus respectivos laticínios; e, analisar os fatores da tomada de decisão no processo de escolha do laticínio por parte do produtor.

2. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE NO OESTE DO PARANÁ

Na concorrência perfeita há a presença de muitas empresas e muitos consumidores, os quais, devido a grande proporção não influenciam o preço do mercado, sendo as empresas tomadoras de preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014). Um exemplo disso seria a cadeia leiteira, a qual é objeto de estudo deste trabalho e se caracteriza pela baixa barreira de entrada e saída da atividade, grande número de agentes produzindo e baixa diferenciação do produto final. Assim, têm-se um ambiente concorrencial muito intenso, cujo fator crucial é a inovação adotada e que é rapidamente difundida, além da questão do controle de custos para tornar a atividade rentável.

Por outro lado, no setor leiteiro, mesmo que os produtores atuem em concorrência perfeita, os elos que se constituem *ex-ante* e *ex-post* atum numo mercado de mais concentrado e organizado sob a forma de oligopsônios (ou monopsônios) regionais (ALVIM; MARTINS, 2004). Os oligopsônios referem-se a poucos compradores negociando com muitos vendedores, e um exemplo disso seria a própria indústria de laticínios (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014), e os monopsônios referem-se a ter somente um comprador para muitos vendedores dos serviços dos insumos. Por serem caracterizados como sendo mais concentrados, possuindo parcela significativa no mercado, os laticínios conseguem condições favoráveis para influenciar nos preços pagos ao leite *in natura* (SCALCO, 2011).

Por isso, ao se considerar o avanço tecnológico as empresas que estão envolvidas *ex-ante* e *ex-post* das propriedades, e que são mais concentradas, disponibilizando de estratégias de comercialização em que, por vezes, produtores preferam a redução de custos ao invés da fidelização a marcas e estabelecimentos. Assim sendo, o espectro de competitividade implantado tanto nas empresas quanto entre produtores, faz com que discussões a respeito das relações viessem à tona.

As discussões geradas a partir dos atributos que a microeconomia não analisa, são tratados na Nova Economia Intitucional (NEI), que aborda os aparatos das transações propriamente ditas, sem levar em pauta os custos. Ou seja, a NEI estabelece parâmetros que consideram os custos de transação, os quais se referem aos acordos estabelecidos entre os produtores com seus respectivos laticínios, como os acordos formais e informais. A NEI teve como principal expoente Coase que abriu caminho para explicar a gênese da firma. A firma, de acordo com este autor, compreenderia várias atividades que permitem a transformação do produto e, também, seria um espaço que permitiria a coordenação das ações dos agentes econômicos alternativo ao mercado (AZEVEDO, 1997, p. 35).

Para Coase existem duas formas de coordenação, quais sejam a de mercado e a da firma, que concorrem e coexistem no meio econômico, mas que diferem com relação a seus custos de coordenação, chamados de custos de transação, dada a sua natureza distinta dos custos de produção. Os custos de transação mencionados, segundo Coase, não são facilmente mensuráveis e seriam de duas naturezas: a) custos de descobrir os preços vigentes no mercado, custos de coleta de informações e b) custos de negociação e estabelecimento de um contrato. (AZEVEDO, 1997; ROCHA JR, *et al.*, 2011)

Concomitante a isso, estes custos estão intimamente ligados aos atributos de transação, os quais têm três dimensões: 1) especificidade de ativos que são aqueles que

não podem ser reempregáveis a não ser com perdas de valor; 2) frequência, quanto mais vezes ocorrer às transações é possível que se estabeleça relações de confiança mútua; e, 3) incerteza, a qual surge pelo fato de uma das partes não conhecer o parâmetro de avaliação ou monitoramento.

Os custos de transação surgem a partir de alguns aspectos que podem surgir durante as transações, quais sejam: direito de propriedade, oportunismo, risco moral, racionalidade limitada, seleção adversa e especificidade do ativo.

Durante as negociações há o envolvimento de indivíduos que trocam direitos de propriedade, contudo, podem ocorrer situações em que, dada à racionalidade limitada, permitem ações oportunistas. O pressuposto comportamental de oportunismo, o qual foi uma contribuição à consolidação da NEI, se manifestando na fraqueza da própria razão e consiste na busca do auto interesse com astúcia (Conceição, 2002).

O oportunismo pode ser exaltado a partir do momento em que há uma assimetria de informação, em que um indivíduo possui alguma informação privada que não pode ser adquirida sem algum custo pelas outras partes, desencadeando no chamado risco moral que se refere a essa ação ser praticada em prejuízo da outra parte (ROCHA JR., 2004).

A seleção adversa elimina do mercado produtos que possuem boa qualidade, ou seja, as características menos desejáveis são selecionadas e não descartadas dados os incentivos envolvidos (AKERLOF, 1970). Por outro lado, a especificidade do ativo é o elemento central para explicar os custos de transação, sendo caracterizado como um ativo que não pode ser reempregado em outra atividade sem perder valor, ocasionando uma ação oportunista das demais partes.

Dessa maneira, ao se considerar a cadeia leiteira brasileira, as mudanças organizacionais ocorridas foram influenciadas pelas transformações no mercado competitivo, através da conduta dos agentes envolvidos nas negociações e pelas estruturas de mercado. Este cenário ocasiona alterações nos custos de transação e nas estruturas de governança, aproximando-o de uma coordenação caracterizada por via mercado (BREITENBACH; SOUZA, 2015).

Nesse contexto, a empresa tem como função a partir da modificação das suas ideologias, economizar os custos de transação que se daria de duas maneiras: através do mecanismo de preços e/ou substituindo um contrato incompleto por vários contratos completos (CONCEIÇÃO, 2002). Portanto, a eficiência econômica pode ser compreendida pela análise de contratos, que, embora sempre imperfeitos, podem gerar ganhos e mitigar perdas (ROCHA JR., et al., 2011).

3. RELAÇÃO ENTRE PRODUTORES E LATICÍNIOS

Com todas as mudanças ocorridas na década de 90, os consumidores tornaram-se cada vez mais exigentes com relação aos produtos que desejam consumir, principalmente com relação ao custo-benefício dos produtos adquiridos e, com isso, a imagem da empresa processadora também começou a ter destaque dada a produção. Concomitante a isso, têm-se o aumento das exigências para com os produtores, resultando na necessidade de níveis mais altos de produtividade, escala e qualidade, acompanhados da redução de custos.

Para a indústria foi “exigida maior competitividade em custos, tecnologias, economia de escala e escopo, logística, marketing, segurança alimentar, certificação, ISO, etc.” (KRUG, 2004, p. 75).

Ao se tratar da comercialização do leite para os laticínios seja no mercado formal ou informal, se adota como medida padrão de qualidade do leite a contagem de células somáticas (CCS), pois está relacionada com a composição e rendimento industrial do leite. Outro fator que demonstra o indicativo da qualidade é a contagem bacteriana total (CBT), a qual se refere às condições de ordenha, armazenamento, transporte.

Dessa forma, a intensidade dos conflitos entre laticínios e produtores está relacionada ao prêmio que os mesmos vierem a receber e como captarão esse estímulo a produção (MARTINS, 2005). Um exemplo seria o preço recebido pelo produtor, diferenciado por volume e qualidade, o qual tem estimulado a concentração da produção e a melhoria da qualidade do leite (GOMES, 2001).

No mais, fator fundamental nas negociações é a maior transparência ao acordo de compra e venda do leite entre produtores e a processadora, no entanto, para a maioria dos produtores estes acordos são feitos de maneira informal, não havendo regras pré-estabelecidas para determinação do preço a ser pago, prazo de pagamento e a duração do contrato (BRANDÃO, 2001).

Portanto, há certa carência no setor de ações que envolvam contratos, estabelecendo aspectos como prazo de pagamento, duração das negociações, etc. De outra forma, no Brasil necessita-se de um amadurecimento destas formas de atuação nos diversos elos da cadeia com relação às visões e no desenvolvimento do pensamento sistêmico, aliado a políticas públicas com foco em planejamento estratégico de longo prazo (KRUG, 2004), possibilitando maiores garantias de investimento para produtores que têm no leite sua principal fonte de renda.

3.1 Os contratos na atividade leiteira

O que distingue um contrato de uma mera transação é o compromisso. Nesse sentido, há diversos tipos de contratos, dentre os quais estão os orais e informais (que são tratados verbalmente sem nada escrito), e os formais (redigidos e assinados pelas partes) que possuem cláusulas e outros elementos que formalizam a relação espontânea entre os agentes que celebram o contrato, mas estes não conseguem ser devidamente completos devido à existência da racionalidade limitada das partes envolvidas (FERNÁNDEZ-OLMOS, 2011).

Com isso, de acordo com Sabadin, Grígolo e Fischer (2019), as decisões tomadas pelos produtores precisam estar além do direcionamento tecnológico e das experiências próprias na administração, se faz necessária à conscientização da necessidade de conhecer o meio em que estão inseridos para melhor planejar as ações tomadas em longo prazo.

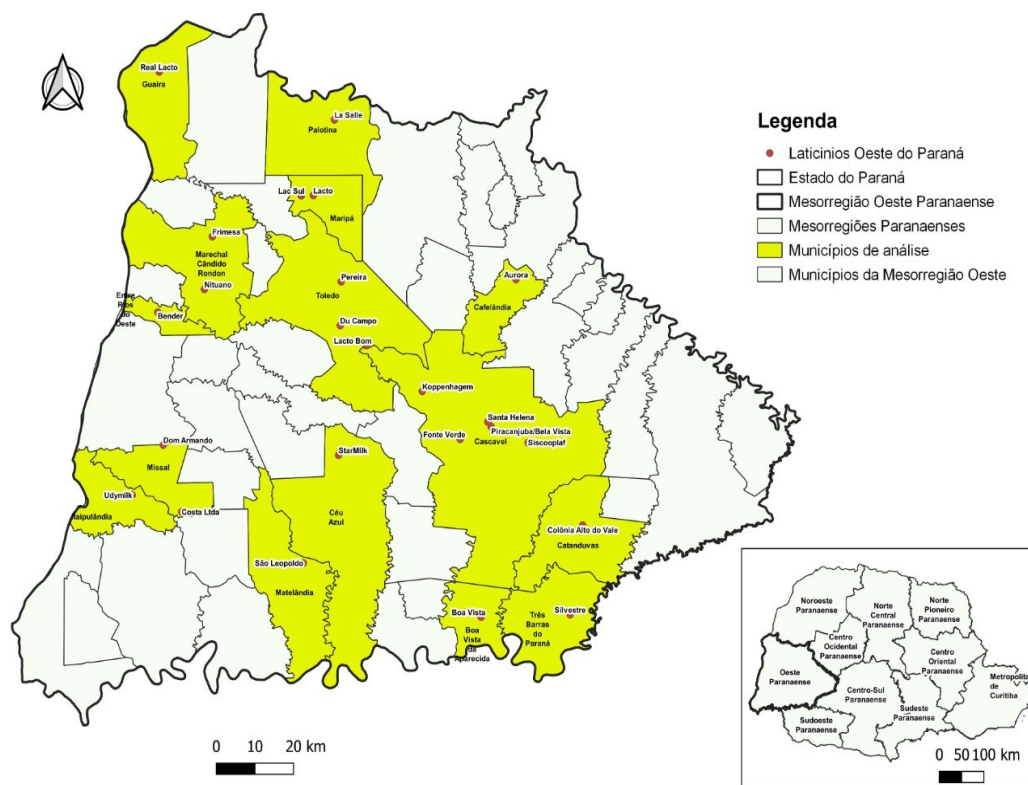
Dessa forma, o produtor há de querer sempre o maior preço recebido por sua produção, optando por condições de negociação que permitem a fixação desse preço, além de presar pelo baixo custo das adequações na sua produção. Diante disso, o produtor opta por realizar suas transações no mercado informal dado que as decisões podem ser negociadas (BÁNKUTI; SOUZA FILHO; BÁNKUTI, 2008).

Assim, ao estabelecer um contrato informal pode ser que traga vantagens com relação à adaptação dos acordos as necessidades de curto prazo, contudo, isso também abre espaço para ações oportunistas dos participantes das negociações (HAYER; STADUTO; DARR, 2019), sendo um problema para relações futuras a falta de confiança estabelecida entre as partes, fazendo com que exista um alto risco de que as negociações não perdurem por um longo período (DELIBERAL; TOMIELO; MALAFAIA, 2019).

4. O PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de concretizar esse estudo relacionado às negociações na cadeia leiteira, o universo específico dessa pesquisa é a Região Oeste do Paraná, em que foram pesquisados 28 laticínios da Mesorregião Oeste Paranaense, que reúnem 6.725 produtores.

Figura 1: Mapa Região Oeste Paranaense



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

A pesquisa propriamente dita foi aplicada em 96 propriedades, localizadas nos municípios destacados em amarelo no mapa acima, sendo que no final se alcançou um valor superior a esse de retornos dada a propagação da pesquisa. Ainda, com o intuito de

testar o questionário, este foi elaborado e pré-testado em uma microanálise feita com 25 produtores pertencentes ao Programa Municipal de Melhoramento Genético de Bovinos Leiteiros, realizado pela Prefeitura do município de Toledo – PR. O período de coleta foi no mês de fevereiro de 2020, sendo a amostragem caracterizada como não probabilística intencional (BASTIAN; SEEFELD; ROCHA JR., 2020).

Portanto, as empresas e o número de amostras de aplicação dos questionários são: Dom Armando (2), Nituano (2), Costa Ltda. (8), Lacto Bom (1), Pereira (0), São Leopoldo (5), La Salle (3), Koppenhagem (0), Real Lacto (10), Copagril (12), Primato (4), Lar (4), C. Vale (1), Copacol (1), Lacto Ltda. (8), Lac Sul (5), Bender (0), Aurora (1), Boa Vista (2), Fonte Verde (0), Piracanjuba (1), Siscooplaf (0), Santa Helena (4), Colônia Alto do Vale (9), Silvestre (13), Agroindustria Udymilk (0) e StarMilk (0).

Para atingir os objetivos desse trabalho, que giram em torno da compreensão do processo de tomada de decisão por parte do produtor para o estabelecimento de uma relação comercial com os laticínios, tornou-se imperioso conhecer a realidade socioeconômica dos produtores da região. Para isso foram aplicados 103 questionários, com 53 perguntas cada, objetivas e descritivas. A primeira parte envolvia questões sobre o produtor, propriedade e a sucessão familiar, para posterior análise dos aspectos que são ressaltados por eles para realizar as negociações com as indústrias processadoras.

A seleção das indústrias a ser pesquisada levou em consideração todas as indústrias localizadas nos municípios da Região estudada, perfazendo um total de 50 municípios. Entretanto 16 empresas encontradas a partir de um site de pesquisa, não quiseram responder ou não existem mais, sendo somente as empresas listadas na Tabela 1 as que forneceram as informações sobre a quantidade de produtores de leite. Cabe ressaltar que em uma das empresas houve certa “relutância” no sentido de fornecer a quantidade de produtores, pois, conforme a mesma poderia transparecer algumas informações que seriam prejudiciais a sua imagem. Por fim, com relação a aplicação dos questionários, estes foram distribuídos principalmente pelo *whatsapp*, por grupos relacionados a atividade, contudo, o repasse também ocorreu profissionais envolvidos na pecuária leiteira, como os veterinários. Cabe destacar que, estes não estabelecem vínculos diretos com nenhuma empresa, aspecto que favoreceu a aplicação dos questionários aos diversos laticínios pesquisados.

Tabela 1: Produtores e quantidade de questionários a serem aplicados por laticínio, junho de 2020

	LATICÍNIOS	QUANTIDADE DE PRODUTORES	%	QUESTIONÁRIOS A SEREM APLICADOS
1	Dom Armando	135	2,01	2
2	Nituano	116	1,72	2
3	Costa Ltda.	554	8,24	8
4	Du Campo	32	0,48	0
5	Lacto Bom	90	1,34	1
6	Pereira	19	0,28	0
7	São Leopoldo	330	4,91	5
8	La Salle	181	2,69	3
9	Kopenhagen	9	0,13	0
10	Real Lacto	700	10,41	10
11	Copagril *	839	12,48	12
12	Primato *	255	3,79	4
13	Lar *	281	4,18	4
14	C. Vale *	88	1,31	1
15	Copacol *	56	0,83	1
16	Lacto Ltda.	544	8,09	8
17	Lac Sul	350	5,20	5
18	Bender	3	0,04	0
19	Aurora	70	1,04	1
20	Boa Vista	115	1,71	2
21	Fonte Verde	3	0,04	0
22	Piracanjuba/Bela Vista Ltda	60	0,89	1
23	Siscooplaf	18	0,27	0
24	Santa Helena	300	4,46	4
25	Colônia Alto do Vale	661	9,83	9
26	Silvestre	914	13,59	13
27	Agroindustria Udy milk	1	0,01	0
28	StarMilk	1	0,01	0
	TOTAL	6725	100	96

*Cooperativas que entregam o leite para o Laticínio Frimesa

Fonte: Dados da pesquisa feita em junho de 2020.

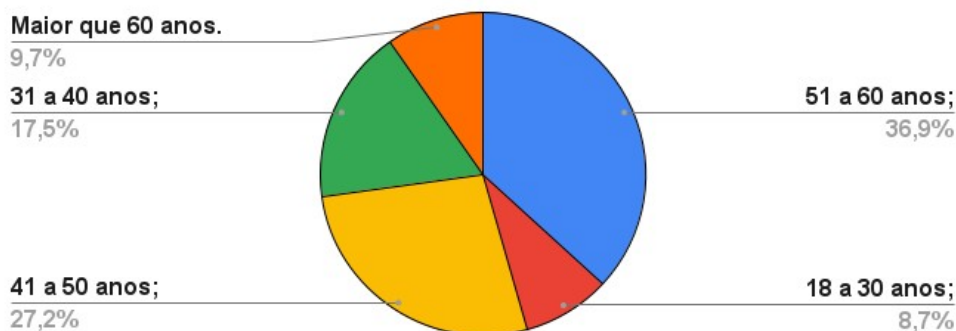
4. RESULTADOS DA PESQUISA PARA A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA NA REGIÃO OESTE

Conforme os dados evidenciados na Figura 2, a população rural que lida com o gado leiteiro, tem tendência a diminuir, dado que os valores percentuais da quantidade de

proprietários de acordo com a idade tende a decrescer conforme a faixa etária mais jovem vai se inserindo no mercado de trabalho. Essa dificuldade na sucessão familiar acaba repercutindo na tendência a concentração do setor, mas é também uma consequência das mudanças na agricultura que desestimulam a permanência do jovem no campo, principalmente os de maior qualificação, o que fica demonstrado pelos dados de escolaridade coletados.

A primeira pergunta de análise seria a respeito da idade do produtor responsável da propriedade, cujas respostas demonstram que 46,6% dos proprietários da atividade leiteira tem idade superior a 51 anos (figura 2).

Figura 2: Idade do produtor responsável pela propriedade, 2021.



Fonte: dados da pesquisa, jan./mar. 2021.

Conforme os dados evidenciados na Figura 2, a população rural que lida com o gado leiteiro, tem tendência a diminuir, dado que os valores percentuais da quantidade de proprietários de acordo com a idade tende a decrescer conforme a faixa etária mais jovem vai se inserindo no mercado de trabalho. Essa dificuldade na sucessão familiar acaba repercutindo na tendência a concentração do setor, mas é também uma consequência das mudanças na agricultura que desestimulam a permanência do jovem no campo, principalmente os de maior qualificação, o que fica demonstrado pelos dados de escolaridade coletados.

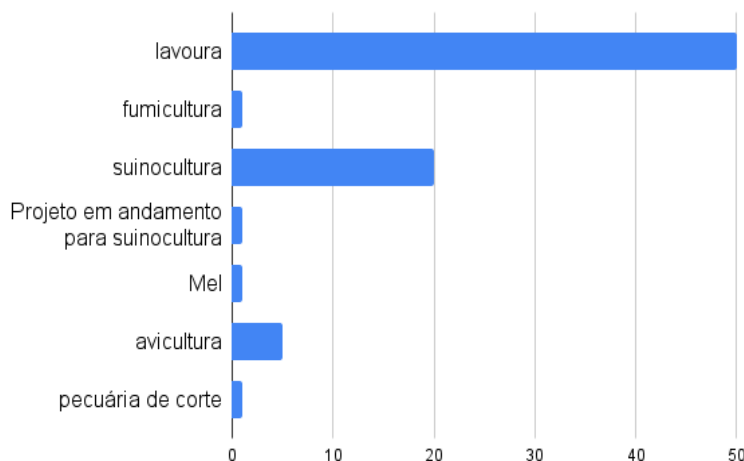
Em sua maioria os produtores possuem somente o primeiro grau incompleto (33,0%), mas, também, se obtiveram respostas com primeiro grau completo (17,5%), segundo grau incompleto (8,7%), segundo grau completo (25,2%), ensino superior completo (10,7%) e pós-graduação (1,9%). Desta maneira, se comprova fatos demonstrados por Pereira e Castro (2019), a partir de dados divulgados pelo Ipea (2010), que 26,5% da população rural maior de 18 anos possui escolaridade até o fundamental completo.

Ao serem questionados a respeito de quanto tempo possuem a propriedade, cerca de 67% dos respondentes relatou que possuíam a mesma a mais de 20 anos. Quando a pergunta aborda o tempo em que estão na atividade, o retorno foi ainda maior, ou seja, 77,7% estão envolvidos na produção de leite a mais de 20 anos. O laço parental interfere significativamente nesses percentuais, fato esse demonstrado na pergunta subsequente a

qual ressalta que 63,1% dos casos a atividade foi herdada dos pais/avós e o restante foi iniciado pelo próprio produtor.

Igualmente, a atividade leiteira contribui com grande parcela dos empregos, contando com mão de obra familiar em 98 casos dos 103 relatados no questionário aplicado. Além disso, em 37 propriedades somente duas pessoas trabalham com a produção leiteira, 32 com 3 pessoas, 26 com 4 pessoas, 6 com 5 pessoas e 2 propriedades com apenas 1 pessoa trabalhando nessa atividade, ou seja, no total de 103 propriedades estas empregam 306 pessoas diretamente na produção. Menciona-se ainda nesse aspecto que, indiretamente, a cadeia propicia renda a muito mais pessoas antes e depois da porteira com a comercialização de leite e de seus derivados. A estrutura de produção da cadeia leiteira é muito incerta, com padrões técnicos cada vez mais altos, resultando em custos crescentes e instáveis faz com que haja a necessidade de atuação em outras áreas consorciadas a produção de leite, a fim de compensar as corriqueiras instabilidades de renda do setor (figura 3).

Figura 3: Principais fontes de renda além da pecuária leiteira, 2021.



Fonte: dados da pesquisa, jan./mar. 2021.

Assim sendo 76,7% das propriedades onde foram aplicados os questionários possuem outras fontes de renda além da atividade leiteira, tais como a lavoura (50), suinocultura (20) e a avicultura (5). Contudo, de acordo com o Figura 2, outras atividades foram ressaltadas, tais como pecuária de corte, mel, avicultura e fumicultura.

Ainda em termos de diversificação da produção, a maioria das propriedades são caracterizadas como sendo minifúndio, até um módulo fiscal (18 ha), um total de 58,3% das propriedades; pequena propriedade, de 1 a 4 módulos fiscais (18 a 72 ha), correspondendo a 37,9% da amostra; e, por fim, média propriedade, de 4 a 15 módulos fiscais (72 a 270 ha), demonstrando que somente 3,9% dos casos se classificam nessa opção. Portanto os dados apontam que a produção na Região Oeste, em sua maior parte está sendo realizada em propriedades menores que 72 ha, mostrando novamente que a mesma tem grande potencial para desenvolver a produção na agricultura familiar.

Por sua vez, considerando a produção de leite como pauta do estudo esta é alvo de questionamento a respeito da quantidade de animais e capacidade de produção. As respostas foram mais diversificadas, sendo que 67% dos entrevistados possuem de 21 a 60 animais em suas propriedades, ou seja, são pequenos produtores que buscam o sustento da família através dessa atividade. No caso da quantidade de lácteos, esta reforça o que tentamos demonstrar, dado que 59,2% dos casos têm de 200 a 600 litros de leite por dia.

Na região pesquisada, o leite é captado por 26 indústrias processadoras (laticínios em que os produtores responderam), as quais transformam sua produção em leite e derivados (40,8%) e queijos (27,2%), principalmente. Esses produtos após a sua transformação, são destinados principalmente ao atacado e varejo (54,4%), e ao atacado somente (29,1%), no entanto, também foram fornecidas informações que parte da produção iria para programas sociais, tais como o Leite das Crianças em 2,9% dos casos.

Quando se questiona a respeito da divulgação da destinação, se esta foi repassada para os produtores pelas indústrias, 69 produtores afirmaram que eles não haviam sido informados. Fato esse que ressalta o que estamos investigando a informalidade dos contratos estabelecidos na cadeia leiteira, objeto de estudo da Nova Economia Institucional ressaltado no referencial teórico.

Sobre a distância entre o laticínio e a propriedade se torna interessante, pois muitas vezes os produtores não buscam vender a produção para indústrias locais, como demonstradas na pesquisa em que 41,8% dos casos a distância é superior a 51 km. Contudo, ao averiguar se isso tem interferência nos valores recebidos 92,2% dos respondentes não sabe se essa distância influencia no valor, e 7,8% diz que a distância interfere no valor recebido pelo leite. Ressaltando certa assimetria informacional entre processador e produtor, justificando ações que visem estabelecer melhores relações entre as partes estudadas.

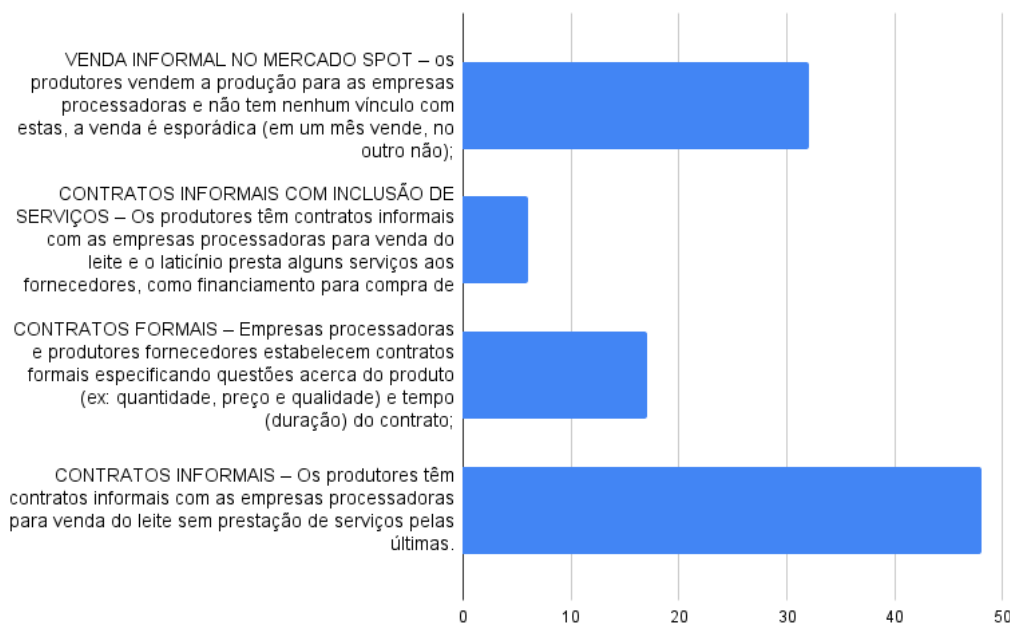
Seguindo as perguntas, o nível tecnológico das propriedades em sua maioria está entre 3 e 4 com, respectivamente, 46 e 47 casos. Este dado já era esperado, se considerado a questão da opinião dos produtores. Além disso, a cadeia leiteira do Oeste tem muitos pequenos produtores, fazendo com que as tecnologias aqui implementadas sejam disseminadas de forma gradual entre propriedades que buscam se especializar.

A respeito da comercialização, muitos produtores afirmaram que a mesma ocorre com o mesmo laticínio a mais de 20 anos como é o caso de 8 propriedades, de 10 a 20 anos em 22 propriedades e, de 5 a 10 anos em 34 propriedades. Este é um aspecto relevante na pesquisa, por contribuir com a resolução do segundo e terceiro objetivos deste estudo, quais sejam o de discutir as formas de negociação estabelecidas entre produtores e os seus respectivos laticínios, e analisar os fatores da tomada de decisão no processo de escolha do laticínio por parte do produtor.

A partir da análise anterior, se estabelece um questionamento a respeito do relacionamento que o produtor tem com o laticínio, sendo que na maior parte existe um bom relacionamento entre eles, muito mais baseado em questões como confiança do que em contratos formais. Dentre os 103 produtores entrevistados, 79 afirmaram ter um bom relacionamento com a indústria processadora. Partindo desse aspecto, as formas de comercialização do leite acordadas entre as partes são demonstradas na Figura 4.

A Figura 4 comprova uma das hipóteses previstas no início do estudo, qual seja “o vínculo na entrega de leite estabelecido entre os produtores e os laticínios ocorre via mercado, não havendo sequer um contrato escrito para formalizar os acordos”. Dessa maneira, para 48 respondentes existem os contratos informais sem inclusão de serviços e para 32 há a comercialização pelo mercado spot, em que se têm venda esporádica, podendo romper este vínculo quando quiser.

Figura 4: Formas de comercialização de leite acordadas entre produtor e laticínio, 2021.



Fonte: dados da pesquisa, jan./mar. 2021.

Fato interessante ao estudar a comercialização do produto leite, é a existência de intermediários em 52,4% dos casos relatados, ou seja, se têm a presença de leiteiros, por exemplo, que negociam a produção com os produtores ao invés das indústrias propriamente ditas. Além disso, existem casos em que estes conseguem captar o máximo da produção de vizinhos, facilitando a captação bem como a redução dos custos de transporte.

Outra resposta interessante diz respeito a questão da venda da produção pelos laticínios a outros do mesmo ramo, relatada por 29,1% dos produtores que sabiam que isso acontecia com a sua produção. Este dado demonstra que a garantia de compra não é um atributo importante para os produtores de leite, o que vem a ser mais um fator que demonstra uma certa independência na escolha do produtor quando se trata de entregar sua produção. Essa relativa liberdade se contrapõe aos processos de integração total comuns nas cadeias de frangos e suínos por exemplo, dando maior capacidade de escolha ao produtor, mas que parece superar o relativo aumentando do risco conjuntural, uma vez que o leite é um produto altamente perecível.

Um exemplo deste fato é disposto através das cooperativas, as quais coletam leite e vendem para as processadoras. No estudo são seis cooperativas, sendo elas a Lar, Copagril, Copacol, Primato, C. Vale e a Tirol, que não pertence a Região Oeste do Paraná. Assim, dos 30 respondentes 56,6% disseram que comercializam a sua produção com a Copagril, que capta a produção e a transporta até o Laticínio Frimesa localizado em Marechal Cândido Rondon. Num rápido retrospecto histórico, esta cooperativa durante o processo de aplicação dos questionários passou por uma fusão com a Cooperativa Lar sediada em Medianeira, onde algumas respostas também foram obtidas e a produção captada por esta é também processada na Frimesa, como as demais estudadas com exceção da Tirol.

Na maioria dos casos, as transações ocorrem com as cooperativas apenas a respeito do leite, contudo, 14 produtores relataram que comercializam outros produtos, tais como frango (4), suínos (5) e grãos (5). A partir disso, se questionou se possuíam algum tipo de contrato com a empresa, obtendo como resposta que 12 produtores haviam fixado algum tipo de relação contratual, assim percebe-se que as cooperativas que aplicam o sistema de integração para outros produtos acabam repercutindo o modelo, com outras especificidades, para o leite.

Por outro lado, os sócios de cooperativas que entregam todos os seus produtos, inclusive o leite na mesma, recebem um preço mais alto que os não sócios, e que também é maior que o pago por outras empresas, uma espécie de compra casada. Esse fato foi relatado em seis propriedades, e aponta para o estabelecimento de vínculos mais amplos, além da venda do leite, entre associados e suas cooperativas. Aliás as cooperativas agrícolas da região são muito estudadas como uma fonte alternativa de estabilidade de renda para os agricultores da região. Algumas delas surgiram em paralelo ao processo de colonização da região, em torno dos anos 1950, e são apontadas pela literatura corrente como responsáveis pelo alto índice de desenvolvimento tecnológico da agricultura familiar na região.

Em cooperativas também acontece de os produtores buscarem comprar todos os produtos utilizados na produção no mesmo local, no entanto, no estudo isso somente foi relatado por 5,8% da amostra. Sendo assim, 94,2% dos 103 questionários aplicados diz ter liberdade para comprar onde preferir, mostrando que atualmente os produtores não tem tanta fidelização por locais de comercialização como anos anteriores, ressaltando aspectos como a busca pela redução de preços na cadeia produtiva, a exemplo de conteúdos demonstrados em trabalhos como os de Santos e Ferreira (2021).

A produção de leite é vendida em sua maioria somente para o processamento nos laticínios (100 propriedades), mas têm-se casos que há a venda de nata, queijos, manteiga e afins a terceiros pela propriedade. Estas ações em prol da valorização do leite e derivados vendidos dentro da porteira tende a ser uma tendência cada vez maior na Região, dado que o Biopark está realizando projetos como o dos Queijos Finos, incentivando produtores a se especializarem na produção de queijos como o Brie, Saint-Paulin, Morbier, Gouda e Camembert (BIOPARK, 2021).

Ao questionar a respeito da comercialização através de contratos, 51,5% diz que se existisse a possibilidade de fazê-los traria melhoria para a produção e negociação, 1% afirmou o mesmo com ressalvas de que deveria trazer vantagens para as partes

envolvidas e 47,6% disse que os contratos não trariam melhorias para a produção e negociação. As respostas obtidas nesse questionamento demonstram que a cadeia ainda está atuando com certas ressalvas, uma das justificativas seria a de que com as oscilações que ocorrem no Conseleite não seriam base para a efetivação de contratos em longo prazo, o máximo de prazo que ocorre em fechamentos de contrato são de 3 meses e ainda com ressalvas.

A respeito das ferramentas utilizadas para manter a relação existente entre produtor e laticínio, o primeiro afirma em sua maioria que as indústrias não utilizam nenhuma forma para captar o nível de satisfação. Dessa maneira, dos 33% que relataram que havia alguma ferramenta utilizada, esta seria as conversas ocasionais (90,9% dos casos), contudo, ao se analisar a questão de que maior parte das relações acontece sem ao menos ter algumas conversas ocasionais, se torna preocupante principalmente com relação à manutenção dessa relação, dispondo de assimetrias informacionais que muitas vezes acabam por prejudicar uma ou outra parte.

Por sua vez, as relações estabelecidas entre produtores e a indústria de laticínios são caracterizadas a partir da existência de confiança entre as partes (71,8%) e somente pelo cumprimento de acordos formais/informais (43,7%). Como esta é uma pergunta que poderia assinalar ambas alternativas, os valores percentuais superam os 100%, no entanto, torna a avaliação significativa, demonstrando que as ações são tomadas além dos acordos feitos, estabelecendo vínculos entre os envolvidos.

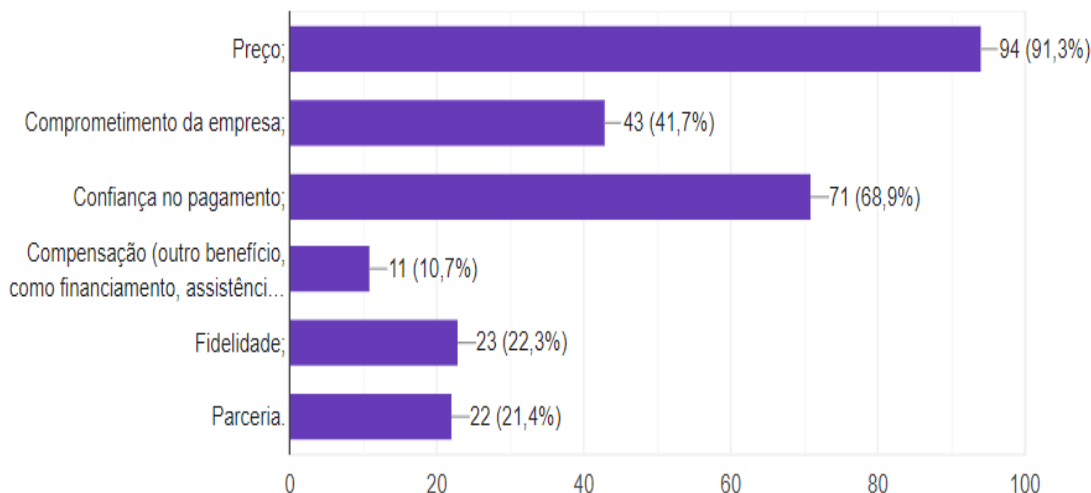
Os dados apontam uma certa ambiguidade entre os produtores entrevistados. Embora a maioria aponte que a existência de contratos poderia dar maior estabilidade ao produtor, nem todos o fazem, e o fato de boa parte dos produtores, mesmo com as vantagens apontadas por aqueles que estão cooperativados, permanecerem independentes, aponta para várias questões dentre elas o fato de a produção de leite ser instável, sujeita às vicissitudes do mercado leiteiro, em que os produtores, mediante crises graves se desfazem do rebanho rapidamente, o que seria mais difícil mediante a existência de contratos de parceria. Da mesma forma, a retomada da produção não apresenta barreiras à entrada, ou seja, sem contratos o produtor decide unilateralmente se produz ou não.

O questionamento que segue se refere às questões que são levadas em consideração no momento da negociação entre produtores e laticínios, sendo as respostas apontadas interessantes dado que as relações são estabelecidas principalmente pelo preço do leite, sendo que o segundo aspecto é referente a qualidade, fator que é considerado a partir das normativas citadas. Além dessas duas, a quantidade também se torna importante, dado os custos de transporte, já que o laticínio deixa de coletar de determinado produtor caso ele tenha pouca quantidade e a processadora precise criar uma rota somente para captar o produto na propriedade.

O pagamento por ter esses itens esta começando a ser feito em 49,5% dos casos, entretanto, 50,5% ainda não recebe nenhum bônus por possuí-los. Este fato caracteriza que o setor ainda está caminhando para estimular a produção com maior qualidade, sendo as normativas um padrão a ser alcançado e exigido com o passar do tempo.

Da parte do produtor, as principais questões para a tomada de decisão de comercialização são apresentadas na Figura 5.

Figura 5: Principais questões para a tomada de decisão por parte do produtor, 2021.



Fonte: dados da pesquisa, jan./mar. 2021.

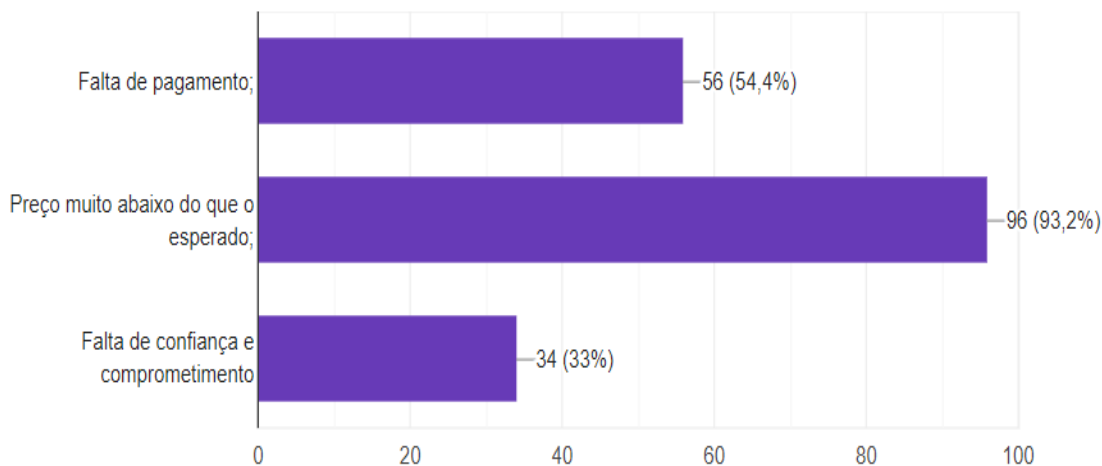
Novamente, na Figura 5 se confirma a segunda hipótese do estudo, qual seja, “o mais importante fator levado em consideração na comercialização é o preço do leite”. Dessa forma, o preço é o que mais estimula as negociações em 94 das 103 respostas ao questionário, seguido da confiança no pagamento (71) e comprometimento da empresa (43). Da mesma forma, algo interessante se trata ao se abordar a quais os motivos de rompimento das transações, sendo os retornos demonstrados na Figura 6.

O produtor deixa de entregar o leite para a empresa devido ao preço pago pelo leite ser abaixo do que o esperado (93,2%), falta de pagamento (54,4%) e falta de confiança e comprometimento (33%). Assim sendo, da mesma forma como ao realizar a negociação, o rompimento se deve ao preço. No entanto, o laticínio deixa de coletar o leite do produtor devido a pouca qualidade (63,1%) e pouca quantidade ofertada (44,7%), mas os produtores acreditam que os termos acordados e que não são cumpridos (27,2%) e os conflitos (24,3%) também se tornam fatores para o rompimento da coleta de leite.

Em 57 propriedades pesquisadas já houve quebra contratual com laticínio, sendo os motivos: falência (17); preço (41); falta de confiança (9); preço e falta de assistência (3); preço e falta de pagamento (12); preço e qualidade adulterada (2); pausa na produção (5). Por isso, 86 produtores afirmaram que o que mais esperam nas negociações e após a entrega da produção é conseguir melhores preços, seguido de receber o pagamento em dia (68), transparência no relacionamento (41), bonificação pela qualidade da matéria-prima (39), obter serviços de assistência (6) e disponibilização de crédito pela indústria (1).

Para os próximos anos, 51,5% pretende continuar como está à produção, 36,9% busca melhorar a tecnologia e a produção, 27,2% visa abandonar a atividade e 17,5% quer reduzir a produção. Estes valores demonstram que o setor ainda é frágil, principalmente quando se trata em aumento dos custos de produção, fato este que foi constatado a partir de janeiro de 2021 com a alta nos preços dos insumos soja e milho.

Figura 6: Motivos dos rompimentos das transações entre produtor e laticínio, 2021.



Fonte: dados da pesquisa, jan./mar. 2021.

As informações que produtores carecem são com relação ao preço (63), manejo de pastagens (2), novas técnicas de produção (13), máquinas e equipamentos (8), oportunidade de mercado (31), perspectivas de mercado futuro (1). Como justificativas alguns apontaram que: “o preço não acompanha o aumento dos insumos utilizados para fazer a ração, por exemplo. Também laticínios querem exigir demais e o pagamento não acompanha o cumprimento das exigências”; “o produto leite em muitos casos não é valorizado, por isso acredito na questão de ter cartéis formados (o preço recebido é vergonhoso, mal cobre os custos). Fora que alguns laticínios apesar das normativas, não pagam ainda de acordo com a qualidade”; “se não melhorar o setor de leite vai tudo a falência”; e “todos os produtores de leite gostariam de saber antecipadamente qual o preço que será pago pelo litro de leite pelo menos pelos próximos seis meses, assim conseguem se programar quanto ao custo de produção e não trabalhar no vermelho”.

Por fim, as últimas respostas foram com relação às sugestões de pesquisa que os próprios produtores forneceram, dentre elas estavam: pesquisar a respeito do que faltaria para o leite brasileiro ser exportado como a carne e as commodities; por que as pessoas valorizam mais uma cerveja ou a coca cola do que o leite; qual é o nível de informação das pessoas (público em geral) sobre o leite x consumo; qual a diferença do leite de caixinha e o leite de pacote (“barrigudinho”) e se as pessoas sabem distinguir estes produtos; e, horas trabalhadas por um produtor de leite x legislação trabalhista, será que essa atividade existiria. Ainda, citam-se questões para obter mais informação sobre a produção e reprodução de rebanho e, se realmente o leite a2a2 vai ser o futuro da nossa produção.

Portanto, existem várias carências e esclarecimentos que precisam ser realizados, tanto na parte da produção, quanto reprodução e a gestão da atividade. As dificuldades em seguir na atividade mostram e realçam questões a respeito das relações existentes, as quais em sua grande parte estão sendo dispostas há anos com os mesmos participantes, reformulando aspectos a respeito da manutenção dos acordos estabelecidos,

fato este importante para o presente estudo a partir do momento em que se consta aspectos como a confiança no pagamento sem ao menos ter algum contrato pré-estabelecido.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar aspectos referentes às negociações estabelecidas entre produtores de leite e os seus respectivos laticínios, a fim de entender como se estabelece o vínculo entre produtor rural e as indústrias processadoras na região oeste do Paraná. Para uma maior compreensão realizamos um rápido diagnóstico do ambiente socioeconômico em que se dá essa produção leiteira, além de discutirmos as formas de negociação estabelecidas entre produtores e os laticínios; e, por fim, analisamos os fatores atinentes à tomada de decisão no processo de escolha do laticínio em que a produção será entregue

Inicialmente foram estabelecidas duas hipóteses que foram referendadas durante a aplicação dos questionários aos produtores, quais sejam: “o vínculo na entrega de leite estabelecido entre os produtores e os laticínios ocorre via mercado caracterizado principalmente pela confiança, não havendo um contrato escrito para formalizar os acordos” e “o mais importante fator levado em consideração na comercialização é o preço do leite”.

Os dados referendam às discussões apontadas na literatura sobre o tema no que se refere à sucessão familiar. Ainda, se conclui que as propriedades são hoje comandadas por pessoas mais velhas, as quais não tem em média um nível de escolaridade alto. A gestão da propriedade é fruto de aprendizado histórico e em alguns casos a contratação de assessoria especializada por parte dos produtores, embora isso seja uma característica intrinsecamente associada ao tamanho da produção. Ou seja, os maiores produtores já conseguem viabilizar assessoria, enquanto que os menores não o fazem.

Além disso ficou evidenciado o fato de a maioria das propriedades que se dedicam a produção de leite serem pequenas, possuindo esta como principal fonte de renda por algumas vezes, mas também integrada a outros tipos de produtos agrícolas, ou seja, a produção de leite no oeste do Paraná não se realiza de forma especializada, sendo consorciada com outros itens produzidos na região, como suínos, aves, lavouras em geral e etc, além disso, é característica da agricultura familiar, muito forte na região.

Ficou claro também o risco de que produtores sejam eliminados deste mercado, pelos mais variados motivos e outros que podem surgir, em função do avanço tecnológico, instabilidades econômicas, questões climáticas, ou mesmo mudanças nas políticas públicas que tem na oferta de leite uma fonte de mercado para estes pequenos produtores, tais como merenda escolar, cozinha social e restaurantes populares, sacolões, dentre outros, o que desestabiliza atividades desencadeadas a partir da cadeia. Isso é uma questão que deveria ser encarada de forma mais séria pelos gestores de políticas públicas. Estas não são apenas importantes para seus usuários, crianças ou pessoas em situação de insegurança alimentar, mas podem determinar a sobrevivência de pequenos produtores e serem fonte de desenvolvimento para a região produtora.

A respeito das estruturas de governança adotadas no setor, as mesmas se estabelecem através de acordos informais, na maioria dos casos. São acordos verbais firmados que podem ser rompidos a qualquer momento. Um avanço sugerido por alguns produtores, e que encontram referências teóricas no contexto da Nova Economia Institucional, seriam contratos de três meses, pois dado cenário instável da cadeia leiteira e outras especificidades do ativo leite, os produtores em sua maioria não veem com bons olhos contratos de longo prazo, ou seja, contratos superiores há três meses. Essa questão foi apontada durante as entrevistas por alguns produtores embora não esteja especificada nos questionários, e demonstra mais uma vez uma certa dúvida dos produtores entre a livre entrada e saída de uma relação contratual e a segurança do mercado garantido. Essa relativa insegurança é resultante das intensas transformações tecnológicas que vem caracterizando o setor, bem como a instabilidade constante dos indicadores da economia brasileira, que fragiliza os produtores fazendo com que estes não queiram regras de longo prazo.

Este fato reflete significativamente nos investimentos dos produtores, exigindo maior planejamento de suas ações, disponibilidade de fluxo de caixa e, por vezes, reservas de dinheiro para eventuais imprevistos. O produtor necessita de cautela, ficando evidente que a experiência é um diferencial, além de estabelecer padrões de gastos futuros dado que o setor é caracterizado pela imprevisibilidade de preço e de pagamento, ressaltando que o mercado informal é o que predomina dada a flexibilidade de rompimento caso algo desagrade as partes envolvidas.

Assim, as relações em sua maioria existem através de vínculos firmados por meio da confiança ou pelo comprometimento das partes, ou seja, produtor e laticínio. Contudo, as relações podem se romper de acordo com o preço determinado, o qual possui base no Conseleite – PR e este tem referência na qualidade e quantidade da produção de cada produtor. Todavia, neste contexto foram apontadas algumas ressalvas, pois apesar de haverem normativas determinando as formas de pagamento e das exigências do leite padrão, algumas indústrias processadoras ainda não cumprem com o que é estabelecido, embora existam casos em que estes possuem algum beneficiamento no valor do leite cuja denominação específica não seja como demonstrada nas normas existentes.

Resumindo, existem questões importantes na hora da determinação da escolha do laticínio além do preço, embora este ainda seja apontado como o mais importante pela maioria dos produtores, estes se referem ao comprometimento e a confiança que a empresa transparece em suas relações. Dessa maneira, este também pode ser motivo relevante dos produtores deixarem de comercializar a produção com as processadoras, isso por que ocorreram casos de falência de laticínios e os mesmos deixaram de pagar pelo produto comprado dos produtores rurais.

E por fim, a partir do que concluímos, apontamos a necessidade de estudos que visem discutir as transformações da cadeia uma vez que o setor leiteiro está em intensa transformação, o que repercutirá no processo de construção dos contratos. O setor é diferente do setor de aves e suínos, e precisa de uma perspectiva distinta na hora de entender o mesmo, e inclusive na hora de se formular políticas públicas que se relacionem com o setor, tanto no incentivo a produção, na garantia de estabilidade da mesma, quanto na manutenção da qualidade de vida das famílias produtoras o que por

sua vez implicaria em mudanças na questão da problemática sucessória nas propriedades do setor.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. A. (1970). The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, [S. I.], v. 84, n. 3, 488-500.

ALVIM, R. S; MARTINS, M. C. (2003). Desafios nacionais para a cadeia produtiva do leite. *In*: VILELA, D., BRESSAN, M., FERNANDES, E. N., ZOCCAL, R., MARTINS, M. C., & NETTO, V. N. **Gestão Ambiental e políticas para o agronegócio do leite**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 11-30.

ALVIM, R. S; MARTINS, M. C. (2004). Desafios nacionais da cadeia produtiva do leite. *In*: ZOCCAL, R., AROEIRA, L. J. M., MARTINS, P. C., MOREIRA, M. S. P., & ARCURI, P. V. (Ed.). **Leite: uma cadeia produtiva em transformação**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 11-24.

AZEVEDO, P. F. (1997). Antecedentes. *In*: FARINA, E. M. M. Q., AZEVEDO, P. F., & SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Editora Singular, 289 p.

BÁNKUTI, F. I; SOUZA FILHO, H. M; BÁNKUTI, S. M. S. (2008). Mensuração e análise de custos de transação arcados por produtores de leite nos mercados formal e informal da região de São Carlos, SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 10, n.3, 343-358. Recuperado em 05 de agosto de 2019, de <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/70/66>.

BASTIAN, A; SEEFELD, V; ROCHA JR., W. F. (2020). Análise dos contratos e do controle de custos na atividade leiteira. *In*: Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu (PR) UNIOESTE. Recuperado em 09 de agosto de 2021, de <https://www.even3.com.br/anais/sober2020/247529-analise-dos-contratos-e-do-controle-de-custos-na-atividade-leiteira/>.

BIOPARK (2021). **Queijos Finos**. [S. I.]. Recuperado em 08 de agosto de 2021, de <https://biopark.com.br/queijosfinos/>.

BRANDÃO, A. S. P. (2001). Aspectos econômicos e institucionais da produção de leite no Brasil. *In*: VILELA, D., BRESSAN, M., & CUNHA, A. S. (Ed.). **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 39-72.

BREITENBACH, R; SOUZA, R. S. (2011). Caracterização de mercado e estrutura de governança na cadeia produtiva do leite na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 13, n. 1, 77-92. Recuperado em 15 de janeiro de 2020, de <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/307/304/>.

CEPEA (2019). **Leite/retro 2017**: um ano marcado pelo desequilíbrio entre oferta e demanda. [S. I.]. Recuperado em 30 de agosto de 2020, de <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/leite-retro-2017-um-ano-marcado-pelo-desequilibrio-entre-oferta-e-demanda.aspx>.

CONCEIÇÃO, O. A. C. (2002). O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez.

CONSELEITE – PR (2021). **Informações básicas sobre o Conseleite PR**. [S.I.], p. 1. Recuperado em 10 de fevereiro de 2021, de <https://conseleitepr.com.br/faq/>.

DELIBERAL, J. P.; TOMIELO, T.; MALAFAIA, G. C. (2019). **Relacionamento na Cadeia Produtiva do Leite Sob a Ótica dos Laticínios**. [S. I.]. Recuperado em 11 de junho de 2019, de <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/mostrappgga2013/paper/viewFile/3580/1116>.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (2019). **FAOSTAT**: commodities by country. [S. I.]. Recuperado em 28 de agosto de 2020, de <https://www.scielo.br/pdf/resr/v45n3/a03v45n3.pdf>.

_____ (2019). **Milk production**. [S. I.]. Recuperado em 28 de agosto de 2020, de <http://www.fao.org/dairy-production-products/production/en/>.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. (1997). **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 289 p.

FERNÁNDES-OLMOS, M. (2011). The moderating role of trust in contractual choice. **British Food Journal**. [S. I.]. Vol. 113, n°3, p. 374-390. Recuperado em 12 de dezembro de 2019, de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00070701111116446/full/html>.

FERRO, A. B.; CARVALHO, M. P.; MARTINS, P. C.; SPERS, R. G.; ROCHELLE, T. C. P. (2007). Contextualização da cadeia produtiva do leite no Brasil. *In*: CARVALHO, M. P., MARTINS, P. C., WRIGHT, J. T. C., & SPERS, R. G. Cenários para o leite no Brasil em 2020. **Embrapa Gado de Leite**. Juiz de Fora, 190 p. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0E9DE01C39E70F6D832575B0005FE0B4/\\$File/NT00040DEE.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0E9DE01C39E70F6D832575B0005FE0B4/$File/NT00040DEE.pdf).

GOMES, S. T. (2001). Diagnóstico e perspectivas da produção de leite no Brasil. *In*: VILELA, D., BRESSAN, M., & CUNHA, A. S. (Ed.). **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 21-38.

HAYER, S. S.; STADUTO, J. A. R.; DARR, D. (2019). Vertical coordination in the Brazilian milk supply chain: the case of 3B Agro LTDA. **International Food and**

Agribusiness Management Review. Vol. 22, issue 3. Recuperado em 15 de janeiro de 2020, de <https://www.wageningenacademic.com/doi/pdf/10.22434/IFAMR2018.0080>.

HOTT, M.C; ANDRADE, R.G; MAGALHÃES JR, W.C. Distribuição da produção de leite por estados e mesorregiões. **Anuário Leite 2021**. IBGE. Recuperado em 10 de agosto de 2022 em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1134836/1/Distribuicao-producao-leite.pdf>

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (2019). **Cadastro Central de Empresas**. [S. I.]. Recuperado em 29 de agosto de 2020, de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449>.

_____ (2019). **Pesquisa trimestral do leite**. [S. I.]. Recuperado em 29 de agosto de 2020, de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1086>.

KRUG, E. E. B. (2004). Relação produtor e indústria: políticas de desenvolvimento e de preços – o caso da Elege. *In: ZOCCAL, R., AROEIRA, L. J. M., MARTINS, P. C., MOREIRA, M. S. P., & ARCURI, P. B. (Ed.). Leite: uma cadeia produtiva em transformação*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 75-84.

LEITE, J. L. B. (2003). Intensificação ou diversificação da produção: eis a questão. *In: VILELA, D., BRESSAN, M., FERNANDES, E. N., ZOCCAL, R., MARTINS, M. C., & NETTO, V. N. Gestão Ambiental e políticas para o agronegócio do leite*. Embrapa Gado de Leite: Juiz de Fora, 263-274.

MARTINS, P. C. (2005). Pagamento por qualidade no Brasil: motivações e obstáculos. *In: MARTINS, P. C., & CARVALHO, M. P. (Ed.). A cadeia produtiva do leite em 40 capítulos*. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado do Leite, 105-114.

MAPA – Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento (2019). Instrução Normativa n° 73, de 23 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, edição 251, seção 1, p. 120. Recuperado em 01 de fevereiro de 2021, de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-23-de-dezembro-de-2019-235851288>.

_____ (2018). Instrução normativa n°76, de 26 de novembro de 2018. **Diário Oficial da União**, edição 230, seção 1, p. 9. Recuperado em 01 de fevereiro de 2021, de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750137/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-76-de-26-de-novembro-de-2018-52749894IN%2076.

_____ (2018). Instrução normativa n° 77, de 26 de novembro de 2018. **Diário Oficial da União**, edição 230, seção 1, p. 10. Recuperado em 01 de fevereiro de 2021, de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887.

NORTH, D. C. (1994). **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 38 p.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. (2019). Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. Boletim regional, urbano e ambiental. **Anais eletrônicos...** [S. I.]. Recuperado em 30 de junho de 2021, de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9661/1/BRUA21_Ensaio5.pdf.

ROCHA JR., W. F. (2004). A nova economia institucional revisitada. **Revista de economia e administração**, São Paulo. v. 3, n.4.

ROCHA JR., W. F.; MACENA, C. M.; RIBEIRO, M. C. P.; SOBRINHO, R. F.; SILVA, C. L. (2011). Contratos: uma abordagem pela ótica da Nova Economia Institucional (NEI) (parceria no processo de terminação de frangos de corte no Estado do Paraná/Brasil). In: RIBEIRO, M. C. P., & KLEIN, V. **O que é análise econômica do direito: uma introdução**. Belo Horizonte: Fórum.

SABADIN, M.; GRÍGOLO, S.; FISCHER, C. G. (2019). Gestão orçamentária: como ferramenta de controle na atividade pecuária. In: Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira. **Anais eletrônicos...** [S. I.]: UNOESC. Recuperado em 13 de janeiro de 2020, de <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/21858/12713>.

SANTOS, M. A.; FERREIRA, C. R. (2021). **A importância da gestão dos custos na produção leiteira familiar**. [S. I.]. Recuperado em 08 de agosto de 2021, de <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8255/1/ARTIGO%20FINAL%20Maria%20Alice%20Santos.pdf>.

SCALCO, P. R. (2011). **Identificação de poder de mercado no segmento de leite in natura e UHT**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 178 p. Originalmente apresentada como tese, Universidade Federal de Viçosa, 2011. Recuperado em 08 de agosto de 2019, de <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/147/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

STOCK, L. A. (2019). Custos de leite no Brasil frente à crise de 2015. **Embrapa**. [S. I.]. Recuperado em 30 de agosto de 2020, de <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1065221/1/Cnpgl2016PanLeite84Custos.pdf>.

VARIAN, H. R. (2012). **Microeconomia: uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier. Recuperado em 25 de março de 2020, de [http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_15734vayian_-_micboeconomia-_uma_abobdagem_modebna_\(2012\)_pdf_VARIAN_-_Microeconomia-_Uma_Abordagem_Moderna_\(2012\).pdf](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_15734vayian_-_micboeconomia-_uma_abobdagem_modebna_(2012)_pdf_VARIAN_-_Microeconomia-_Uma_Abordagem_Moderna_(2012).pdf).

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. (2014). **Fundamentos de economia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva. Recuperado em 25 de março de 2020, de https://www.academia.edu/27986724/FUNDAMENTOS_DE_ECONOMIA_-_MARCO_ANTONIO_S._VASCONCELLOS.

Recebido em 01/02/2022
Aprovado em 24/07/2022

FRUTAS POTENCIAIS DA AMAZÔNIA: ANÁLISE DA PREFERÊNCIA DOS CONSUMIDORES NO MUNICÍPIO DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ

Fabrizio Khoury Rebello¹
Nicole Raquel Pinto Cardoso²
Alfredo Kingo Oyama Homma³
Marcos Antônio Souza dos Santos⁴
Ana Paula Macedo de Jesus⁵

RESUMO:

A alimentação adequada e saudável é um dos pilares da qualidade de vida. As frutas, neste contexto, são importantes aliadas no fornecimento de nutrientes fundamentais para a saúde humana e prevenção de várias doenças. Na Amazônia existem 163 frutas comestíveis, sendo que boa parte tem potencial de exploração econômica, mas ainda são subutilizadas. Nesta pesquisa, avalia-se o potencial do consumo de frutas no município de Belém, capital do estado do Pará, um dos principais centros urbanos da Amazônia, a partir do levantamento de dados primários junto a uma amostra representativa de consumidores. As análises desenvolvidas indicaram 60 frutas consumidas localmente, entre nativas e exóticas. As cinco mais preferidas foram: banana, maçã, açaí, mamão e manga. A disposição *per capita* mensal a gastar com frutas variou entre R\$ 4,00 e R\$ 600,00, sendo que a média foi de R\$ 37,44 e o estrato com maior participação ficou entre R\$ 4,00 e R\$ 20,00, que representou 44,93% dos consumidores. A fruticultura na Amazônia, principalmente no estado do Pará, se beneficiaria com investimentos em pesquisa e desenvolvimento para expandir a produção e oferta de frutas no mercado local com preço acessível, bem como, com estratégias de *marketing*, na linha de *nudge*, pois estimularia o consumo, fortalecendo o padrão nutricional e de saúde coletiva, ao mesmo tempo em que alavancaria a economia paraense.

Palavras-chave: Comercialização agrícola; Demanda de frutas; Fruticultura; Perfil dos consumidores.

POTENTIAL FRUITS FROM THE AMAZON: ANALYSIS OF CONSUMER PREFERENCES IN THE MUNICIPALITY OF BELÉM, STATE OF PARÁ

ABSTRACT:

Adequate and healthy food is one of the pillars of living quality. In this context, fruits are recognized as allies in human health by providing essential nutrients and preventing various diseases. There are 163 edible fruits in the Amazon, most of which have potential for economic exploitation, but are still underutilized. In this research, the fruit potential consumption in the municipality of Belém, capital of Pará's State, one of the main Amazon urban centers, is evaluated, based on the primary data survey from a representative sample of consumers. The developed analyzes indicated 60 fruits consumed locally, between native and exotic. The five favourites were: banana, apple, "açaí", papaya and mango. The monthly per capita willingness to spend on fruit ranged between R\$ 4.00 and R\$ 600.00, with an average of R\$ 37.44 and the stratum with the greater participation was between R\$ 4.00 and R\$ 20.00, representing 44.93% of the consumers. Fruit growing in the Amazon, especially in Pará, will benefit from investments in research

¹Economista. Doutor em Ciências Agrárias. Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Paraense nascido em 1966, faleceu vítima de covid-19 em 2021. Dedicou-se ao ensino, pesquisa e extensão em favor do desenvolvimento agrícola mais sustentável para a Amazônia.

²Engenheira Agrônoma. Mestra em Agronomia pela UFRA. E-mail: nicolepcardoso@gmail.com.

³Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. E-mail: alfredo.homma@embrapa.br.

⁴Engenheiro Agrônomo. Doutor em Ciência Animal, Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: marcos.marituba@gmail.com.

⁵Engenheira Agrônoma. Mestra em Agronomia pela UFRA. E-mail: paula2012jesus@hotmail.com.

and development to expand the production and supply of fruit in the local market at an affordable price, as well as, with marketing strategies, in the nudge line, because it would stimulate the consumption, strengthening the nutritional and collective health standards, while leveraging the Pará's economy.

Keywords: Agricultural commercialization; Demand for fruit; Fruitculture; Consumer profile.

1. INTRODUÇÃO

Frutas, legumes e verduras são alimentos muito saudáveis e considerados excelentes fontes de fibras, vitaminas e minerais e de vários compostos que contribuem para a prevenção de muitas doenças. Sucos naturais da fruta nem sempre proporcionam os mesmos benefícios da fruta *in natura*, uma vez que fibras e muitos nutrientes podem ser perdidos durante o preparo e o poder de saciedade é sempre menor que o da fruta. Por esta razão, considera-se melhor consumi-las *in natura*, quando possível, seja nas refeições principais, seja em pequenas refeições (BRASIL, 2014).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) o brasileiro consome em média 26,414 kg de frutas *per capita* ao ano e o nortista, habitante da Amazônia, 13,851 kg *per capita* ao ano, ou seja, 52,44% da média do consumo nacional. Ainda segundo dados do IBGE (2011), menos de 10% da população brasileira atingem as recomendações de consumo de frutas, verduras e legumes indicados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que é da ordem de 146 kg/ano. Isso significa que o consumo nacional dessa categoria de produtos é apenas 18,09% do recomendado pela OMS/FAO, situação bem pior é percebida para os habitantes da região norte do Brasil (9,49% da recomendação).

De acordo com o Ministério da Saúde (2009), o incentivo ao consumo de frutas é uma das principais recomendações da Estratégia Global sobre Alimentação, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (EG/OMS). No entanto, registra-se uma importante queda no consumo dos alimentos frescos em razão da intensificação das estratégias de *marketing* para estimular uma excessiva industrialização dos alimentos (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA, 2016).

O aumento do consumo de frutas e verduras também pode substituir a ingestão excessiva de alimentos que contêm muita gordura saturada, açúcar e sal. Contudo, as informações da FAO (2012) indicam que o estoque total de frutas e verduras disponível está bem abaixo do consumo mínimo em muitos países, especialmente na Ásia, África e Europa Central e Oriental.

A preocupação com a alimentação humana assume, portanto, um desafio especial no século XXI, ainda que desde a Declaração dos Direitos Humanos (1948) ou nos seminais estudos de Josué de Castro (1908-1973) já se indicasse que a alimentação adequada fosse a base da reprodução física, mental e cultural do ser humano. Como se sabe, sem alimento não há vida e sem alimentação adequada a qualidade de vida não é compatível com o potencial de desenvolvimento dos seres humanos (CASTRO, 1984; BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA, 2016; ONU, 2020).

Na Amazônia, a fruticultura representa um bom potencial para o desenvolvimento da região (NASCENTE; ROSA NETO, 2005; CAVALCANTE, 2010; HOMMA, 2014;

COSTA *et al.*, 2017) e para contribuir com a segurança alimentar de populações rurais e urbanas. Cavalcante (2010), por exemplo, aponta 163 frutas comestíveis na Amazônia, sendo que metade delas de fruteiras nativas e muitas ainda não domesticadas, mas que podem representar um potencial econômico no futuro.

A produção de frutas no estado do Pará, por sua vez, possui uma das maiores diversidades do Brasil, incluindo aquelas originárias do extrativismo, de sistemas agroflorestais como os quintais e as cultivadas em escala comercial. A estrutura do mercado de frutas paraense é representada tanto como demandante de insumos, como ofertante de produtos aos consumidores e agroindústrias, modificando-se ao longo do tempo conforme ocorre a introdução de novas tecnologias de conservação de alimentos, transporte ou de sistemas de produção adaptados à realidade local.

A comercialização de frutas *in natura* no município de Belém, por sua vez, é tradicionalmente realizada em feiras livres, supermercados, frutarias, vendedores ambulantes e feiras de produtos orgânicos. Convém destacar a existência da Central de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA), fundada em 1972, para onde aflui a produção, principalmente, de outros estados da federação e posterior distribuição para o mercado da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Nos pontos de comercialização da RMB, nota-se uma crescente oferta de produtos derivados de frutas, como doces, sucos e sorvetes, bem como é possível observar o interesse do mercado externo por produtos de origem de frutas nativas da Amazônia, o que se deve principalmente ao sabor, apelo exótico e por seus atributos como alimento funcional.

Em razão da importância do consumo de frutas como uma necessidade nutricional, bem como um ponto forte para a expansão da fruticultura paraense, a partir da produção de diversas fruteiras potenciais, com capacidade de abastecer tanto o mercado local como de outras praças, como foi o caso do açaí na última década do século XX, esta pesquisa propõem-se a identificar as preferências e fatores determinantes de escolha dos consumidores de frutas no município de Belém, o maior centro de consumo do estado do Pará, como forma de subsidiar políticas agrícolas que possam orientar o fortalecimento da fruticultura paraense, bem como subsidiar ações de estímulo ao consumo de frutas regionais e a expansão da agroindústria local.

Acredita-se, ainda, que os resultados deste estudo podem servir de *insight* para os órgãos de pesquisas identificarem prioridades para intensificar investigações na linha do melhoramento genético, domesticação de espécies, estabelecimento de sistemas de produção apropriados para espécies regionais, combate a problemas fitossanitários, entre outros dilemas enfrentados pela fruticultura regional.

2. METODOLOGIA

O levantamento de dados foi realizado no período de março de 2018 a maio de 2019, junto a residentes no município de Belém, maiores de idade e com capacidade de compra. O método de pesquisa adotado foi o *survey* (pesquisa de avaliação), apropriado para diagnosticar o comportamento de uma população (FREITAS *et al.*, 2000; BABBIE, 2001, MANGAS *et al.*, 2016). Foram combinadas duas modalidades para levantamento dos dados a partir desse método, a saber: i) *survey* não supervisionado, quando não há um

entrevistador presente, que contemplou 40,52% dos dados levantados; e, ii) *survey* supervisionado, quando o entrevistador faz as perguntas diretamente a cada informante, com 59,48% dos dados obtidos.

Na modalidade presencial as entrevistas foram realizadas em uma praça de grande circulação no centro do município de Belém (Praça da República), geralmente nos fins de semana, quando converge um fluxo intenso de pessoas dos bairros residenciais em busca de lazer; e, nos espaços públicos dos campus das duas Universidades Federais com sede na capital (Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e Universidade Federal do Pará – UFPA), preferencialmente abordando empregados terceirizados para atingir público diversificado e de menor classe de renda, tendo em vista que no *survey* não supervisionado tendeu a captar estratos de renda médio e alto.

O questionário para autopreenchimento (*survey* não supervisionado) foi disponibilizado pela ferramenta *Google Docs*, na forma de *link* com uma mensagem introdutória explicando os propósitos da pesquisa e a forma de preenchimento do instrumento. O questionário foi enviado por *e-mail* a uma rede de contatos constituída por cerca de mil endereços eletrônicos envolvendo professores (universitários, ensino médio e fundamental), pesquisadores, bancários, profissionais liberais de nível superior, profissionais vinculados a entidades de classe profissional e servidores públicos federais, estaduais e municipais. Os instrumentos de coleta de dados utilizados nas duas modalidades (presencial e *on-line*) tinham a mesma estrutura e questões.

Os questionários/formulários foram preenchidos sem nenhuma informação que pudesse ser usada para identificar os participantes. Os informantes sabiam que estavam participando de uma pesquisa científica e autorizaram a análise dos dados e divulgação dos resultados.

O tamanho da amostra foi determinado a partir da equação 1, utilizada para o caso de populações infinitas, onde o tamanho do universo é superior a 100.000 habitantes. Esta fórmula é a mais adequada para o caso do município de Belém cuja população estimada, em 1º de julho de 2019, era de 1.492.745 habitantes (IBGE, 2019).

$$n = \frac{\delta^2 \cdot p \cdot q}{e^2} \quad (1)$$

Em que: n = Tamanho da amostra;

δ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

q = Percentagem complementar (100-p);

e^2 = Erro máximo permitido.

A margem de erro adotada foi de 5% com intervalo de confiança de 95% de probabilidade. Foram respondidos um total de 423 questionários/formulários, sendo que 38 foram descartados por problemas no preenchimento, totalizando, portanto, 385 questionários/formulários válidos.

O questionário estava estruturado em duas seções principais. A primeira dizia respeito à caracterização do perfil socioeconômico do respondente. A segunda parte contemplava o perfil do consumo de frutas, envolvendo questões relativas às frutas mais consumidas, frequência e condições de consumo e critérios de escolha e compra.

Os dados foram exportados para uma planilha eletrônica do *Microsoft Excel*® versão 2010. A partir do uso desse aplicativo, os dados foram analisados e, posteriormente, confeccionados gráficos e tabelas para apresentar os resultados da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização socioeconômica dos consumidores de frutas no município de Belém

Quanto ao sexo dos entrevistados, 56,88% são femininos e 43,12% masculinos. A idade variou entre 17 e 78 anos, sendo que a maior parcela está na faixa de 31 a 40 anos, correspondendo a 28,83% da amostra, seguido pela faixa de 17 a 30 anos, que responde por 23,12% dos participantes.

Com relação ao grau de instrução, 51,17% possuem ou estão cursando o ensino superior, seguidos por 41,82% que possuem ou estão cursando o ensino médio e 7,01% que têm o ensino fundamental completo ou incompleto.

A renda familiar dos entrevistados mostrou-se bem distribuída, contemplando representatividade em todos os estratos. As faixas com maior peso foram às iniciais (menos de R\$ 1.000,00 até R\$ 5.000,00) que concentraram 70,91% dos respondentes. Outros 7,01% possuem renda superior a R\$ 15.000,00. Essa estratificação permitiu contemplar uma ampla faixa de variação de renda e perfis de consumo como desejado na metodologia adotada na pesquisa.

Os dados indicam que o número de membros na família varia de pessoas que moram sozinhas a 10 integrantes no mesmo domicílio. Dos entrevistados, 29,61% revelaram que suas famílias são compostas por quatro pessoas, 28,05% por três pessoas, 19,48% por cinco pessoas, 10,65% por duas pessoas, 3,38% moram sozinhas e 8,83% dos entrevistados possuem famílias com seis membros ou mais. A média foi de quatro membros por família.

Sobre a ocupação principal dos entrevistados, 27,27% são profissionais autônomos, 22,34% são funcionários públicos da esfera federal, estadual e municipal. O setor privado emprega 15,32% dos entrevistados, 11,69% são estudantes de graduação ou pós-graduação, 11,95% são profissionais liberais de ensino superior, bancários, aposentados, pensionistas, entre outros, 8,31% são professores universitários ou de ensino médio e fundamental e 3,12% estão desempregados.

A maior parte dos participantes reside nos bairros da Terra Firme (9,61%), Marco (9,87%), Sacramento (6,75%), Pedreira (6,49%), Marambaia (6,23%), Guamá (5,71%), Umarizal (5,19%), Cremação (5,19%) e Coqueiro (5,19%). Os demais bairros (Telégrafo, São Brás, Nazaré, Jurunas, Fátima, Cidade Velha e Centro, Val-de-Cans, Parque Verde, Parque Guajará, Cidade Velha e Coqueiro) possuem menos de 5% de representatividade. A diversidade de bairros apontados como domicílios dos respondentes é um bom

indicativo do padrão de renda bem distribuído dos entrevistados como comentado anteriormente.

De acordo com Malhotra (2012) e Cazane *et al.* (2014), as decisões do comprador são influenciadas por características pessoais, como idade e estágio no ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, personalidade, autoimagem, estilo de vida e valores, levando as pessoas a comprarem diferentes artigos e serviços durante a vida. Ademais, com base em Buainain, Garcia e Vieira (2016), ressalta-se que mesmo nos segmentos de baixa renda, cada vez mais, o consumo de alimentos está se desvinculando da noção de subsistência, passando a ser condicionado por símbolos culturais que variam de grupos para grupos e das cobranças em qualidade e preço acessível ao nível de renda. Daí a relevância de se avaliar as exigências locais, ainda que o mercado, modo geral, sofra influência do padrão global de consumo.

3.2 Hábitos de consumo por frutas

Para identificar os hábitos de consumo de frutas no município de Belém foram analisadas as suas preferências, motivações, formas de consumo e os locais de compra e consumo.

As cinco frutas preferidas pelo consumidor belenense são, em ordem decrescente, banana, maçã, açaí, mamão e manga, embora tenham sido citadas sessenta variedades de frutas (Tabela 1), o que demonstra a riqueza de diversidade ofertada no mercado local. Outras com significativa participação foram a laranja, melancia, uva, goiaba, abacate, acerola e abacaxi. Essa hierarquia constitui uma clara indicação que os consumidores possuem uma função de preferência social como mencionada por Kenneth Arrow (1921-2017), Prêmio Nobel de Economia de 1972, ou seja, isso sugere que esses consumidores estabelecem uma ordem de preferência em termos de variedades de frutas a serem consumidas, dada em razão de sua renda, preço relativo das frutas no orçamento doméstico, disponibilidade, preferências de consumo e outras questões do comportamento psicológico.

Convém observar que a banana e o açaí são as frutas que aparecem, com maior incidência, na primeira opção dos consumidores belenenses, estando o açaí à frente da maçã que tem uma posição melhor quando se avalia o *ranking* pelo total. Além dos aspectos culturais, o açaí é produzido no estado do Pará, e aquele consumido em Belém provem das ilhas e outros municípios próximos. No caso da banana, o Pará não é autossuficiente, tendo que importar parte do fruto de outros estados. Já no caso da maçã é totalmente importador.

É interessante comentar o caso da maçã, produzida na região Sul, e que atravessa todo o País (mais de três mil quilômetros) para ser comercializada localmente, e no interior do estado, com um preço mais acessível (barato) do que a maioria das frutas regionais. Aqui, certamente, existe um problema agrônomico a ser revolido quanto à domesticação de muitas espécies locais e da adoção de sistemas de produção com tecnologias apropriadas para ampliar a oferta com alta produtividade (ganhos de escala). A pesquisa e desenvolvimento (P&D) aplicada às demandas da Amazônia são uma urgência, tanto para as questões atinentes a uma alimentação mais saudável e adequada, quanto para minimizar a pressão sobre os recursos naturais. É interessante destacar que

entre as 47 frutas listadas na Tabela 1, 25,53% são nativas e que muitas ainda precisam de pesquisa para domesticação e ampliação da oferta.

Tabela 1: Frutas preferidas pelo consumidor no município de Belém (valores em %)

Nº	Frutas	1ª opção	2ª opção	3ª opção	4ª opção	5ª opção	Total
1	Banana	27,27	15,06	5,19	6,53	4,72	58,78
2	Maçã	6,49	18,18	13,51	8,09	5,51	51,79
3	Açaí	22,34	6,75	4,94	7,05	7,87	48,95
4	Mamão	7,27	10,91	7,79	6,79	5,25	38,01
5	Manga	5,45	8,31	6,49	4,18	3,94	28,37
6	Laranja	2,86	5,97	7,79	6,01	4,99	27,62
7	Melancia	2,34	3,64	4,68	6,79	7,87	25,31
8	Uva	1,56	3,64	5,71	7,31	7,09	25,31
9	Goiaba	2,86	2,86	6,23	5,48	5,51	22,94
10	Abacate	2,60	2,60	6,75	3,66	4,20	19,80
11	Melão	1,82	1,82	3,64	6,79	5,25	19,31
12	Acerola	3,12	2,34	4,94	2,35	2,62	15,36
13	Abacaxi	1,56	2,86	3,38	3,13	3,41	14,34
14	Pera	1,56	2,08	2,34	2,87	5,25	14,10
15	Uxi	1,04	0,26	1,30	2,35	3,15	8,10
16	Maracujá	0,26	1,04	1,56	1,83	2,36	7,05
17	Cupuaçu	1,04	0,52	0,78	1,57	2,36	6,27
18	Tangerina	0,00	1,04	1,56	0,78	2,62	6,01
19	Limão	0,26	0,26	0,78	0,78	1,84	3,92
20	Kiwi	0,52	0,78	0,52	0,78	0,79	3,39
21	Ameixa	0,52	0,52	0,78	0,78	0,52	3,13
22	Graviola	0,26	0,52	1,04	0,78	0,52	3,13
23	Muruci	0,52	1,04	0,26	1,04	0,00	2,86
24	Morango	0,00	0,52	0,52	0,78	0,79	2,61
25	Tomate	0,00	0,52	0,26	1,04	0,26	2,09
26	Bacuri	0,26	0,52	0,26	0,78	0,26	2,08
27	Pupunha	0,26	0,00	0,78	0,52	0,26	1,82
28	Biribá	0,26	0,26	0,26	0,78	0,26	1,82
29	Caju	0,00	0,78	0,26	0,52	0,26	1,82
30	Coco	0,26	0,00	0,26	0,52	0,79	1,83
31	Caqui	0,52	0,00	0,52	0,00	0,52	1,56
32	Jaca	0,26	0,00	0,00	0,00	1,31	1,57
33	Pitaya	0,00	0,00	0,00	0,52	0,79	1,31
34	Castanha-do-Pará	0,00	0,26	0,00	0,26	0,26	0,78

35	Cacau	0,26	0,00	0,00	0,00	0,52	0,78
36	Pêssego	0,00	0,00	0,00	0,52	0,26	0,78
37	Amora	0,00	0,00	0,00	0,52	0,26	0,78
38	Castanha portuguesa	0,26	0,00	0,52	0,00	0,00	0,78
39	Carambola	0,00	0,26	0,52	0,00	0,00	0,78
40	Sem consumo	3,12	3,12	3,12	3,12	3,12	3,12*

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota: mangaba, abiu, mangostão, lima, jambo foram citadas como frutas preferidas por 0,52%, cada uma delas. Amêndoa e Pequiá foram citadas por 0,26% como primeira fruta preferida. Araçá, cereja, figo, inajá, ingá, jatobá, mexerica, mucajá, pequi, rambutã, taperebá, tucumã, uva-passa também foram citadas como frutas preferidas, em percentual igual a 0,26% cada uma delas. Nenhuma delas, no entanto, foi apontada como 1ª opção de preferência. Araçá e jatobá foram as que melhor se posicionaram (2ª opção).

(*) Indica a média dos valores e não o somatório, pois os informantes que dizem não consumir frutas são 3,12% dos entrevistados.

Perosa *et al.* (2012) realizaram análise do perfil dos consumidores de frutas em cidades do interior do estado de São Paulo e puderam identificar que a maior parte dos consumidores consome, principalmente, laranja, banana, maçã e mamão.

Segundo Kotler e Keller (2006), as influências capazes de mudar o comportamento dos consumidores, são quatro: culturais, sociais, pessoais e psicológicas. Dentre esses, os fatores culturais são os que exercem a maior e mais profunda influência. A cultura é um centro complexo de valores e crenças criados pela sociedade, passada de geração a geração no ambiente familiar e é reforçada por instituições, como escola e igrejas. Estes aspectos culturais de fato podem ser observados na população belenense com relação ao consumo de frutas como açaí e manga, por exemplo. No caso do açaí o estado do Pará é responsável por 95% da produção nacional e na manga por sua onipresença nas ruas⁶ e quintais da capital que acaba por estimular o consumo de uma variedade grande dessa fruta no mercado local. Outros aspectos observados em relação às duas primeiras frutas apontadas como preferidas (banana e maçã) estão associados à facilidade de encontrar no mercado local, o preço acessível e a facilidade de consumir (não sujam, não precisam de complementos ou utensílios para cortar, podem ser consumidas no trabalho, escola, entre outros locais).

As principais motivações para o consumo de frutas no mercado de Belém, por ordem de relevância, são: 1. Alimento funcional (mencionado por 46,49% dos entrevistados como primeira opção); 2. Hábito alimentar (mencionado por 61,04%, sendo 32,73% como primeira opção), 3. Pelo sabor da fruta (mencionado por 54,29%, sendo 11,43% como primeira opção). Estas três motivações correspondem às principais escolhidas e demonstram o entendimento do consumidor de que as frutas consumidas *in*

⁶ Belém é reconhecida como cidade das mangueiras, em razão da grande incidência dessa planta na arborização das ruas dos bairros centrais. As mangueiras foram introduzidas na gestão do intendente Antônio Lemos (1897-1911), com o propósito de formar túneis sombreados para amenizar a incidência do sol. Essas mangueiras foram importadas da Índia, ainda que existam registros de plantios de mangueiras antes de 1770 nas chácaras existentes nos arredores da cidade. É comum ainda hoje encontrar apanhadores de manga pelas ruas de Belém, empurrando seus carrinhos de mão fabricados artesanalmente.

natura ou minimamente processadas são alimentos ou ingredientes que produzem efeitos benéficos à saúde, além de suas funções nutricionais básicas.

Outras motivações apontadas pelos consumidores para definir sua preferência pelo consumo de frutas foram a aparência do produto (forma, cor, ausência de defeitos aparentes), mencionadas por 18,70% dos consumidores em várias posições na escala e o preço das frutas por 17,40%, sendo que apenas 1,56% dos consumidores hierarquizou esse atributo na primeira posição.

Os alimentos funcionais caracterizam-se por oferecer vários benefícios à saúde, além do valor nutritivo inerente à sua composição química, podendo desempenhar um papel potencialmente benéfico na redução do risco de doenças crônicas degenerativas, como câncer e diabetes, dentre outras (BVSMS, 2009). Com relação à opção hábito alimentar, entende-se que aqueles que optaram por esta resposta já possuem o costume de consumir frutas como parte da sua dieta, enquanto que a opção pelo sabor da fruta está mais relacionada a gostos pessoais.

Atualmente, é possível observar forte tendência entre os especialistas em nutrição em considerar os alimentos funcionais como principais componentes de uma dieta saudável. No entanto, muitas vezes, o valor nutricional do alimento funcional é reduzido ao seu simples ingrediente funcional (fitoquímicos), considerando, equivocadamente que, se tal componente é responsável pelos benefícios à saúde sua ação será potencializada se consumido isoladamente e em grande quantidade, não levando em consideração a complexidade da composição nutricional do alimento e a interação entre os nutrientes existentes (AZEVEDO, 2014).

A partir daí nota-se a importância em incentivar o consumo de frutas *in natura*, uma vez que desta maneira torna-se possível não só aproveitar o principal ingrediente funcional, bem como possibilita incorporar à alimentação diferentes nutrientes presentes nas frutas.

Pesquisas contemporâneas apontam que as preferências por alimentos e bebidas são influenciadas pelos mais diversos aspectos relacionados ao comportamento do consumidor (THALER, 2019). Cosmi *et al.* (2017), inclusive, destaca que a preferência alimentar das crianças é fortemente influenciada pela alimentação das mães ao longo do período pré-natal e até mesmo após o nascimento, durante a amamentação. Essas constatações acabam por ressaltar a pertinência de uma educação alimentar como forma de influenciar os novos consumidores na adoção de hábitos mais saudáveis de alimentação.

Do total de entrevistados, 96,10% disseram consumir frutas regularmente, sendo que 68,31% alegaram que consomem determinadas frutas somente em períodos específicos do ano, enquanto 3,12% informaram não consumir frutas e 0,26% disse consumir poucas frutas.

Os respondentes tiveram liberdade de mencionar todas as frutas que consomem em determinadas épocas do ano, tornando possível mensurar as mais citadas, sendo a primeira delas a manga, correspondendo a 22,34%, seguida do açaí (18,18%), bacuri (12,21%), pupunha (11,17%) e cupuaçu (9,61%). Outras frutas foram listadas, mas com baixo peso individual (menor que 2,86%), porém juntas participam com 27,27%, entre essas se destacam: abacaxi, abacate, abiu, acerola, banana, biribá, caju, castanha-do-pará, castanha portuguesa, caqui, graviola, ingá, jaca, jambo, laranja, lima, limão, maçã,

melancia, melão, muruci, nozes, pera, pequi, pitaya, tangerina, taperebá, uva e uxi (Tabela 2). Essa relação de consumo está associada à safra dessas frutas que faz aumentar a sua oferta no mercado e, conseqüente, reduz o preço. Esse fenômeno econômico acaba estimulando a expansão do consumo, reconhecido popularmente como “época da fruta”. Há também uma associação com a qualidade do produto, como no caso do açaí que na safra, além de se ter uma redução no preço, há um aumento na qualidade do “vinho” do açaí comercializado localmente, principalmente quanto a sua consistência, por diminuir a adição de água pelo barateamento do insumo (frutos de açaí).

Tabela 2: Frutas consumidas mais intensivamente em determinada época do ano

Frutas	%	Época de consumo
Manga	22,34	novembro à fevereiro
Açaí	17,40	setembro à dezembro
Bacuri	12,21	dezembro à março
Pupunha	11,17	janeiro à março
Cupuaçu	9,61	outubro à junho
Outras	27,27	-

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto à relação entre preço e consumo, a maioria dos entrevistados, 53,51%, revelou não ter frutas que sejam consumidas somente se o preço estiver baixo, indicando um hábito arraigado de consumo por certas frutas, muitas delas com apelo de ser alimento funcional. O açaí é um bom exemplo disso, quando na década de 1990, pelo reconhecimento de suas propriedades como alimento energético e funcional, o hábito de consumo se estendeu para as classes de maior renda e a sua ingestão se ampliou não só pela expansão do número de consumidores como pela demanda massiva em todos os meses do ano, ao contrário do que ocorria no passado quando era prioritariamente alimento das classes de renda mais baixas e com consumo concentrado na época da safra (Homma, 2006; Silva Junior *et al.*, 2019). Verificou-se que 46,49% dos entrevistados consomem determinadas frutas apenas se o preço estiver baixo, das quais se destacou principalmente a uva, que foi citada por 11,69% dos consumidores, o açaí, mencionado por 9,09%, seguidos do morango (8,57%), bacuri (5,45%) e abacate (5,45%).

É comum observar o aumento de preços dos frutos nos períodos de entressafra em decorrência da menor oferta (FIGUEIRA; LOPES; MODENA, 2016). Considerando, uma demanda constante, no entanto, de acordo com estudo de Cazane *et al.* (2018), a elasticidade-preço das frutas não implica em alterações significativas no consumo ao longo do ano, uma vez que a demanda por frutas *in natura* é inelástica a preço.

Sobre as formas preferidas de consumo de frutas, 63,64% informou que consome certas frutas apenas nas formas de sucos e/ou doces, sendo as mais citadas nessa modalidade o cupuaçu, acerola, goiaba, maracujá e bacuri, mencionadas por 21,30%, 18,96%, 17,14%, 13,51% e 10,91% dos entrevistados, respectivamente. Enquanto 36,36% não apontaram frutas que sejam consumidas somente na forma de sucos ou doces.

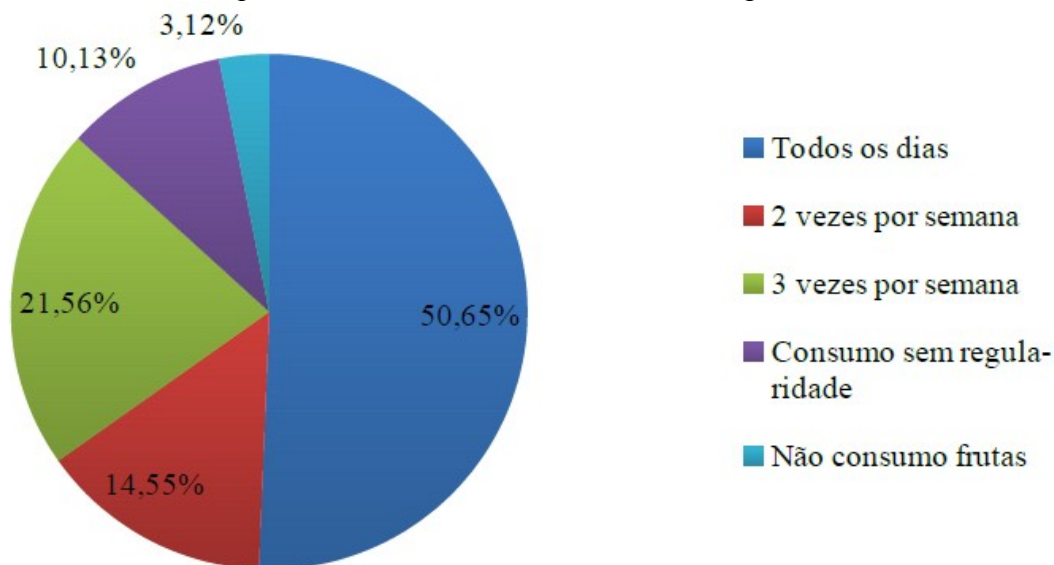
No que diz respeito ao consumo *in natura*, 64,16% dos entrevistados apontaram frutas que são consumidas somente dessa maneira, como: banana (22,34%), maçã (16,88%), manga (12,99%), melão (11,43%) e mamão (11,17%). Já 35,84% do grupo participante respondeu que não têm frutas que consomem somente desta forma.

Conforme o exposto no Gráfico 1, constata-se que cerca de 50,65% dos entrevistados consomem frutas todos os dias e a outra metade consome frutas apenas duas vezes por semana ou menos. Os dados vêm corroborar o que é divulgado pela FAO/OMS (2020), considerando que o consumo de frutas é essencial na dieta diária de qualquer pessoa, e não apenas esparsamente durante a semana, como ocorre com a outra metade dos consumidores. As frutas e hortaliças são as fontes naturais que têm maior abundância de micronutrientes, mas nos países em desenvolvimento seu consumo é de apenas 20% a 50% do recomendado pela FAO e OMS.

De acordo com Cazane *et al.* (2014), a periodicidade no consumo de frutas, legumes e verduras é um importante aspecto do comportamento do consumidor e, se analisado em conjunto com as oscilações sazonais, podem auxiliar o planejamento e o controle da produção desses produtos. Ressalta-se aqui, a título de conceituação, que são consideradas verduras, quando a parte comestível são as folhas, flores e hastes, enquanto nos legumes a parte comestível são frutos e sementes.

Vale destacar que existem sucos que são feitos a partir de verduras como cenoura, beterraba, couve, pepino, alface, chá verde, misturados com frutas, sendo popularmente conhecidos como “sucos detox”. A palavra “detox” vem da abreviação de desintoxicação, sendo assim, a proposta do suco detox é eliminar as toxinas e desinflamar o organismo. Nota-se também que a proposta desses sucos tem sido forte alternativa ao consumo de bebidas artificiais como refrigerantes.

Gráfico 1: Frequência de consumo de frutas no município de Belém



Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre os entrevistados, 68,57% acreditam que deveriam consumir mais frutas, 30,39% informaram que acham a sua frequência de consumo suficiente e somente 1,04% considera que deveria consumir menos frutas. Esse resultado é um indicativo de que a implementação de políticas de estímulo ao consumo de frutas tende a impactar positivamente na expansão da demanda e na qualidade de saúde da população, por propiciar a ingestão de alimento de reconhecida vantagem nutricional, a exemplo se poderia citar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como um bom campo para se fortalecer essa ideia. Dados do WHO (2011) dão conta de que o consumo diário de 400g de frutas e hortaliças poderia evitar 1,7 milhão de mortes e 16 milhões de incapacitados anualmente no mundo.

Essa estratégia se alinha com a recomendação de fortalecer iniciativas do tipo *nudch* como recomenda por Thaler e Sunstein (2019), ou seja, de se criar uma arquitetura de escolhas que facilitem a tomada de decisão mais acertada pelo consumidor. Assim, estimulando escolhas que privilegie o consumo de frutas, se estaria potencializando benefícios de saúde coletiva. As teses que fundamentam essa tomada de decisão econômica com base em pressupostos da psicologia e no reconhecimento da limitação de uma suposta racionalidade nas escolhas cotidianas acabou por laurear o economista Richard H. Thaler, em 2017, com o Nobel da Economia por sua contribuição na área da economia comportamental.

Quanto à motivação para consumir mais frutas, verificou-se que o “preço mais acessível” é a principal motivação apontada como incentivo, mencionada por 58,44% dos entrevistados. A “maior facilidade de encontrar frutas” foi considerada importante para 45,71% dos participantes, seguida de “fortalecer o hábito de consumir frutas”, mencionada por 40,78% dos indivíduos e “iniciar alguma dieta”, mencionada por 24,16% dos participantes. Foram, ainda, consideradas outras motivações como ser alimento saudável e fazer bem para a saúde (7,27%), bom sabor (0,26%) e praticidade (0,26%).

Em relação ao local de consumo de frutas, 80,26% dos entrevistados tem preferência por consumir em sua própria residência, 12,47% no trabalho e 3,12% nas universidades ou escolas. Outros locais apontados, mas com baixa participação, foram os restaurantes (0,78%) e as academias de ginásticas (0,26%).

3.3 Disponibilidade a gastar com o consumo de frutas

Visando analisar o comportamento de compra de frutas, verificou-se o valor em reais que o consumidor se dispõe a gastar com as mesmas, quais os critérios e aspectos de influência para aquisição de frutas, os locais de aquisição e outros aspectos referentes à preferência do consumidor.

Observa-se que a maior parte dos consumidores de frutas apresenta disposição a gastar valores até R\$ 20,00 reais mensalmente com a compra de frutas *per capita* (41,82%) e 29,09% se dispõe a pagar entre R\$ 21,00 e R\$ 41,00, seguido de 11,69% que gastariam entre R\$ 42,00 e R\$ 62,00 reais. Somente 14,29% dos entrevistados afirmaram

que teria disponibilidade de gastar acima de R\$ 63,00 reais *per capita* por mês para comprar frutas (Tabela 3).

Tabela 3: Valor máximo (R\$) de disposição a gastar (*per capita, mês*) com o consumo de frutas no município de Belém (PA), 2019

Disponibilidade mensal <i>per capita</i> a gastar (R\$)	%
Zero (não consome frutas)	3,12
4 a 20 reais	41,82
21 a 41 reais	29,09
42 a 62 reais	11,69
63 a 83 reais	7,53
84 a 104 reais	3,64
105 a 600 reais	3,12
Total	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores

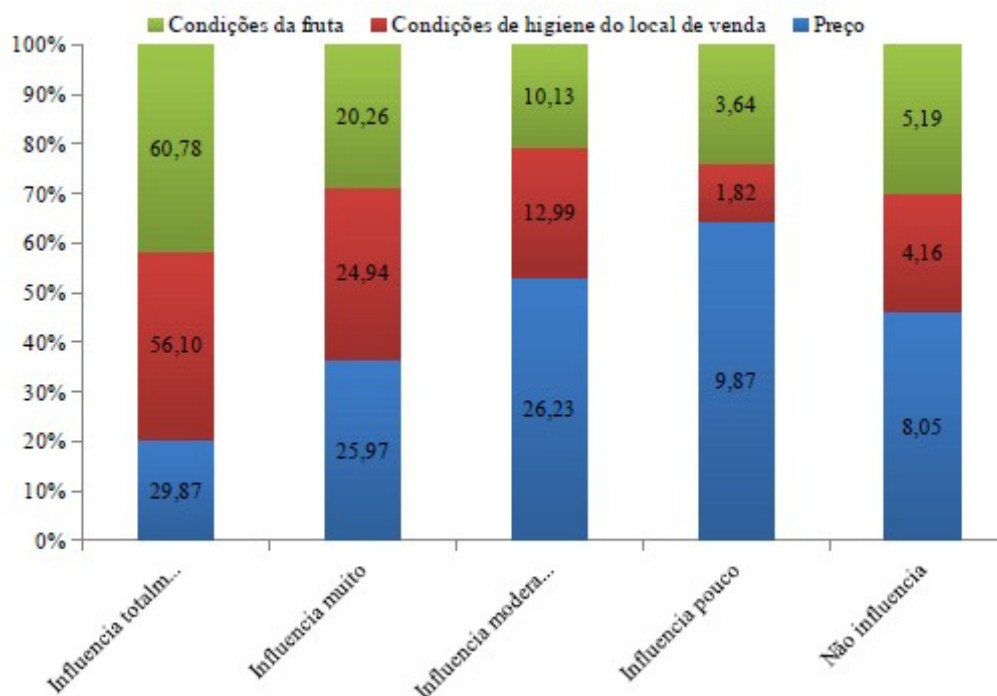
Foram analisados também os critérios adotados pelos consumidores para escolher as frutas no ato da compra e qual o nível de influência que estes têm sobre a decisão final. Os critérios considerados foram o preço da fruta, as condições de higiene do local da venda e as condições da fruta em si, como aparência e odor, por exemplo. Foi solicitado que o entrevistado determinasse a influência de cada critério nos seguintes níveis: influencia totalmente, influencia muito, influencia moderadamente, influencia pouco e não influencia.

Em relação ao critério “preço” 29,87% dos participantes disseram influenciar totalmente, enquanto para 25,97% tal critério influencia muito e 26,23% afirmaram influenciar moderadamente, por fim, 9,87% e 8,05% alegaram influenciar pouco e não influenciar, respectivamente (Gráfico 2). Quanto ao critério “condições de higiene do local de venda”, 56,10% dos entrevistados disseram influenciar totalmente, 24,94% alegaram influenciar muito, para 12,99% influencia moderadamente, 1,82% influencia pouco e para 4,16% não influencia.

Sobre as “condições da fruta”, a maioria dos indivíduos afirmou influenciar totalmente (60,78%), 20,26% considerou influenciar muito, para 10,13% o critério influencia moderadamente e para 3,64% e 5,19% o fator influencia pouco e não influencia, respectivamente.

Foram apresentados, ainda, diferentes aspectos de influência na aquisição de frutas e foi solicitado aos participantes que os classificassem por nível de importância, atribuindo valores de 1 a 5, sendo 1 para o mais importante e 5 para o menos importante, e para aqueles que considerassem o aspecto “sem importância”, foi atribuída a classificação SI (sem importância). Os aspectos apresentados foram: aroma, aparência, cor, gosto e som.

Gráfico 2: Critérios de consumo e sua influência na escolha e compra de uma fruta na percepção dos belenenses (valores em %)



Fonte: Elaborado pelos autores

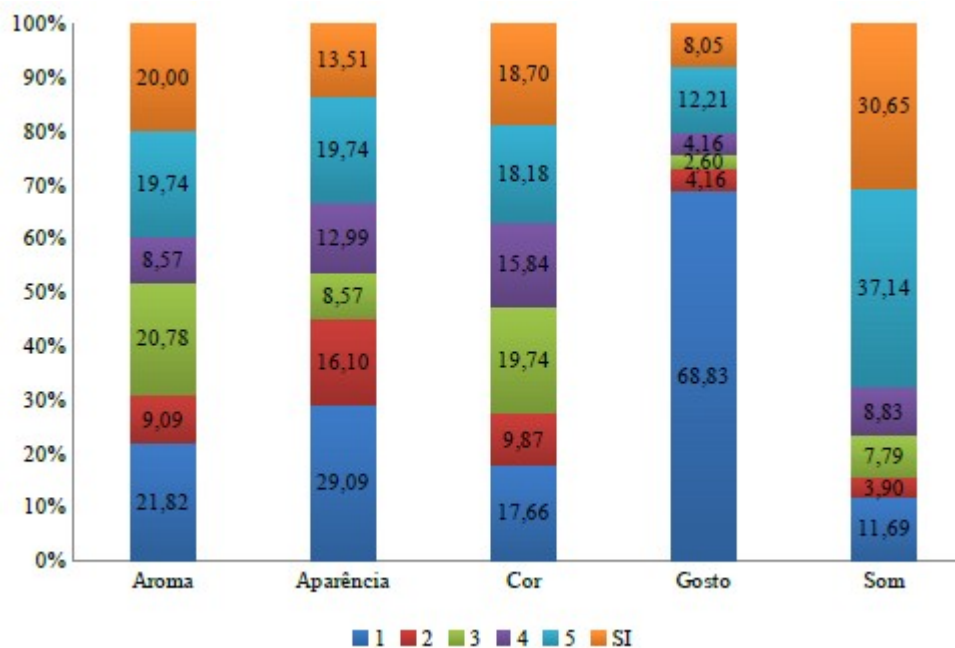
O aspecto “gosto” foi considerado como o mais importante (classificação 1) por 68,83%, seguido pela “aparência”, 29,09%. Enquanto o “som” foi considerado o critério de menor importância para o entrevistado, sendo avaliado como sem importância por 30,65% e como menos importante por 37,14%. As frutas, geralmente, avaliadas pelo som são maracujá, melancia e melão. Os demais aspectos tiveram avaliações similares entre si (Gráfico 3).

Dentre os locais de preferência para aquisição de frutas destacam-se as feiras/mercados e supermercados, respectivamente com 31,43% e 30,65% de participação nas escolhas dos consumidores. Outra opção relativamente comum foi a compra realizada junto aos vendedores de rua (16,62%) que, geralmente, se estabelecem em ruas com grande concentração de domicílios ou no centro comercial para aproveitar o grande fluxo de transeuntes. Esses vendedores ambulantes, em geral, apresentam boa diversidade de frutas dispostas em carros de mão confeccionados artesanalmente em madeira e com eixo suspenso por dois pneus de automóveis. Juntos esses estabelecimentos respondem por 78,7% da comercialização de frutas na capital paraense. A compra de frutas diretamente nas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA-PA) foi de apenas 4,42%.

Pela condição de grande perecibilidade as frutas são adquiridas mais frequentemente pelos consumidores para evitar que se estraguem nos domicílios. Outro aspecto a se considerar é que as frutas e os vegetais perdem o valor nutricional facilmente

e por isso devem ser comprados frescos e consumidos em pouco tempo. Por isso, a facilidade de compra e diversidade é bastante apreciada nesse segmento.

Gráfico 3: Aspectos de influência na aquisição de frutas no município de Belém (%), 2019



Fonte: Elaborado pelos autores

Diante do atual cenário da pandemia da Covid-19 os hábitos das pessoas no mundo todo sofreram alterações, dentre eles a forma de aquisição de alimentos, onde se observa um crescimento de 79% na compra de alimentos e bebidas através de plataformas *on-line*, em virtude da necessidade de isolamento social (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Além disso, neste período, também surgiram muitas questões sobre a segurança de frutas e legumes frescos, principalmente sobre a exposição aberta destes alimentos, bem como a adoção de boas práticas agrícolas para evitar a disseminação do vírus através de alimentos (SNA, 2020). Da mesma forma, nota-se a intensificação de novos hábitos alimentares desenvolvidos na pandemia que tendem a impactar positivamente na elevação do consumo mundial de fontes naturais ricas em vitamina C e outros alimentos de caráter funcional.

Quanto ao comportamento dos consumidores em relação às condições de higiene do estabelecimento, 85,19% afirmaram que não comprariam frutas em locais com condições de higiene inadequadas, ainda que o preço fosse menor. No entanto, 14,81% revelaram comprar frutas por um preço menor mesmo que o local não apresente condições de higiene adequadas. Figueira, Lopes e Modena (2016), com base em estudo realizado em Belo Horizonte (MG), sugerem que as classes de renda baixa estariam mais propensas a aceitar essa condição inadequada dos estabelecimentos. Em tese essa

associação poderia ser pertinente, como discutido por Rebello e Falcão (2007), em razão da falta de liberdade para escolhas mais adequadas em razão do baixo poder aquisitivo dessa classe de renda. Isso, no entanto, deve ser uma condição de fiscalização do estado, com vistas a assegurar o padrão de higiene mínimo adequado.

Nesta pesquisa sobre o consumo de frutas em Belém, apenas 38,60% dos que disseram aceitar comprar com preços mais baixos mesmo com as condições de higiene inadequada dos estabelecimentos estavam enquadrados nos estratos mais baixos de renda. Os demais consumidores que disseram aceitar essa inadequação quanto à higiene do ambiente de compra pertencem ao estrato intermediário de renda (R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00), com 31,58% de participação, e aos estratos superiores (mais de R\$ 5.000,00), com R\$ 29,82% de aceitação dessa situação. Isso deve estar associado às práticas de assepsia dos alimentos adotadas em domicílio, a partir da lavagem com água e sabão e a imersão por alguns minutos em solução à base de hipoclorito de sódio (água sanitária), como forma de eliminar os microrganismos causadores de doenças, confirmando o preço como um dos parâmetros determinantes nas escolhas dos consumidores.

Os participantes foram questionados se continuariam comprando a fruta de sua preferência mesmo que o preço subisse. A maior parte, 52,99%, respondeu que sim, enquanto 47,01% deixariam de comprar caso o preço aumentasse.

Para 54,81% dos entrevistados não há dificuldade para encontrar as frutas que gostam de consumir, no entanto, 45,19% disseram possuir dificuldade. As frutas que os consumidores mais mencionaram possuir dificuldade de encontrar foram o bacuri (9,61%), jaca (6,49%), kiwi (4,68%), morango (3,64%) e a pitaya (3,64%). A pitaya, mais recentemente, vem tendo sua oferta ampliada no mercado paraense em razão da expansão dos cultivos no Nordeste Paraense.

A maior parte dos entrevistados (68,57%) informou não possuir fruta indesejada, ou seja, que deixa de consumir por não gostar da fruta ou por acreditar que faz algum mal para saúde. Dentre os participantes, no entanto, 31,43% informou não consumir determinadas frutas por não gostar ou acreditar fazer mal para a sua saúde, sendo as principais frutas mencionadas nessa categoria foram: melão (citado por 5,97% dos respondentes), uxi (2,86%), maracujá (2,34%), cupuaçu (2,08%), manga (2,08%), carambola (1,82%), abacate (1,56%), jaca (1,56%), abacaxi (1,30%), graviola (1,30%), kiwi (1,30%), jambo (1,30%), bacuri (1,30%), melancia (1,30%), tangerina (1,30%), banana (1,04%), sapotilha (1,04%), açaí (0,78%), cajarana (0,78%), lima (0,78%), muruci (0,78%), pera (0,78%), pupunha (0,78%), piquiá (0,78%), taperebá (0,78%), tucumã (0,78%), ingá (0,52%), pêsego (0,52%), abil (0,26%), abricó (0,26%), ameixa (0,26%), buriti (0,26%), castanha-do-pará (0,26%), caju (0,26%), biriba (0,26%), lichia (0,26%), maçã (0,26%), noni (0,26%), pitaya (0,26%), fruta do conde (0,26%), pinha (0,26%), seriguela (0,26%).

Os participantes citaram o abacate, maçã, manga, banana e pupunha como as principais variedades de frutas que após a compra, comumente, verificam que estavam verde, sem gosto, fiapenta, estragadas e/ou machucadas. Isto revela um ponto significativo no processo pós-colheita, apresentando a necessidade de melhorias nas tecnologias de conservação e melhoramento genético para o caso da pupunha, por exemplo, com vistas a dotá-la com um padrão ideal para o consumo de mesa, dado sua grande variabilidade quanto à oleosidade, quantidade de fibras, tamanho, entre outros

atributos (SANTOS *et al.*, 2021). O transporte inadequado das frutas e o manuseio nas prateleiras tem sido a causa da perda de qualidade dos frutos como ocorre comumente com o abacaxi, tangerina, laranja, dentre outros.

Os entrevistados também foram questionados se sabiam o que eram frutas orgânicas, sendo que 67,01% destes afirmaram saber e 32,99% informou não conhecer. Já 49,09% dos entrevistados afirmaram que reconhece uma fruta orgânica pelo selo de procedência e 7,53% pela propaganda. Vale destacar que se comprovou que é possível impulsionar o mercado de frutos orgânicos através de estratégias de *marketing*, proporcionando maior conhecimento ao consumidor sobre o produto (Wang *et al.*, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa foi possível identificar as principais motivações, preferências e barreiras ao consumo de frutas no município de Belém. Torna-se viável definir estratégias que impulsionem a produção e comercialização de frutas de acordo com as potencialidades observadas, bem como encontrar formas para ajustar às limitações declaradas pelos consumidores.

As cinco frutas preferidas pelo consumidor de Belém são banana (58,78% de preferência), maçã (51,79%), açaí (48,95%), mamão (38,01%) e manga (28,37%), embora tenham sido citadas sessenta variedades de frutas, entre regionais e exóticas. O açaí é um destaque especial, pois aparece em terceiro lugar no *ranking* geral, mas assume a segunda posição quando se examina apenas a primeira opção de consumo (22,34% de preferência, contra 27,27% da banana e 6,49% da maçã).

Metade dos entrevistados relevou consumir frutas todos os dias e a outra metade consome frutas apenas duas vezes por semana ou menos, onde nota-se a necessidade de incentivos ao consumo conforme as recomendações da FAO e OMS. Vale ressaltar que o fator “preço mais acessível” foi apontado como principal motivação ao consumo por 58,18% dos entrevistados, assim como a maioria (47,74%) destes apresenta disposição a gastar até R\$ 20,00/mês/*per capita* com a compra de frutas.

Dessa forma, nota-se a necessidade de maior informação do consumidor quanto ao potencial nutricional e funcional dessas frutas, assim como incentivos ao produtor, uma vez que potencializando a procura, conseqüentemente, motiva-se uma maior produção de frutas regionais. Assim, têm-se maiores chances de praticar preços mais acessíveis ao consumidor, bem como propiciar melhores condições para se elevar o padrão de saúde da população com uma alimentação mais saudável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Hábito de consumo adquirido na pandemia deve permanecer após covid-19**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/habito-de-consumo-adquirido-na-pandemia-deve-permanecer-pos-covid-19>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

AZEVEDO, E. Alimentação saudável: uma construção histórica. **Revista Simbiótica**, v.1, n. 7, p. 83-11, 2014.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 519 p.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (BVSMS). **Alimentos funcionais**, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/220_alimentos_funcionais.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: reimpr, 2014. 156 p.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA JUNIOR, P. A. O desafio alimentar no século XXI. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, p. 497-522, dez. 2016.

CASTRO J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Antares, 1984. 361 p.

CAVALCANTE, P. B. **Frutas comestíveis na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. 282 p.

CAZANE, A. L.; MACHADO, J. G. C. F.; PIGATTO, G. Análise do consumidor de frutas no município de Tupã, Estado de São Paulo. **Informações econômicas**, v. 40, n. 8, ago, 2018.

CAZANE, A. L.; MACHADO, J. G. C. F.; SAMPAIO, F. F. Análise das feiras livres como alternativa de distribuição das frutas, legumes e verduras. **Informe Gepec**. v. 18, n. 1. p. 119-137. jan-jun, 2014.

COSMI, V de; SCAGLIONI, S.; AGOSTONI, C. Early Taste Experiences and Later Food Choices. **Nutrients**, v.9, n.2, p. 107, fev. 2017.

COSTA, M. R. T. R.; HOMMA, A. K. O.; REBELLO, F. K.; SOUZA FILHO, A. P. S.; FERNANDES, G. L. C.; BALEIXE, W. **Atividade Agropecuária no Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1073940/atividade-agropecuaria-no-estado-dopara>. Acesso em: 17 mar. 2020.

FAO/OMS. **Frutas e vegetais**: seus fundamentos dietéticos. O Ano Internacional das Frutas e Legumes, 2020, documento de referência. Roma. <https://doi.org/10.4060/cb2395en>

FIGUEIRA, T. R; LOPES, A. C. S.; MODENA, C. M. Barreiras e fatores promotores do consumo de frutas e hortaliças entre usuários do Programa Academia da Saúde. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 29, n.1, p. 85-95, jan./fev, 2016.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p.105-112, 2000.

HOMMA, A. K. O. (Ed.). **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 468 p.

HOMMA, A. K. O.; NOGUEIRA, O. L.; MENEZES, A. J. E. A.; CARVALHO, J. E. U.; NICOLI, C. M. L.; MATOS, G. B. Açai: novos desafios e tendências. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 2, jan./jun., p. 7-23, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população com referência a 1º de julho de 2019**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=3098>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 61p.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2012. 768 p.

MANGAS, F. P.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S.; OLIVEIRA, C. M. Caracterização do perfil dos consumidores de peixe no município de Belém, Estado do Pará, Brasil. **Rama: Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, p. 839-857, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **5º Congresso Panamericano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para a Promoção de Saúde: Relatório Final**. Brasília, 2009.

NASCENTE, A. S.; ROSA NETO, C. **O agronegócio da fruticultura na Amazônia: um estudo exploratório**. Porto Velho: Embrapa, 2005. (Documentos 96).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Criar cidades mais verdes: Segurança alimentar e nutricional**. FAO, 2012. 20 p.

PEROSA, J. M. Y.; TARSITANO, M. A. A.; MARTINS, M. I. E.; PIGATTO, G.; ANTONANGELO, A. Perfil do consumidor de frutas em cidades do interior do estado de São Paulo – SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 34, n. 4, p. 1084-1090, 2012.

REBELLO, F. K.; FALCÃO, V. A. S. As instituições e o mercado: o caso da contaminação do açaí pela Doença de Chagas. **Jornal do Economista (CORECON-PA)**, Belém, p. 09 - 09, 28 set. 2007.

SANTOS, M. A. S.; PROTÁZIO, D. C.; COSTA, G. P.; REBELLO, F. K.; MARTINS, C. M.; BEZERRA, A. S.; NOGUEIRA, A. S. Profile of peach palm fruit consumers in the Metropolitan Region of Belém, Pará, Brazilian Amazon. **International Journal for Innovation Education and Research**, v. 9, n. 1, p. 550-560, 2021.

SILVA JÚNIOR, J. I. S.; REBELLO, F. K.; LIMA, H. V.; SANTOS, M. A. S.; SANTOS, P. C.; LOPES, M. L. B. Socio-economics of Acai Production in Rural Communities in the Brazilian Amazon: A Case Study in the Municipality of Igarapé-Miri, State of Pará. **Journal of Agricultural Science**, v. 11, n. 5, p. 215-224, fev. 2019.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA – SNA. **Covid-19**: consumo de frutas e verduras não deve ser interrompido. 2020. Disponível em:<<https://alavoura.com.br/colunas/alimentacao-nutricao/consumo-de-frutas-e-verduras-nao-deve-ser-interrompido-por-preocupacao-com-coronavirus/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

THALER, R. H. **Misbehaving**: A construção da economia comportamental. Tradução George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 448 p., 2019.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge**: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

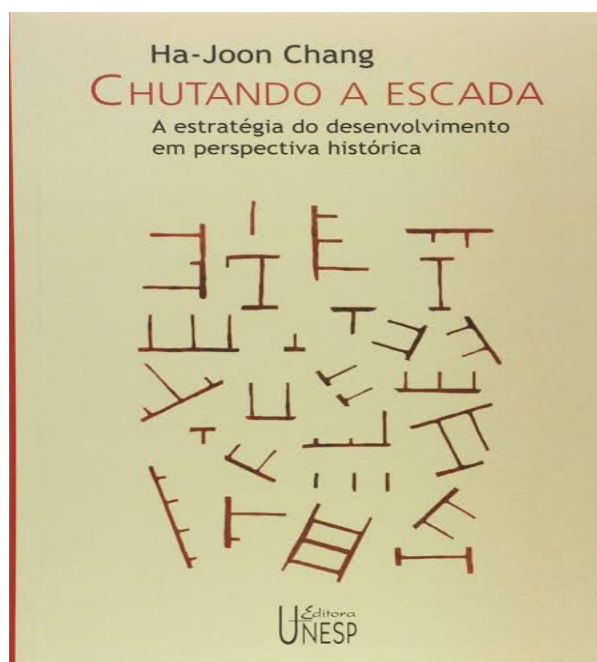
WANG, L.; WANG, J.; HUO, X. Consumer's willingness to pay a premium for organic fruits in China: A double-hurdle analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 126, p. 1-14, jan. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global status report on non communicable diseases 2010**. Geneva: WHO, 2011.

Recebido em 04/04/2022

Aprovado em 24/07/2022

RESENHA DO LIVRO “CHUTANDO A ESCADA”: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica



LIVRO: Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica

AUTOR: Ha-Joon Chang

EDITORA: Unesp, 2004.

Jamila Francine de Godoy Borkowski¹

São muitas as pressões sofridas pelos países em desenvolvimento pelos organismos internacionais, FMI, OMC, Banco Mundial, entre outros. A exigência de padrões de “boas práticas” e de “boa governança” para a adequação ao padrão global de desenvolvimento ocorre constantemente. Os prazos para a adequação são curtos, não havendo uma análise prévia da real necessidade e capacidade do Estado, se realmente elas se fazem necessárias naquele momento e principalmente o custo para sua implementação.

Chang faz um apanhado geral através de acontecimentos históricos verificando como as instituições foram evoluindo e como foram utilizadas pelos países desenvolvidos. Diante da complexidade de cada instituição buscou-se trazer uma visão geral delas e uma atenção especial à democracia.

O interessante título do livro chama a atenção do leitor por sua crítica de forma inusitada, “Chutando a escada”, cuja expressão foi creditada à Friedrich List (1789-1846), resume a ideia central do livro. Através de uma figura de linguagem, ele declara que os países desenvolvidos após utilizarem um caminho para chegar ao

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). Bolsista do Programa de Bolsa Institucional – PROBIU/UNILA. E-mail: advocacia.jamila@gmail.com.

desenvolvimento “chutam a escada”, ou seja, tomam medidas para que esse caminho não seja mais utilizado. Assim permanecendo onde estão, cada país na fase de desenvolvimento em que se encontra.

Essas práticas que hoje são tão criticadas pelos PADs (países atualmente desenvolvidos) foram amplamente utilizadas durante o processo de desenvolvimento econômico por eles, e através de algumas delas foi possível esse crescimento. O livro analisa as medidas dos países atualmente desenvolvidos no período temporal entre o século XIX e o início do século XX, estendendo algumas análises particulares por outros períodos de tempo, considerado o período relativamente similar aos países em desenvolvimento nos anos 2000.

O livro originalmente foi publicado em inglês em 2002, com o título “Kicking Away the Ladder”, a presente análise foi feita a partir da tradução feita para o português, por Luiz Antônio Oliveira de Araújo e publicado em 2004 pela editora Unesp. A obra se subdivide em quatro capítulos, destaquei alguns dos pontos importantes trazidos no decorrer da obra.

No primeiro capítulo, “Como os países ricos enriqueceram de fato?” O autor inicia elencando algumas das instituições-chave recomendadas aos países em desenvolvimento:

“a democracia, a burocracia ‘boa’, o Judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, assim como instituições financeiras, inclusive um banco central politicamente independente” (CHANG,2004, p.12).

Na sequência, ele cita Friedrich List que já havia sido referenciado com relação ao título do livro, considerado o pai da indústria nascente, e que defendia que em “face dos países desenvolvidos, os mais atrasados não conseguem desenvolver novas indústrias sem a intervenção do Estado, principalmente por meio de tarifas protecionistas”, ainda traz outro posicionamento de List, onde afirma que o livre comércio é benéfico entre países de nível semelhante de desenvolvimento industrial. (CHANG, 2004, pg.14)

O capítulo se encerra com uma “advertência sadia” onde o autor declara que haverá algumas situações que normalmente são pontos pacíficos e que ele demonstrará diferente do pensamento cristalizado. Adverte que o livro poderá incomodar alguns leitores, tanto intelectual quanto moralmente.

O segundo capítulo trata principalmente das denominadas políticas industrial, comercial e tecnológica (políticas ICT). Traz um resumo histórico do início das políticas de mercado e de livre comércio em diversos países, detalhando algumas estratégias usadas por alguns PADs e avalia o tipo de política industrial, comercial e tecnológica, quando esses eram países em desenvolvimento.

Destaca que sem a proteção à indústria nascente, os Estados Unidos não teriam se desenvolvido e se industrializado tão rápido. Sendo o investimento em pesquisa um grande acerto. Chama a atenção para algumas legislações; a Lei Morrill, de 1862, se destaca principalmente por sua inovação, haja vista que através dela o Estado patrocinava a pesquisa agrícola. O autor destaca também o papel do Estado na promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte.

Alguns países ganham destaque, dentre eles a Alemanha, notadamente conhecida como o berço da indústria nascente, segundo os dados trazidos, praticava atos um tanto questionáveis, como a espionagem industrial patrocinada pelo Estado. No entanto, outras políticas mais adequadas foram utilizadas, como o financiamento estatal das rodovias, e a reforma educacional que foi revolucionária para a época, “...reforma

educacional, que envolveu não só a construção de novas escolas e universidades, mas também a reorientação da instrução teológica rumo a ciência e tecnologia – isso numa época em que a ciência e a tecnologia não eram ministradas nem em Oxford nem em Cambridge”. (CHANG, 2004 p. 67)

Assim como a Alemanha, a França também estimulou a espionagem industrial, chegando a criar um cargo público para os espões com o título “inspetor geral das Manufaturas Estrangeiras”. Enfatize-se que, graças a essa medida, a França superou sua defasagem tecnológica. O Estado também investiu em infraestrutura e criou diversas instituições de pesquisa e ensino.

A Suécia, no pós-guerra, tinha uma postura protecionista, de modo que em diversos momentos utilizou as tarifas para proteger o setor agrícola. O país também ofereceu proteção tarifária à indústria. No final do século XIX, instituiu uma parceria público-privada para irrigação e drenagem para a agricultura e aplicou o mesmo modelo para o desenvolvimento das estradas de ferro a partir de 1850. A espionagem industrial também era utilizada. A política educacional era muito avançada para época. A título de exemplo, segue um trecho do livro onde o autor apresenta datas em que foi instituído o ensino obrigatório no país:

Visando estimular a aquisição de tecnologia, o governo sueco pagava salários e subsidiava viagens de estudo e pesquisa. Em 1809, criou-se o Ministério da Educação, e o ensino básico já era obrigatório desde os anos 40. A escola secundária pública foi instituída na década de 1860; em 1878 acrescentou-se um ano, o sexto ano, ao ensino obrigatório (CHANG, 2004, p. 78).

O desenvolvimento do livro também trata como foi o período na Bélgica, Holanda, Suíça, Japão e os Novos Países Industrializados (NPIs) do Extremo Oriente, além de demonstrar um conjunto de políticas destinadas a impedir o desenvolvimento de manufaturas nas colônias. Trata também sobre os famosos “tratados desiguais” os quais envolviam a imposição de tetos tarifários e a privação da autonomia tarifária com a intenção de travar o desenvolvimento das indústrias dos países menos desenvolvidos

Chang critica vários autores que não analisam as tarifas elevadas que eram amplamente utilizadas como um fator importante para o desenvolvimento industrial. Traz dados, tabelas com alíquotas que eram utilizadas, dados sobre o livre comércio, ou a falta dele. Conclui que os fatos históricos relevam altas taxas, muito protecionismo e o fato de ser impossível subestimar a importância da indústria nascente no desenvolvimento do país.

Fatos históricos importantes são resgatados, onde Direitos humanos fundamentais não eram respeitados, o direito de ter uma nacionalidade era retirado de forma arbitrária. A Grã-Bretanha em 1719, proibiu a emigração de trabalhadores especializados para trabalhar no exterior (estava tendo uma evasão muito grande para outros países), quando os emigrados não se repatriassem seis meses após notificados eram privados do direito a terras e a bens e de sua cidadania. Essa lei foi revogada somente em 1842.

Como dito anteriormente, os países não respeitavam a propriedade intelectual, a espionagem industrial era comum e até a indústria de cada respectivo país estar minimamente em condição de competir no mercado internacional, eles iam adiando o estabelecimento de uma legislação efetiva de proteção.

Entendemos que as atitudes dos países atualmente desenvolvidos se resumem nesse parágrafo:

Quando estavam em situação de catching-up, os PADs protegiam a indústria nascente, cooptavam mão-de-obra especializada e contrabandeavam

máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. Assim, parece que as raposas têm se transformado em guardiães do galinheiro com perturbadora regularidade (CHANG, 2004 p. 114)

Muitas vezes, de forma ácida, Chang utiliza figuras de linguagem para chamar a atenção sobre a clara contradição entre a atitude praticada pelos PADs, quando estavam em estágios similares de desenvolvimento, e a atitude considerada correta exigida por eles aos países em desenvolvimento.

O capítulo três apresenta como debate central as instituições e sua ligação com o desenvolvimento econômico. O autor esclarece que recentemente a promoção do desenvolvimento institucional em nome da “boa governança” tem ganhado espaço nos debates sobre políticas de desenvolvimento. Segundo ele, vem se produzindo uma literatura, principalmente pelo Banco Mundial e seus associados, empenhada em estabelecer uma correlação estatística com a suposta causalidade que vai do anterior ao posterior. As instituições variam, mesmo que ainda não se conseguiu entender a relação entre determinadas instituições e o desenvolvimento.

Existem críticas em relação a essas instituições quanto ao fato delas poderem colidir com algumas normas sociais e valores culturais de algumas nações. Assim sendo, desaconselha-se a tentativa de impor um padrão institucional comum para países em situações diferentes. Mas, diante dessa problemática, corre-se o risco do país se manter na situação de subdesenvolvimento.

Para evitar a manutenção do *status quo* institucional, o autor sugere que os países em desenvolvimento podem se valer da história, aprender com as experiências dos PADs sem ter que pagar o custo do desenvolvimento de instituições novas. Segue dizendo ser uma das poucas vantagens em ser “retardatário”. Essa vantagem é muito bem-vinda, pois as instituições quando consolidadas são mais difíceis de serem mudadas do que as políticas.

Algumas instituições são analisadas, assim sendo, gostaríamos de enfatizar a Democracia e a Burocracia. Através de diversos dados históricos, que parecem por diversas vezes sido esquecidos pelos PADs, o autor relembra o longo caminho até o sufrágio universal. Lembra que inicialmente o voto era restrito a uma pequeníssima minoria de proprietários do sexo masculino, e com peso desigual, conforme o patrimônio, nível de instrução ou idade.

Muito tardiamente, somente em 1848, algo próximo a uma democracia começou a existir, a França, foi instituído o sufrágio universal masculino. Nos Estados Unidos, somente em 1870, se permitiu o voto aos homens negros, no entanto, os Estados do Sul tomaram medidas para excluir os negros do sistema eleitoral. Para camuflar a medida racista, adotaram métodos como impostos eleitorais, teste de analfabetismo e título de propriedade.

Pouco tempo de democracia se verificou na Espanha, que somente em 1931 instituiu o sufrágio universal, resultando em uma série de acontecimentos até explodir no golpe militar em 1936, suprimindo a democracia até 1977.

Ainda sobre a Democracia, vale destacar que apesar dos PADs após a Primeira Guerra Mundial terem adotado o sufrágio universal masculino, as mulheres e minorias étnicas estavam excluídas. Assim, muito longe de uma Democracia, somente em 1946, a maior parte dos dezenove PADs chegaram ao sufrágio universal. Comparando os PADs com os atuais países em desenvolvimento, em relação ao processo democrático esses se

saíram muito melhor, exceto, o período das ditaduras promovidas por golpes militares, em que ocorreu um grande retrocesso.

Com o retorno dos países em desenvolvimento à democracia, nenhum reintroduziu o direito eleitoral seletivo. Desse modo, Chang entende que esses países estão muito melhores em relação ao exercício da democracia do que os PADs quando estavam em momento similar de desenvolvimento.

A burocracia eficiente e limpa também é um fator decisivo para o crescimento econômico, isso não é mais fruto de discussão. Mas nem sempre foi assim, tendo em vista que se sabe sobre a venda aberta de honras e cargos públicos era uma prática comum entre os PADs. Dessa maneira, eram encarados como propriedade privada em muitos países.

Na Inglaterra, antes da reforma pretendida no começo do século XIX, os ministérios eram estabelecimentos privados que não deviam nenhuma satisfação ao parlamento. Nos Estados Unidos, o sistema de favorecimento para os correligionários era uma prática comum desde o surgimento do sistema bipartidário, em 1828. Além da venda de cargos públicos havia um nepotismo generalizado.

Com a venda de cargos, o sistema de favorecimento e o nepotismo, dificilmente há de se surpreender que imperasse uma notória falta de profissionalismo na burocracia da maioria dos PADs, pelo menos até o fim do século XIX (CHANG, 2004, p.139).

O autor traz um debate interessante a respeito do uso da propriedade: “havendo grupos capazes de utilizar melhor certas propriedades do que os proprietários, é possível que convenha mais à sociedade não proteger o direito de propriedade vigente e criar outro...”. Ele defende assim uma melhor análise de cada propriedade, incluindo a intelectual.

Chang faz um relato histórico sobre mau uso das leis de proteção ao direito intelectual, com registros de “falsas patentes”, sem a verificação de originalidade, e a fragilidade das legislações produzidas naquele momento histórico.

Sobre a governança empresarial, destaca a dificuldade de se estabelecer a sociedade por cotas de responsabilidade limitada, tendo-se em conta que limitar a responsabilidade dos sócios não era bem-visto pela sociedade. Ressalte-se que esse preconceito perdurou até o fim da década de 1850.

Descreve-se também a demora no desenvolvimento das instituições financeiras. O desenvolvimento do sistema bancário foi um processo lento e desigual, com exceção da Grã-Bretanha. Durante a maior parte do século XIX, os estabelecimentos emprestavam a maior parte do dinheiro aos próprios diretores ou aos seus parentes e conhecidos. “Assim, o Banco Central – com o monopólio da emissão de dinheiro, da intervenção no mercado financeiro e da função de prestador de último recurso – é considerado uma pedra angular da economia capitalista estável” (CHANG, 2004, p.163).

No que diz respeito às instituições financeiras públicas, a autor discorre acerca da capacidade de tributação do Estado e faz uma análise sobre a legitimidade política tanto do próprio governo quanto dos impostos cobrados. Assim, declara que o fracasso de um novo imposto pode ocorrer em virtude da não aceitação desse pelo contribuinte, quando o considera “injusto”, e, portanto, ilegítimo. O problema também pode estar na capacidade de arrecadação, tendo em vista que não basta garantir a legitimidade política de um regime tributário, faz-se necessário o desenvolvimento de instituições competentes e de novos mecanismos fiscais e administrativos para melhorar a coleta.

O imposto de renda, por exemplo, foi instituído apenas como um tributo emergencial para financiar guerras. A Inglaterra, em 1842, foi o primeiro país a dar

caráter permanente ao imposto de renda. Em 1903, o mesmo ocorreu na Dinamarca. Somente em 1913, os Estados Unidos adotaram o imposto de renda, haja vista que a primeira tentativa, em 1894 foi considerada inconstitucional, de modo que houve assim uma alteração legislativa, através de uma Emenda Constitucional permitindo a cobrança do imposto.

A pressão sobre os países em desenvolvimento para adotar algumas instituições mínimas de bem-estar-social acontece em menor escala do que outros itens da agenda da “boa governança”.

Todos esses benefícios potenciais das instituições de bem-estar social devem ser confrontados com o seu custo potencial. Primeiro, essas instituições têm efeito potencialmente corrosivo sobre a ética do trabalho e o senso de autoestima dos que recebem os benefícios (CHANG,2004, p.175).

O estigma dos beneficiários das instituições de bem-estar social também ocorria em muitos PADs, a discriminação era tanta que em alguns países eles eram privados do direito ao voto. O trabalho infantil se disseminava nos PADs no auge da industrialização, sendo que as crianças inglesas trabalhavam até 16 horas por dia. Era comum a contratação de famílias inteiras como uma unidade, em função disso se buscavam famílias grandes para obtenção de mais força de trabalho.

A primeira tentativa séria de regulamentar o trabalho infantil ocorreu em 1833 na Inglaterra através do Factory Act, sendo que essa lei proibia o trabalho de crianças menores de nove anos de idade, mas ela se restringia ao âmbito industrial no segmento do algodão, da lã, do linho e da seda.

Por sua vez, a Alemanha foi o primeiro país a introduzir o seguro de acidente industrial, o seguro-saúde e as pensões estatais. Na Prússia, em 1839, foi instituída a primeira lei do trabalho, proibindo-o aos menores de nove anos aos analfabetos menores de dezesseis anos. No entanto, somente em 1878, quase trinta anos depois, quando as fiscalizações se tornaram mais efetivas é que realmente houve uma maior adesão à lei.

O autor faz uma retrospectiva histórica sobre as principais legislações em diversos países referentes ao trabalho infantil; através de uma tabela ele demonstra que apesar de a legislação existir, ela não era aplicada na maioria deles.

Sobre o trabalho adulto, o autor chama a atenção para uma ação judicial, o famoso caso de *Lochner versus* Nova York. A lei adotada pelo Estado de Nova York que estabelecia o limite de 10 horas de trabalho por dia para os bancários foi considerada inconstitucional. A justificativa para esse entendimento foi o livre arbítrio dos trabalhadores. Segundo a Corte a lei feria a constituição pois “privava-os da liberdade de trabalhar quanto quisessem”. Com essa sentença se verifica a dificuldade na conquista dos direitos trabalhistas nos PADs e o não reconhecimento da desigualdade nessas relações de trabalho.

Assim, com vários dados históricos, o autor chega à conclusão que os países em desenvolvimento têm níveis muitos mais elevados de progresso institucional do que tinham os PADs em estágios comparáveis de desenvolvimento.

No quarto e último capítulo e autor conclui as discussões dos capítulos anteriores. Ele reafirma que as “reformas políticas” neoliberais se demonstram incapazes de cumprir a sua grande promessa de crescimento econômico. Que somente a parte ruim da política se confirma, ou seja, a concentração de renda. Mas, a prometida aceleração do crescimento não se verificou. As ditas políticas “ruins” trouxeram um maior crescimento, tanto para os PADs, quanto para os países em desenvolvimento.

Segundo Chang, as instituições hoje recomendadas são um resultado e não causa do desenvolvimento, como os PADs querem fazer que os países em desenvolvimento acreditem. O conjunto de instituições “da melhor prática” é altamente problemático.

Conclui que deve se fazer uma avaliação mais apurada da velocidade com que os países em desenvolvimento podem desenvolver as instituições, sendo que elas devem ser analisadas caso a caso. O argumento de não estarem preparados, tampouco deve ser utilizado, levando-se em conta que as instituições precisam ser desenvolvidas para a obtenção do desenvolvimento. Com a combinação certa entre política e aperfeiçoamento institucional, será gerado um saldo positivo no processo de desenvolvimento.

O “chutar a escada” se refere à utilização de dois pesos e duas medidas, a cobrança de um “padrão global” de direitos de propriedade e governança empresarial que obriga os países em desenvolvimento a deslocar recursos de áreas que exigem uma urgência maior, tais como a formação de professores ou engenheiros para outras áreas que nem sempre terá um resultado efetivo, podendo trazer até mesmo prejuízos em alguns casos.

Percebe-se ser inegável a pressão que os mais fortes sempre vão exercer sobre os mais fracos. No entanto, o argumento de que sem “boas práticas” não se têm investimento é questionável, pois, apesar da China se utilizar de “políticas ruins” atrai uma quantidade enorme de investimento estrangeiro. “(...) o valor potencial de uma política ou de uma instituição deve ser determinado mais pelo que fará na promoção do desenvolvimento interno do que acham os investidores internacionais” (CHANG, 2004, p.226).

Através de dados históricos ricos em detalhes, o autor demonstra que práticas que hoje são consideradas inquestionáveis demoraram muito se desenvolverem, e para serem realmente utilizadas. Verifica-se que a proteção dos direitos de propriedade, incluindo a propriedade intelectual (as legislações sobre marcas e patentes), o sufrágio universal (no sentido de realmente ser instrumento da democracia), o livre comércio como facilitador do desenvolvimento, não como imposição pelo mais forte), são políticas que não foram incorporadas do dia para a noite, isto é, levaram anos, décadas, gerações, como descreve Chang, para serem realmente “boas”, e adequadas. Houve muita discussão, discordância, descumprimento, antes de serem aceitas e colocadas em prática.

Enfatiza-se que a introdução de algumas instituições no momento errado pode não ser eficaz, ou pior ser prejudicial. A motivação dos PADs em intervir pode ser boa, mas o resultado dessa intervenção não leva ao desenvolvimento dos países, como se acredita.

Nas considerações finais, o autor sugere maior divulgação dos fatos históricos referentes aos PADs, mais estudos, mais esforço intelectual para entender melhor o papel das políticas e das instituições. Existe uma necessidade de mudança das condicionalidades vinculadas à ajuda financeira do FMI e do Banco Mundial. As regras da OMC também devem ser repensadas, para que os acordos multilaterais possam permitir o uso mais ativo dos instrumentos de promoção da indústria nascente.

O livro termina com a ideia de cooperação internacional, ao sugerir que os PADs permitam aos países em desenvolvimento a adoção de políticas e instituições adequadas ao seu estágio de desenvolvimento. Assim, em decorrência do crescimento dos países em desenvolvimento, haverá maiores oportunidades de investimento, de modo que todos podem sair ganhando.

REFERÊNCIAS

CHANG, Ha-Joon, **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Recebido em 28/02/2022

Aprovado em 24/07/2022

ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *Times New Roman* 12 ou Arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *Times New Roman* 12 ou Arial 12 e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *Times New Roman* 12 ou Arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.